

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Denise Aparecida Corrêa

**Os governos de Getulio Vargas (1930-1954)
e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo:
lembranças de velhos professores**

DOCTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Denise Aparecida Corrêa

**Os governos de Getulio Vargas (1930-1954)
e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo:
lembranças de velhos professores**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História (área de concentração História Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Doutora Yvone Dias Avelino.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

**Dedicado
à memória
do “*meu Velho*”,
com eterna gratidão...**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a força onipresente que reconheço como DEUS.

São muitas as pessoas que me ajudaram nesta caminhada e que torceram para que esse momento chegasse. Não foram poucas as vezes que ouvi: E a tese, Dê? A vocês deixo registrada minha profunda gratidão pela demonstração de carinho e pela amizade.

Agradeço também...

...a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo imprescindível auxílio financeiro.

...a “turma da PUC”, Andréa, Fabiana, Fernando, que conviveram comigo no início da caminhada compartilhando textos, livros e cafés;

...a todos os docentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, pela acolhida e pelo aprendizado;

...a Betinha, que nas atribulações do dia-a-dia sempre arrumou um tempinho para dar aquele abraço aconchegante quando chegava à sala do Programa;

...a professora Dr^a. Vera Lucia Vieira e ao professor Dr. Frederico Alexandre de Moraes Hecker pelas valiosas contribuições por ocasião do exame de qualificação;

...a professora Dr^a. Yvone Dias Avelino, pela generosidade e atenção próprias de sua pessoa e que a mim ficaram ainda mais transparentes, quando a me ver diante de uma dificuldade, me pegou pela mão e não permitiu que desistisse de continuar... *Obrigada!*

...ao professor Deusdedit Ferreira de Menezes pela cuidadosa revisão gramatical e ortográfica.

...aos “mestres”: Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto, Sr^a. Maria Cleide Patrizi, Sr. Edson Souto Ramos, Sr. Fernando de Oliveira Rocha, Sr. Hudson Ventura Teixeira, Sr. Walter Giro Giordano, sem os quais este trabalho não seria possível! *A vocês meu respeito e minha admiração...*

...aos amigos Adilson Souza de Araújo, pela leitura atenta do trabalho em sua fase inicial; Victor Lage, pelo apoio fundamental no tratamento das imagens e Vanderlei Balbino da Costa, pela interlocução com a História;

...aos amigos do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física NEFEF/UFSCar;

...aos amigos do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC);

...aos professores, funcionários e alunos da Escola Estadual Luiz Augusto de Oliveira;

...aos amigos do Grupo de Prática e Pesquisa em Danças Brasileiras – GiraFulô;

...aos amigos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

...a Grande Família (Almeida Gonçalves, Corrêa, Perlatto Giachino) pelo apoio e carinho, pela força, pela saudade, pela bagunça, pela convivência, pela amizade, pelo amor, pelas risadas, pelas lágrimas. Enfim, obrigada por existirem!

...ao Luiz, pela felicidade de descobrir em seu *Ser*, a cada segundo, algo novo para amar e de desfrutar com seu *Ser*, a cada novo dia, maneiras simples de viver...

*“Nada é mais real
que aprender maneira simples de viver
Tudo é tão normal
se a gente não se cansa nunca de aprender,
Sempre olhar como se fosse a primeira vez,
Se espantar como criança a perguntar porquês (...)
Nos lembrar que tudo tem sua razão de ser
E afinal eu quero apenas estar com você.”*
(Maneira Simples – Almir Sater e Paulo Simões)

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
sem aprender a refazer, a retocar o sonho
por causa do qual a gente se pôs a caminhar”*

(Paulo Freire)

TÍTULO: Os governos de Getulio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo: lembranças de velhos professores.

AUTORA: Denise Aparecida Corrêa

RESUMO

As décadas de 1930 e 1940 se consolidaram como momento histórico de valorização da Educação, a qual se constitui motivo de atenção de Getulio Vargas, que desencadeou reformulações em toda a sua estrutura. Nesse período, a Educação Física Escolar adquiriu destaque na política educacional de âmbito nacional e passou a ser contemplada nos documentos constitucionais e nas reformas do ensino secundário, no caso a Reforma Campos e a Reforma Capanema, efetivadas, respectivamente, no ano de 1931, pelo então ministro Francisco Campos e, em 1942, pelo ministro Gustavo Capanema, a qual permaneceu em vigor até 1961. Esta pesquisa pretende desvelar o percurso histórico da Educação Física Escolar nos governos de Getulio Vargas nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Para compor este quadro, recorreu-se ao conjunto documental de fontes escritas e iconográficas analisadas em diálogo com os relatos orais de seis sujeitos acerca de suas vivências, cuja abordagem teórico-metodológica pautou-se na história oral. O conjunto documental oral foi constituído pelos relatos de seis professores de Educação Física - quatro homens e duas mulheres, com trajetórias no processo de escolarização, bem como no percurso de formação e início da atuação docente no ambiente escolar público e/ou privado, localizados entre as décadas de 1930 e 1960. As experiências dos professores tanto na condição de alunos, bem como de professores, ressaltaram a relevância da política educacional do período na sistematização do ensino da Educação Física e na legitimação de práticas e procedimentos, bem como acenaram para as perspectivas de mudanças que se conjecturaram na área e colocaram em questão a permanência do método de ensino vigente. No entanto, essa perspectiva de mudança não se traduziu de forma imediata em uma transformação na prática docente dos entrevistados, na medida em que se observaram na atuação dos professores, referências à utilização do Método Francês ainda que em correlação às outras propostas metodológicas, bem como à permanência de procedimentos e práticas legitimadas na política educacional dos Governos Vargas, os quais, embora deslocados de seu propósito originário, continuaram figurando no cotidiano da Educação Física Escolar por décadas, sendo observados até mesmo na atualidade. Dentre eles ressalta-se o desenvolvimento de aulas separadas por sexo (masculino e feminino) e/ou delimitação de práticas corporais distintas para meninos e meninas. Percebeu-se a configuração da Educação Física no contexto escolar na confluência de processos que, de um lado a demarcaram como uma prática legalmente instituída, determinando seus propósitos, meios e finalidades, de outro imprimiram à sua trajetória uma dinâmica própria em compasso com as mudanças que se processaram no contexto histórico, político, social e educacional.

Palavras-chave: História - Educação Física Escolar – Governos de Getulio Vargas

TITLE: Getulio Vargas's governments (1930-1954) and the School Physical Education in the State of São Paulo: old teachers' memories.

AUTHOR: Denise Aparecida Corrêa

ABSTRACT

The decades of 1930 and 1940 consolidated as historical moment of valorization of the Education, which reason of attention of Getulio Vargas is constituted, that unchained reformation in all your structure. In that period, the School Physical Education acquired prominence in the educational politics of national ambit and it became meditated in the constitutional documents and in the reforms of the secondary teaching, in the case the Reforma Campos and the Reforma Capanema, executed, respectively, in the year of 1931, for the then supply Francisco Campos and, in 1942, for minister Gustavo Capanema, which stayed in vigor up to 1961. This research intends to watch the historical course of the School physical education in Getulio Vargas's governments in the decades of 1930, 1940 and 1950. To compose this picture, it was fallen back upon the documental group of written sources and photographical analyzed in dialogue with the oral reports of six subjects concerning your existences, whose theoretical-methodological approach was ruled in the oral history. The group documental oral was constituted by the six physical education teachers' reports - four men and two women, with paths in the school process, as well as in the formation course and beginning of the educational performance in the atmosphere public school private and/or, located among the decades of 1930 and 1960. The teachers' experiences so much in the students' condition, as well as of teachers, they pointed out the relevance of the educational politics of the period in the systematize of the teaching of the physical education and in the legitimation of practices and procedures, as well as they waived for the perspectives of changes that were conjectured in the area and they placed in subject the permanence of the method of effective teaching. However, that change perspective was not translated in an immediate way in a transformation in practice the interviewees' teacher, in the measure in that they were observed in the teachers' performance, references to the use of the French Method although in correlation to the other methodological proposals, as well as to the permanence of procedures and practices legitimated in Governos Vargas's educational politics, the ones which, although moved of your original purpose, they continued representing in the daily of the School physical education per decades, being observed even at the present time. Among them the development of separate classes is pointed out by sex (masculine and feminine) and/or of different corporal practices for boys and girls. The configuration of the physical education was noticed in the school context in the confluence of processes that, if on a side they demarcated her/it legally as a practice instituted, determining your purposes, means and purposes, of other printed to your path an own dynamics in compasses with the changes that were processed in the context historical, political, social and educational.

Word-key: History - School physical education - Governments of Getulio Vargas.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1. Capa e texto introdutório da obra de Alfredo Barroso destinada ao público escolar, publicada no ano de 1940 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)._____79
- FIGURA 2. Modelo do Programa de Educação Física expedido pelo Ministério de Educação e Saúde no ano de 1940 para ser ministrado nos estabelecimentos de ensino secundário._____109
- FIGURA 3. Reportagem “A Semana da Pátria” e a sequência de eventos comemorativos da semana da Independência realizados no Rio de Janeiro, Capital Federal._____130
- FIGURA 4. “A Semana da Pátria” _____131
- FIGURA 5. Programação do evento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, denominado “Festividades Cívicas, Culturais, Educacionais e Esportivas da Semana da Pátria” realizado em 1982._____197
- FIGURA 6. Parte do documento que relaciona as pessoas envolvidas na organização bem como na coordenação das atividades do evento “Festividades Cívicas, Culturais, Educacionais e Esportivas da Semana da Pátria”._____198
- FIGURA 7. Parte do documento que descreve a relação de escolas e os respectivos professores participantes do evento._____199
- FIGURA 8. Registro da “Festa da Educação Física” realizado em uma instituição de ensino particular da cidade de São Paulo no ano de 1961._____200

FIGURA 9. Convite e Programa da “Festa da Educação Física”._____201

FIGURA 10. Representação gráfica das demonstrações de ginástica, cujo desenho se apresenta no formato de âncora elaborada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto._____204

FIGURA 11. Representação gráfica das demonstrações de ginástica com composição de flores elaborada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto._____204

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Quadro de Entrevistados_____27

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Número, Origem Institucional do Pessoal Especializado em Educação Física formado entre 1930-1945._____45

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	01
-------------------------------	-----------

Capítulo 1

A construção dos alicerces da Educação Física Escolar

1.1 Lembranças e reminiscências interpretadas	13
1.1.1 Os sujeitos da história	16
1.1.2 Os mestres e os trajetos percorridos na escola primária e secundária	22
1.2 O projeto educacional do Ministério Campos e a Educação Física Escolar: a busca pelo “homem de ação física e moralmente sadio”	28
1.3 A Educação Física Escolar sob os ditames da ordem e da disciplina	50

Capítulo 2

A sedimentação da Educação Física na escola

2.1 “Deus no céu e Getúlio na terra”: o panorama político das reformas educacionais no segundo governo de Vargas	75
2.2 O Ministério Capanema e a consolidação da Educação Física Cívica e Patriótica na escola	87

Capítulo 3

A formação profissional e a experiência docente na Educação Física Escolar

3.1 “Bota o retrato do velho outra vez”: o cenário político-educacional no terceiro governo de Getúlio Vargas	139
---	-----

3.2 Nas trilhas da docência em Educação Física Escolar	143
3.3 O desvelar da prática docente dos professores e das professoras de Educação Física na escola	161
Considerações Finais	208
Fontes	213
Referências	218
Anexos	225

Considerações Iniciais

Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas, o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro.¹

A ideia de desenvolver a presente pesquisa se originou da tentativa de aproximar inquietações que permeiam a trajetória profissional desta pesquisadora na área da Educação Física Escolar, ao debate acadêmico desenvolvido nas ciências humanas, sobretudo na área da História.

Dentre as inquietações, destacam-se duas que se constituíram as principais motivações deste estudo. A primeira delas decorreu da experiência desta pesquisadora no cotidiano das aulas de Educação Física, tanto naquelas situadas na condição de aluna do ensino médio, como nas provenientes da atuação como docente na educação básica da Rede Pública Estadual de São Paulo.

Nas duas situações, incomodaram a vivência e a observação do desenvolvimento de aulas predominantemente, quando não exclusivamente, práticas, bem como, insistentemente com separação dos alunos a partir do sexo (feminino e masculino), circunscrevendo meninas e meninos a determinado universo de atividades culturalmente concebidas como femininas ou masculinas e, deste modo, reforçando estereótipos e preconceitos. É inegável que este cenário reflete concepções e práticas acerca da Educação Física historicamente construídas em determinado contexto sociopolítico e cultural.

Tal apontamento constituiu o pano de fundo da segunda inquietação, que foi suscitada por ocasião da atuação desta pesquisadora como docente em uma instituição de ensino superior em Guarulhos, na grande São Paulo, ministrando a disciplina História da Educação Física.

Durante o trabalho prévio de elaboração do programa da disciplina, a aproximação com a produção acadêmica, especialmente no âmbito dos estudos históricos da Educação Física, possibilitou apreciar trabalhos que, fazendo uso de fontes documentais diversificadas como a iconografia e a literatura, trouxeram uma contribuição valiosa para a

¹ Trecho de discurso de Getúlio Dornelles Vargas reproduzido da revista “O Cruzeiro”, coletado na exposição “Imagens da Era Vargas” realizada no SESC/São Carlos entre os dias 09 de agosto e 3 de setembro de 2005.

produção historiográfica da área². No entanto, a respeito dos estudos que se dedicaram a delinear a trajetória histórica da Educação Física no contexto escolar, percebeu-se a produção de trabalhos de indiscutível mérito e valor, porém, pautados predominantemente na pesquisa documental escrita.

Tal constatação suscitou reflexões acerca da possibilidade de fazer uma incursão na história da Educação Física na escola, a partir de outras fontes documentais, dentre elas a oralidade, valorizando a contribuição dos relatos de memória dos sujeitos que vivenciaram este processo nos respectivos momentos históricos. Essa perspectiva se mostrou valiosa, especialmente se se considerar que a escassez de estudos nesta vertente demarcou uma lacuna na história da Educação Física Escolar brasileira.

Essa proposta se tornou mais relevante no percurso de desenvolvimento deste trabalho quando, na tentativa de levantar arquivos documentais e iconográficos, visando encontrar o registro fotográfico das demonstrações de ginástica, campeonatos colegiais ou, ainda, do desenvolvimento das aulas nas escolas, começou-se a percorrer as antigas instalações do extinto Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF), ocasião em se tomou conhecimento da informação de que parte do acervo existente na cidade de São Paulo havia sido perdido como consequência de uma inundação, e a outra consumida em um incêndio.

Nesse sentido, a recuperação da memória da Educação Física Escolar a partir dos registros das experiências daqueles que a viveram no passado foi posta como premente e se configurou a razão de ser desta pesquisa, visando delinear a trajetória histórica da Educação Física Escolar nos governos de Getúlio Vargas nas décadas de 1930, 1940 e 1950, à luz dos relatos orais, valorizando-os como fontes documentais valiosas que, em diálogo com o conjunto documental escrito e iconográfico, trazem em si a potencialidade de descortinar este passado.

As primeiras iniciativas para a formalização do ensino da Educação Física no contexto escolar remontam ao século XIX. O ano de 1837 é demarcado como aquele em que a Educação Física passou a existir nas escolas brasileiras, ao ser incluída sob a denominação de Ginástica nos currículos do Colégio Pedro II.³

² Faz-se referência respectivamente aos estudos de GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003 e MELO, Victor Andrade de. *Cidade 'sportiva': o turf e o remo no Rio de Janeiro (1849-1903)*. 1999. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.

³ KOLYNIK FILHO, Carol. *Educação Física: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996. p.39.

No entanto, há autores que consideram como marco oficial da inserção da Educação Física no sistema escolar a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte engendrada no ano de 1851, pelo então deputado Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que, posteriormente, em 1854 no cargo de Ministro do Império, regulamentou o que ficou conhecido como a Reforma Couto Ferraz, incluindo a Ginástica no ensino primário e a dança no ensino secundário, cujos responsáveis por ministrá-las recebiam remuneração inferior à dos docentes das demais disciplinas.⁴

Em 1882, Rui Barbosa, na qualidade de relator do projeto de “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”, preceituou a inclusão da Ginástica em cada escola normal e sua inserção obrigatória nas escolas primárias e na formação do professorado, além de incluí-la nos programas de estudo, e propor a equiparação dos seus professores, em termos de categoria e autoridade, aos das demais disciplinas. Ao prescrever a Ginástica para ambos os sexos, Rui Barbosa indicou que para o sexo feminino “seriam consideradas a harmonia das formas e as ‘exigências da maternidade futura’”, enquanto que para sexo masculino preconizou:

(...) a “obrigatoriedade dos exercícios militares”, acrescentados à ginástica (...) Ele defendeu, em seu Parecer, o valor dos exercícios militares na preparação do cidadão “para a defesa da Pátria” (...) Herança ou não de Rui Barbosa, a ginástica ficou impregnada de exercícios de ordem unida, de vozes de comando e de postura militar até os nossos dias.⁵

Os esforços para a inserção da Educação Física nas instituições escolares, a qual foi intensamente aclamada e defendida por Rui Barbosa, segundo Lino Castellani Filho: “(...) não ocorreram sem suscitar resistências próprias ao pensamento dominante da época, que não viam com bons olhos o levar pra dentro dos colégios – que assistia a filhos da elite – a prática de atividades físicas”.⁶ Segundo o autor, tal pensamento arraigado nos valores dominantes do período colonial que fundamentavam o ordenamento da sociedade escravocrata:

(...) estigmatizaram a Educação Física por vinculá-la ao trabalho manual, físico, desprestigiadíssimo em relação ao trabalho intelectual, este sim, afeto à classe

⁴ CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. *Educação Física no Estado Novo: história e doutrina*. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1982. p.53/54; BETTI, Mauro. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991. p.63.

⁵ CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. op. cit. p.60.

⁶ CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991. p.46.

dominante, enquanto o outro se fazia pertinente única e tão somente aos escravos.⁷

O sistema educacional, com o fim do Império, foi objeto de pormenorizado estudo realizado por Jorge Nagle, o qual o aborda estreitamente atrelado às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que se processaram na Primeira República. Nas duas primeiras décadas do século XX, verificam-se alterações significativas no quadro social e econômico brasileiro, sobretudo na década de 1920, demarcada como a “fase de instalação do capitalismo no Brasil”, constituindo-se, portanto, um período de transição entre o sistema agrário comercial para o sistema urbano industrial. Segundo o autor, o processo de industrialização brasileira encontra, entre as décadas de 1910 e 1920, circunstâncias favoráveis ao seu desenvolvimento, cuja condição fundamental, o acúmulo de capital do setor cafeeiro somado a outros elementos, desencadeia um conjunto propício de condições para sua consolidação.⁸

No bojo das alterações no modelo organizacional econômico, uma nova ordem de valores e anseios sociais, bem como a difusão de novos padrões de pensamento e de comportamento, emergiu no cenário recém-implantado de urbanização e industrialização. Jorge Nagle situa que, em consequência dessa multiplicidade de transformações e no interior de uma corrente de ideias que vinha atribuindo, desde a década de 1910, um valor cada vez maior ao tema da instrução, surge o movimento que ele caracteriza por “inusitado entusiasmo pela escolarização” e “marcante otimismo pedagógico”, ou seja:

(...) de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo).⁹

A tendência em atribuir relevância à temática educacional se apresenta para Marta Maria Chagas de Carvalho como um movimento que, ao lado de outros como a Semana de Arte Moderna, as revoltas tenentistas, não se constituiu resultado, mas “sintoma” das

⁷ Idem, Ibidem, p.44.

⁸ O autor registra que, em números, o “surto industrial” verificado no período representou um aumento significativo de 636 estabelecimentos industriais com 54.169 operários em 1889, para em 1907 alcançar, respectivamente, 3.250 com 150.841 e, em 1920 passar para 13.336 com 275.512. NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. p.15

⁹ Idem, Ibidem, p.99/100.

mudanças que se processavam no país, o qual, nas palavras da autora, estava envolto por um “novo estado de coisas” sob pressão de causas econômicas, sociais e políticas. A autora localiza o movimento de renovação educacional no interior da “marcha gloriosa e avassaladora do ‘novo’ batendo-se em diversas frentes contra o ‘velho’, o ‘tradicional’ e o ‘arcaico’”.¹⁰

A década de 1920 foi caracterizada pela pretensão de transformar radicalmente a escola para além do aspecto quantitativo, sobretudo no tocante ao objetivo, conteúdo e função social, o que repercutiu em delimitá-la como alvo de intensa discussão e constantes reformas pelo poder público. Considerada a instituição matriz na “integração do humano com o nacional”, a escola primária tornou-se o foco do debate e das intervenções da esfera pública estadual, em compasso com a escola técnica profissional, que também adquiriu relevo, à medida que o ensino de caráter “prático” foi aparecendo nos planos e reformas associado à escolarização primária, exatamente em um momento em que “(...) se difunde a idéia segundo a qual a educação forma o homem brasileiro e o transforma num elemento de produção, necessário à vida econômica do País e importante para elevação dos padrões de vida individuais”.¹¹

A atuação da esfera governamental no sistema escolar não se processou de maneira equitativa em todos os ramos escolares, isso porque os ensinos primário, profissional e normal, com interferência em âmbito estadual, se constituíram objeto de constantes reformulações, enquanto que o ensino secundário e o superior, sob domínio do governo federal, não sofreram alterações substanciais, permanecendo arraigados aos padrões de ensino tradicionais perpetuando os valores da sociedade imperial na República Brasileira.¹²

Nesta direção, as tentativas de inserir a Educação Física ou a Ginástica nos estabelecimentos de ensino vão ocorrer de forma generalizada nas reformas realizadas nos Estados da federação, enquanto que as ações do governo federal, neste campo, quando não eram nulas, se mantinham restritas ao Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II. Nesta perspectiva, as iniciativas que se delinearam em todo o país, visando inserir a Ginástica como uma prática regular e obrigatória no sistema escolar não foram muito além das intenções de seus proponentes, pois, como enfatiza Mauro Betti: “Na prática, contudo, a efetiva implantação da Educação Física ficou restrita, até os primeiros anos da década de

¹⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. (1924-1931)*. 1986. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. p.2.

¹¹ NAGLE, Jorge. op. cit., p.114.

¹² Idem Ibidem.

30, às escolas do Rio de Janeiro, enquanto município da corte imperial e capital da República, e às escolas militares.”.¹³

O autor demarca o ano de 1930 como “um divisor de águas na história da educação brasileira” decorrente da intervenção acentuada do governo federal neste campo e, neste contexto, a Educação Física experimentou “(...) um novo e decisivo impulso no Brasil durante o Governo de Getúlio Vargas, particularmente no período compreendido entre 1937 e 1945, conhecido como Estado Novo”.¹⁴

As décadas de 1930 e 1940 se consolidaram como momento histórico de valorização da educação, a qual se constitui motivo de atenção de Getúlio Vargas, que, ao assumir a chefia do Governo Provisório, trata de criar o Ministério da Educação e Saúde, desencadeando reformulações em toda a estrutura educacional.

Nesse período, a Educação Física Escolar ganha destaque na política educacional de âmbito nacional e passa a ser contemplada nos documentos constitucionais e nas reformas levadas a cabo pelo Ministério da Educação durante os governos de Getúlio Vargas.

Dentre os ramos de ensino que foram objeto de intervenção do Ministério no período, tem destaque o ensino secundário (corresponde atualmente a: 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio), que levam os nomes de seus proponentes, no caso a Reforma Campos e a Reforma Capanema, efetivadas, respectivamente, no ano de 1931, pelo então ministro Francisco Campos e, em 1942, pelo ministro Gustavo Capanema, constituindo-se, no século XX, os primeiros instrumentos legais em âmbito federal a legitimarem a obrigatoriedade desta disciplina¹⁵ nos estabelecimentos de ensino secundário em todo o país. A última, inclusive, permaneceu em vigor até 1961.

No entanto, tais considerações remetem a um retrospecto histórico imbuído de significados que suscita questionamentos acerca do efetivo desenvolvimento da Educação Física na escola, para além da formalização oficial de sua obrigatoriedade, dos quais esta pesquisa se preocupa em elucidar: Quais as intenções e os interesses subjacentes à implementação da Educação Física nos estabelecimentos de ensino durante os Governos

¹³ BETTI, Mauro. op. cit., p.63.

¹⁴ Id. Ibid, p.64.

¹⁵ Destaca-se que a Educação Física outrora tratada no sistema escolar como “atividade” ou “disciplina”, passou a ser denominada “componente curricular” pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) promulgada em 1996. A designação “disciplina” foi utilizada em algumas ocasiões nesta pesquisa por ser assim que a Educação Física Escolar foi comumente referenciada no contexto histórico abordado.

Vargas? As experiências dos sujeitos que vivenciaram a Educação Física Escolar no ensino primário e secundário remetem aos discursos oficiais e aos pressupostos legais que a consolidaram? Em que medida os pressupostos regulamentares e legais que sistematizaram a Educação Física Escolar durante os Governos Vargas, balizaram a atuação destes sujeitos na condição de professores deste componente curricular?

Nesse sentido, esta pesquisa pretende desvelar como a Educação Física Escolar foi configurada no decurso dos governos de Getúlio Vargas nas décadas de 1930, 1940 e 1950, na perspectiva de compreender através da análise das fontes documentais orais em diálogo com a documentação escrita e iconográfica, como se processou a efetivação das aulas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino.

Em razão da abrangência do recorte histórico, optou-se por referenciar os momentos em que Getúlio Dornelles Vargas figurou à frente do poder político brasileiro por “Governos Vargas”, compreendendo as décadas de 1930, 1940 e 1950, localizados temporalmente em três períodos. O Primeiro Governo tem início no ano de 1930 quando Getúlio Vargas assume a chefia do governo em caráter provisório até o ano de 1937 quando institui o regime de caráter autoritário conhecido por Estado Novo, o que contempla a segunda fase intitulada “Segundo Governo”, que perdura até 1945 quando é deposto do poder. A terceira fase, ou “Terceiro Governo” se inicia em 1951, quando é eleito diretamente pelo voto popular, porém termina abrupta e tragicamente em 1954, antes mesmo de findar o mandato, com o seu suicídio.¹⁶ Por outro lado, vale frisar que a legislação referente à Educação e a Educação Física permaneceram inalteradas até o ano de 1961, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Para compor este quadro, recorreu-se ao conjunto documental de fontes escritas e iconográficas analisadas em diálogo com os relatos orais de seis sujeitos acerca de suas vivências na Educação Física Escolar, com presença nos Governos Vargas, seja na condição de alunos e alunas na escola primária e secundária e/ou no processo de formação universitária em Educação Física e/ou na atuação docente.

A contribuição da história oral neste estudo se mostra enriquecedora no sentido de reconstituir a trajetória histórica da Educação Física Escolar até então consagrada pelos

¹⁶ Tal explicitação é necessária, visto que é recorrente encontrar na historiografia do período distintas abordagens, sendo a mais usual aquela que utiliza a denominação “Era Vargas” para o período compreendido entre 1930 e 1945, excluindo os anos de 1951 a 1954, aos quais, inclusive Skidmore (1976) se referiu como a “Nova Era de Vargas”. Na tentativa de evitar equívocos oriundos dessas denominações e considerando que o presente estudo abrange as três décadas mencionadas, optei por adotar a expressão “Governos Vargas”

registros documentais oficiais, porque, no âmbito da produção historiográfica em Educação Física do período em questão, são escassos os estudos que se debruçam em interpretar esse passado sob a perspectiva da oralidade, sendo, em sua maior parte, elaborados predominantemente a partir da análise das fontes documentais escritas.

A composição da documentação oral teve como premissa a apreensão das vivências dos sujeitos no momento histórico investigado, estabelecendo relações com suas experiências no momento histórico presente, uma vez que:

(...) o processo de rememoração, possibilitado pela história oral, vai além de elucidar as trajetórias de vida e as experiências pessoais dos sujeitos sociais. Sobre tudo, desvela o valor destas trajetórias e experiências no tempo presente, os quais tornam-se essenciais como ponto de partida para a construção dos valores atribuídos pelos depoentes às suas vivências (...).¹⁷

Assim, o subtítulo desta tese, inspirado na obra de Ecléa Bosi,¹⁸ ao anunciar a vertente de investigação deste passado indica quem são os sujeitos eleitos para rememorar-lo: “velhos professores”. “Velhos”, expressão que comumente se apresenta carregada de preconceitos, e que neste estudo ganha a dimensão daqueles cujos anos de vida denotam a sabedoria da experiência:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento dos entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora (...).¹⁹

Nesta perspectiva, o conjunto documental oral é constituído pelos relatos de seis professores de Educação Física - quatro homens e duas mulheres, com trajetórias no processo de escolarização, bem como no percurso de formação e início da atuação docente no ambiente escolar público e/ou privado, localizados entre as décadas de 1930 e 1960.

Nestes termos salienta-se que as etapas de escolarização e o ingresso na docência não se apresentam dispostos em uma sequência idêntica para todos os entrevistados, o que

¹⁷ CORRÊA, Denise Aparecida. *Domingo no parque: a (sobre)vivência do lazer nos parques públicos municipais da Zona Leste da cidade de São Paulo (1970-2002)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. p.90.

¹⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁹ BOSI, Ecléa. op.cit., p.81.

torna ainda mais valiosa a contribuição de seus relatos para a pesquisa, na medida em que amplia as vertentes de análise.

Isso implica ressaltar que as vivências de alguns entrevistados se encontram nos interstícios entre o segundo e o terceiro Governos Vargas ou, ainda, ao término deste último, ou seja, em momentos históricos em que Getúlio não ocupa o cargo na presidência do país. No entanto, tais experiências se mostraram imprescindíveis para a investigação, especialmente porque, como sinalizado anteriormente, a vigência dos pressupostos educacionais regulamentados pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema se manteve mesmo após este deixar o cargo em 1945, perdurando por mais de quinze anos, quando em 1961 é oficialmente substituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

O estado de São Paulo é o cenário eleito para a investigação, uma vez que ele se destaca, em meados dos anos de 1920, como o lócus da efervescência político-cultural e econômica do país, configurando-se palco de movimentos idealizados ora por intelectuais, ora por grupos ligados a lideranças políticas, e, por essa razão, também se constituiu, nas décadas seguintes, motivo de atenção e preocupação de Getúlio Vargas. Desta forma, foram eleitos para narrar suas experiências os professores e as professoras que tiveram suas vivências escolares e/ou formação universitária e/ou atuação profissional na Educação Física Escolar neste cenário.

As fontes escritas abrangem os documentos oficiais compostos pelas mensagens presidenciais e pelos discursos de Getúlio Vargas; os documentos legais (Leis, Decretos, Decretos-Lei e Portarias); a imprensa escrita da época e a imprensa oficial (materiais de propaganda do governo), bem como o documento oficial do Ministério da Educação e Cultura do método de ensino da Educação Física, denominado “Regulamento nº. 7” ou “Método Francês”.

Os registros fotográficos complementam o conjunto de fontes documentais, considerados portadores de elementos valiosos para a compreensão de um dado fenômeno histórico, pois, nas palavras de Boris Kossoy, as imagens do passado podem se constituir um importante instrumento para os estudos na área de História Social possibilitando “a descoberta, análise e interpretação da vida histórica” na medida em que “representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural”.²⁰

²⁰ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.53.

Neste sentido, compartilhando das propostas teóricas de Boris Kossoy, a leitura interpretativa das imagens aparece inscrita em um espaço e tempo específicos, cujo “potencial informativo”:

(...) poderá ser alcançado na medida em que esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais enfim) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato da tomada do registro.²¹

Além do recurso informativo, as imagens do passado ganham dimensão neste estudo enquanto possibilidade de reconstituir esta “memória visual”, especialmente se considerarmos a inexistência de acervos documentais, particularmente iconográficos, destinados à preservação ou mesmo à recuperação da memória da Educação Física Escolar no estado de São Paulo, como constatado ao longo desta investigação. Neste aspecto, é importante ressaltar que grande parte das imagens contempladas nesta pesquisa pertence ao acervo particular cedido pelos entrevistados.

Descortinar a trajetória da Educação Física Escolar nos Governos Vargas não se configura de forma simples e imediata, visto que se trata de um momento histórico brasileiro de abrangência e de complexidade. Abrangente, por se tratar das três décadas em que Getúlio Vargas esteve presente no cenário político brasileiro, protagonizando acontecimentos que demarcaram um novo rumo para a política do Brasil, e complexo porque, ao imprimir sua marca e estilo pessoal de governar e assim, demarcar o início de uma “Nova Era” para o país, suscitou posicionamentos controversos em relação ao tão almejado “progresso” que este novo tempo prometia.

Na tentativa de compor este cenário, estabeleceu-se um conflito inerente ao processo de escolha de um caminho, quando múltiplas possibilidades de historicizar um fenômeno se apresenta. Diante da profusão de ideias para esboçar o trajeto de constituição da Educação Física Escolar no período delimitado, optou-se por trazer à tona a trajetória de Getúlio Vargas à frente do poder político do Brasil, traçando um paralelo com os pressupostos que balizaram o projeto político educacional nos três governos aqui estudados. Fazendo este processo, abriu-se a possibilidade de enxergar a Educação Física Escolar e traçar sua trajetória na confluência dos discursos e pensamentos que se fizeram presentes em cada momento histórico em correlação com as experiências narradas pelos

²¹ KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.22.

entrevistados, dando a dimensão da articulação dos pressupostos formalizados acerca da Educação Física no cotidiano da escola.

Esta vertente apresentou-se mais condizente com as expectativas de realizar um estudo histórico abrangente como este, sem estar contribuindo para a assimilação de uma compreensão de história fragmentada e referendada por uma sucessão de eventos dispostos em uma sequência cronológica de acontecimentos, uma vez que pretende-se, mais do que explicitar a sucessão de fatos políticos que demarcaram este longo período, abordá-los em suas respectivas implicações e imbricações na trajetória de consolidação da Educação Física no âmbito escolar.

No primeiro capítulo, inicialmente, realiza-se uma incursão no trajeto teórico metodológico pautado na história oral, abordando o processo de composição das fontes orais aproveitando para apresentar cada entrevistado, traçando em seguida o esboço de suas trajetórias no processo de escolarização. Posteriormente, adentra-se no contexto político educacional do primeiro governo Vargas realizando uma incursão nos pressupostos educacionais da Reforma Campos, os quais, construídos no bojo de disputas, interesses e conflitos, contribuíram significativamente para estruturar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário.

O capítulo seguinte é dedicado em um primeiro momento a esboçar o panorama da reforma educacional do segundo governo Vargas, implementada pelo então ministro Gustavo Capanema, e em um segundo momento, discutir os pressupostos que balizaram a consolidação da Educação Física na escola.

Nestes dois capítulos, as experiências dos entrevistados, alguns na qualidade de alunos do ensino primário e outros na do ensino secundário, analisados em conjunto com o rol de documentos escritos e iconográficos, possibilitam desvelar a dimensão e o alcance das proposições governamentais no cotidiano das aulas de Educação Física nos dois níveis de ensino.

O último capítulo contempla as experiências dos entrevistados no decurso de formação e de atuação docente, localizadas no terceiro governo Vargas e nos anos subsequentes, na perspectiva de delinear os rumos da Educação Física Escolar no quadro de estagnação da legislação educacional, com a permanência das proposições implementadas em seu governo, porém em momentos históricos significativamente distintos daqueles em que foram instituídas.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

*“Nós podemos voltar bem lá atrás...
justamente porque eu vivi aquela época
das maiores dificuldades da Educação
Física. Entende?”*

(Sr. Fernando de Oliveira Rocha – 20 de agosto de 2008)

1.1 Lembranças e reminiscências interpretadas

(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.²²

Delinear o percurso da Educação Física Escolar nos Governos Vargas requer considerar, em diálogo com o discurso oficial pautado fundamentalmente pelo conjunto documental escrito, as experiências dos sujeitos que o vivenciaram e que participaram de sua construção na condição de alunos e, posteriormente, enquanto professores deste componente curricular na escola.

Sem pretender desvalorizar a pesquisa histórica pautada nos registros oficiais, atribuindo a ela uma categoria secundária, convém esclarecer que esta se apresenta, neste estudo, como uma possibilidade de compreender o processo de constituição de um dado fenômeno histórico-social, mas não a única.

Entendendo o processo histórico como uma construção decorrente de relações dialeticamente vivenciadas pelos sujeitos sociais, é essencial considerar, para além do que registra a historiografia oficial acerca dos acontecimentos passados, o que revelam os relatos de memória das pessoas que tiveram parte de suas vidas atreladas a tais acontecimentos, pois, à medida que as experiências de vida são reconhecidas como um documento histórico valioso, a história ganha um outro sentido e uma nova dimensão.

Assim, o conjunto documental oral é fundamental para a compreensão deste passado, o qual interpretado em diálogo com a documentação escrita e iconográfica, ocupa um espaço significativo como possibilidade de descortinar um outro olhar para a Educação Física Escolar durante os Governos Vargas, posto que a representatividade da materialização da oralidade acerca das experiências do passado não é relevante apenas diante da ausência parcial ou total de registros documentais escritos, pois como assinalam José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda:

Ela é vital também para produzir outras versões promovidas à luz de documentos cartoriais consagrados e oficiais. Há situações também em que, independente do aspecto questionador que se estabelece entre a história feita por historiadores e demais cientistas sociais profissionais e a tradição dos fatos, busca-se fazer uma “outra história”, versão que tenha sua gênese diferenciada do conjunto estabelecido oficialmente.²³

²² BOSI, Ecléa, op. cit., p.55

²³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. p.26.

A tentativa de recorrer aos relatos de memória de professores de Educação Física para apreender suas experiências na condição de alunos como forma de aproximação com o passado, encontrou na abordagem da história oral um caminho dotado de potencialidade, na medida em que:

Sua utilidade se abre para a apreensão, registro e, eventualmente, trabalho analítico sobre experiências de pessoas e grupos que se dispõem a deixar testemunhos ou que são convidadas para, pela fala, transformar suas experiências em documentos escritos.²⁴

O percurso metodológico trilhado neste estudo tem como referencial teórico a História Oral, a qual, segundo Antonio Cesar de Almeida Santos é “(...) capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento”²⁵.

Isso é particularmente importante se se considerar os momentos históricos em que, em razão do controle exercido por ocasião de regimes ditatoriais, só uma história é possível de ser registrada, a oficial. Nesse sentido, o uso de entrevistas é legitimado na perspectiva de se elaborar “uma ‘outra história’ com base em documentos efetuados para circunstâncias em que a interdição não permitiu registros ou apenas gerou um tipo de registro”²⁶.

O processo de rememoração traz à tona o universo de sentidos e de significados atribuídos pelos sujeitos a suas vivências, constituindo um arcabouço de representações que permitem transcender a percepção dos acontecimentos de forma meramente causal. Os relatos de memória ampliam os horizontes de compreensão do passado na medida em que, ao narrar suas experiências, o depoente oferece um olhar retrospectivo sob múltiplos ângulos.

O direcionamento da análise para essa dimensão subjetiva, ao passo que demarcou o limite do conjunto documental das fontes escritas, ressaltou a riqueza de possibilidades da história oral. A natureza subjetiva imanente dos relatos de memória tem sido a principal razão pela qual pesquisadores vinculados à “tradição clássica do historicismo”, como refere Jorge Eduardo Aceves Lozano, têm colocado em dúvida a confiabilidade da

²⁴ Id. Ibid., p.63.

²⁵ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Londrina: UEL/Departamento de Documentação e Pesquisa Histórica, 2007. p.3. (Notas de Aula). Disponível em: <<http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>>. Acesso em: 20 Mar.2008.

²⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. op. cit., p.24.

oralidade enquanto fonte legítima de conhecimento histórico, especialmente porque “(...) vertida em depoimentos e tradições, relatos e histórias de vida, narrações, recordações, memória e esquecimentos, etc., todos estes rotulados como elementos subjetivos de difícil manejo científico.”²⁷

Nesse aspecto, José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda destacam que a história oral, materializada em documento escrito, assume a objetividade de qualquer outro documento de análise historiográfica. No entanto, as interpretações e as reflexões decorrentes desse processo devem considerar a dimensão subjetiva que emana da sua constituição originária.

O alcance da proposição de investigação, bem como a amplitude do recorte histórico, implicou na composição cuidadosa do conjunto de fontes orais. Nesse sentido, o processo de escolha das pessoas a serem entrevistadas levou em conta os seguintes critérios: a vivência da Educação Física Escolar na condição de alunos no ensino primário e/ou secundário; a posterior formação em cursos superiores de Educação Física; a atuação como professor da área, se não toda, grande parte desenvolvida na escola; e no mínimo um destes três momentos, localizados no contexto histórico dos Governos Vargas.

Desse modo, percebe-se a amplitude das vertentes de análise possibilitada pelas fontes orais, que, em seu conjunto, não apenas contemplam as experiências dos sujeitos na Educação Física no âmbito da formação escolar e universitária durante os Governos Vargas, como são enriquecidas pelas vivências relacionadas à atuação docente.

É conveniente esclarecer que, assim como entendem Meihy e Holanda, parte-se da premissa de que a entrevista em história oral é resultado da comunhão entre entrevistado e entrevistador, os quais devem se reconhecer colaborando um com o outro na produção da documentação oral, o que significa dizer que, em contraposição à categorização equivocada do entrevistado como mero “recurso informativo” reduzindo “a capacidade de participação no conjunto do trabalho”, compreendo a interação entre entrevistador e entrevistado como “elemento constitutivo do trabalho de campo e de sua expressão textual”.²⁸

²⁷ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.18.

²⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e memória ou simplesmente história oral? In: ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL, 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FA/Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID, 1994. p.6.

Nesta direção, Alessandro Portelli acrescenta que a história oral expressa uma relação ambivalente entre o narrador, ou narradores, e o historiador que extrapola a compreensão da entrevista como um ato unilateral, consolidando-se na simultaneidade do que é dito, ouvido, escrito e reescrito no encontro do historiador com os entrevistados. Segundo o autor:

(...) historiadores que trabalham com história oral estão cada vez mais cientes de que ela é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material.²⁹

1.1.1 Os sujeitos da história

Eu posso falar porque eu vivi³⁰

Na tentativa de elucidar as experiências com a Educação Física como alunos dos cursos primário e secundário, bem como no percurso de formação e atuação docente no momento histórico específico, recorrer-se-á às lembranças de quatro professores e duas professoras de Educação Física.

Estabelecidos os critérios fundamentais, iniciou-se um longo itinerário para localização e contato com os professores que, potencialmente, atenderiam os requisitos para compor a documentação oral. A busca se mostrou bastante complicada a começar pela dificuldade de encontrar indicações de pessoas cuja idade fosse compatível com o recorte temporal proposto pela pesquisa.

Uma primeira possibilidade, que se apresentou com maiores probabilidades de êxito em obter os primeiros contatos foi a consulta ao banco de dados de alunos egressos das décadas de 1940 e 1950 nas instituições de ensino superior em Educação Física. No entanto, nas primeiras incursões realizadas foi possível notar que, ao contrário da suposição inicial, este caminho se mostrou extremamente burocrático, o que tornava o processo moroso e ineficaz.

Em meio aos inúmeros telefonemas às repartições de ensino e às peregrinações no meio universitário, sem sucesso, surge, em uma situação de conversa informal desta pesquisadora com amigos, a valiosa informação. O primeiro entrevistado foi encontrado de maneira inesperada e surpreendente, quando, ao externar-se o problema a um amigo, Prof. Dr. Glauco Nunes Souto Ramos, também professor de Educação Física, que atualmente ministra aulas na Universidade Federal de São Carlos, ele comentou sobre seu pai, o Sr.

²⁹ PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, 2001. p.10.

³⁰ Trecho da entrevista de Fernando de Oliveira Rocha realizada pela autora em 20/08/2008.

Edson Souto Ramos,³¹ cuja trajetória de formação e competente atuação como professor de Educação Física no contexto escolar já era conhecida através das histórias contadas pelo citado amigo, que, por ter sido aluno dele, tornava o assunto recorrente nas conversas. A participação do Sr. Edson foi fundamental para ampliar o leque de possibilidades na composição da documentação oral, especialmente por sua generosa colaboração na indicação de outros professores e professoras atuantes do período e até mesmo anteriores à sua formação.

Dentre as pessoas lembradas pelo Sr. Edson, estava o Sr. Walter Giro Giordano, cuja participação foi possível por ocasião de uma consulta à Revista dos Conselhos Federal e Regional de Educação Física, cuja edição, em suplemento especial, apresentava uma reportagem dedicada aos “Ilustres Mestres”, em homenagem a professores de Educação Física aposentados.³² Dentre os homenageados, os professores Walter Giro Giordano³³ e Hudson Ventura Teixeira³⁴ despertaram a atenção por terem parte de suas respectivas trajetórias profissionais desenvolvidas na Educação Física Escolar e, particularmente no caso do segundo, pelo desenvolvimento de um trabalho pioneiro destinado aos professores e aos alunos de Educação Física no cotidiano escolar.³⁵

Diferentemente do Sr. Edson, no caso desses dois professores, a aproximação não ocorreu de forma imediata, principalmente em razão de não haver uma pessoa conhecida em comum que mediasse os primeiros contatos, os quais foram realizados por telefone e, em sua maior parte, por intermédio de funcionários, ou seja, de forma absolutamente impessoal. Somou-se a essa intercorrência o fato de que os respectivos professores ocupavam, na ocasião, cargos na diretoria do Conselho Regional de Educação Física da 4ª. Região (Estado de São Paulo), o que os mantinha bastante ocupados, com pouca disponibilidade para a realização dos encontros. Após muita insistência, agendou-se um encontro, porém, para compatibilizar os horários, os dois professores preferiram realizar a reunião juntos.

O primeiro encontro³⁶ foi envolto por certa tensão, pois de início os professores se mostraram apreensivos com o grande interesse em entrevistá-los. Percebeu-se essa atitude

³¹ Entrevista realizada pela autora em 07 de outubro de 2005 às 15h00 na residência do entrevistado.

³² UM reconhecimento aos ilustres Mestres da Educação Física, Revista *CONFEE*, São Paulo, III, nº. 10, p. 4 -14, dez. 2003.

³³ Entrevista realizada pela autora em 26 de outubro de 2005 às 10h00 na Sede do Conselho Regional de Educação Física - São Paulo/SP

³⁴ Entrevista realizada pela autora em 26 de outubro de 2005 às 14h00 na Sede do Conselho Regional de Educação Física - São Paulo/SP

³⁵ TEIXEIRA, Hudson Ventura. *Educação física e desportos*. 4. ed. Saraiva: São Paulo, 1999.

³⁶ Realizado em 19 de outubro de 2005 na Sede do Conselho Regional de Educação Física - São Paulo/SP

com respeito e procurou-se esclarecer a temática da pesquisa, a finalidade das entrevistas e, especialmente, a relevância de as reuniões serem realizadas de modo individualizado, com o intuito de manter a fidelidade ao referencial teórico-metodológico. Após todos os esclarecimentos que se fizeram necessários, embora ainda se mostrassem um pouco relutantes, consentiram marcar uma outra visita a fim de ser realizada a entrevista, que ficou agendada para a semana seguinte. Os encontros que se seguiram com o Sr. Hudson e com o Sr. Walter demonstraram que a insistência valeu a pena, dada a riqueza de suas falas e a tamanha contribuição de suas experiências, que, somadas aos apontamentos da entrevista do Sr. Edson, deram, inclusive, outros desdobramentos para a coleta da documentação oral.

As conversas estabelecidas com os entrevistados permitiram notar a relevância de coletar relatos de entrevistados do sexo feminino, levando a dar continuidade ao percurso de constituição da documentação oral. Em um dos encontros com o Sr. Hudson, conversando a respeito dos professores que contribuíram para a criação da Associação dos Professores de Educação Física do Estado de São Paulo (APEF)³⁷, ele lembrou do nome da Sr^a. Maria Cleide Patrizi,³⁸ a qual, inclusive, atuou na presidência da Associação.

Passaram-se alguns meses até conseguir estabelecer o primeiro contato com a professora Cleide, porém os encontros que se seguiram a ele foram bastante proveitosos, inclusive porque, em uma das reuniões realizadas, foi possível obter a indicação de uma outra possível entrevistada, a professora Loyde Del Nero Daiuto³⁹, que colaborou com suas experiências e com uma rica sessão de fotos que, de forma primorosa, organizou para a ocasião da entrevista. Fotos que, inclusive, se encontravam no interior de grandes quadros de vidro, pois, como comentou a entrevistada, haviam acabado de retornar de uma exposição na Associação Cristã de Moços (ACM), cuja temática envolvia o histórico envolvimento da instituição com o desenvolvimento da Educação Física e do Esporte.

Se, a princípio, o processo de composição das fontes orais foi dificultado por não se encontrar entrevistados que atendessem os critérios do recorte temporal, posteriormente, ao final do processo, a indicação de uma pessoa que atendia plenamente os requisitos teve que ser descartada diante da sua recusa em participar da pesquisa.

³⁷ A APEF foi criada em 15 de junho de 1935 quando os primeiros “Instrutores de Ginástica” recém formados pela Escola Superior de Educação Physica constataram a “(...) a imperiosa necessidade da fundação de uma entidade que unisse a classe, que tivesse condições de defender seus interesses e, acima de tudo, que propugnasse permanentemente pelos verdadeiros objetivos da Educação Física”. DAIUTO, Moacyr Brondi. APEF – 1935/1993. Arquivo particular de Hudson Ventura Teixeira.

³⁸ Entrevista realizada pela autora em 29 de março de 2007 às 9h00 na residência da entrevistada.

³⁹ Entrevista realizada pela autora em 26 de setembro de 2007 às 13h00 na residência da entrevistada

Porém, o inesperado acontecimento possibilitou a aproximação com o Sr. Fernando Oliveira Rocha⁴⁰, que, desde o primeiro contato, esboçou a preocupação em colaborar da melhor maneira possível. Para isso, não se furtou a dedicar horas de seu dia a relembrar, e até mesmo a escrever suas experiências. O que fez esta pesquisadora retomar uma passagem dos escritos de Ecléa Bosi acerca do sentido que a evocação tem para o “homem que já viveu sua vida”, o qual: “Ao lembrar do passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”⁴¹.

Pode-se afirmar com convicção que o Sr. Fernando se ocupou em contar suas lembranças na Educação Física Escolar, as quais, em cada encontro, eram evocadas com mais detalhes e particularidades, além de permear as conversas informais durante os cafés ou os almoços compartilhados com ele e sua família.

Acreditando que a capacidade de saber ouvir é uma das premissas do trabalho investigativo com a matriz teórico-metodológica pautada na história oral, procurou-se despojar de preconceitos e de concepções previamente formuladas, adotando uma postura aberta de quem está disposto a aprender com as experiências do passado e, acima de tudo, a respeitar argumentações e opiniões diferentes, assim como pontos de vista contrários.

Compreende-se que tais princípios são, ou ao menos deveriam ser, motivo de preocupação de todo e qualquer pesquisador que trabalha com as fontes orais. Neste estudo, em particular, eles têm um peso significativo por duas razões: a primeira se refere ao envolvimento da pesquisadora com o objeto de estudo, que transcende essa condição e adentra as experiências na condição de professora de Educação Física na escola. Tais experiências situadas em tempos históricos distintos em relação à dos entrevistados refletem posicionamentos, ideias e preceitos nem sempre concordantes ou condizentes.

A segunda razão, mas não menos relevante, diz respeito à responsabilidade em torno de coletar os relatos de memória de pessoas, cujos anos de vida e riqueza de experiências denotam o peso de suas falas, ou seja, eles falam com a autoridade de quem viveu, pois se a história oral compreende a representação do passado, a palavra daquele que viveu a história assume, portanto, um papel muito significativo.⁴² “Eu vivi e eu posso falar” como faz questão de frisar o Sr. Fernando, o último professor entrevistado.

⁴⁰ Entrevista realizada pela autora em 20 de agosto de 2008 às 12h00 na residência do entrevistado.

⁴¹ BOSI, Ecléa. op. cit., p.60.

⁴² GALLIAN, Dante M. Claramonte. *Pedaços da guerra: experiências com história oral de vida de Tobarrenhos*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. (Mimeo).

Tal responsabilidade refere-se à preocupação com o processo de transformação dos relatos orais em documentos escritos, não apenas do ponto de vista ético, de manter a fidelidade de suas falas, mas, sobretudo, de não deixar escapar a atmosfera subjetiva, o universo de sentimentos, a riqueza dos detalhes que suas falas transmitem e que representam a vivacidade da memória. Nesse sentido, procurou-se preservar integralmente os textos das entrevistas, citando-os literalmente da maneira como permaneceram na versão autorizada pelos entrevistados.

Nesse sentido, as informações acerca de acontecimentos específicos bem como relativas às datas se fundamentam nos dados oriundos dos testemunhos e, ainda que não sejam precisas, foram preservadas da forma como foram mencionadas pelos entrevistados, não sendo submetidos a procedimentos de conferência em busca de exatidão de informações ou a julgamentos baseados em referenciais de verdade, pois, como alertam Meihy e Holanda “(...) quando se vale da entrevista para obter informação objetiva ou dados exatos, não se pratica história oral e sim se faz uso convencional de entrevistas”.⁴³

Para não incorrer no erro mencionado pelos autores, é importante esclarecer que, mesmo que em alguns momentos seja necessário localizar as falas temporalmente recorrendo a dados precisos de fontes escritas, será com o intuito de situá-las no respectivo contexto histórico e político e não para checar a veracidade da informação.

Outro aspecto essencial no processo de composição da documentação oral é o estabelecimento de vínculos com as pessoas que irão contar suas experiências do passado. A peculiaridade da documentação oral reside na imprevisibilidade de o pesquisador decidir quando e como manusear os dados, os quais não estão compilados e disponibilizados à espera de alguém para analisá-los, o que implica conter a ânsia que todo pesquisador experimenta ao se deparar com uma importante fonte documental e tentar extrair dela o máximo de informações possíveis.

No caso da história oral, cujas fontes são pessoas que irão compartilhar suas memórias de vida, é imprescindível prever muitos encontros anteriores à concretização da entrevista, de forma a estabelecer os laços de confiança, pois elas não contam suas experiências pessoais de vida a alguém que acabam de conhecer ou, se eventualmente isso ocorrer, a essência e a profundidade das reminiscências serão perdidas. Além de aceitar que muitos desses encontros podem não resultar na constituição do documento oral, diante da recusa dos sujeitos em autorizar, ou até mesmo formalizar a entrevista – situação que,

⁴³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola, op. cit., p. 25.

como já mencionado, ocorreu nesta pesquisa no final do processo de composição das fontes orais.

Outro aspecto que distingue a entrevista em história oral de outras de natureza estatística ou de cunho jornalístico é que, assim como a entrevista não é caracterizada como um instrumento de aquisição de informações em uma única intervenção, não se tem a pretensão de fazer uso imediato do seu conteúdo, o que requer um conjunto de procedimentos rigorosos posteriores à gravação. Além disso, o ato de rememorar os acontecimentos da vida passada é um processo que envolve sentimentos como saudade, raiva, ternura, decepção entre outras emoções expressas, seja por um semblante tenso e descontraído, seja nos momentos de choro e de riso, que vão além do ato de responder mecanicamente as questões.

Na história oral, assim como sinaliza Antonio Torres Montenegro, “deve-se ainda possibilitar ao entrevistado, ouvir/ler a entrevista de forma que este acompanhe e intervenha se assim achar necessário em todos os momentos de produção deste campo documental”.⁴⁴ Nesse sentido, além dos encontros realizados antes das entrevistas, houve muitos outros posteriores, exigidos pelo procedimento metodológico adotado, que prevê a devolução do material transcrito, literal e integralmente, para ciência, eventuais restrições ao seu conteúdo e, diante de um novo texto, uma nova leitura e posterior autorização ou não da utilização e publicação, o que consolida a confiança conquistada pelo pesquisador e demarca esse processo como resultado de uma produção mútua e democrática.

Interessante salientar que muitas das visitas, inclusive aquelas realizadas após a formalização das entrevistas, ocorreram por iniciativa dos entrevistados. Não foram poucas as conversas que se desenrolaram em meio a um chá e café com bolos e quitutes oferecidos carinhosamente pela Sr^a. Cleide, Sr^a. Loyde, pelo Sr. Edson e sua esposa Sr^a. Glecir, ou o almoço descontraído proporcionado pelo Sr. Fernando, sua esposa Sr^a. Dirce e família.

Procurou-se valorizar esses instantes como ocasiões propícias para o estabelecimento de vínculos de confiança, bem como para partilhar e compartilhar experiências e conhecimentos acerca das vivências com a Educação Física Escolar. E foram nesses momentos, que se deu o acesso às fotografias, ao acervo de livros, a manuscritos, enfim, a um vasto repertório de documentos valiosos, os quais, inclusive, ao serem expostos pelos professores, permitiam que outras lembranças aflorassem.

⁴⁴ MONTENEGRO, Antonio Torres. Memória e história: desafios da contemporaneidade. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL, 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FA/Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID, 1994. p. 16.

Embora se tenha optado pela utilização de um roteiro com temas a serem abordados na entrevista, no sentido de balizar e orientar o trabalho do pesquisador, em muitas das conversas realizadas com os professores as intervenções foram desnecessárias, diante da riqueza de suas falas, sem pressa, às vezes recorrendo a poucas palavras, mas repletas de profundidade. Inclusive, foi muito difícil para esta pesquisadora que tem as palavras escritas, ou verbalizadas, como ferramentas de trabalho, ler o não dito, interpretar o que expressavam seus semblantes nos momentos em que as lágrimas e as gargalhadas substituíram as palavras e quando o silêncio fez perceber muitas coisas.

1.1.2 Os mestres e os trajetos percorridos na escola primária e secundária

(...) no dia que eu fiz sete anos meu pai me levou pra escola pela primeira vez. Eu levantei de madrugada e eu fui pular lá fora de alegria porque eu ia pra escola⁴⁵

A tentativa de descrever a Educação Física desenvolvida na escola durante os Governos Vargas a partir dos relatos de memória de professores requer considerá-los envolvidos pela singularidade decorrente de trajetórias distintas, repleta de particularidades que fazem com que cada lembrança seja única.

Na expectativa de dar forma e consistência a esse aspecto singular dos relatos, é importante que se conheça a trajetória de cada um daqueles que compartilharam suas recordações. As respectivas histórias de vida serão aqui apresentadas no espectro da escola abordando o caminho trilhado pelos entrevistados durante o ensino primário e secundário, este último segmentado em duas fases: a ginásial e a colegial⁴⁶.

O esboço desta trajetória é fundamental para situar as experiências no “mundo-vida” de cada um desses professores e professoras, cujas escolhas pessoais ou familiares, somadas a circunstâncias sociais e políticas, traçaram rumos distintos para cada um, caracterizando a peculiaridade de cada relato.

⁴⁵ Trecho da entrevista de Loyde Del Nero Daiuto realizada pela autora em 26 de setembro de 2007.

⁴⁶ Destaca-se que as alterações que a Reforma Capanema estabeleceu nos cursos do ensino secundário, mantiveram a duração de sete anos determinada pela Reforma Campos. Porém em substituição a anterior divisão em curso fundamental de 5 anos e elementar de 2 anos, o ensino secundário passou a ser estruturado em um ciclo de quatro anos referenciado como curso ginásial e um segundo ciclo compreendendo dois cursos paralelos: o clássico e o científico, tendo cada um a duração de três anos. A regulamentação previu ainda denominações específicas de “Ginásio” para os estabelecimentos de ensino secundário destinados a ministrar exclusivamente o primeiro ciclo de “Colégio” para aqueles que ministravam um ou ambos os cursos do segundo ciclo. Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. In: NÓBREGA. Wandick Londres, op. cit. A título de esclarecimento, explicita-se que os termos são utilizados neste trabalho em referência aos respectivos níveis de ensino, especialmente por serem assim expressos pelos entrevistados.

As recordações são perpassadas pelo conjunto de significações atribuídas pelos sujeitos ao se lançarem no trabalho de retrospectção, o que implica na compreensão de que um mesmo acontecimento, ainda que vivenciado em uma mesma temporalidade por duas pessoas, não será rememorado igualmente por elas, pois, como será lembrado, ou mesmo se será lembrado está intrinsecamente relacionado com a representatividade no presente de determinado acontecimento.

Assim, os lapsos e esquecimentos inerentes ao ato de rememorar, longe de invalidarem os relatos de memória como documentos históricos, os enriquecem na medida em que apontam para novas perspectivas de análise.

Os entrevistados tiveram suas experiências no processo de escolarização primária e/ou secundária, toda ou em parte na década de 1940, as quais estiveram sujeitas à política educacional do ministro Capanema. Neste contexto, destaca-se o valor atribuído às falas das professoras neste estudo, posto que a Reforma Capanema, promulgada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, prescreveu às mulheres um processo de escolarização diferenciado, o que, por si só, denota um arcabouço de experiências escolares bastante diverso das dos homens.

Interessante notar que, quando solicitados a falar a respeito de suas experiências na escola, todos os entrevistados, sem exceção, o fizeram com brilho nos olhos e com o sorriso aberto, refletindo a alegria de rememorar as histórias de infância.

Essa atitude foi observada pela primeira vez, quando tive a oportunidade de conversar com o Sr. Edson Souto Ramos, que iniciou seus estudos no ensino primário, no ano de 1943, no Grupo Escolar Dom Henrique Mourão, localizado em Lins, cidade do interior do estado de São Paulo onde morava na ocasião. Quando ainda residia em Lins, o Sr. Edson frequentou os quatro anos do curso ginásial no Ginásio Estadual da cidade e o colegial em outra instituição, que ele narra da seguinte maneira:

(...) após terminar o primeiro colegial eu fiz a transferência para o curso de formação profissional de professor primário. No segundo ano do curso normal fui convocado para servir o exército. Assim sendo fui obrigado a pedir minha transferência do colégio estadual para o Instituto Americano de Lins, uma escola particular, no curso noturno, para não perder aquele ano. Como eu jogava basquetebol na seleção da cidade, o diretor do referido Instituto me convidou para estudar de graça, e assim, não perder o ano. Assim eu terminei o curso normal e fiz minha inscrição para o vestibular de Educação Física em São Paulo.

O Sr. Edson finalizou o colegial em Lins em 1954 e, no ano seguinte, iniciou seus estudos na Escola Superior de Educação Física de São Paulo.

Diferentemente do Sr. Edson, o Sr. Walter Giro Giordano teve todo seu processo de escolarização realizado na cidade de São Paulo onde, em 1941, começou a frequentar a escola primária no Colégio Salesiano Dom Bosco, concluindo-o em 1944. Em 1946, deu prosseguimento aos estudos em nível secundário na Escola Estadual São Paulo e, posteriormente, também na Escola Superior de Educação Física de São Paulo, onde estudou de 1953 a 1955.

Colega de turma do Sr. Walter, o Sr. Hudson Ventura Teixeira realizou seus estudos no ensino primário na cidade de Tietê, no Grupo Escolar Luiz Antunes, no qual ingressou em 1942. Em 1946, inicia o curso ginásial do ensino secundário no Colégio Estadual e Escola Normal Plínio Rodrigues Moraes, a mesma escola em que realizou o colegial, finalizando-o em 1952. Assim como o Sr. Edson, ele também frequentou o curso normal, que foi realizado concomitantemente com o curso superior, como ele mesmo recorda:

O meu curso do ensino médio foi completado com o curso de professor normalista. Essa complementação foi feita junto com o curso de Licenciatura em Educação Física. Eu cheguei a fazer os dois cursos e trabalhar à tarde (...) Depois de formado, eu voltei e concluí o curso normalista.

A trajetória da Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto traz à tona o significado simbólico da escola na infância e do que representa para a criança este espaço de subjetividades. A Sr^a. Loyde conta com entusiasmo e emoção o início de seu percurso escolar:

No primário eu entrei em trinta e três, no dia do meu aniversário. Só podia entrar com sete anos, então no dia que eu fiz sete anos meu pai me levou pra escola pela primeira vez. Eu levantei de madrugada e eu fui pular lá fora de alegria porque eu ia pra escola.

A Sr^a. Loyde nasceu na cidade de São Paulo, onde concluiu sua formação escolar regular até o ginásio e a posterior formação universitária. Finalizou o ensino primário em 1936, no Grupo Escolar da Consolação; no ano seguinte, cursava o primeiro ano ginásial em um colégio da rede privada de ensino. Ao contar essa passagem de sua vida escolar, notou-se, mais uma vez em sua fala, a relevância que a entrevistada atribuía à escola e o quanto significava para ela a continuidade dos estudos:

(...) quando acabou o primário eu entrei... meu pai me pôs no Mackenzie pra fazer o ginásio, graças a Deus! Era uma escola ótima, a melhor de São Paulo, mas era paga. Meu pai ganhou a meia bolsa e eu pude fazer o ginásio todinho lá

(...) No dia que recebi o diploma do ginásio no dia quinze de dezembro de quarenta e dois, meu pai falou assim quando nós chegamos em casa depois da festa: “Amanhã você vai trabalhar”. Aquilo foi um choque horrível pra mim, porque eu não queria trabalhar, eu queria continuar a estudar, mas não podia porque meu pai não tinha condições. Então eu falei: “Não vou amanhã, vou depois de amanhã. Hoje eu estou de ressaca (risos). Não, amanhã eu não vou”.

Contrariamente ao sentimento que demonstrava ter pelos estudos, o trabalho aparecia para ela como um empecilho, de que diante da necessidade, não pôde se desvencilhar. Assim, dois dias depois de sua formatura no ginásio, estava empregada em uma fábrica de tinta, período que lembra com certa amargura:

Trabalhava o dia inteiro, não podia conversar, não podia nem sair um pouquinho da sala porque o patrão era muito exigente, era muito sofredor e eu tive alergia pelo cheiro da tinta. Então, quando foi novembro mais ou menos, eu tive que sair da fábrica porque eu já estava inchada. Aí eu fiquei procurando outro emprego que fosse mais suave, mas o meu sonho de estudar não saía da minha cabeça. Eu queria fazer pelo menos o Normal na Praça que era de graça, não consegui.

A Sr^a. Maria Cleide Patrizi, cuja trajetória escolar ocorreu na cidade de São Carlos, cursou o ensino primário na Escola Modelo Dr. Álvaro Guião, no período de 1948 a 1951. O ensino ginásial ela cursou no Colégio São Carlos, instituição de ensino confessional católico e que, na época, era estritamente feminino, com regime de internato e externato, como ela conta:

(...) fui embora pro colégio das freiras, que tinha só meninas (...) As meninas que moravam na região da Araraquarense, Analândia, Brotas, Itirapina, onde não tinha escola de... ginásio (...) então elas vinham pra São Carlos estudar no colégio das freiras porque moça casadora estudava em colégio de freira, famílias que queriam que as meninas tivessem uma educação mais requintada estudavam em colégio católico, né?

A tentativa de escapar do enquadramento social da mulher no estereótipo descrito pela expressão “casadora”, que a entrevistada utiliza e que aponta como o pensamento dominante no período, fica evidente diante da recusa em seguir a carreira de normalista, opção que indica ser a de todas as suas amigas ao final do ensino ginásial. Ela conta seu interesse por continuar os estudos em nível superior e de sua decisão, quando concluiu o curso ginásial, de ingressar no Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião da rede pública estadual, para cursar o ensino colegial

(...)eu terminei o ginásio e eu queria fazer línguas que na época era fino. Menina moça de família, menina que se julgava assim inteligente, que gostava das coisas

queria fazer línguas e aonde? Em São Paulo no Sedes Sapientiae (...) eu fui pro Instituto fazer o clássico que era o curso que dava acesso ao vestibular pra Letras e Direito, ou seja, hoje seria Humanas.

O Sr. Fernando de Oliveira Rocha teve seu percurso escolar todo realizado em Araraquara, cujo início foi marcado por um episódio que o fez perder o primeiro ano primário, o qual ele narra da seguinte forma:

Eu iniciei meu primário, que chamava-se curso primário em 1933! Eu tinha sete anos Eu iniciei numa escola (...) chamava-se União Operária. (...) E tinha uma professora assim de bastante idade, chamava-se Dona Joaquina (...) Como era portuguesa, então, meu pai não poderia deixar de prestigiar. “Não, tu vais pra lá!” E eu fui pra lá. Mas eu fiquei um ano e esta professora adoeceu, porque tinha muita idade. Então, em 34, eu tornei a voltar pro primeiro ano (...)

Após esse episódio, ele retomou o ensino primário em 1934, no Primeiro Grupo Escolar de Araraquara, concluindo-o em 1938. Como a primeira tentativa de ingresso ao ensino secundário não foi bem sucedida, ele voltou a ficar um ano sem estudar, iniciando o ensino ginasial apenas em 1940. Concluiu o ensino secundário na cidade de Araraquara e em 1948 ingressa na Escola Superior de Educação Física de São Carlos.

O quadro 1, reproduzido na página seguinte, apresenta um esboço geral dos dados colhidos com os entrevistados:

QUADRO 1 – ENTREVISTADOS - Por ordem de data da entrevista. Dados atualizados com base no mês de março de 2009.

Nome	Data Nasc	Idade	Data Entrevista	Ensino Primário	Ensino Secundário	Ensino Superior	Atuação Escola*
Edson Souto Ramos	20/03/1935	74	07/10/2005	1943 a 1946	1947 a 1951 (ginasial) 1952 a 1954 (colegial)	1955 a 1957	1960 a 1970 (P) 1960 a 1991 (E) 1960 a 1995 (M)
Walter Giro Giordano	21/08/1932	76	26/10/2005	1941 a 1944	1946 a 1949 (ginasial) 1950 a 1952 (colegial)	1953 a 1955	1958 a 1988 (E) 1967 a 1995 (M)
Hudson Ventura Teixeira	08/09/1935	73	26/10/2005	1942 a 1945	1946 a 1949 (ginasial) 1950 a 1952 (colegial)	1953 a 1955	1958 a 1969(S) 1956 a 1998 (P)
Maria Cleide Patrizi	30/10/1940	68	29/03/2007	1948 a 1951	1952 a 1956 (ginasial) 1957 a 1961 (colegial)	1962 a 1964	1965 a 1990 (E) 1970 a 1994 (P) 1970 a 1978 (P) 1971 a 1972 (P)
Loyde Del Nero Daiuto	08/04/1926	82	26/09/2007	1933 a 1936	1937 a 1942 (ginásio)	1943 a 1945	1945 a 1984 (E)
Fernando de Oliveira Rocha	30/01/1926	83	20/08/2008	1934 a 1938	1940 a 1947 Transição reformas	1948 a 1950	1951 a 1983 (E)

*Rede Pública Estadual (E), Rede Pública Municipal (M), Rede Privada (P) e Rede SENAI (S).

OBSERVAÇÕES:

Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos (Gestão 1931 a 1934) - Reforma Campos: vigente de 1931 a 1942

Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema (Gestão 1934 a 1945) - Reforma Capanema: vigorou de 1942 a 1961

Ensino Secundário:

Reforma Campos – Dividido em Fundamental de 5 anos e Complementar de 2 anos

Reforma Capanema – Um ciclo que compreende um só curso - o Ginasial de 4 anos - e outro ciclo de 3 anos, composto por dois cursos paralelos: curso clássico e o curso científico. Os estabelecimentos de ensino que ministravam o primeiro ciclo recebiam a denominação de Ginásio e os do segundo Colégio.

1.2 O projeto educacional do Ministério Campos e a Educação Física Escolar: a busca pelo “homem de ação física e moralmente sadio”

(...) educar não é apenas transmitir conhecimentos ou conferir diplomas de capacidade intelectual. O processo educativo mais adequado às nossas condições sociais, é o que consiste na preparação equilibrada do espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator consciente e entusiasta do engrandecimento pátrio.⁴⁷

O panorama político brasileiro durante o período que se seguiu à proclamação da República esteve permeado pela atmosfera de disputa pelo poder nas sucessões presidenciais que marcaram a chamada República Velha (1889-1930). Isso porque com a regulamentação, na Constituição de 1891, do período máximo de quatro anos para o presidente permanecer no cargo, a cada término de um mandato presidencial se intensificavam as negociações entre o governo em exercício e os líderes políticos estaduais para a indicação do sucessor, o que, associado aos arranjos para as manipulações dos resultados eleitorais, acabava por incitar um quadro de agitação política permanente no período.⁴⁸

É no contexto de disputas pelo poder político do final da década de 1920 que Getúlio Vargas passou a figurar de forma preponderante no cenário político, atuando como articulador importante no grupo de oposição ao governo de Washington Luiz (1926-1930), constituído por líderes políticos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os quais se ressentiam do posto de coadjuvantes na corrida eleitoral, enquanto que o Estado de São Paulo, com a indicação do candidato paulista Julio Prestes para a sucessão do então presidente, estava na iminência de permanecer mais quatro anos à frente do poder político nacional.⁴⁹

O descontentamento de Getúlio Vargas, bem como dos demais membros do grupo de oposição com a soberania do poder oligárquico da chamada “política do café com leite”⁵⁰, resultou no movimento iniciado na região sul do Brasil sob sua liderança e com o

⁴⁷ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo Provisório. (1930-1931). Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1931. p.105.

⁴⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.22.

⁴⁹ Id. Ibid., p.24.

⁵⁰ Trata-se da forma de poder assente e alternado em termos de Governo Federal entre os grandes fazendeiros, de um lado os criadores de gado e produtores de leite do Estado de Minas Gerais, e, do outro, os cafeicultores do Estado de São Paulo.

apoio de um grupo de jovens tenentes, que eclodiu na rebelião armada datada de 3 de outubro de 1930 para a derrubada do governo.⁵¹

O então presidente Washington Luiz, julgando ter conseguido apoio suficiente para eleger seu candidato à sucessão, o político Júlio Prestes, relutou em entregar o cargo até que, pressionado a renunciar e após presenciar a intervenção pessoal do Cardeal Leme no Estado do Rio de Janeiro, “se convenceu de que sua posição estava perdida e que ele devia deixar o cargo e abandonar seu plano de empossar Julio Prestes (...)”.⁵²

Segundo Thomas E. Skidmore, a ascensão de Vargas à presidência do Brasil resultou em um movimento de transição política que ficou conhecido como Revolução de 30, que significou, sobretudo, o fim da estrutura republicana criada na década de 1890, a qual se encontrava, no fim da década de 1920, desgastada pela crise econômica que se estabeleceu no período em âmbito mundial e pelo desejo coletivo de uma nova forma de governar, na tentativa de suplantar o sistema arcaico vigente até então, reajustando-se às novas necessidades econômicas que nasciam com a sociedade urbano-industrial.

Finalmente, em 03 de novembro de 1930, após o curto período em que uma junta militar governou o país, o poder é entregue a Getulio Vargas, que assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório. Boris Fausto assinala que, alguns dias depois de tomar posse, ao registrar em seu diário que assumiria o governo “com poderes ditatoriais”, Vargas já anunciava o que o autor menciona ser a marca distintiva de seu governo: a centralização do poder.⁵³

O caráter centralizador das pretensões políticas de Getulio Vargas pode ser observado em uma de suas mensagens presidenciais, na qual se expressou acerca da supremacia do Estado, concebido por ele como o “(...) coordenador e disciplinador dos interesses coletivos ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso.”⁵⁴

Tal constatação é corroborada pelas primeiras intervenções do então Chefe do Governo Provisório, o qual, por meio de um decreto em 11 de novembro de 1930, garantiu amplos poderes políticos, dando direito ao governo de exercer tanto o poder executivo quanto o legislativo. Dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estaduais e

⁵¹ SKIDMORE, Thomas E. op. cit.

⁵² Id. Ibid., p.24 e 25.

⁵³ FAUSTO, Boris. *Getulio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵⁴ BRASIL (Presidente). *Mensagens Presidenciais 1933-1937 - Getulio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p.41.

municipais e instituiu a figura do interventor federal⁵⁵, com atuação em âmbito estadual e subordinado ao governo provisório.⁵⁶

Assinala-se, para uma melhor compreensão dos acontecimentos subseqüentes, que as medidas autoritárias tomadas por Vargas não foram recebidas passivamente pelos diferentes grupos⁵⁷ e camadas da sociedade⁵⁸. Enquanto que os “constitucionalistas liberais pressionavam por eleições imediatas”, os “tenentes (...) exigiam que Vargas continuasse indefinidamente seu mandato, como governo provisório”⁵⁹. Vargas respondia às pressões de cada um desses grupos de interesses realizando o jogo de concessões, sugerindo atender as exigências, ora de um, ora de outro grupo, sem concretizá-las de fato ou, ainda, efetivando-as com intenções de serem subjacentes ao governo.

Diante desse quadro de instabilidade, a afirmação do pensamento político de caráter centralizador e autoritário, cuja expressão máxima se encontrava na figura de Getúlio Vargas, necessitava transformar a crescente e difusa sociedade em uma massa homogênea manipulável, apta a aceitar e, mais do que isso, a endossar o processo de centralização do poder como única solução viável para o progresso do país.

A efetivação deste projeto de sociedade implicava em uma ferramenta de intervenção social eficaz e, nesta perspectiva, a Educação foi concebida neste período como um instrumento que carregava em si o “(...) poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e de participação”.⁶⁰

Essa concepção instrumental atribuiu à Educação um papel político extremamente relevante durante os Governos Vargas, principalmente nas duas primeiras décadas, tornando-a alvo de investidas por parte de diferentes setores organizados da sociedade, cujos detentores de maior força política constituíam a tríade: Estado, Igreja, Exército. O

⁵⁵ Título concedido a um governador de nomeação federal provido de poderes legislativos. SKIDMORE, Thomas. E. op. cit.

⁵⁶ “Em agosto de 1931 o Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central”. Id. Ibid., p.46.

⁵⁷ De acordo com Skidmore (1976), a Revolução de 30 foi articulada por grupos partidários heterogêneos com o interesse comum de promover a mudança de poder. Tais grupos são divididos em: partidários revolucionários, dentre eles os constitucionalistas (favoráveis às eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis) e os nacionalistas semi-autoritários (jovens tenentes adeptos às formas políticas não democráticas); e os partidários não-revolucionários composto pelos militares superiores, membros dissidentes da elite política e plantadores de café. Id. Ibid., p.27-31.

⁵⁸ A classe média urbana constituída por empregados do comércio, da indústria leve, das profissões liberais e da burocracia compunha o maior grupo de adeptos do constitucionalismo liberal tendo a cidade de São Paulo como sustentáculo nacional destes objetivos. Id. Ibid., p.32.

⁵⁹ Id. Ibid., p. 32.

⁶⁰ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.69.

Estado “(...) procura colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária”, a Igreja “(...) que luta pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade de ensino, enquanto garantia da existência de suas escolas” e os militares “(...) que buscam, em nome da segurança nacional, interferir diretamente na política educacional no sentido de conformá-la à política militar do país”⁶¹.

Nesta perspectiva, Getúlio Vargas, no ímpeto de garantir que a formulação das propostas educacionais estivesse em consonância com o projeto político centralizador de construção do Estado Nacional, criou, dias depois de ter assumido a chefia do Governo Provisório, em 04 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública,⁶² designando, como ministro, Francisco Luís da Silva Campos.

Os conflitos gerados no campo da Educação envolvendo principalmente o Exército e a Igreja adquiriram, a partir de 1930, ressonância e consistência, especialmente porque os ideais do movimento de renovação educacional desencadeado na década anterior ganham dimensão quando incorporados e difundidos no “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” redigido em 1932 pelo “protagonista e porta-voz”⁶³ do movimento, Fernando de Azevedo. A ele se juntaram Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros assinantes do manifesto na luta “por uma concepção de escola leiga, gratuita e obrigatória, pautando-se pelas necessidades regionais, pressupondo uma unidade que não significasse uniformidade, mas ao contrário, multiplicidade (...)”⁶⁴

Tais premissas encontraram forte resistência por parte de segmentos conservadores e reacionários, cujo cerne das críticas era a “ênfase dada por esse ‘bolchevista intelectual’ à necessidade de se abrir o sistema escolar a toda a população alijada da educação, do saber e, portanto, do poder.”⁶⁵ Fernando de Azevedo chegou a assinalar a oposição ostensiva de um desses setores, a Igreja Católica: “O movimento já começou a sofrer seus primeiros

⁶¹ HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p.3.

⁶² O citado ministério foi criado pelo decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930 com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. In: BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942. Em documentos oficiais e na literatura foi possível encontrar este órgão referenciado por Ministério da Educação e Saúde Pública ou ainda Ministério da Educação e Saúde. Em razão desta variedade de denominações adoto neste trabalho esta última nomenclatura ao me referir ao citado órgão.

⁶³ Faço alusão à expressão cunhada por Marta Maria Chagas de Carvalho. Cf: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. op. cit, p. 5.

⁶⁴ PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo: educação e transformação. São Paulo: Perspectiva, 1987. p.24.

⁶⁵ Id. Ibid., p.22.

ataques. O Centro D. Vital pelos seus representantes no Rio e em São Paulo, já assentou contra ele suas baterias. Artilharia grossa.”.⁶⁶

A Igreja Católica passou a travar debates acirrados na tentativa de legitimar seus interesses, defendendo o direito do ensino religioso nas escolas, e, mais do que isso, reivindicando o posicionamento contrário do Estado ao ensino neutro e a favor do ensino confessional católico.⁶⁷ Outro aspecto determinante para o estabelecimento do conflito era que:

A Igreja Católica, que até então praticamente monopolizava, no Brasil, o ensino médio, estava, desde a proclamação da República, agastada com a laicidade do ensino (...) Agora em face do alcance do movimento renovador e em face, principalmente, das reivindicações que este fazia em torno da necessidade de se implantar efetivamente o ensino público, de âmbito nacional obrigatório e gratuito, ela se viu ameaçada de perder aquele quase monopólio.⁶⁸

Soma-se a isso que a Igreja, detendo o controle do ensino secundário através de sua rede de colégios e mantendo-se presente no meio intelectual com a fundação da Associação dos Universitários Católicos em 1929, se viu ausente no ensino primário, cuja expansão sentida entre os anos de 1920 e 1930, com tendência a acelerar-se, fez com que ela voltasse sua atenção para esse nível de ensino, o que significa dizer que “(...) ao lutar pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja estava lutando para garantir a sua influência sobre as classes populares urbanas.”⁶⁹

Francisco Campos se mostrou sensível às causas da Igreja Católica, procurando atender tanto quanto possível as suas aspirações em ocupar maior espaço político no campo da Educação. Tal aproximação se devia menos a afinidades religiosas ou ideológicas e mais a interesses objetivos de estratégia, visto que o projeto educacional de tendência fascista idealizado por Campos “(...) tinha como principal meta a unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares (...)”⁷⁰, e como base a construção do Estado totalitário em substituição ao Estado liberal-democrático.

⁶⁶ Correspondência de Fernando de Azevedo a Francisco Venâncio Filho datada de 24 de março de 1932. In: Id. Ibid., p.106.

⁶⁷ Para mais esclarecimentos, cf: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro, op. cit., p.69-83.

⁶⁸ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p.143.

⁶⁹ HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.99.

⁷⁰ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro, op. cit. p.79.

A estreita vinculação do ensino religioso à tarefa de formação moral dos cidadãos se revelou como uma saída estratégica do governo que, se por um lado, demonstrava vontade política de Francisco Campos em atender as solicitações de educadores católicos que reivindicavam para si a responsabilidade sobre este campo, por outro se consagrava como uma importante ferramenta na tentativa de “(...) estabelecer mecanismos para reforçar a disciplina e autoridade (...) Dentro da concepção de Francisco Campos, a educação religiosa era um destes mecanismos.”⁷¹

No bojo desse pensamento, que preconizava a elevação moral, coexistia como condição substancial para a formação de uma nação próspera o princípio de saneamento social, remanescente do final do século XVIII e decorrer do século XIX, quando a Europa vivenciava uma série de mudanças desencadeadas pela Revolução Industrial, entre elas, a reordenação do espaço urbano, o qual cada vez mais recebia pessoas provenientes do campo em busca do trabalho assalariado das fábricas. Por precária condição social, se aglutinavam em moradias sem qualquer infraestrutura de saneamento básico. Tal circunstância evidenciou a necessidade de propor uma nova concepção de cidade, principalmente no que se refere à higienização.

No Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, observou-se situação semelhante no final do século XIX, quando, no ano de 1894, o governo, orientado por interesses elitistas e influenciado pelas teorias médico-higienistas da Europa, particularmente pela lei francesa de higiene residencial, elaborou o Código Sanitarista Estadual, na tentativa de controlar a epidemia de doenças como a febre amarela, que dificultava a vinda de imigrantes italianos para o trabalho nas lavouras de café e, conseqüentemente, ameaçava a atividade agroexportadora.⁷²

Esta situação se perpetua no início do século XX, especialmente nas duas primeiras décadas, como aponta o presidente Washington Luiz ao comentar acerca dos problemas enfrentados no último ano de seu mandato: “Foi um anno diffícil esse de 1929; nelle surgiram e, concomitantemente, cresceram a crise sanitária com o reaparecimento da febre amarella (...)”.⁷³

O projeto de “reconstrução nacional” de Vargas prescindia de uma sociedade formada por homens e mulheres sadios física e moralmente, atributos considerados

⁷¹ HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.101.

⁷² CORRÊA, Denise Aparecida, op. cit., p.26.

⁷³ BRASIL (Presidente). Mensagens Presidenciais 1927-1930 – Washington Luís. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p.541.

essenciais para o progresso da nação, mas que estavam longe de ilustrar a situação brasileira naquele momento histórico.

Assim, compreende-se, em parte, o empenho do então ministro Francisco Campos para a manutenção do ensino religioso nas escolas, que, como já observado, se encarregava da formação moralmente sadia da sociedade. No tocante à preparação de indivíduos fisicamente sadios, a Educação Física, especialmente aquela desenvolvida no âmbito escolar, se mostrava como o *locus* privilegiado.

Essa relação não se fazia por acaso naquele momento, uma vez que a Educação Física, atrelada aos princípios sanitaristas do século XIX, foi legitimada “como um dos instrumentos capazes de promover a assepsia social, de viabilizar esta educação higiênica e de moralizar os hábitos.”.⁷⁴

Gonçalves Junior e Ramos observam que:

No caso da concepção higienista, o tema saúde estava em primeiro lugar. Para tal tendência, era fundamental a formação de homens e mulheres fortes e sadios, ou seja, ela protagoniza um projeto de “assepsia social” ligado ao pensamento liberal predominante do século XIX, que acreditava na educação como redentora da humanidade. Assim, vislumbra-se a possibilidade de resolver o problema da saúde pública pela educação e pela educação física, independentemente das determinações dadas pelas condições materiais.⁷⁵

Os autores destacam ainda que o tema saúde era tratado do ponto de vista meramente anátomo-fisiológico e desprovido de qualquer reflexão político-social e alertam que lemas como “Educação Física é saúde” ou “mens sana in corpore sano”, ainda hoje difundidos no meio social, expressavam as marcas da concepção higienista que se encontravam impregnadas na Educação Física.⁷⁶

O imperativo do saneamento social perdurou como um problema de saúde pública nos primeiros anos da década de 1930 e veio acompanhado e em estreita conexão ao problema da educação. Não sem propósito, Getúlio Vargas, na ocasião em que assumiu a chefia do Governo Provisório, anunciou como uma das ações previstas no seu “Programa de Reconstrução Nacional”, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, atribuindo a este o trabalho de saneamento moral e físico da sociedade.⁷⁷ Acrescenta-se

⁷⁴ SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994. p.16/17.

⁷⁵ GONÇALVES JUNIOR, Luiz; RAMOS, Glauco Nunes Souto. *A educação física escolar e a questão do gênero no Brasil e em Portugal*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p.9.

⁷⁶ Id. Ibid.

⁷⁷ HORTA, José Silvério Baía, op. cit.

ainda que a relação tênue estabelecida entre escolarização e saúde pública é ressaltada também por Francisco Campos no discurso de posse para o citado ministério, quando mencionou que “o Brasil precisa, sobretudo, e com urgência de saúde e de instrução”.⁷⁸

No documento em que Vargas realizou um “balanço” acerca das atividades do Ministério da Educação e Saúde Pública no período referente aos anos de 1931 a 1932, demonstrou o ideário de educação do Governo Provisório, ao mencionar que: “Todas as grandes nações, assim merecidamente constituídas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica⁷⁹ e cívica (...)”.⁸⁰

O relato prossegue manifestando a influência da tendência higienista nos propósitos educacionais de seu governo, quando, ao discursar sobre a educação, expressou que a ela caberia “(...) dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência de seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma (...) enrijar-lhe o físico pela higiene (...)”.⁸¹

Assim, as preocupações de cunho sanitaria ganham impulso e amplitude e logo se inserem nas políticas educacionais em âmbito nacional, nas quais a escolaridade, inserida no ideal de educação higiênica “(...) passou a ser vista como uma maneira de formar o cidadão e os novos hábitos do trabalho e de vida”.⁸²

Neste contexto, a educação escolarizada adquiriu relevância, especialmente porque, como sinaliza Geraldo Bastos Silva, o novo reordenamento social, caracterizado pela crescente urbanização e pela complexidade das relações dos modos de trabalho e de produção que se impõe neste período, determina um olhar de destaque para o papel da escola, a qual “tende a ser cada vez mais a única agência de educação da infância e da juventude”.⁸³

No entanto, a educação em todos os níveis de ensino e, nesta conjuntura também, a Educação Física Escolar se mostrava ainda muito incipiente e carecia de uma estruturação interna. Ciente desta situação, o governo provisório, por meio do Ministério da Educação e Saúde, inicia uma série de reformas em vários ramos de ensino, elegendo como prioritário

⁷⁸ Discurso de Francisco Campos apud CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro, op. cit., p.120.

⁷⁹ Tal expressão remete a eugenia, palavra proveniente do grego *eugen-s* ou “bem nascido”, a qual foi criada pelo cientista Francis Galton em 1883 para representar a aplicação social do conhecimento da hereditariedade visando o aprimoramento da raça humana. Para maiores esclarecimentos cf: STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

⁸⁰ BRASIL (Presidente). Mensagens presidenciais 1933-1937 - Getulio Vargas. op.cit., p.156-157. (grifo da autora).

⁸¹ Id. Ibid.

⁸² GONÇALVES JUNIOR, Luiz; RAMOS, Glauco Nunes Souto, op. cit., p.9.

⁸³ SENA, Adalberto Correia apud SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária* (perspectiva histórica e teoria). São Paulo: Editora Nacional, 1969. p.287.

o ensino secundário, até então tratado “(...) como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezada a sua função de natureza educativa”.⁸⁴

Alguns autores, como Otaíza Romanelli e Geraldo Bastos Silva, atribuem à Reforma Campos no ensino secundário⁸⁵ o mérito de ter sido a primeira a alterar profundamente a estrutura interna organizacional do ensino, focando, desde os objetivos, disciplinas e programa curriculares até os processos didáticos. No entanto, reconhecem que, apesar das profundas mudanças estabelecidas pelo ministro, prevalecia na reforma o caráter elitista do ensino secundário, com a rigorosidade dos exames de admissão, que privilegiavam uma pequena camada da população. Caracterizava-se, em última instância, como o único caminho para o ensino superior.⁸⁶

Um outro aspecto que Otaíza Romanelli aponta como inédito na reforma foi o fato de as mudanças terem sido impostas a todo o território nacional⁸⁷, o que, para Mario Ribeiro Cantarino Filho, foi um equívoco, na medida em que a imposição de um sistema educativo idêntico para todo o país, especialmente quanto às diretrizes curriculares, à seriação, às normas e os métodos avaliativos, acabou por desconsiderar “(...) as condições e características de cada região e de cada Estado”.⁸⁸

A pretensão de Vargas em romper com as velhas estruturas e projetar a construção de um novo país, assentado em uma nova ordem social, econômica e política, implicou em preparar a sociedade para o “ajustamento” frente às mudanças, o que, de certa forma, justifica o empenho em promover as reformas educacionais, especialmente no ensino secundário, o qual, segundo o próprio Vargas: “(...) requeria urgente reforma, na qual se atendessem às suas necessidades mais prementes (...) formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento (...).⁸⁹”.

A formação de “hábitos, atitudes e comportamento” circunscrevem a ênfase que a reforma, imprimiu ao ensino secundário, considerado pelo ministro Francisco Campos “De todos os ramos de nosso sistema de educação (...) o de maior importância, não apenas do

⁸⁴ Manifesto à nação, lido em sessão solene em 3 de outubro de 1931. “O primeiro ano do governo provisório e suas diretrizes”. VARGAS, Getúlio, Vol. 1, op. cit.

⁸⁵ A citada reforma foi regulamentada em 18 de abril de 1931 e consolidada em 04 de abril de 1932, respectivamente pelos decretos 19.890 e 21.241. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

⁸⁶ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, op. cit.; SILVA, Geraldo Bastos. op. cit.

⁸⁷ Id. Ibid.

⁸⁸ CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. op. cit.

⁸⁹ Manifesto à nação, lido em sessão solene em 3 de outubro de 1931. “O primeiro ano do governo provisório e suas diretrizes”. IN: VARGAS, Getúlio, v. 1, op.cit. p.229.

ponto de vista quantitativo, como do qualitativo (...).⁹⁰ A reforma elegeu como alvo primordial a juventude e anunciava na “Exposição de Motivos” que a prioridade ao ensino secundário se justificava por ser aquele que abrangia a “fase mais propícia do crescimento físico e mental”,⁹¹ o que denota uma compreensão de ser humano assentada no paradigma racionalista cartesiano de René Descartes, cuja referência é a abordagem dicotômica do ser humano em: substância pensante (mente) e substância extensa (corpo físico).⁹²

Tais preceitos prevalecem de forma nítida nas proposições do ministro para o desenvolvimento da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, a qual “tem por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, conscio de seu valor e das suas responsabilidades.”.⁹³

A descrição dos meios para atingir o “desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito” aparece em seguida ao preconizar que a Educação Física Escolar não apenas deve visar através da aplicação metódica e gradativa dos exercícios “o desenvolvimento integral do organismo corrigindo dessa forma as constituições franzinas e defeituosas pela respiração abundante e pelos movimentos coordenados”, como também deve ser responsável pela aquisição de virtudes e valores visando “estimular, pela variedade dos jogos recreativos e esportivos, a habilidade, a iniciativa, a coragem, o desprendimento, o domínio de si mesmo e os sentimentos de tolerância e cavalheirismo.”.⁹⁴

Tais prescrições ressaltam ainda mais a perspectiva dualista na qual se assentou a compreensão de ser humano neste momento histórico e, neste contexto, a Educação Física, que tinha como precedente histórico esta concepção dicotomizada de ser humano atrelado ao ideal higiênico de saúde, se configurou como meio eficaz de desempenhar a função de formar o homem “física e moralmente sadio” no interior da escola, como elucida o ministro Campos ao mencionar que:

(...) a educação física constitui uma escola de elevado alcance educativo, tanto pela prática da higiene corporal, que revigora as energias orgânicas e previne enfermidades, como pelos hábitos e qualidades morais, que desperta, de

⁹⁰ Exposição de Motivos Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.638.

⁹¹ Id. Ibid., p.638.

⁹² Para melhor compreensão de suas proposições cf: DESCARTES, René. Discurso do método. In: *René Descartes*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).

⁹³ Portaria Ministerial nº. 70 de 30 de junho de 1931 que estabeleceu os programas e as instruções metodológicas para as disciplinas do curso fundamental do ensino secundário. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.189. (Grifos da Autora).

⁹⁴ Id. Ibid., p.189/190.

tenacidade, persistência, independência e espírito de disciplina, concórdia e solidariedade.⁹⁵

Não sem propósito, a Reforma Campos foi a primeira reforma educacional em âmbito federal daquele século a contemplar a obrigatoriedade da Educação Física neste nível de ensino, prevendo que “Durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de Educação Física obrigatórios para tôdas as classes.”⁹⁶

Se, por um lado, a abordagem da Educação Física na reforma do ensino secundário de Campos se mostrou incipiente, por fazer alusão à exigência da freqüência dos alunos às aulas de forma muito vaga⁹⁷ e tratar dos critérios para contratação docente para ministrar os “exercícios de educação física” de modo restrito,⁹⁸ por outro, representava a preocupação do governo provisório em aplicar os dispositivos legais para garantir a obrigatoriedade da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário em todo o território nacional. Tal posicionamento mostrou uma situação oposta à da década anterior, uma vez que a sistematização da Educação Física nas escolas secundárias nos anos de 1920, quando não era negligenciada nas reformas educacionais de âmbito federal⁹⁹, era pulverizada nas várias reformas regionais realizadas em âmbito estadual.¹⁰⁰

⁹⁵ Id. Ibid., p.190. (Grifos da Autora).

⁹⁶ Artigo 9º do Capítulo I intitulado “Dos cursos e da seriação” do decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932 que “Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências”. In: NÓBREGA, Vandick Londres. op. cit.

⁹⁷ O artigo 35 do decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932, ao prever que “Será obrigatória a freqüência das aulas não podendo prestar exame, no fim do ano, o aluno cuja freqüência não atingir a três quartos da totalidade das aulas obrigatórias de cada série”, deixou subentendido que tal determinação se estendia às aulas de Educação Física, já que o artigo 9º instituiu sua obrigatoriedade. Id. Ibid. No entanto, as consequências desta abordagem generalista e os equívocos desencadeados por esta lacuna exigiram do Ministério Capanema anos mais tarde a elaboração de uma portaria (nº 14 de 26/01/1940) destinada a regulamentar de modo específico tal determinação nas aulas de Educação Física.

⁹⁸ A única referência à contratação docente em Educação Física no decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932, aparece limitada ao Colégio Pedro II, no parágrafo único do art. 18º “Os exercícios de educação física do Colégio Pedro II ficarão a cargo dos atuais professores e dos profissionais que para êste fim forem contratados.” In: Id. Ibid.

⁹⁹ O estudo de Horta aponta que a Reforma João Luiz Alves realizada em 1925 e alterada posteriormente em 1929 não contemplava a Educação Física nos programas de ensino secundário e apesar de ambos os documentos preverem os “exercícios de ginástica para os alunos internos do Colégio Pedro II, Cantarino Filho registra sua completa extinção dos ginásios oficiais dois anos depois, mencionando a fala de um deputado no ano de 1927 confirmando esta situação. Convém ainda mencionar que os estudos de Horta e de Castro, apontam que, por iniciativa dos militares, a obrigatoriedade da Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino do país constou de um anteprojeto de lei elaborado em 1929 pelo Ministério da Guerra, o qual foi apreciado e defendido pelo presidente Washington Luiz. Para os dois autores, o projeto demarcou o início da intervenção militar no território da Educação Física Escolar. Para mais detalhes, cf: CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. op. cit; CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997. p.3.; HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.26.

¹⁰⁰ A este respeito, Cantarino Filho faz um registro sistemático das diversas reformas no ensino levadas a cabo nos estados do país, dentre os quais destacou as do Ceará, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e do Distrito

Além disso, a reforma previa ainda a submissão da Educação Física ao controle do regime de inspeção imposto a todas as escolas secundárias sob pena de não obterem o reconhecimento oficial, cujos inspetores assim como eram incumbidos de fiscalizar o andamento das atividades desenvolvidas pelas disciplinas nas respectivas seções didáticas de cada escola, também deveriam “fiscalizar os exercícios de educação física e as aulas de música”¹⁰¹ estabelecendo, inclusive, que na ausência de recursos para designação de “(...) inspetores especializados para a orientação do ensino da Música e dos exercícios de Educação Física, caberá aos inspetores de estabelecimento de ensino velar pela execução dos programas e das instruções que, para aquêle fim, forem expedidos pelo Departamento Nacional de Ensino.”¹⁰²

No caso do Estado de São Paulo, a criação do Departamento de Educação Física do Estado (DEF) em 1931, pressupunha manter a cargo da esfera estadual, a orientação e o controle da implementação das diretrizes do Ministério da Educação no tocante a execução dos “exercícios de educação física” nos estabelecimentos de ensino, ao prever que: “Periodicamente, poderá o Departamento nomear uma comissão para verificar a orientação dos exercícios de educação física nas escolas públicas e particulares, dando parecer a respeito”.¹⁰³ Extinto dois anos depois, o DEF teve suas atribuições restabelecidas¹⁰⁴ em 1934 pelo interventor federal do Estado Armando de Salles Oliveira, que tratando do assunto com maior precisão decretou como uma de suas competências: “orientar, organizar e fiscalizar o ensino e a prática de educação física em todos os estabelecimentos e instituições públicas e particulares”.¹⁰⁵

No entanto, esta que pode ser interpretada como uma tentativa do estado de São Paulo de garantir autonomia em relação ao governo federal na orientação e fiscalização da Educação Física Escolar, não foi além das pretensões anunciadas no decreto. Na prática, o

Federal, mencionando em cada uma, as respectivas menções relativas à Educação Física. CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. op. cit.

¹⁰¹ Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931. In: NÓBREGA, Vandick Londres. op. cit.

¹⁰² Artigo 98 do decreto 21.241 de 04 de abril de 1932. In: NÓBREGA, Vandick Londres. op. cit.

¹⁰³ Decreto Nº. 4.855, de 27 de janeiro de 1931. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo – USP.

¹⁰⁴ Decreto nº. 6.440, de 16 de maio de 1934: “*Considerando que pela sua extrema relevância, a educação física deve merecer por parte dos poderes públicos, interesse e cuidado especiais; Considerando que a ação governamental na educação física só se pode processar utilmente mediante a organização e funcionamento de um organismo especializado no assunto, com caráter e funções próprias; Considerando que o Decreto n. 5.828, de 4 de fevereiro de 1933, que extinguiu o Departamento (...) restringiu em relação ao assunto, a ação do Govêrno, que deveria ser a mais ampla possível, atingindo todos os meios onde sejam praticados a ginástica e os esportes, Decreta: Artigo 1º. - Fica restabelecido o Departamento de Educação Física subordinado à Secretaria de Educação e Saúde Pública*”. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo – USP.

¹⁰⁵ Id. Ibid.

DEF teve sua ação bastante limitada, como pode ser observado pelo relatório apresentado no ano de 1935, no qual os dirigentes do departamento externavam que: “Até hoje não pôde o Departamento de Educação Física iniciar suas atividades de órgão orientador e fiscalizador da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário oficiais ou oficializados.”.¹⁰⁶

No mesmo documento, solicitam ao então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema a formalização de um convênio com o Governo Federal para a transferência das atribuições relativas à Educação Física ao DEF, “já que ele se encontra devidamente habilitado pra realizar aquelas atividades, ao passo que o Governo Federal não possui ainda elementos especializados para fazê-lo”.¹⁰⁷ Ressalta-se que a concretização do almejado convênio, não aconteceria na gestão de Capanema, mas somente em 1946 com o fim do regime ditatorial do Estado Novo.¹⁰⁸

As diretrizes para a execução dos exercícios de Educação Física na escola secundária foram traçadas pelo ministro Campos pela portaria ministerial expedida ainda em 1931, na qual foram baixados os programas das disciplinas do curso secundário¹⁰⁹ dentre os quais o de Educação Física.

A esse respeito, o relatório apresentado pelo DEF era ainda mais incisivo em requerer a formalização do convênio, acrescentando que o regulamento do órgão estava todo em consonância com as proposições do Governo Federal:

Não há, pois, discrepância alguma entre a orientação determinada sobre o assunto pelo Departamento Nacional de Ensino e pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (...) O Departamento, pois, acha-se integralmente habilitado para exercer, com absoluta eficiência, a orientação e a fiscalização da educação física, exatamente em conformidade com a orientação do Departamento Nacional de Ensino, pois que esta orientação é exatamente a que lhe determinaram as leis que regem o seu funcionamento.¹¹⁰

¹⁰⁶ A EDUCAÇÃO Física nos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABE, 1935. p.66.

¹⁰⁷ Id. Ibid.

¹⁰⁸ Decreto-Lei nº. 9091, de 26 de março de 1946: “Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a delegar competência ao Estado de São Paulo para execução em seu território, das leis referentes ao ensino secundário, na parte relativa à educação física”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1946vIp708/parte-76.pdf>> Acesso em: 17Jul.2008.

¹⁰⁹ “O ministro da Educação e Saúde Pública, em nome do Govêrno Provisório, rResolve, nos têrmos do art. 10 do decreto nº. 19.890 de 18 de abril de 1931, expedir os programas do curso fundamental do ensino secundário, anexos a esta Portaria, que serão observados, de acordo com as respectivas instruções pedagógicas e com número de horas semanais neles referido, em cada série do curso a que forem aplicáveis.”. Portaria Ministerial nº. 70, de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos. op cit, p.187.

¹¹⁰ A EDUCAÇÃO Física nos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABE, 1935. p.67.

No Programa implementado por Francisco Campos é notória a preocupação em equiparar a Educação Física com as outras disciplinas do currículo, no sentido de consolidá-la na escola não como uma atividade à parte, mas, ao contrário, integrada ao contexto educacional, pois “Para que se possam auferir da educação física todos os benefícios que oferece, é mister, entretanto, que seja articulada com o ensino das demais disciplinas e com elas forme um conjunto harmônico”.¹¹¹ Nesse aspecto, o documento ainda explicita que:

A organização racional e científica da Educação física, nas suas diversas modalidades, (...) obedecerá ao mesmo critério educacional das demais disciplinas para colaborar, assim, no desenvolvimento do conjunto físico, moral e intelectual dos alunos.¹¹²

No entanto, tais prescrições parecem não ter alcançado o efeito esperado, pois um dos entrevistados, o Sr. Fernando, cuja vivência como aluno do curso ginásial, quando este ainda era regido pelas determinações da Reforma Campos, indica que a Educação Física na escola estava longe de se enquadrar no mesmo patamar das demais disciplinas, uma vez que nem sequer era caracterizada como “aulas”, como o próprio entrevistado conta:

Eu me lembro... Eu era aluno. E eu me lembro que... as aulas... Não se diziam... Não se falavam aulas, dizia-se... Atividades Físicas do ginásio eram, por exemplo, dadas por... instrutores! Se chamavam, né? Instrutores. E... eram sargentos do Exército. Então, eles que nos indicavam... nos orientavam pra esta atividade física que, geralmente, era dada num pequeno estádio. Então, era um aquecimento que eles davam e, depois, o famoso futebol que todos nós gostávamos.

No caso da Educação Física para as alunas do sexo feminino, o Sr. Fernando é ainda mais enfático ao ressaltar que: “A parte feminina não tinha sargento pra dar a Atividade Física lá, era só a masculina, né? Então lá no início as mulheres não tiveram nem essa atividade física (...)”. A fala do Sr. Fernando me possibilitou compreender o quão revelador era o silêncio de uma colega sua, diante da recusa em participar da pesquisa ao saber que se tratava de suas vivências na Educação Física Escolar na condição de aluna neste período.

¹¹¹ “Programas do Curso Fundamental do Ensino Secundário”. Portaria Ministerial nº. 70, de 30 de junho de 1931. Id. Ibid., p.190.

¹¹² Id. Ibid., p.191.

A preocupação com o efetivo desenvolvimento da Educação Física foi manifestada pelo ministro Campos em outro trecho do documento, no qual solicita, inclusive, o empenho e comprometimento das escolas para o seu efetivo desenvolvimento que deve merecer:

(...) as maiores atenções da direção dos estabelecimentos de ensino e que todos os professores cooperem com o instrutor de educação física, procurando prestigiá-lo, interessando-se assiduamente pela saúde e pelos progressos dos alunos nas aulas de ginástica e na atividade esportiva.¹¹³

Tais determinações não garantiram que a atenção e a cooperação se efetivassem com o rigor pretendido, sobretudo se se considerar que, na hipótese de o suporte da equipe escolar solicitada pelo ministro para o desenvolvimento sistemático da Educação Física ter sido levado a efeito, o resultado seria bem diferente do que nos revela o relato do Sr. Fernando, ao mencionar que:

Você era aluno de um ginásio, com certeza... a parte física, a atividade física era muito modesta. O dia que o sargento lá podia, então, a gente ia lá pro estádio. Um pequeno estádio, um estádio até municipal. E fazia uma atividade. A atividade era isso... Ele dava lá uns movimentos com aquecimento, né? E, depois, separava em turmas e a gente jogava futebol. Era a atividade; que era o mais prático. Não existia, como falei pra você, quadra de basquete. Era uma luta!

O relato do Sr. Fernando demonstra que, ao contrário do que preconizava a Reforma Campos, a Educação Física na escola secundária foi desenvolvida fora do âmbito educacional e mantida como algo à parte do universo escolar. O entrevistado indica ainda a inexistência de infraestrutura e de instalações adequadas nas instituições para as aulas, o que exigia que tanto instrutor como os alunos se deslocassem para outros espaços.

Desta maneira, longe do que cogitou o ministro, a Educação Física não se legitimou na escola obedecendo “ao mesmo critério educacional das demais disciplinas”, muito menos se efetivou articulado a elas, pois, como sinaliza o Sr. Fernando:

Sabe, oh Denise, talvez não seja coisa importante, mas foi coisa da época, uma fase que eu vivi. Então, é... Ninguém poderá dizer: “Não, mas naquela época...”. Não tinha, não. Tinha aquilo que eu disse, aquilo que eu falei. A Educação Física como era... Eram os sargentos (...) porque foi a época que a gente sabia que não tinha nada. Não tinha. Tinha vontade, mas não tinha conhecimento pra aquilo. Então, as atividades... tanto que não era chamado Educação Física, a Atividade Física era dada por estes militares. Eu nem sei se era graciosamente (...) Aula de Educação Física só depois de 40, 41, 42 (...)

¹¹³ Id. Ibid., p.190.

Um outro aspecto que chama atenção nas recordações do Sr. Fernando é a constância com que os militares na figura do “sargento” são mencionados pelo entrevistado ao se referir à ele como responsável pela condução das atividades.

A estreita vinculação do sistema militar com o sistema educacional na formação de recursos humanos para a Educação Física já vinha sendo estabelecida desde o início do século, pois, como ressalta Mauro Betti:

As primeiras instituições destinadas à formação de pessoal especializado eram ligadas às Forças Armadas. Em 1909 foi criada a Escola de Educação Física da Força Policial (...) Portaria do Ministro da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criou, junto à Escola de Sargentos da Infantaria, o “Centro Militar de Educação Física”.¹¹⁴

O investimento para a construção dos alicerces de dominação do Exército sobre a Educação Física implicou em um processo intenso de reestruturação da instituição, que se verificou já nos primeiros anos do Governo Provisório.

O ponto de partida foi a reorganização, promovida pelo Ministério da Guerra em janeiro de 1930, do Centro Militar de Educação Física, o qual, a partir de outubro de 1933, passou a constituir a Escola de Educação Física do Exército, que se tornou referência na formação de professores para atuarem nos estabelecimentos de ensino e nas escolas de Educação Física civis, constituindo-se polo irradiador do Método Francês, instituído como método oficialmente adotado no Regulamento Geral da Educação Física.¹¹⁵

É oportuno ressaltar a iniciativa do governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento de Educação Física do Estado, na criação no ano de 1931 da primeira escola civil de formação de instrutores e professores de Educação Física, a Escola Superior de Educação Physica, a qual, segundo Mauro Betti “(...) também se constituiu sob forte influência militar, pois parte de seu corpo docente foi treinado nos cursos do Centro Militar”.¹¹⁶ Conforme também pontua um dos entrevistados, o Sr. Hudson:

O Departamento de Educação Física e Esportes que começou o trabalho pra criação da Escola Superior de Educação Física, eles que inicialmente se preocuparam. Existia a Escola de Educação Física da Força Pública que depois deu origem a Escola de Educação Física da Polícia Militar, que veio pro Brasil ligada à Escola de Joinville Le Pont da França, e... a Escola de Educação Física do Exército, do Forte de São João no Rio de Janeiro, onde os primeiros pedagogos de São Paulo fizeram o curso técnico e retornaram para São Paulo

¹¹⁴ BETTI, Mauro, op. cit., p.72-73.

¹¹⁵ CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro, op. cit.

¹¹⁶ BETTI, Mauro, op. cit., p. 73.

como instrutores, formando a primeira turma da Escola Superior de Educação Física em 1935.

A este respeito, o professor emérito e diretor da ESEF nos anos de 1976 a 1980, Moacyr Brondi Daiuto, atribuiu a Fernando de Azevedo a iniciativa de designar professores normalistas para realizarem o curso no Rio de Janeiro e, deste modo, constituírem o quadro docente e dar início às atividades didáticas da Escola:

No início de 1933, graças à visão e descortino do emérito professor Fernando de Azevedo, na ocasião Diretor de ensino do Estado de São Paulo, foram comissionados quinze professores normalistas para fazerem o curso de nível superior ministrado pela Escola de Educação Física do Exército (...) uma vez que não existiam em São Paulo professores especializados, diplomados no Brasil, para dar início às atividades da Escola recém-criada.¹¹⁷

Mauro Betti acrescenta ainda que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, fundada em 1939, a qual também regulamentou a exigência de habilitação para o exercício da profissão foi estruturada com base na Escola do Exército, e seu primeiro diretor foi um major também proveniente daquela escola militar.¹¹⁸

Tais apontamentos tornam-se mais consistentes ao se observar os dados apresentados por Inezil Penna Marinho¹¹⁹ referentes ao número e origem do pessoal habilitado em Educação Física no período de 1930 a 1945 (Tabela 1), os quais demonstram que, mesmo quando da existência de instituições civis (a partir de 1934), as instituições militares continuam responsáveis pelo maior número de especialistas em Educação Física. Nota-se que este quadro vai se alterar somente a partir de 1940, quando as instituições civis ultrapassam o número de formados, porém com números ainda bem próximos, apontando que “as instituições militares habilitaram, no período de 1930-1945, a maior parte dos especialistas em Educação Física”.¹²⁰

¹¹⁷ DAIUTO, Moacyr Brondi. *Sexagésimo aniversário do início das atividades didáticas (1934-1994)*. Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, 1994. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da USP.

¹¹⁸ Id. Ibid.

¹¹⁹ MARINHO apud BETTI, Mauro, op. cit.

¹²⁰ Id. Ibid., p.73.

TABELA 1 - Número, Origem Institucional do Pessoal Especializado em Educação Física formado entre 1930-1945.

Anos	Instituições Militares	Instituições Civis	Cursos Provisórios ou Especiais
1930-31	189	-	6
1932-33	364	-	42
1934-35	128	54	16
1936-37	165	18	-
1938-39	246	200	211
1940-41	196	316	91
1942-43	203	261	188
1944-45	143	193	179
Total	1634 ^a	1042 ^b	733

^aCompreende instrutores oficiais e monitores (inferiores)

^bCompreende professores, normalistas especializados e técnicos desportivos

Fonte: MARINHO apud BETTI, Mauro, op. cit. p.73.

Entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo dos Governos Vargas e, particularmente, que direcionaram suas reflexões para o desenvolvimento da educação e da Educação Física Escolar neste período, observa-se um consenso em apontar para a gênese da sua estruturação e sistematização como sendo de iniciativa e predomínio dos militares.¹²¹

Nesse sentido, a tentativa de mergulhar na história dos Governos Vargas para trazer à tona a Educação Física desenvolvida no âmbito escolar e delimitá-la como o campo para o qual se voltam as reflexões e discussões no período em questão, pressupõe compreendê-la envolta pelo discurso convergente do Estado e do Exército, posto que:

¹²¹ Tal constatação encontra-se nos estudos de CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro, op. cit.; GOELLNER, Silvana Vilodre, op. cit.; HORTA, José Silvério Baía, op. cit.; CASTRO, Celso, op. cit. Sem desconsiderar a inegável contribuição do Exército, o estudo de Amarílio Ferreira Neto procura evidenciar que este processo é decorrente de um movimento conjunto, envolvendo não apenas o Estado e o Exército, mas também, representantes do meio intelectual civil, dentre eles, o autor destaca Fernando Azevedo, Rui Barbosa e Inezil Penna Marinho, que “(...) atuaram complementarmente no sentido de criar a legislação necessária à implantação da Educação Física em todos os graus de ensino no Brasil; na definição do que e como ensinar esse componente curricular.” FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950). Aracruz: FACHA, 1999. p.147.

O Estado por meio de seu braço armado (Exército), possui uma necessidade intrínseca de preparar fisicamente seus membros e, para tanto, projeta-se pela e sobre a sociedade civil, a fim de manter o seu objetivo primordial de defesa da nação. (...) No caso brasileiro (...) só uma instituição obteve esse crédito, o Exército.¹²²

Interessante observar que os militares se fizeram presentes durante os três governos de Getúlio Vargas, e de forma mais acentuada nos dois primeiros, ou seja, desde o início quando contribuíram de forma decisiva no movimento que levou Vargas ao poder, bem como, posteriormente, já em situação de oposição, quando articularam sua derrubada. Vargas percebia claramente a importância deles para seu governo e procurou estreitar sempre que possível as relações com o Exército, evidenciando seu papel político em vários setores da sociedade, inclusive no campo da educação.

No entanto, a almejada filiação entre o governo e os militares não ocorreu sem problemas nestes primeiros anos de governo provisório, pois, em meio às acaloradas reivindicações para a consolidação da Assembleia Constituinte e às investidas de Vargas para permanecer com o poder absoluto do país, este se deparou com uma situação conflituosa envolvendo, particularmente, o Exército e a elite política descontente.

No caso do primeiro, embora Vargas tivesse estrategicamente garantido laços estreitos com os militares logo no início do seu governo, ao nomeá-los como interventores, não conseguiu evitar os confrontos advindos das divergências internas entre os “tenentes” e a cúpula militar. De outro lado, o descontentamento da elite política particularmente a paulista, centrava-se na nomeação sucessiva de interventores militares e não vinculados à cidade de São Paulo, a qual foi contestada inclusive pela classe média que reivindicava a nomeação de um interventor civil e paulista e tornava mais evidente a exigência de reconstitucionalização do país.¹²³

Pressionado, Getúlio Vargas utilizou mecanismos de conciliação estratégicos. Ao passo que adotava medidas no ensejo de agradar os constitucionalistas,¹²⁴ procurava sossegar os ânimos exaltados dos tenentes contrários à ideia de uma Assembleia Constituinte, ao declarar que o retorno ao regime constitucional não era “(...) uma volta ao passado, sob a batuta das carpideiras da situação deposta, que exigem hoje, (...) um registro

¹²² Id. Ibid., p.148

¹²³ FAUSTO, Boris, op.cit.; SKIDMORE, Thomas E, op. cit.

¹²⁴ Dentre as medidas estão a promulgação do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, que criava a justiça eleitoral, previa o voto secreto e a extensão do direito de voto às mulheres e regulava as eleições em todo o país; e o estabelecimento por meio de um decreto em 15 de março do mesmo ano da data das eleições gerais para a Assembleia Constituinte prevista para 03 de maio de 1933. FAUSTO, Boris, op. cit., p. 62-63; SKIDMORE, Thomas E, op. cit., p.36.

de nascimento a cada interventor local”¹²⁵, aproveitando ainda para lançar uma provocação diretamente para São Paulo, em clara referência ao inconformismo dos paulistas com os interventores nomeados até então.¹²⁶

Percebendo a magnitude do confronto que estabeleceu com São Paulo, Vargas, na tentativa de amenizar a situação já bastante agravada, nomeou em março de 1932 um interventor civil e paulista, o embaixador Pedro de Toledo, estratégia que não impediu a evolução do quadro de protestos que culminou na deflagração da guerra civil paulista meses depois.¹²⁷

De acordo com Boris Fausto, a revolta armada datada de 09 de julho e que ficou conhecida na época como “caso de São Paulo”, e denominada posteriormente Revolução Constitucionalista de 1932:

“(…) uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia, da superioridade de São Paulo - ‘essa locomotiva que carregava vinte vagões vazios’ - eletrizavam a população. O rádio (...) a imprensa, os oradores inflamados contribuíram para avolumar o ódio contra Getúlio, o execrável ‘Gegê’, ditador que pisoteara São Paulo com botas militares e traíra os ideais democráticos”¹²⁸

O autor acrescenta ainda que o levante armado em São Paulo resultou da inabilidade de Getúlio, ao subestimar a potencialidade do Estado mais rico do país. Numa perspectiva ingênua e convicto de que a elite paulista encarnava o sistema oligárquico, julgava capaz de superá-lo com a implantação de um modelo centralizador de governo.¹²⁹

Vargas apressou-se a corrigir seu erro e dias após o incidente, em 12 de julho, discursou à Nação referindo-se à revolta como:

(...) um movimento sedicioso, de caráter nitidamente reacionário (...). Essa manifestação do espírito de desordem e faccionismo vem interromper as atividades do Governo Provisório, precisamente no momento (...) em que traça rumos firmes e definitivos, no sentido de, em data prefixada, devolver o país ao regime constitucional.¹³⁰

¹²⁵ Getúlio Vargas apud FAUSTO, Boris. op. cit., p.62-63.

¹²⁶ FAUSTO, Boris. op. cit., p.62-63; SKIDMORE, Thomas E. op. cit., p.34.

¹²⁷ Id. Ibid.

¹²⁸ FAUSTO, Boris, op. cit., p.63.

¹²⁹ Id. Ibid., p.64

¹³⁰ Manifesto de Getúlio Vargas à Nação, intitulado “A Revolução Paulista”. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. O ano de 1932 e a Revolução e o Norte 1933. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1933. p.73.

Na ocasião aproveitou para propagar a ideia de que a revolta em São Paulo não se justificava, uma vez que o governo “(...) demonstrou sempre, de modo inequívoco, todo o interesse pelos seus destinos (...) satisfazendo as suas justas aspirações de ordem política, com a entrega do govêrno estadual aos próprios paulistas.”, reduzindo a luta de todo um movimento grupal de oposição a uma ação local motivada por interesses pessoais de “elementos descontentes e ambiciosos” que “tentam estabelecer a anarquia e a confusão em São Paulo”¹³¹.

Concomitantemente, de maneira extremamente cuidadosa, Getulio buscou seus aliados para enfrentar os paulistas. Convenceu os líderes, nos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, de que a revolta não ia lhes trazer benefícios, assegurou o apoio das forças militares dos dois Estados, os quais invadiram São Paulo, e das tropas federais no Vale do Paraíba, que bloquearam a Marcha Paulista para o Rio de Janeiro.¹³² Esse contexto é narrado por Vargas em um pronunciamento feito ao povo paulista no qual menciona que:

São Paulo está isolado. Fracassaram todas as tentativas feitas para articular a sedição em outros Estados. Os exércitos federais fecham, cada dia mais, o cerco da sua ofensiva dentro do território paulista. (...) Apesar, entretanto, de qualquer preponderância militar incontestável, o Govêrno Federal, longe de pretender aniquilar ou humilhar São Paulo, aspira, com todos os Estados da União, trazê-lo de novo ao convívio da comunhão nacional.¹³³

Além da superioridade militar do governo em relação aos rebelados, havia a determinação de Vargas, que se encontrava em uma posição bem diferente daquela enfrentada na Revolução de 30, uma vez que agora “ele estava no poder e personificava a defesa da ordem”, levando-o, após três meses de sucessivas vitórias, a triunfar sobre os revolucionários¹³⁴.

Apesar de fracassada, a “guerra paulista” desencadeou um duplo efeito: Diante dos ressentimentos da classe média e de setores da elite paulista, Vargas passou a agir de modo a evitar um confronto direto com elas, cooptando uma parte sua; quanto aos derrotados, demonstrava que, se não foi possível derrubar Vargas do poder, era necessário ao menos reduzir sua influência com uma bancada coesa na Assembleia Constituinte¹³⁵, o que veio a se concretizar nas eleições em 3 de maio de 1933, cujos resultados demonstraram:

¹³¹ Id. Ibid., p. 74.

¹³² SKIDMORE, Thomas E, op. cit., p.38

¹³³ VARGAS, Getulio, Vol. 2, op. cit., p. 86-87.

¹³⁴ FAUSTO, Boris, p. 63.

¹³⁵ Id. Ibid., p.64.

“(...) a força das elites dos estados. Em Minas, venceram os seguidores do velho governador Olegário Maciel; no Rio Grande, os eleitos eram em sua maioria partidários de Flores da Cunha, que guardava distância do presidente; em São Paulo, a vitória da Chapa Única, oriunda da revolução de 1932, foi esmagadora.”¹³⁶

Composta a Assembleia, esta passou a deliberar em 15 de novembro de 1933 e, no ano seguinte, apresentou o conjunto legal para a nova ordem constitucional do país com a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934¹³⁷, que foi elaborada nos moldes da democracia alemã vigente na fase subsequente à primeira guerra mundial e anterior à ascensão do nazismo. No mesmo período, o Congresso Nacional elegeu Getúlio Vargas presidente da República até janeiro de 1938, data prevista para a realização das eleições diretas.

A Educação era um dos temas tratados pela primeira vez na Constituição Brasileira, contemplada no capítulo II intitulado “Da educação e da Cultura” no qual se prevê a educação como direito de todo cidadão cuja responsabilidade deve ser compartilhada pela família e pelas instâncias do poder público, que devem proporcioná-la “(...) de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação (...)”. O documento faz referência à elaboração do Plano Nacional de Educação de competência da União, a quem cabem a coordenação e fiscalização da sua implementação.

O documento não faz referências à Educação Física Escolar, a qual permaneceu orientada pelos pressupostos regulamentares da Reforma Campos¹³⁸ e sistematizada pelo método preconizado pelos militares. Assim, foi revestida de atributos eminentemente utilitários, imersa na junção do discurso moral de tendência higienista prevalente na reforma e do papel de adestramento físico, preconizado pelos militares.

No entanto, o que se verifica, a partir de 1935 e em decorrência dos acontecimentos que se seguiram e que serão detalhados no próximo item, é a mudança no teor dos

¹³⁶ Id. Ibid., p.67.

¹³⁷ A constituição de 1934 se caracterizou como um produto híbrido, congregando em seu interior tanto os ideais liberais dos constitucionalistas, quanto os interesses dos tenentistas, um dos grupos favoráveis ao dirigismo econômico e social pelo Estado. O suposto equilíbrio de forças políticas opositoras aparentemente presentes na citada Constituição, representava na realidade, o enfraquecimento político que os grupos pós Revolução de 30 se encontravam naquele momento histórico, pois enquanto que os constitucionalistas, cujo descrédito aumentou principalmente após a derrota de 1932, se encontravam com fraca capacidade de liderança; os tenentistas, também a partir de 1932, já não se legitimavam enquanto grupo coeso perdendo a influência sobre Getúlio. SKIDMORE, Thomas E, op. cit., p.39-40.

¹³⁸ Francisco Campos deixou o Ministério da Educação e Saúde em 15 de setembro de 1932, tendo como sucessor Washington Pires o qual foi substituído por Gustavo Capanema, que assumiu o citado ministério em 26 julho de 1934 permanecendo no cargo até 1945. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit., p.64.

referidos discursos e, conseqüentemente, das pretensões quanto à Educação Física, a qual foi norteadada por outros propósitos, ainda que pelos mesmos setores, no caso, o Estado e o Exército.

Conjugada aos preceitos morais, evidencia-se a preocupação com a introjeção de valores no meio social, baseados nos princípios de ordem e disciplina que, se preconizados pelo Estado uma vez que eram condizentes com a política autoritária implementada no país por Vargas, também se faziam presentes na base do projeto educativo do Exército, que estava centrado na elaboração de uma “(...) pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis.”, cujo conteúdo “(...) era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições.”¹³⁹

1.3 A Educação Física Escolar sob os ditames da Ordem e da Disciplina

Disciplinados, seremos fortes, e, unidos, nada poderemos temer.¹⁴⁰

O panorama político, a partir de 1934, caminhou tendendo ao movimento da radicalização que vinha se fortalecendo com os regimes autoritários que começaram a se implantar na Europa ainda na década de 1920 após a primeira guerra mundial com a ascensão do fascismo italiano. Segundo Boris Fausto: “A crise aberta em 1929 iria potencializar essa tendência, na medida em que a suposta agonia do capitalismo vinha acompanhada da suposta agonia de seu correlato – a liberal-democracia.”¹⁴¹

Esta tendência ia ao encontro dos ideais autoritários de Getúlio Vargas, que passou a converter as críticas direcionadas ao seu governo em torno de problemas de ordem econômica e social, em pretextos para atacar o sistema político liberal, colocando em dúvida a sua viabilidade.

Concomitantemente, entravam em cena linhas políticas polarizadas em dois extremos: a esquerda, representada pela Aliança Nacional Libertadora ou ANL¹⁴² e a

¹³⁹ Id. Ibid., p.84.

¹⁴⁰ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: realizações do Estado Novo* (1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939). Vol.6. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. p.74.

¹⁴¹ FAUSTO, Boris, op. cit., p.69.

¹⁴² Em outubro de 1934, durante a realização da III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, uma ala do PCB começou a organizar um movimento de frente popular, com a denominação de Aliança Nacional Libertadora ou ANL, que se concretizou de fato em 23 de março de 1935 e em pouco tempo se expandiu vertiginosamente se posicionando ostensivamente contra o governo. Sobre a ação e ideologia da ANL, cf: CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

direita, pela Ação Integralista Brasileira (AIB)¹⁴³, as quais embora partilhassem das convicções antiliberais, divergiam em muitos aspectos, especialmente quanto ao referencial ideológico, pois, enquanto para a primeira a base ideológica era a Internacional Moscovita, para a segunda era a Itália fascista.

Vargas que já vinha desde o final de 1934 preparando o terreno contra o crescente movimento popular, ao qual atribuía envolvimento de conspiradores comunistas, em 30 de março de 1935, com o apoio de representantes conservadores do Congresso, criou a Lei de Segurança Nacional, ou “Lei Monstro” como se referiram os membros da ANL devido ao caráter repressivo presente no instrumento.

Alguns meses se passaram para que Vargas fizesse uso desse mecanismo. Em 5 de julho de 1935, um manifesto, com autoria atribuída a Luiz Carlos Prestes, presidente de honra da ANL, lido no ato realizado em comemoração ao aniversário das revoluções tenentistas, configura-se como uma ameaça ao governo de Getúlio, o qual utilizou o desastroso episódio como pretexto para a dissolução da ANL tendo como dispositivo legal a Lei de Segurança Nacional.

Ainda que na clandestinidade, membros da ANL passaram a organizar um movimento de revolta que veio a ocorrer em novembro de 1935 e ficou conhecido como “Levante Comunista” ou “Intentona Comunista”. No entanto, em razão do erro na coordenação do movimento e da provável precipitação das ações, o Levante foi contido e ainda possibilitou a Vargas utilizar o episódio como pretexto para garantir legitimidade às atitudes repressivas, como demonstra um trecho de sua fala destacado abaixo:

A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõem-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo de direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente anti-social dos seus inimigos declarados e reconhecidos. Impõem-se, ainda mais, pelo dever, que o Estado tem de salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista.¹⁴⁴

¹⁴³ Fundada em outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se constituiu como um movimento norteador pelo aparato ideológico do fascismo europeu, definido como uma doutrina nacionalista enfatizava “a tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado nos princípios unificadores de Deus, Pátria e Família”. FAUSTO, Boris, op.cit., p.71.

¹⁴⁴ Saudação de Getúlio Vargas ao povo brasileiro nos primeiros minutos de 1936. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil. Retorno à terra natal/Confraternização sul-americana/A revolução comunista* (novembro de 1934 a julho de 1937). Vol.4. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937. p.143.

O poder de ação repressor junto a movimentos de esquerda adquiriu mais abrangência quando da aprovação pelo Congresso do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), uma vez que, meses antes, Vargas anunciava:

(...) que o aparelhamento usual de prevenção e repressão, as leis ordinárias de segurança do Estado, se mostram, a cada momento, falhas e ineficientes para impedir a atividade anti-social dos audazes agitadores adestrados e mantidos pela INTERNACIONAL COMUNISTA, instalada em Moscou.¹⁴⁵

Com o objetivo de julgar sumariamente os presos políticos, o TSN começou a funcionar em setembro de 1936, instalando um quadro de repressão violenta em cujo alvo, para além de milhares de cidadãos cujos ideais não condiziam com os postulados pelo governo, estavam os militantes de esquerda¹⁴⁶, ou, nas palavras de Vargas: “(...) os adeptos do comunismo (...) os conspiradores, partidários da violência (...) os pregadores, os professores, os doutrinadores (...) São os que envenenam o ambiente (...)”.¹⁴⁷

Observam-se de forma recorrente nos discursos de Getúlio Vargas, particularmente a partir de 1935, referências ao momento conturbado repleto de conflitos que ameaçavam a ordem do país, como se nota no pronunciamento realizado em 07 de setembro de 1936, quando menciona que “(...) o Brasil é um país de ordem. Ordem e democracia que significam disciplina e liberdade, obediência consciente e acatamento ao direito. Repeliremos os surtos demagógicos, como não toleraríamos a tirania”.¹⁴⁸

Como é possível perceber no trecho acima, os apelos constantes de Vargas em prol da ordem vão aparecer de forma conjugada a alguns dos mais caros princípios postulados pelos militares: a disciplina e a obediência. A incongruência do discurso se revela na associação destes elementos com os ideais de democracia e liberdade, os mesmos que o autor da fala projetou suplantar desde o momento em que tomou o poder e assumiu a chefia do governo provisório.

Interessante notar que a articulação desses elementos à política educacional foi nitidamente exposta no discurso do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo

¹⁴⁵ Resposta à manifestação popular recebida, na Capital Federal a 10 de maio de 1936, intitulada “Necessidade de repressão ao comunismo”. Id. Ibid., p.153.

¹⁴⁶ Dentre eles, destacam-se o líder comunista Luiz Carlos Prestes e sua companheira Olga Benário, cuja biografia e posterior produção cinematográfica tornaram mundialmente conhecido o drama vivido pelo casal com as perseguições realizadas aos militantes opositores durante o governo Vargas. cf: MORAIS, Fernando. Olga. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁴⁷ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, Vol.4, op. cit. p. 140-141.

¹⁴⁸ Discurso proferido na Esplanada do Castelo em razão da celebração da “Hora da Independência”. Id. Ibid., p.183.

Capanema, por ocasião da solenidade de abertura do VII Congresso Nacional de Educação, realizado em 1935 pela Associação Brasileira de Educação (ABE), o qual foi inteiramente dedicado à discussão dos problemas da Educação Física, como o ministro fez questão de ressaltar:

A educação física no Brasil necessita um impulso vigoroso. A concentração deste Congresso em seus problemas é uma prova dessa necessidade. O governo da República aguarda com ansiedade o resultado dos labores a que os Congressistas de todos os Estados se vão entregar, inspirados todos no amor à grande pátria.¹⁴⁹

Ao anunciar os princípios nos quais se assentavam “a grande obra educacional” que estava sendo construída em sua gestão, o Plano Nacional de Educação, Capanema menciona como o maior deles o princípio da “pátria una” e, quanto ao princípio “inspirador” da “liberdade”, assim se pronunciou:

Claro que estamos longe das utopias da liberdade absoluta, da volta à natureza primitiva. A disciplina é o outro pólo em que devem gravitar as consciências livres. Evitemos as explosões de instintos, individuais ou coletivas, que geram a desordem e anarquia. Liberdade e disciplina, liberdade e ordem.¹⁵⁰

É relevante destacar que, neste contexto, o Exército se consagrou como o sustentáculo do regime antiliberal, uma vez que:

(...) enquanto instrumento do poder civil, as Forças Armadas cumprem a sua função de aparelho repressivo, capaz de garantir a segurança e a ordem (...) Para cumprir estas funções, as Forças Armadas deverão ser fortes e disciplinadas, o que supõe um governo forte e um povo disciplinado”.¹⁵¹

Tais proposições tornavam cada vez mais profícuo o estreitamento da relação entre o Estado e o Exército, posto que a permanência do governo autoritário prescindia da atuação mais ampla e solidificada do Exército na implantação da educação militar, que “(...) considera fundamental o princípio da disciplina, que é a completa submissão aos preceitos regulamentares, e a obediência sem hesitação aos chefes (...)”¹⁵².

¹⁴⁹ CAPANEMA, Gustavo. Sessão Inaugural. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABE, 1935. p.18.

¹⁵⁰ Id. Ibid., p.18.

¹⁵¹ HORTA, José Silvério Baía, op.cit., p.20.

¹⁵² FERREIRA NETO, Amarílio, op. cit., p.22.

Assim, em nome da segurança e da ordem se justificava a intervenção do Exército nas várias instâncias da sociedade, incluindo a esfera educacional, para a implantação do processo de disciplinamento do povo, fundamentada, sobretudo na doutrina militar, para a qual “(...) ser disciplinado é aceitar com convicção e sem reservas a necessidade de uma lei comum, (...) O homem disciplinado obedece, conscientemente, dentro da lei, jamais com espírito de crítica (...)”¹⁵³.

Nesse aspecto, é bastante alusiva a reflexão de Helena M. B. Bomeny quando aponta para a dimensão abrangente que a inserção dos militares no campo da educação adquiriu neste período e, especialmente, nos anos que antecedem ao advento do Estado Novo, pois:

Não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina está na verdade invertido. Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação. Não é por outra razão, me parece, que o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil.¹⁵⁴

A concretização deste pensamento vai se consolidar à medida que um dos representantes do Exército mais engajado politicamente - no caso o chefe militar do movimento vitorioso que levou Vargas ao poder, Góis Monteiro - ganha força e influência no governo. Favorável ao regime político antiliberal e ferrenho defensor da soberania do Estado Nacional, o qual, segundo ele “(...) precisa ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação”,¹⁵⁵ expressa suas convicções acerca do papel político¹⁵⁶ do Exército neste contexto ao afirmar que:

¹⁵³ Id. Ibid., p.22.

¹⁵⁴ BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.141.

¹⁵⁵ Trecho de um dos escritos de Góis Monteiro datado entre os anos de 1932 e 1933, os quais foram organizados em uma coletânea publicada em 1934 com o título “A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército”. PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.297.

¹⁵⁶ Os posicionamentos antagônicos em torno da questão promoveram a existência de diferentes correntes entre os oficiais brasileiros no decorrer da década de 1920. Uma delas defendia a neutralidade política do Exército e exaltava seu papel como agente educativo, cuja missão era militarizar a sociedade tendo como base os princípios de ordem e disciplina; a outra corresponde à ideia de um exército profissional moderno e bem equipado, responsável único pela garantia da ordem e da segurança do país. Embora, no final da década de 1920, tenha ocorrido uma intensificação na profissionalização e modernização do Exército, prevaleceu, nos anos trinta, a corrente preconizada pelo General Góes Monteiro, que se mostrava contrária à neutralidade política, porém a favor da modernização e preparação profissional do Exército. Para mais esclarecimentos, cf: HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.14 a 17.

O Exército é um órgão essencialmente político. Assim sendo, deve-se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército (...) A política do exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – economia, produção e recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional.¹⁵⁷

A chamada “política do exército”, de cunho mobilizador, fundamentada, sobretudo, na preparação da sociedade civil para a guerra, se materializou de início sob a égide da “Defesa Nacional”, cujo conceito foi posteriormente substituído pelo de “Segurança Nacional”, sob o qual, inclusive, a Educação passou a ser vista pelos militares. A rearticulação dos referidos conceitos se fez necessária visto que, até os idos de 1935, a preocupação latente com ataques de inimigos externos não era acentuada o bastante para desencadear um movimento de mobilização social para a defesa da nação, que a política preconizada pelo Exército desejava implementar. Assim, a partir de então:

(...) será enfatizada a idéia de que a segurança da pátria está ameaçada não apenas pelos inimigos externos, mas também por “inimigos” que se encontram dentro de suas fronteiras, isto é pelos “inimigos internos”, que serão, em regra geral, identificados com os comunistas.¹⁵⁸

Isso pode ser constatado diante das constantes referências de Getúlio às ameaças comunistas com o intuito de justificar a instauração de medidas para o controle social em nome da defesa da Nação. Getúlio recorria incisivamente à estratégia de discursar em tom de alerta sobre o perigo iminente da infiltração do movimento de esquerda no meio social, uma vez que “É da tática comunista a dissimulação e o embuste (...)”, e prossegue sua fala alarmando que “O trabalhador desprevenido, votado aos problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da Pátria, da família e da religião (...)”.¹⁵⁹

Nesta perspectiva, Vargas usufruía de sua hábil oratória para, em seus discursos, criar uma aura de temor e perigo constantes, disseminando o sentimento de hostilidade ao comunismo, o qual, no entendimento dele: “(...) está condenado a manter-se em atitude de

¹⁵⁷ PINTO, Sérgio Murillo, op. cit., p.298.

¹⁵⁸ HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.31.

¹⁵⁹ Discurso proferido na Esplanada do Castelo a 7 de setembro de 1936, por ocasião da celebração da “Hora da Independência”. VARGAS, Getúlio, Vol. 4, op. cit., p.185.

permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando, por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem (...).¹⁶⁰

Esse argumento vai servir de prerrogativa para a propagação das virtudes do governo autoritário, como forma de conter os possíveis inimigos e garantir a paz nacional, o que pode ser constatado em um trecho de sua fala por ocasião de outro discurso proferido em abril de 1937, meses antes do golpe de Estado, no qual Vargas afirma que “Constitui função precípua dos governos a garantia da ordem. Mas o melhor meio de garantir a ordem é prevenir a desordem evitando as suas funestas e danosas conseqüências (...)”¹⁶¹, o que torna evidente a sua intenção de estruturar os alicerces para legitimação do golpe e reforçar a ideia da instauração do novo regime político como alternativa para evitar o caos iminente.

As acusações de Vargas tinham como tática promover a instalação do temor generalizado nas várias instâncias da sociedade com a intenção de, por um lado, acentuar o prestígio dos militares, justificando as intervenções cada vez mais controladoras e repressoras nas várias instâncias da sociedade, inclusive no sistema educativo; e de outro, sensibilizar a população para a necessidade de uma intervenção mais diretiva do Estado na restauração da paz e, dessa forma, garantir respaldo para a consolidação do regime ditatorial no país. Boris Fausto acrescenta ainda que a Revolta de 35 “se não foi responsável isoladamente pelo golpe de 1937, deu uma ajuda inconsciente mas considerável à sua articulação.”¹⁶².

Os acontecimentos subsequentes corroboraram esta afirmação, pois ainda no curso da revolta, com a justificativa de manter a ordem social, o governo decreta estado de sítio e, com a anuência do Congresso, consegue prorrogá-la sucessivamente até julho de 1937. Concomitantemente, Vargas tem seus poderes ampliados à medida que o Congresso aprova emendas constitucionais, dentre elas, uma conferindo-lhe controle sobre promoção e transferência do quadro de militares.

O momento era definitivamente favorável à tentativa de golpe projetada silenciosamente por Vargas, o qual, ciente da relevância em manter-se aliado ao Exército, que desfrutava do mérito de restaurar a ordem e o caos social gerados por seguidos movimentos de revolta, passou a consolidar mudanças estratégicas nomeando oficiais de alta patente e simpatizantes de seus ideais para postos-chave, como o general Eurico Dutra,

¹⁶⁰ Id. Ibid., p.140.

¹⁶¹ Discurso de agradecimento à homenagem prestada pelo 1º Batalhão de Caçadores, unidade do Exército Nacional, na cidade de Petrópolis em 29 de abril de 1937. Id. Ibid., p.226.

¹⁶² FAUSTO, Boris, op.cit., p.75.

que assumiu o Ministério da Guerra em dezembro de 1936 e o general Góis Monteiro, nomeado em julho de 1937, Chefe do Estado-Maior do Exército.

Garantido o apoio militar e determinado a concretizar o golpe em 15 de novembro, Getúlio passou a certificar-se do apoio dos Estados, presenciando a renúncia de Flores da Cunha, o último governador a posicionar-se contrário ao plano, restando apenas um remanescente opositor: o candidato paulista Armando de Salles Oliveira. Além disso, Plínio Salgado manifesta seu apoio retirando sua candidatura à presidência, enquanto que milhares de integralistas desfilam em frente ao Palácio do Catete em homenagem a Vargas.¹⁶³

Em 09 de novembro, o documento intitulado “Aos chefes militares do Brasil” de autoria de Armando de Salles Oliveira, destinado a alarmar os militares acerca da possibilidade do golpe, chega ao conhecimento de Vargas, que decide antecipar a data para o golpe, pois “(...) era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa. E assim se fez. Mandeí chamar em seguida o chefe de Polícia e o ministro da Justiça. Com este e o ministro da Guerra, combinamos todas as medidas”.¹⁶⁴

Antes da data prevista, na manhã de 10 de novembro de 1937, Vargas fecha o Congresso Nacional, ao passo que remaneja o quadro dos líderes estaduais e promulga uma nova Constituição na qual atribuiu a si mesmo plenos poderes, como ele mesmo registra em seu diário:

No dia seguinte, as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. Às 10 da manhã, reuniu-se no Guanabara o Ministério, e assinamos a Constituição (...) A tarde, compareci ao Catete (...) recebi várias outras pessoas e regressei ao Guanabara, trabalhando até 8 horas da noite, quando pronunciei pelo rádio o Manifesto à Nação.¹⁶⁵

O manifesto a que Vargas se refere explicita a tentativa de garantir a anuência da população à instauração do regime ditatorial e, nos trechos reproduzidos abaixo, nota-se a alusão ao golpe como um feito heróico, decorrente da atitude corajosa do “homem de Estado”, que “(...) quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas

¹⁶³ FAUSTO, Boris, op.cit.

¹⁶⁴ Trecho das anotações de Vargas em seu diário no dia 09 de novembro de 1937. In: VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. II (1937 – 1942), 1995 p.83.

¹⁶⁵ Id. Ibid., p.83.

repercussões e profundos efeitos na vida do país (...) não pode fugir ao dever de tomá-la (...)”¹⁶⁶.

O discurso prossegue em tom de alarme à população, evocando expressões já bastante ressaltadas em pronunciamentos anteriores para a difusão do sentimento de pátria ameaçada:

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social (...) Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade de pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil (...) Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.¹⁶⁷

Os apelos pela restauração da ordem atrelados à ideia de “Pátria em perigo” ou de que o país está sob ameaça constante são recorrentes no discurso Varguista e se configuram como um elemento a ser explorado na construção de um movimento doutrinário de apego à Pátria, o qual adquire amplitude no Estado Novo, com o intuito de constituir um exército de pessoas mobilizadas a seguir o princípio de defesa da nação, como ele mesmo diz em um pronunciamento à população:

Todos vós (...) todos quanto me ouvis, através dos mais longínquos rincões de nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade e engrandecimento da Pátria Brasileira!¹⁶⁸

Diante deste panorama, é fácil compreender o grau de influência dos militares que gradativamente se acentuou nos anos trinta para, no Estado Novo, se legitimar como pilar de sustentação do regime, e com poder e interesse para interferir no sistema educativo não apenas no sentido de introduzir os princípios e ideologias da caserna no sistema educacional, mas visando, sobretudo, conformar as políticas educacionais à política do exército, numa relação de total subordinação da primeira em relação à segunda.

¹⁶⁶ “Proclamação ao povo brasileiro” – pronunciamento à nação irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil* – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938). Vol. 5. Rio de Janeiro: Olympio Editora, 1938. p.19 a 32.

¹⁶⁷ “Proclamação ao povo brasileiro” – pronunciamento à nação irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937. Id. Ibid., p. 19-32. (Grifos da Autora).

¹⁶⁸ VARGAS, Getúlio, Vol.4, op. cit., p.187.

Não é por acaso que Vargas vai ressaltar em seus discursos a atuação educativa do sistema militar, conferindo às diferentes corporações militares do Exército Nacional o título de “entidades educadoras do povo”, como se nota no pronunciamento realizado em Petrópolis em abril de 1937 quando, a respeito do 1º Batalhão de Caçadores, mencionou que “Além da vigilância e garantia que oferecem, são entidades educadoras em contato direto com as populações, às quais dão exemplo e estímulo de amor à Pátria e respeito às instituições.”¹⁶⁹

Como já sinalizado anteriormente, a inserção do Exército na política educacional tem como eixo o tema da segurança nacional, e é em torno dela que os olhares e a ação dos militares se voltam quando se trata da educação:

Assim, em nome das exigências da segurança nacional e da mobilização, Dutra espera que a escola se integre no “espírito da política de segurança nacional” e inculque, na população, o espírito de disciplina e subordinação. E, em nome destas mesmas exigências, ele justifica uma intervenção das autoridades militares no sistema de ensino, no sentido de corrigi-lo e de transformá-lo.¹⁷⁰

Nesta perspectiva, a “política do exército” efetiva-se nas escolas, na confluência de duas vertentes: a primeira assume um caráter repressivo, expresso no total controle do sistema de ensino, o que envolvia a interdição de atividades julgadas perigosas à segurança da nação e perseguição de educadores considerados subversivos; a segunda vertente, de cunho instrumental, concebe a escola como o espaço de intervenção para a formação prévia do soldado, que, em última análise, significava retomar o pensamento de Olavo Bilac prevalente nos anos de 1920, que visava transformar “(...) a caserna em educadora do povo na melhor acepção de aparelho ideológico encarregado de difundir os princípios de ordem e de disciplina”¹⁷¹ atribuindo, por sua vez, um sentido inverso e mais abrangente, pois “Não se trata mais de considerar o quartel como uma escola, mas sim de transformar as escolas em quartéis.”¹⁷²

Embora as duas vertentes se constituam de forma imbricada, as investidas dos militares no sistema educativo se concretizaram com maior eficácia pela segunda vertente, pois, como assinala José Silvério Baía Horta, a “presença dos militares no sistema de ensino não se limitou a estes momentos de intervenção preventiva/repressiva em nome da

¹⁶⁹ Id. Ibid., p.224-225.

¹⁷⁰ HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.47-48.

¹⁷¹ FERREIRA NETO, Amarílio, op. cit., p.19.

¹⁷² HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.29.

‘segurança nacional’”¹⁷³, mas, sobretudo, se fizeram presentes demarcando sua atuação no interior das escolas preponderantemente por meio da apropriação de duas atividades: a Instrução Pré-Militar e a Educação Física.¹⁷⁴

Deste modo, os militares se encarregam da concepção e condução dessas duas atividades nos estabelecimentos de ensino, na tentativa de atingir os objetivos prescritos como essenciais na formação do futuro soldado, ou seja, preparar as crianças e adolescentes física e moralmente para a guerra, na perspectiva do adestramento físico bem como da difusão doutrinária dos princípios militares, como disciplina, hierarquia e obediência.

Diante das dificuldades de implantação das propostas do ensino pré-militar no sistema escolar, dado o aparato burocrático que envolvia a conjugação de dois Ministérios distintos, os militares trataram logo de manter seu domínio sobre a Educação Física, pois, como esclarece José Silvério Baía Horta:

A presença dos militares no sistema de ensino por meio da instrução pré-militar foi de pequeno alcance e de pouca duração. Quanto à sua influência no desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática, esta foi real e duradoura.¹⁷⁵

Assim, a Educação Física emerge de forma proeminente neste contexto como um instrumento para a concretização do poder militar e para a satisfação dos interesses do governo, sobretudo se se considerar que “(...) a vinculação entre educação física e *defesa nacional* era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar.”¹⁷⁶

Esta afirmação pode ser corroborada quando, por ocasião da criação da Divisão de Educação Física subordinada ao Departamento Nacional de Educação, em janeiro de 1937, o então ministro Gustavo Capanema solicita aos militares a colaboração na sua organização e direção. A divisão inicia suas atividades em maio daquele ano sob o

¹⁷³ Id. Ibid., p.29.

¹⁷⁴ Id. Ibid.

¹⁷⁵ Id. Ibid., p.53.

¹⁷⁶ É preciso pontuar que, embora a apropriação pelos militares da Educação Física desenvolvida nas escolas se consolide ao longo dos anos de 1930 e mais acentuadamente durante o Estado Novo, ela é anterior ao governo Vargas como sinaliza Celso Castro ao indicar que o anteprojeto de lei elaborado no início de 1929 pelo então ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, prevendo a extensão da Educação Física de inspiração militar a todas as escolas civis pode ser considerado como “(...) o ponto de partida para o uso da educação física pelos militares como instrumento de intervenção na realidade educacional e social do país. Com a educação física consolidada no interior da própria instituição, o Exército, durante toda a década de 1930, estenderia sua influência sobre todo o “corpo da Nação” através do controle da educação física. CASTRO, Celso, op. cit., p.3.

comando do capitão João Barbosa Leite, o qual já tinha um envolvimento pregresso com o desenvolvimento e difusão da Educação Física na Escola de Sargentos de Infantaria na década de 1920.¹⁷⁷

Assim, além da responsabilidade pelo controle da Educação Física no âmbito ministerial se consolidar nas mãos dos militares, paralelamente, procuravam também, “(...) garantir a sua influência direta no ensino da educação física em nível de escolas, seja atuando na formação de professores, seja assumindo diretamente esta função.”¹⁷⁸

A influência militar na formação docente em Educação Física contou mais uma vez com o empenho de Capanema e se fez notar com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) na Universidade do Brasil em abril de 1939, cujo decreto prevê, dentre as finalidades da instituição, formar pessoal técnico em Educação Física e desportos e imprimir ao seu ensino em todo o país, unidade teórica e prática.¹⁷⁹

A criação de um centro civil de formação de professores da área em âmbito nacional para atuar nos estabelecimentos de ensino se concretizou pelo esforço conjunto do governo federal e dos militares, os quais, tendo estabelecido nos anos anteriores o controle da Educação Física nos estabelecimentos de ensino, bem como garantido o monopólio da formação de recursos humanos para área, não podiam ser preteridos de tão importante empreendimento. E realmente não foram, pois, como menciona Horta: “Por solicitação de Capanema os militares participaram ativamente na organização desta escola e assumiram sua direção, procurando orientá-la de acordo com o modelo da Escola de Educação Física do Exército.”¹⁸⁰

Observa-se, portanto, que, mesmo após a criação de uma instituição de formação superior civil, a Educação Física Escolar continuou se constituindo sob influência dos preceitos militares, especialmente se se considerar que, como aponta o estudo de José Tarcísio Grunennvaldt, durante os oito primeiros anos de sua existência, a ENEFD vai ser dirigida pelos militares, ou seja, somente ao término do regime ditatorial do Estado Novo toma posse o primeiro diretor civil. Acrescenta, ainda, a preponderância dos militares no

¹⁷⁷ GRUNENNVALDT, José Tarcísio. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 1997.

¹⁷⁸ HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.72.

¹⁷⁹ Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação Física. *Legislação Básica* (Federal e Estadual). Organização e compilação de Leslie Maria José da Silva Rama e José Álvaro Pereira dos Santos. São Paulo, SE/CENP, 1985. v.1.

¹⁸⁰ HORTA, José Silvério Baía, op. cit., p.72.

quadro de professores em relação aos civis, correspondendo, respectivamente, a dez professores militares para oito civis.¹⁸¹

É importante mencionar que, com o decreto de criação da ENEFD, a atuação dos professores de Educação Física nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário, normal, superior e profissional (federais, estaduais e municipais), ficou obrigatoriamente condicionada à obtenção do diploma de licenciado em Educação Física a partir de janeiro de 1941, e a partir de janeiro de 1943 a mesma exigência foi estendida aos estabelecimentos particulares. O documento atribuiu a ENEFD o poder da concessão dos diplomas, regulando suas esferas de atuação.¹⁸²

Essas disposições afetaram sobremaneira o segmento militar, que não tardou a se manifestar por meio de um projeto de decreto elaborado pelo então ministro da Guerra, o General Dutra, em 1941, reivindicando a extensão dos direitos dos diplomados aos egressos de suas escolas, com a justificativa de estarem em condições superiores à dos civis para atuarem no ensino escolar da Educação Física. A este respeito, o ministro argumenta que: “(...) além da preparação técnica especializada, adquirem no seu estágio no Exército uma formação cívico-moral que os coloca em situação vantajosa para agir sobre as coletividades, inculcando-lhes o espírito de ordem e disciplina.”.¹⁸³

Sobre as justificativas apresentadas por Dutra na proposta, Horta traz uma reflexão interessante:

Os militares mesmo insistindo sobre a educação física como instrumento de “revigoração da raça” e de “preparação física do futuro soldado”, não deixam de valorizar também a função do professor e do instrutor de educação física no processo de disciplinamento do povo.¹⁸⁴

Assim, os militares provenientes das escolas de formação em Educação Física do Exército se colocavam como “mais capacitados que os civis para cumprir esta função de inculcar o espírito de ordem e disciplina na coletividade, em razão da formação ‘cívico-moral’ recebida nos quartéis”.¹⁸⁵ Isso explica a magnitude dos interesses que levaram o governo a promulgar em março de 1943, o Decreto-Lei nº 5.343, o qual, reconhecendo como pertinentes as alegações apresentadas por Dutra, dispõe que:

¹⁸¹ GRUNENVALDT, José Tarcísio, op. cit.

¹⁸² SÃO PAULO (Estado), op. cit.

¹⁸³ Trecho do projeto de decreto elaborado pelo ministro da Guerra, apud HORTA, José Silvério Baía, op. cit. p.73.

¹⁸⁴ Id. Ibid., p.73.

¹⁸⁵ Id. Ibid., p.73.

Art. 2º - Os diplomas de instrutor e de monitor de educação física expedidos até o ano escolar de 1942, pela Escola de Educação Física do Exército, pelo Curso Provisório de Educação Física, pelo Centro Militar de Educação Física, e pelos Centros Regionais de Educação Física, organizados pelo Ministério da Guerra, ficam equiparados, para todos os efeitos, aos diplomas de licenciado em Educação Física.¹⁸⁶

Nesta perspectiva, conjeturou-se atribuir à educação moral e cívica e à Educação Física a introjeção dos preceitos militares da caserna no interior da escola, pois, enquanto que à primeira caberia “(...) a difusão da ideologia nacionalista, disciplinamento das novas gerações e preparação moral para a guerra, dentro do processo de mobilização nacional”, a segunda se encarregaria da “(...) formação do futuro soldado”.¹⁸⁷

Deste modo, pareceu conveniente a estruturação das aulas de Educação Física a partir de um método oriundo da esfera militar, já que, como indica o Sr. Fernando:

(...) não se tinha um regulamento de Educação Física. E essa idéia de se... adquirir um regulamento partiu do exército. Eles queriam, por exemplo, um regulamento e foram buscar na França. Então, eles copiaram o regulamento parece que nº 7 (...) e trouxeram para o nosso Brasil e divulgaram (...) Como eu disse, foi o Exército o primeiro inclusive a se interessar pela aquisição de um regulamento da Educação Física com as tropas e nos estabelecimentos militares (...) Eu, por exemplo, sabia, mas nem todos sabem que o método francês começou lá com os militares. (...)

Ao mencionar o Regulamento nº 7, o entrevistado faz alusão ao Método Francês, o qual adentrou no Brasil por ocasião da chegada da Missão Militar Francesa ao país instituído nas unidades do exército em 1931 e, ainda, na década de 1930, foi adotado no contexto escolar como método oficial de ensino da Educação Física.¹⁸⁸

Desta forma, observa-se, nestes primeiros anos dos Governos Vargas, que os militares prepararam o terreno para edificar a sólida influência sobre a Educação Física Escolar por duas vias: a formação de recursos humanos para atuar na escola sob sua tutela e a sistematização do quê e como ensinar a Educação Física na escola, como se nota na descrição histórica que o Sr. Fernando faz do Método Francês:

¹⁸⁶ Posteriormente estes mesmos direitos foram estendidos aos egressos do Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física da Marinha e da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, regulamentados respectivamente pelos decretos-leis nº. 5.975, de 9 de novembro de 1943 e nº. 6.936, de 6 de outubro de 1944. SÃO PAULO (Estado), op. cit.

¹⁸⁷ Id. Ibid., p.26.

¹⁸⁸ Programa de Educação Física para o Ensino Secundário. Portaria Ministerial nº. 70, de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit.

Eu só vi este método na mão de um amigo que tinha sido militar. Chamava-se até professor Mário Mariano. Que chegou a uma ocasião até dar umas aulas como sargento lá, fazendo este papel no tempo que eu era estudante. Depois, eu fui atrás do professor Mário Mariano, mas não encontrei mais. Mas, ainda durante aqueles meus interesses, eu consegui ver este método, um deles, o primeiro volume, o método francês. Mas, lá, eu já observei muita coisa, inclusive, eu achei lá neste prefácio, né? Que o Exército necessitava de um guia... e não sabia como conseguir. Até que eles descobriram este Regulamento Geral da Educação Física da França. Foram buscá-lo, traduziram... pra português e, assim, eles divulgaram. Mas a divulgação também não foi como deveria ser. Pouca gente conhece esta divulgação. E este meu amigo conhecia. E através das aulas que eles davam, eu ia percebendo, fazendo as divisões: primeiro, os exercícios de braço, depois os exercícios de perna, depois os exercícios de tronco, depois abdominal, depois isso, depois aquilo... E... Aprendi muito! E foi lá também, como disse a você, deste professor Mário Mariano, que tinha sido militar, tinha sido do Exército, é que eu vi um volume deste. E o prefácio dele dizia isso: que trouxeram e depois, então, que houve uma série de dificuldade porque não era um método nacional. Mas que tudo aquilo foi contornado e deu certo.

Corroborando tais afirmações, uma das entrevistadas, a Sr^a. Cleide, ao comentar acerca de um dos conteúdos desenvolvidos na Educação Física Escolar, acrescenta que:

(...) na aula de Educação Física você tinha ordem unida, que vinha do método francês, que você sabe a Educação Física tem toda uma formação francesa. A Educação Física foi instalada no Brasil através dos militares franceses que vieram aqui dar instrução nos quartéis pra depois abrir as escolas de Educação Física. (...) isso é fundamental pela influência militar que nós tivemos na Educação Física.

Os movimentos ginásticos europeus, dentre eles, a ginástica francesa, versão preliminar do Método Francês, têm sua origem atrelada ao quadro político e econômico que a Europa vivenciava nos séculos XVIII e XIX. Tal período caracterizou-se por mudanças que marcaram significativamente a história da humanidade, decorrentes principalmente de dois importantes eventos: a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em 1760 e que se expandiu a partir de 1850, por toda a Europa. Este contexto propiciou “(...) a propagação de um movimento de cunho nacionalista, que dominou o território europeu, traduzido, na época, pelas guerras em função das conquistas territoriais e da formação dos Estados Nacionais”.¹⁸⁹

¹⁸⁹ GOELLNER, Silvana Vilodre. *O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. p.40.

Na França, o modelo ginástico de Amoros¹⁹⁰, considerado precursor do Método Francês, obteve ampla repercussão e aceitação, não apenas por privilegiar a formação do homem na perspectiva do “bom militar”, mas, sobretudo “(...) porque enfatizou a disciplina e a consciência dos deveres e serviços para com o Estado Nacional (...)”.¹⁹¹ Tal modelo, determinante na constituição da Escola Militar de Joinville-le-Pont¹⁹², não restringiu seus postulados doutrinários apenas às corporações militares, como também ao meio civil, sendo inserido, a partir de 1850, nas instituições escolares, sem, no entanto, ater-se a finalidades pedagógicas.

De acordo com o historiador italiano Giampiero Grifi, na primeira metade do século XIX surgiram, na Europa, inúmeras teorias e métodos ginásticos e, especificamente na França, após a derrota para o exército prussiano em 1870, “(...) observou-se um notável desenvolvimento da atividade motora que adquiriu um caráter militar-nacionalístico”.¹⁹³

Neste contexto, intensifica-se o sentimento nacionalista de defesa da Pátria, tornando premente a adoção de um método ginástico que conjugasse o aperfeiçoamento físico e a elevação moral da população civil bem como do contingente militar, na perspectiva da formação do cidadão-soldado.

Tendo sua origem atrelada a essas premissas, o Método Francês, não por acaso denominado Regulamento Geral da Educação Física, correspondia não apenas a um modelo ginástico, mas a um sistema de ensino, disseminador de um conjunto de princípios e procedimentos para o desenvolvimento da Educação Física nos estabelecimentos de ensino militares e civis.

A inegável vinculação militar na sistematização do ensino da Educação Física no âmbito escolar civil fica evidente nas diretrizes estabelecidas pelo ministro Campos para o

¹⁹⁰ D. Francisco Amoros Y Ondeano (1770-1848) espanhol naturalizado cidadão francês, ainda jovem ascendeu na carreira militar, na qual obteve inúmeros cargos e honrarias. Atuou como educador físico em seu país de origem, na direção de uma escola com exercícios militares, o Instituto Pestalozzi. Após problemas de natureza política, exila-se na França, onde se dedica exclusivamente a Educação Física, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da ginástica, bem como para sua sistematização e aplicação no meio civil e militar. Fundou a Escola Normal Civil e Militar de Ginástica, com subvenção do governo francês e em 1830 publicou o “Manual de Educação Física, Ginástica e Moral”, premiado anos mais tarde pela Academia Real de Ciências da França. Cf: MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e métodos de educação física*. Rio de Janeiro: DEF/MES, 1953. p.60 e RAMOS, Jair .Jordão. *Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias*. São Paulo: IBRASA, 1982. p.215-216.

¹⁹¹ GOELLNER, Silvana Vilodre, op. cit., p.51.

¹⁹² Centro divulgador do Método Francês foi fundado em Paris a 15 de julho de 1852, contando com a colaboração de dois discípulos de Amoros na ocasião em que o Marechal Soult, favorável à Educação Física, comandava o Ministério da Guerra. A Escola adotou o Regulamento Francês de Ginástica, aprovado pelo Ministério da Guerra em 1846 e intitulado “Instrução para o ensino da Ginástica nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares”, o qual apesar de passar por adaptações permaneceu como referência para a Escola por mais de meio século. MARINHO, Inezil Penna, op. cit., p.60. Id. Ibid., p.63.

¹⁹³ GRIFI, Giampiero. *História da educação física e do esporte*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989. p.238.

seu desenvolvimento na escola secundária, ao propor que os alunos organizados em grupamentos homogêneos seriam orientados “por um médico e pelo instrutor, ambos com curso de especialização na matéria, adotando-se, de preferência, as normas e diretrizes do Centro de Educação Física do Exército”.¹⁹⁴

Embora o termo “preferência” fizesse a menção à adoção facultativa do Método Francês, o que se observa no Programa para o ensino da Educação Física Escolar de âmbito Federal, bem como nas orientações expedidas pela Divisão da Educação Física e pelo Ministério da Educação e Saúde¹⁹⁵, é a reprodução dos seus preceitos no interior da instituição escolar, tanto no que concerne às orientações para os procedimentos de organização dos grupos de alunos, quanto na descrição do conteúdo a ser ministrado para cada grupamento.

É interessante notar que os princípios e diretrizes para o ensino da Educação Física no Brasil, prescritos no documento oficial do Método Francês¹⁹⁶, têm correlações com as discussões que Michel Foucault tece acerca das formas de manifestação do poder disciplinar sobre o corpo nas instituições, aqui se tratando especificamente da Escola.

O autor, ao mencionar a formação de relações de poder local, suas articulações e autonomia na constituição das instituições disciplinares, apresenta uma perspectiva do poder que não reprime, mas que se exerce no sentido “positivo” de docilização e não “negativo”, com uso puro de violência ou repressão.

O poder constitui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente este aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.¹⁹⁷

Foucault apresenta uma abordagem dos procedimentos disciplinares como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo (...) e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”.¹⁹⁸

¹⁹⁴ “Programas do Curso Fundamental do Ensino Secundário”. Portaria Ministerial nº. 70 de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos. op cit, p.190.

¹⁹⁵ Trata-se da Portaria Ministerial nº. 70 de 30 de junho de 1931, bem como das portarias nº. 161, de 11 de maio de 1939 e a de nº. 7, de 9 de janeiro de 1940, as quais correspondem, respectivamente, à normatização do serviço médico de Educação Física e dos exames práticos nos estabelecimentos de ensino, expedidas pelo Departamento Nacional de Educação, sendo a última, com a anuência do diretor da Divisão de Educação Física, Major João Barbosa Leite. Id. Ibid.

¹⁹⁶ Vale a pena destacar que o documento oficial de divulgação do Método Francês analisado neste estudo, se apresenta no formato reeditado, datado de 1960, o que indica a vigência de seus pressupostos anos após o término dos governos de Getúlio Vargas.

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.xvi.

¹⁹⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p.126.

Ao tratar da docilidade dos corpos, o autor menciona que o corpo dócil é aquele “que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado”.¹⁹⁹ Interessante observar que o documento “Educação Física: Método Francês”, no capítulo “Os Princípios Gerais do Método Francês” apresenta uma concepção de Educação Física utilitária “cuja prática racional e metódica é suscetível de fazer o homem atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico (...)”.²⁰⁰

O percurso de análise do documento permite uma aproximação com a abordagem de duas facetas que Foucault apresenta à categoria disciplina: a “sujeição do corpo a um espaço” (individualizado, classificatório e combinatório) e a “um tempo” (máximo de rapidez e eficácia).²⁰¹

O autor menciona que a arte de distribuição dos indivíduos no espaço gera um processo de individualização que permite maior controle dos corpos. A disposição dos alunos em fileiras, cada qual em seu lugar, e a dinâmica do ensino simultâneo, determinando lugares individuais e possibilitando o controle de cada um simultaneamente, representaram mudanças significativas acerca da disciplina sobre os corpos no interior da Instituição Escola.²⁰²

Dentre elas, destacam-se o que o autor nomeia de “processo de localização funcional” e de “princípio da localização imediata”. O primeiro possibilita a criação de um espaço útil, no qual:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sanciona-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar, utilizar.²⁰³

O segundo estabelece mecanismos de comparação e classificação como critérios para disposição dos lugares que os corpos irão ocupar, que Foucault destaca como a “Arte de dispor em fila”, ou seja: “a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação” de acordo com: “(...) o nível de avanço dos alunos, segundo o valor de cada um, segundo seu temperamento melhor ou pior, segundo sua maior aplicação, segundo sua

¹⁹⁹ Id. Ibid., p.126.

²⁰⁰ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Educação Física - Método Francês*. Edição de Emergência, 1960. (Campanha Nacional de Educação Física). p.18.

²⁰¹ FOUCAULT, Michel, 1986, op.cit.

²⁰² Id. Ibid.

²⁰³ Id. Ibid., p.131.

limpeza, e segundo a fortuna dos pais”, ou seja, organização espacial dos corpos segundo o “olhar cuidadosamente ‘classificador’ do professor”.²⁰⁴

Assim, conclui que a existência de tais processos “fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”.²⁰⁵

Dentre os instrumentos que o autor aponta para o sucesso do poder disciplinar, está o que ele denomina de “vigilâncias hierarquizadas”, as quais permitem um controle no interior das instituições disciplinadoras.²⁰⁶

A questão da vigilância possibilita realizar uma interface com a educação física e os procedimentos disciplinares ali construídos, a qual, de alguma maneira, está presente no documento que expõe o Método Francês, quando sugere no item “Disposição dos Alunos” que “a melhor formação é aquela que permite ver todos os alunos”.²⁰⁷

O documento explicita a necessidade da “vigilância” para o controle disciplinar da aula, contendo os mais “turbulentos”: “Se bem que discreta, sua vigilância será todavia efetiva, com brandura obrigará todos os alunos a jogar (...) conterà os turbulentos, os impulsivos e os violentos. Deverá banir tôda brutalidade (...)”.²⁰⁸

Outro instrumento eficaz no controle disciplinar é denominado por Foucault “exame” e implica registro contínuo, ou seja, uma vigilância permanente e classificatória visando atingir o indivíduo na singularidade e que “estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através do qual eles são diferenciados e sancionados.”²⁰⁹

Interessante notar que, nas aulas de educação física durante os Governos Vargas, por adotarem obrigatoriamente o Método Francês e conseqüentemente seguirem suas orientações, cabia aos instrutores organizar as turmas de alunos de acordo com o resultado que eles alcançavam nas provas de aptidão para maiores de 13 anos e nas avaliações médicas de “valor fisiológico” para alunos de 4 a 13 anos: “Apoiando-se nos dados da fisiologia (...) o método francês de Educação Física adotou para os indivíduos aos quais se destina, uma classificação racional em grupos de valor fisiológico sensivelmente equivalente”.²¹⁰

²⁰⁴ Id. Ibid., p.135.

²⁰⁵ Id. Ibid., p.134.

²⁰⁶ Id. Ibid.

²⁰⁷ BRASIL, op. cit., p.45.

²⁰⁸ Id. Ibid., p.50.

²⁰⁹ FOUCAULT, Michel. op. cit., p.164.

²¹⁰ BRASIL, op. cit., p.24.

A respeito da sujeição do corpo a um tempo que é codificado pela máxima rapidez e eficácia dos gestos, é importante destacar que no documento, especificamente no item “Indicação do Ritmo”, verificam-se orientações que fazem alusão a uma execução temporal dos movimentos baseada no princípio da máxima rapidez e eficácia: “Existe, portanto para cada exercício, um ritmo de execução ótimo sob o ponto de vista fisiológico e mecânico (...) É bom indicar este ritmo para ensinar os alunos a dosarem utilmente seus esforços.”²¹¹

Tal constatação remete para a efetivação do poder disciplinar, que submete o corpo a um tempo integralmente útil, ou seja “procura-se: garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil.”²¹²

Para isso, era preciso que os “instrutores de educação física” tomassem algumas precauções, conforme indica o documento:

Fazer preceder o comando de execução dos exercícios de um enunciado rápido e em voz clara do movimento acompanhado de uma demonstração feita pelo próprio instrutor (...) Deste modo evita-se qualquer hesitação por parte do aluno que sem preocupação inútil de espírito, poderá executar mais corretamente o exercício.²¹³

Importante ressaltar que a ideia de aperfeiçoamento físico proposta no documento envolvia não apenas as qualidades físicas (impulsão, velocidade, força muscular, etc.) como também qualidades morais (audácia, sangue frio, tenacidade, espírito de disciplina, etc.), ou seja, dada a conjuntura social e política do período, tais mecanismos eram bastante convenientes, uma vez que, atendiam aos propósitos da esfera governamental, que tinha neste método um instrumento para o adestramento físico e um mecanismo disciplinador eficaz.

Tais reflexões são extremamente pertinentes, especialmente se se considerar que, embora o Método Francês tenha se oficializado nas escolas nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, é justamente no auge do poder autoritário de seu governo que a aplicação do método é observada, ocorrendo de forma abrangente na escola, como sinaliza o Sr. Fernando:

²¹¹ Id. Ibid., p.47.

²¹² FOUCAULT, Michel, op. cit., p.137.

²¹³ BRASIL, op. cit., p.47-48.

E este método (...) Eu fui aluno em... em grupo escolar, não vi nada. Depois em 38 mais ou menos, já estava no ginásio, entrei no ginásio, também não vi nada. A não ser uns... dois anos depois é que... me lembro até da fisionomia deste sargento, era muito simpático, sabe? E ele, então, graciosamente, nos levou lá pra este estádio e deu aquela demonstração...

As lembranças do entrevistado são condizentes com o que apontam os dados apresentados por Mauro Betti referentes à adesão dos estabelecimentos de ensino à aplicação do Método Francês: “Pesquisa realizada pela DEF no ensino secundário, em 1940, relatou a adoção do Método Francês em 89% dos estabelecimentos pesquisados, o que atendia a ‘unidade de doutrina preconizada pela Divisão de Educação Física.’”.²¹⁴ Além disso, é importante destacar que “De 613 estabelecimentos de ensino secundário pesquisados pela DEF em 1940, a Educação Física era praticada em 611”.²¹⁵

A preocupação com a efetivação da Educação Física no contexto escolar, segundo Marinete dos Santos Silva constou no Plano Nacional de Educação, formulado a partir de 1936 pelo então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema²¹⁶ e encaminhado à Presidência da República em maio de 1937. A dissolução do Congresso e a instauração do Estado Novo por Vargas, meses depois do Plano Nacional de Educação ter sido levado a Câmara, interromperam as discussões suscitadas por ele bem como sua votação. No entanto, as diretrizes para a reforma da educação ali traçadas revelaram o forte componente ideológico norteado pelos princípios do autoritarismo e do nacionalismo, disseminados na sociedade especialmente por meio da Escola, a qual, atuando como:

(...) um aparelho ideológico do Estado passou a sofrer logicamente os ajustes necessários para a veiculação da nova ideologia dominante. Esse fato é perceptível claramente, sobretudo, no Plano Nacional de Educação. A excessiva ênfase dada ao ensino cívico e à educação física foram os primeiros indícios desses ajustes.²¹⁷

²¹⁴ BETTI, Mauro, op. cit., p.76.

²¹⁵ Id. Ibid., p.71.

²¹⁶ Cabe aqui pontuar que, em janeiro de 1936, Gustavo Capanema distribuiu um questionário com 213 perguntas, buscando a colaboração de importantes setores da sociedade, como professores, estudantes, políticos, intelectuais e representantes clericais para a elaboração do Plano Nacional de Educação. O documento intitulado “Questionário para um inquérito” reacendeu o debate travado anos antes entre segmentos interessados em deter o monopólio da educação, dentre eles, os escolanovistas, a Igreja e o Estado. O questionário também foi alvo das críticas do Exército, uma vez que os militares se ressentiam com o fato de não terem sido chamados a colaborar com o inquérito. Para mais detalhes sobre o assunto, cf: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit., p.192-204.

²¹⁷ SILVA, Marinete dos Santos. A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945). São Paulo: Livramento, 1981, p.21.

Em novembro de 1937 concretizava-se o projeto arquitetado por Getúlio Vargas que, em última instância, sintetizava a ambição de manter-se no comando político do Brasil para além do período legal de quatro anos estipulado pela Constituição de 1934, a qual previa a realização das eleições em janeiro de 1938.

A persistente pretensão de Getúlio de romper com o velho pensamento oligárquico inaugurando um novo tempo na política brasileira se concretiza com a instauração do Estado Novo, que, nas palavras de Boris Fausto, pode ser definido como um regime político ao mesmo tempo “autoritário e modernizador”, assentado no projeto ambicioso de promover o desenvolvimento nacional, tendo como princípio um país unificado em torno de um governo federal forte.²¹⁸

Uma vez instaurado o regime autoritário, era preciso garantir que ele fosse tão duradouro quanto eficaz, o que permite inferir que as constantes referências à disciplina que persistem nos discursos de Vargas nos anos que se seguem ao advento do Estado Novo, e que são prevalentes inclusive na Constituição de 10 de novembro de 1937, residiam no fato de considerá-la uma ferramenta imprescindível para promover a “adequação”, ou em outras palavras, a “sujeição” da população a este “novo tempo”.

Tais interesses são explicitados por Vargas, cuja pretensão de direcionar as finalidades da Educação na vertente do disciplinamento pode ser observada quando menciona que:

Numa ordem nova é imprescindível procurar infundir nos espíritos a disciplina necessária a compreendê-la, praticá-la e aperfeiçoá-la. Ao Estado Novo cabia enfrentar quanto antes os problemas da educação e do ensino e orientá-los pelos seus postulados.²¹⁹

A este respeito, é importante destacar um trecho da mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em 1937, na qual Vargas expressa uma concepção de educação a serviço do regime autoritário, baseada enfaticamente na disciplina, preconizada como redentora e amortizadora de conflitos:

(...) persiste a necessidade de continuarmos vigilantes e aparelhados para reprimir novos surtos de anarquia, e desenvolver, sem tropeços, a obra de educação e de restabelecimento da disciplina, destinada a reforçar as bases do regime.²²⁰

²¹⁸ FAUSTO, Boris, op. cit., p.91.

²¹⁹ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. No limiar de uma nova era. (20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940). Vol. 7. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. p.81.

²²⁰ BRASIL (Presidente). Mensagens presidenciais 1933-1937, op. cit., p.720.

A preocupação com a disciplina e o adestramento físico da juventude canalizados para o objetivo máximo de defesa da nação se faz presente na Constituição de 1937 quando, ao tratar da Educação e Cultura, prevê que:

O Estado fundará instituições ou dará auxilio e protecção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho annual nos campos e officinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento physico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.²²¹

Pela primeira vez, a obrigatoriedade da Educação Física nos estabelecimentos de ensino é prevista no mais representativo dispositivo legal do país. A Constituição de 1937, no artigo 131 que consta no item a respeito da Educação e Cultura, dispõe que:

A educação physica, o ensino cívico e o de trabalhos manuaes serão obrigatórios em todas as escolas primarias normaes e secundarias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquella exigência.²²²

Em termos legais, é notório o tratamento mais abrangente e rigoroso dispensado na Constituição de 1937 à Educação Física Escolar, especialmente se comparado a Constituição de 1934, que sequer fez qualquer menção a ela. Com relação ao decreto que consolidou a reforma Francisco Campos, o tratamento também foi mais amplo, pois, além de estender a obrigatoriedade para o ensino primário, a instituía sob pena de o estabelecimento de ensino não obter autorização ou reconhecimento oficial do governo para seu pleno funcionamento legal.

A este respeito, Grunenvaldt argumenta que, em comparação com a relevância atribuída nos documentos constitucionais, a temas como política, religião e economia, a Educação Física, bem como o Esporte foram sendo historicamente relegados a um tratamento periférico. Porém a “Constituição outorgada imediatamente após a instauração

²²¹ Artigo 132 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. BRASIL (Presidência). O Estado Forte – a nova estrutura do governo dos Estados Unidos do Brasil – discursos, actos, proclamações, conferências – Artigos - Decretos – Entrevistas. Vol. I (10/11/1937 a 28/12/1937). Importante destacar que este artigo forneceu as disposições legais necessárias para propostas de militarização da juventude por meio de uma entidade civil, cuja iniciativa partiu de Francisco Campos em 1938 com a formulação do projeto para criação da Organização Nacional da Juventude que em seu formato reelaborado deu origem à Juventude Brasileira.

²²² Id. Ibid.

do Estado Novo atribui a essas práticas um papel de relevância significativa” na medida em que, no momento em questão, elas atendem aos interesses do Estado.²²³

Cabe discutir como a Educação Física Escolar se configurou no decurso do Estado Novo, quando o discurso da disciplina para a manutenção da ordem em prol da Segurança Nacional passa a adquirir amplos contornos com a conjugação de novos elementos como: a propagação do sentimento de devoção pela Pátria, a difusão do ideário nacionalista, a busca pelo aprimoramento eugênico e os esforços no sentido de doutrinar a população tanto masculina, quanto feminina, para servir incondicionalmente aos interesses da Nação. Tais propósitos são expressos por Vargas ao saudar a população, antecipando o que dela esperava no novo cenário que se descortinava:

Como vós, creio nos altos destinos da Pátria e, como vós, trabalho para realizá-los. No Estado Novo, não há razão para os céticos e os hesitantes, descrentes de si e dos outros (...) E de todos vós – brasileiros – peço e espero, neste instante, a solene promessa de bem servir a Pátria e de tudo fazer pelo seu engrandecimento.²²⁴

²²³ GRUNENVALDT, José Tarcísio, op. cit., p.93.

²²⁴ Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937, intitulado “No limiar do ano de 1938”. In: VARGAS, Getúlio, op. cit., vol. 5, p.128.

CAPÍTULO 2

A SEDIMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

“Ser brasileiro não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: ‘O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos o sangue’”.

(Getulio Vargas – 10 de março de 1940)

2.1 “Deus no céu e Getúlio na terra”²²⁵: O panorama político das reformas educacionais no segundo governo de Vargas

(...) todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade, de prepará-la para o futuro (...) É nela que deposito minha confiança; é para ela que eu apelo, porque é uma força capaz de consolidar o Estado Novo.²²⁶

Ao longo de mais de sete anos, por meio de manobras na esfera administrativa, Vargas acabou por destituir a autonomia dos estados e municípios. A anulação das forças políticas locais e o consequente fortalecimento do governo federal se efetivaram, sobretudo através do controle destas lideranças, fazendo uso de inúmeros instrumentos de manipulação, dentre eles, a figura do interventor²²⁷, cujas articulações engendradas paulatinamente desde 1930, propiciaram a Vargas, no Estado Novo, minar os regionalismos e aumentar suas alianças políticas dando-lhe autoridade suficiente para promover uma relação de total subordinação das esferas municipais e estaduais ao âmbito federal.

Durante o período em que esteve no poder político, Vargas imprimiu um estilo muito particular de governar, agindo de forma conciliatória e de acordo com as circunstâncias, o que vai se perpetuar na construção do regime autoritário e garantir a sua autenticidade, pois “a despeito das roupagens corporativistas, o seu Estado Novo era uma criação altamente pessoal.”²²⁸

Ilustrativo deste “estilo” de governar foi a conveniente aproximação de Getúlio Vargas com os integralistas na articulação do golpe de novembro de 1937, dado o prestígio popular que o líder integralista desfrutava naquele momento. No entanto, após a consolidação do Estado Novo, os integralistas incrédulos assistem à supressão da Ação Integralista Brasileira e reagem com hostilidade, atacando o Palácio Guanabara. Demonstrando ser um hábil manipulador, Vargas oportunamente se utilizou do episódio para fortalecer as bases do regime aumentando o poder repressor aos opositores, e ainda receber “a simpatia dos comunistas, de liberais e das classes produtoras, que o cumprimentam por ter saído ileso da revolta e por atacar o integralismo.”²²⁹

²²⁵ Título de folheto de cordel de autoria de Cuíca de Santo Amaro datado de 1942. In: Brasil História (texto e consulta 4). Era de Vargas. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

²²⁶ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil – O Estado Novo - 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Vol. 5. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. p.135.

²²⁷ Vargas recorreu inúmeras vezes a eles, especialmente quando os estados se rebelavam contra seu governo, ocasião em que fazia uso dos militares nomeando-os para o cargo. SKIDMORE, Thomas E, op. cit.

²²⁸ Id. Ibid., p.54.

²²⁹ CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1977.

Com este “estilo pessoal”, Vargas procurou estruturar os alicerces de sustentação do regime, cooptando forças políticas que se encontravam “em cima do muro” e alijando, assim como fez com os integralistas, grupos que ainda se mostravam resistentes ao golpe. Neste sentido, é oportuno assinalar que, de 1938 a 1944, “o Estado Novo repousou no apoio das Fôrças Armadas, a polícia de Vargas e a desorganização, a desmoralização e a debilitação da oposição.”²³⁰

Assim, tendo o Exército reestruturado a mando de seus dirigentes Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro como um dos pilares de sustentação, o Estado Novo se consolida também com o apoio da Igreja consoante com o pensamento anticomunista; das classes produtoras (indústria e comércio) satisfeitos com o término dos protestos e greves; e das oligarquias estaduais.²³¹

O processo de centralização demandou um aumento considerável no aparelho burocrático estatal, pressupondo a criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão vinculado ao Ministério da Justiça que supervisionava a atuação dos interventores, ao qual se subordinavam os departamentos administrativos estaduais, que, por sua vez, supervisionavam os prefeitos. O DASP também exerceu um papel preponderante no processo de centralização administrativa, especialmente, na condução das reformas no setor do funcionalismo.²³²

Enquanto aumentava sua intervenção direta nos Estados e Municípios, minimizava cada vez mais a participação deles em setores estratégicos como Economia, Indústria, Previdência Social e Sindicatos Trabalhistas, o que acabou por impulsionar o surgimento de novos órgãos federais e ampliar o poder de atuação daqueles já existentes²³³.

No tocante à Previdência Social, observou-se que, atrelado ao discurso paternalista, houve o avanço da legislação com a concessão da aposentadoria, da assistência médica e das pensões aos trabalhadores, além de instituir o salário mínimo, medidas visando ganhar legitimidade social entre a classe trabalhadora, a qual foi alvo constante do talento

²³⁰ SKIDMORE, T. E. op.cit., p.53

²³¹ CARONE, Edgard, op. cit.

²³² GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

²³³ O Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) são exemplos de órgãos federais que, ou surgiram com o advento do Estado Novo, como é o caso do primeiro, ou que, como ocorreu com o segundo, tendo sido criado muito antes em 1934, teve seus poderes ampliados a partir de novembro de 1937. Além destes, incluem-se a criação de empresas e órgãos estatais como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o Conselho Nacional de águas e Energia Elétrica (1939), A Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (1945), que estavam voltadas a incentivar o investimento em setores estratégicos. FAUSTO, Boris, op. cit., p.93 e 108.

manipulador de Vargas, especialmente neste período, quando o caráter autoritário do Estado Novo se consolidou no cerne da organização reivindicatória trabalhista.²³⁴

A intervenção do governo federal nos sindicatos via Ministério do Trabalho se manifestou sob várias formas, dentre elas figuraram-se: a legalização apenas dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, permitindo a este alocar os agentes do governo para postos de liderança na estrutura sindical, dissipando, desse modo, a atuação militante de operários; e a instituição do imposto sindical, cerceando a condição autônoma e a natureza reivindicatória e de resistência dos sindicatos. Segundo Silvana Goulart, “tal comportamento descaracterizou a função histórica dos sindicatos, afastando-os do interesse dos segmentos mais ativos do operariado”.²³⁵

Esses mecanismos centralizadores na esfera político-administrativa adquirem ressonância social quando associados permanentemente ao discurso nacionalista, uma vez que este “complementava essa idéia autoritária, pois legitimava a soberania como atributo exclusivo do Estado”, o qual, “responsável pela manutenção da ordem moral, o tutor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade (...) representava a possibilidade do Brasil superar a distância em relação às nações desenvolvidas, pela modernização”.²³⁶

O nacionalismo²³⁷, um dos instrumentos de sustentação do Estado Novo, se difundiu no meio social tanto com intervenções concretas no plano político-administrativo e burocrático, quanto no seu formato doutrinário com a profusão de atos simbólicos e discursos permeados do componente ideológico.

A efetivação do regime ditatorial prescindia da formação de uma base consensual acerca dos pressupostos do Estado Novo introjetados no meio social – centralização, autoritarismo, nacionalismo - e, para isso, a propaganda ideológica²³⁸ se constituiu ferramenta indispensável “(...) na criação de uma base social que legitimasse as propostas

²³⁴ SKIDMORE, Thomas E, op. cit.

²³⁵ GOULART, Silvana, op. cit., p.37.

²³⁶ Id. Ibid., p.16.

²³⁷ Nacionalismo é aqui interpretado como uma categoria de fundamentação político-ideológica que tem como premissa a sobrepujança dos interesses da nação e, sobretudo da sua preservação enquanto entidade, nos campos linguístico, econômico, cultural, educacional. Assim, “o nacionalismo centraliza na nação-estado, existente ou desejada, a suprema lealdade da esmagadora maioria do povo. A Nação-estado é considerada não apenas como a forma de organização política ideal ‘natural’ ou ‘normal’, mas também como a estrutura indispensável para todas as atividades sociais, culturais e econômicas. Se exprime por meio das ideologias mais variadas e opostas – na democracia, no fascismo e no comunismo.” CRESPIGNY, Anthony de, CRONIN, Jeremy. *Ideologias políticas*. Trad. de Sérgio Duarte, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p.131. (Coleção Pensamento Político).

²³⁸ Silvana Goulart sinaliza que a propaganda ideológica “efetiva-se mais intensamente pela reiteração das normas sociais vigentes, pela efetivação do conformismo, pela omissão e ocultação, e provoca também um distanciamento das questões básicas e contraditórias da estrutura social.”. GOULART, Silvana, op. cit., p.11.

de unidade nacional, de harmonia social, do intervencionismo econômico e da centralização política”.²³⁹

A projeção do pensamento nacionalista preconizou a utilização de um aparato ideológico cujos principais instrumentos de difusão configuraram-se em duas vertentes: a educação, por meio de instituições escolares, religiosas e na criação de entidades cívicas; e a propaganda, via instituições governamentais destinadas a controlar os meios de comunicação. Com relação a essa última, foi significativa atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)²⁴⁰ que, como aponta Silvana Goulart, atuando em todo território nacional em conjunto com os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs)²⁴¹, não se limitou à censura e à propaganda, mas sobretudo “(...) exerceu influência marcante na normalização, regulamentação e direcionamento dos meios de comunicação de massa, particularmente a imprensa, além do rádio, cinema e teatro”.²⁴²

Contudo, embora neste estudo o enfoque para a primeira vertente, particularmente para a escola, seja considerado primordial, entende-se que as duas se entrecruzam em muitos momentos, especialmente porque a distribuição de cartilhas e folhetos de caráter doutrinário, cuja idealização, preparação e fiscalização se consolidavam através dos órgãos de propaganda do governo, foi uma das maneiras pelas quais o projeto político do Estado Novo adentrou nas instituições escolares.

A esse respeito, é relevante tecer algumas considerações sobre um folheto no formato de cartilha destinado aos estudantes elaborado pelo DIP, intitulado “Getúlio Vargas para os escolares”, o qual apresenta os acontecimentos políticos liderados por Vargas no verdadeiro estilo de fábulas juvenis, nas quais o herói tudo sacrifica pelo bem da coletividade e ainda assim é incompreendido. O texto introdutório sinaliza a idéia do homem predestinado a comandar o país, cujas aptidões se revelaram ainda na infância. A imagem a seguir traz a reprodução de parte do documento:

²³⁹ Id. Ibid., p.12

²⁴⁰ Assinala-se que a trajetória de criação de órgãos com a finalidade de controlar a veiculação das informações e da imagem do governo Vargas data de 1931 com o surgimento do Departamento Oficial de Publicidade. Posteriormente, em 1934, cria-se o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o qual passa a se chamar em 1938, Departamento Nacional de Propaganda (DNP), e finalmente, em dezembro de 1939, no curso do Estado Novo, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que dada a magnitude organizacional e o vulto das suas ações, se sobressaiu em relação a todos os anteriores. Em 1945 o DIP é extinto dando origem ao Departamento Nacional de Informações (DNI). In: FAUSTO, Boris, op. cit.; GOULART, Silvana, op. cit.

²⁴¹ Os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs) foram criados em 4 de setembro de 1940 “com o objetivo de estender a função do DIP nos Estados”, sendo substituído, em 1945, pelos Departamentos Estaduais de Informações (DEI). GOULART, Silvana, op. cit.

²⁴² Id. Ibid., p.24.

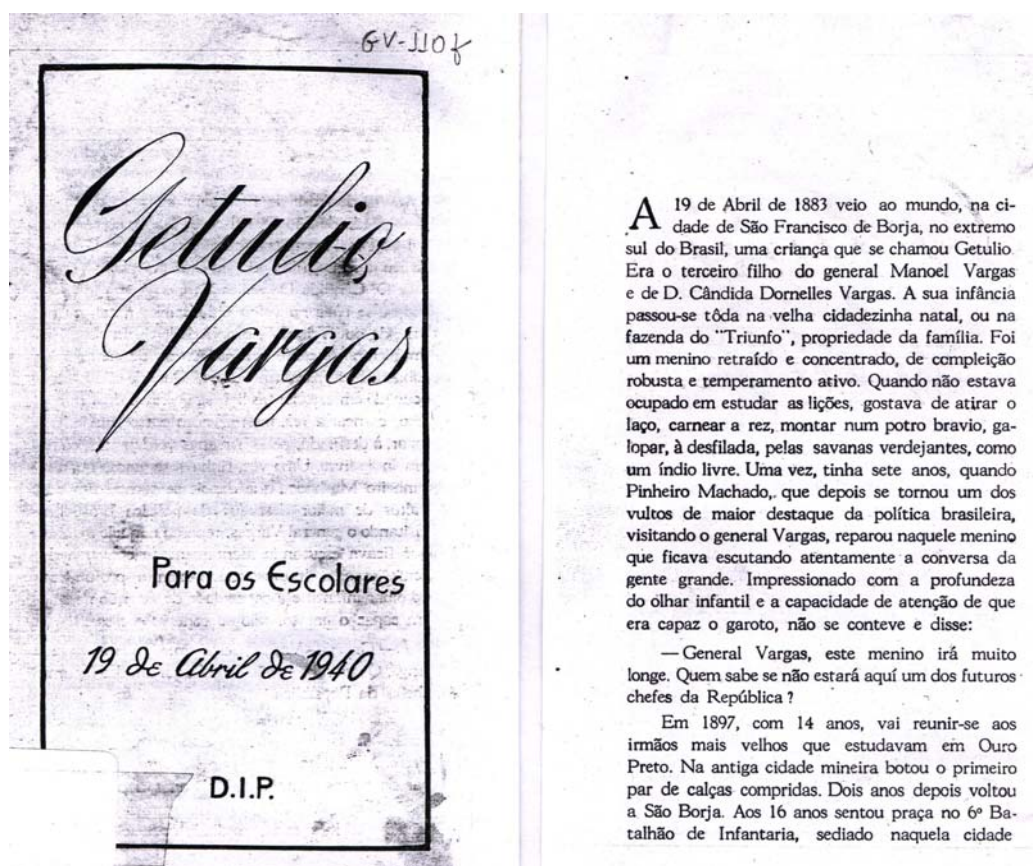


Figura 1: Capa e texto introdutório da obra de Alfredo Barroso destinada ao público escolar, publicada no ano de 1940 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nota-se o apelo fantasioso da narrativa sobre a trajetória de Getulio Vargas na infância e na adolescência.

Fonte: Arquivo Getulio Vargas (CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS)

Os trechos reproduzidos na sequência referem-se respectivamente à Revolução de 30 e ao Estado Novo, e ilustram a dimensão doutrinária presente na pretensão de incutir nos estudantes uma versão idealizada dos fatos:

(...) a fé formidável do povo brasileiro em seu próprio Destino, crepitando sob esse bátrio de instituições desmoronantes, iam eclodir num movimento que varreu toda a Pátria, acendendo em cada coração brasileiro uma chama votiva de esperança. Foi a Revolução de 1930. À sua frente vinha a figura misteriosa de um homem: Getulio Vargas. À sua mão segura, porém suave, deve o Brasil o ter atravessado em segurança um período de profundas transformações e de inquietações de toda ordem.²⁴³

(...) Cristalizara-se na inteligência do povo a necessidade de alguma coisa que deveria surgir. E as sombras foram dissipadas à luz que raiou com a manhã de 10 de novembro de 1937.

²⁴³ BARROSO, Alfredo. *Getulio Vargas para os Escolares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – DIP. Biblioteca Pátria Volume Especial, 1940. (Ilustrado por Fernando Dias da Silva). p.5. (CPDOC – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS).

Era a revelação sensacional do Brasil a si mesmo. Tínhamos finalmente um regime talhado nas proporções do Brasil, atingindo as lindes mais remotas dos seus infinitos horizontes e projetando-se verticalmente, como a espinha dorsal de uma hercúlea construção política (...)²⁴⁴

O patriotismo²⁴⁵ também se insere como um elemento a ser explorado no Estado Novo. Nesse aspecto, é bastante ilustrativo o trecho de um discurso proferido por Getúlio Vargas por ocasião de sua visita à cidade de São Paulo:

(...) Agora um mesmo sentimento de nacionalismo autêntico, sobre o país inteiro, anima e inspira todos os atos e pensamentos dos que trabalham e produzem, dos que amam a Pátria e lutam pelo seu engrandecimento. Nenhuma prova será mais eloquente do que estes dias de vibração cívica de São Paulo inteiro, a grande oficina de trabalho, sementeira de patriotismo e brasilidade, que honra e engrandece o nosso país.²⁴⁶

Outra evidência da pretensão do governo federal em promover a incorporação do sentimento patriótico aparece em uma entrevista concedida por Vargas nas solenidades do Primeiro Aniversário da Nova Constituição, em 10 de novembro de 1938, na qual clama à população dedicar amor e sacrifício incondicional à “Pátria em perigo”:

(...) O dever para com a Pátria é, hoje, maior do que em qualquer outro período da nossa existência política (...) Nenhum sacrifício nesta hora grave, será bastante; nenhuma vigilância excessiva para a defesa de nossa bandeira, do nosso idioma, das nossas tradições (...) Estou convicto de que os brasileiros responderão, como uma voz única, a qualquer apelo da Pátria em perigo.²⁴⁷

Vale ressaltar que, para despertar o ideal patriótico, Vargas fez uso da noção de “pátria” com uma conotação subjetiva, atrelada ao plano das emoções e dos sentimentos, como se nota em um dos seus discursos quando diz que “(...) Pátria não é apenas a extensão territorial, dotada de grandes recursos naturais (...) é, acima de tudo, a comunidade de laços afetivos (...) e só existe, em verdade, quando se impõe à inteligência e ao coração do povo (...)”.²⁴⁸

²⁴⁴ Id. Ibid., p.6.

²⁴⁵ Patriotismo é entendido como o sentimento de adoração à Pátria, cultivado por meio da devoção aos seus elementos simbólicos constitutivos, como a bandeira, os hinos e as datas comemorativas.

²⁴⁶ Discurso de improviso pelo microfone de uma emissora paulista provavelmente como despedida a São Paulo no dia 25 de julho de 1938. VARGAS, Getúlio. Vol.5, op. cit., p.326.

²⁴⁷ VARGAS, Getúlio, Vol.6, op. cit., p.74. (Grifos da Autora).

²⁴⁸ Id. Ibid., p.53.

Os três marcos característicos do Estado Novo - o apelo patriótico e nacionalista, o autoritarismo e o caráter centralizador de governo - se tornam mais evidentes nos anos que antecedem o advento da Segunda Guerra Mundial.

A partir de 1939, o quadro político interno do regime ditatorial de Vargas é significativamente abalado, quando diante dos conflitos internacionais envolvendo a Alemanha Nazista e os Estados Unidos de vertente política democrática, a abstenção brasileira começou a ser posta em xeque com a pressão político-econômica exercida pelo governo norte-americano.

Vargas se vê com um problema caro ao Estado Novo, pois, enquanto a dependência econômica do Brasil com os EUA forçava uma aproximação cada vez maior com o governo norte-americano e, conseqüentemente, com o pensamento democrático, o lado mais direitista do governo, o Exército, reagia contrário a esse posicionamento tendendo, inclusive, a filiar-se à Alemanha traçando rotas de aproximação com o Exército alemão.

O anúncio declarado da guerra na Europa, em setembro de 1939, condiz com a formalização por meio de decreto da neutralidade brasileira no conflito bélico, justificada pela falta de afinidade do Brasil com o pensamento político dos países envolvidos e por não ter interesses econômicos.²⁴⁹ Tal posicionamento é visto com ressalvas pelos militares e demais membros direitistas, que comemoram a derrota da França e torcem pela vitória da Alemanha sobre a Inglaterra, repercutindo no fracasso do governo estadunidense. Neste contexto ambíguo, Edgard Carone menciona que Vargas se posiciona:

(...) oscilando e tolerando a permanência de duas correntes políticas, a dos democratas e a dos germanófilos (...) o fato de Getúlio Vargas tolerar o grupo democrático aparece justificado pela necessidade externa do país (...) Intrinsecamente, a ditadura do Estado Novo se formaliza modelada pelo exemplo das ditaduras européias de direita.²⁵⁰

A aparente neutralidade, cada vez mais ameaçada pelas fortes pressões dos EUA que a ampliam para as esferas cultural e militar, é abalada no final de 1941 com a eclosão da guerra entre Japão e EUA, que, na sequência, conclama os países da América para que lutem em sua causa, enquanto que o avanço do nazismo alemão amedronta a população que reage se posicionando contra o pensamento totalitário dos regimes ditatoriais.

O movimento estudantil atua como aglutinador das reivindicações populares e vai se constituir espaço importante de protestos com a realização de marchas e passeatas pró-

²⁴⁹ CARONE, Edgard, op. cit.

²⁵⁰ Id. Ibid., p.279.

democracia, dentre elas, a “Passeata Estudantil Antitotalitária” realizada em 4 de julho de 1942, não sem propósito data comemorativa da Independência dos EUA, a qual é mencionada por Edgard Carone como o “estopim inicial e, a partir deste momento, estudantes e povo, de todas as tendências antitotalitárias, se unem publicamente em repúdio ao nazismo e ao fascismo.”²⁵¹

O agravamento da crise coincide com a adesão de setores importantes da sociedade à campanha democrática, intensificando a pressão em torno de um posicionamento do governo contra a Alemanha e a Itália, compondo um importante “núcleo de oposição”, do qual faziam parte:

(...) os estudantes, em particular os universitários, organizados na UNE, com grande poder de vocalização; setores da classe média profissional: jornalistas, advogados, médicos, etc.; políticos da velha-guarda democrática, ou agora insatisfeitos com Getúlio.²⁵²

A comoção nacional gerada pelo ataque a navios brasileiros intensificou a mobilização para o embate à ditadura e se constituiu um ingrediente a mais no conjunto de acontecimentos que, de forma conjuntural, atuaram de forma decisiva para que Vargas declarasse o “Estado de Beligerância” em 22 de agosto de 1942 e, dias depois, o “Estado de Guerra”, posicionando-se ostensivamente, intensificando as medidas repressivas contra estrangeiros, especialmente, alemães, italianos e japoneses residentes no país, submetendo-os a inúmeras restrições, exacerbando as contradições inerentes ao fato de o Brasil manter-se fiel ao regime ditatorial e se filiar à luta democrática dos países aliados.

A entrada oficial do Brasil na Segunda Guerra Mundial não representou, contudo, a intimidação da corrente direitista, incluindo neste o próprio Vargas, que persistiu nas tentativas de desacelerar a campanha para democratização e até impedi-la, dado o potencial da mesma para o processo de abertura política e o consequente fim do seu regime ditatorial.

Durante o Estado Novo e especialmente com a adesão brasileira ao conflito bélico mundial a partir de 1942, o patriotismo é levado ao extremo como forma de garantir a adesão da população, especialmente da juventude masculina, no projeto de defesa da Nação, o qual começou a ser delineado anos antes, já que ainda em 1936 Vargas faz um

²⁵¹ Id. Ibid., p.296.

²⁵² FAUSTO, Boris, op. cit., p.143-144.

pronunciamento público e diz “Aos moços desejo dirigir-me de fôrma especial. São êles a garantia do porvir pacífico do nosso povo (...)”²⁵³

Em alusão a esse aspecto, também é interessante observar uma outra declaração de Vargas dois anos depois, quando diz que:

(...) estuda-se com carinho o modo mais prático de incrementar a educação cívica das novas gerações, organizando a juventude por forma de constituir reserva facilmente mobilizável, sempre que houver objetivo patriótico a alcançar.²⁵⁴

O desejo de “incrementar a educação cívica das novas gerações” vai se manifestar concretamente no projeto político educacional do então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. A difusão do sentimento patriótico foi colocada como premente pelo ministro, aparecendo em destaque na grande reforma educacional do seu ministério promulgada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, a qual evidencia que a finalidade deste nível de ensino é de “acentuar e elevar a consciência patriótica” dos adolescentes.²⁵⁵

Não sem razão, na Exposição de Motivos da referida lei, Capanema chegou a propor a atuação dos ensinos primário e secundário voltada para o que ele chamou de “educação patriótica”, cujos componentes mais elementares ficam a cargo do ensino primário, no qual “o patriotismo (...) deverá ser formado como um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apêgo e indefectível fidelidade para com a pátria”.²⁵⁶

Enquanto que o ensino primário se limitava a despertar o sentimento patriótico, o ensino secundário, em um grau mais avançado teria “por finalidade a formação da consciência patriótica” uma vez que estava destinado à preparação “dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo”; por isso, era primordial concebê-lo como um “ensino patriótico por excelência (...) capaz de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidades diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino.”²⁵⁷

²⁵³ VARGAS, Getúlio, Vol.4, op. cit., p.187.

²⁵⁴ Trecho da entrevista concedida à Imprensa no primeiro aniversário da nova Constituição em 10 de novembro de 1938. In: VARGAS, Getúlio, Vol.6, p.107.

²⁵⁵ Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário regulamentada pelo Decreto 4.244 de 9 de abril de 1942. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

²⁵⁶ Id. Ibid.

²⁵⁷ Id. Ibid.

As reformas deflagradas na gestão de Gustavo Capanema tiveram origem nas discussões suscitadas pelo já mencionado inquérito realizado em 1936 com vistas à elaboração do Plano Nacional de Educação. De todos os ramos de ensino previstos no citado plano, a reforma do ensino secundário apareceu como prioridade e, no início da década de 1940, começou a receber a atenção de Capanema. O trabalho pormenorizado e cuidadoso do ministro resultou na Lei Orgânica do Ensino Secundário regulamentada em 1942, que, prevendo controles de qualidade rígidos, especialmente quanto à exigência de qualificação docente e colocando-o como o único meio de acesso à educação superior, demarcava as feições elitistas da educação secundária com uma precisão ainda maior que a precedente Reforma Campos de 1931.²⁵⁸

A trajetória escolar dos entrevistados traz elementos preciosos que possibilitam refletir acerca das diretrizes que a Reforma Capanema imprimiu ao sistema educacional do país. A Sr^a. Cleide, ao fazer um panorama detalhado do sistema educacional na década de 1950, sinaliza as inferências do curso secundário como aquele que dava acesso ao ensino superior:

(...) naquela época você terminava o ginásio, você ia fazer clássico, científico ou normal (...) o clássico que era o curso que dava acesso ao vestibular pra Letras e Direito, ou seja, hoje seria humanas. E o científico era pra Ciências Exatas, era pra quem ia fazer Medicina, fazer Engenharia, Arquitetura. Que eram as modalidades que existiam na época. E o normal, que era o curso de normalista que infelizmente o governo também acabou.

Seu relato explicita ainda a demarcação do curso secundário como um ramo de ensino destinado a um público seletivo, especialmente se comparado a outros - no caso a entrevistada faz alusão ao ensino profissional:

Eram essas três alternativas que você tinha na escola estadual (...) além da escola industrial que dava um ensino profissionalizante, mas isso quem tinha uma condição financeira melhor nem passava em frente à escola industrial que escola industrial era tida como escola pra pobre. Era pra filhos de operários, os filhos dos japoneses que eram considerados trabalhadores braçais.

²⁵⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit.

Um outro aspecto que acena para estas inferências diz respeito ao chamado “Exame de Admissão”²⁵⁹, o qual emerge nas experiências dos entrevistados como uma das manifestações do caráter elitista do ensino secundário.

A submissão ao referido exame é destacada como motivo de apreensão e demarcada como um momento importante do ciclo estudantil, já que a tentativa de prosseguir os estudos ao fim do ensino primário era bastante dificultada por estar condicionada à aprovação no referido exame.

Isso porque, de acordo com o decreto, o aluno “não aprovado em exame de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época”²⁶⁰, o que significa que a reprovação acarretava a perda de um ano inteiro de estudos, o que para qualquer criança em idade escolar é muito representativo, não apenas em termos de defasagem de conteúdos escolares, mas, sobretudo, na perspectiva simbólica do espaço valorativo que escola ocupa no imaginário infantil.

Nessa perspectiva, é possível compreender a fala decepcionada do Sr. Fernando quando lamenta ter deixado de frequentar a escola por um ano, como ele conta:

Quando foi, 38... Eu já comecei fazer o preparatório. Porque naquele tempo, pra você entrar no ginásio, você teria que passar no exame de português e de matemática (...) Se não passasse, você perdia um ano! E eu perdi um ano (...) Você já pensou? Que rigoroso que era! Então, isso foi em 39. Bom, 40, então, foi que eu entrei no Ginásio.

Além do Sr. Fernando, esse acontecimento marcou significativamente a vida escolar de outros dois entrevistados, dentre eles o Sr. Edson, que, ao fazer referência ao ingresso no curso ginásial, não omite esta passagem: “Eu prestei o vestibulinho para entrar no ginásio, começando na primeira série do Ginásio Estadual em Lins. Era a primeira escola estadual na cidade (...)”.

Esse contexto é narrado pelo Sr. Walter Giro Giordano, cuja passagem para o primeiro ano ginásial é lembrada ao enfatizar o alto nível de exigência do exame:

Quando a gente entrou, fazia um exame de admissão. E... era disputadíssimo o exame de admissão no Colégio Estadual São Paulo. Os veteranos diziam assim: “Bom, você já achou difícil entrar aqui, você vai ver o que é sair daqui. É muito mais difícil sair do que entrar”.

²⁵⁹ Tal determinação remanescente da Reforma Campos regulamentada pelo decreto 21.241, de 4 de abril de 1932 foi reiterada de modo mais incisivo pela Lei Orgânica do Ensino Secundário promulgada pelo Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. In: NÓBREGA, Wandick Londres, op. cit.

²⁶⁰ Artigo 22 do Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932, reiterado no Artigo 34, § 3º do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. In: NÓBREGA. Wandick Londres, op. cit.

Ao fazer referência ao estabelecimento de ensino que estudou, o Sr. Walter corrobora as preleções acerca das exigências da Reforma Capanema quanto a qualificação docente nas escolas secundárias, pois, ao fazer menção ao Colégio Estadual São Paulo, afirma que:

(...) era um rigor muito, muito pronunciado, os professores eram todos concursados na própria escola (...) Então foi um curso muito austero, muito aprofundado. As matérias eram dadas minuciosamente (...) A nata do magistério tava no Colégio Estadual São Paulo naquela época.

A fala do Sr. Walter é bastante incisiva quanto à rigorosidade e ao nível elevado de ensino das escolas públicas estaduais - aqui no caso o entrevistado remete às destinadas à educação secundária, corroborando as inferências acerca do privilégio desse nível de ensino nas políticas educacionais de âmbito federal nos governos de Getúlio Vargas, especialmente naquelas deflagradas pelo ministro Capanema.

A acentuada preocupação de Capanema com a definição de diretrizes para os estabelecimentos de ensino secundário não se manifestou na mesma proporção com os do ensino primário, o qual também foi contemplado na política educacional do período, porém não com a mesma ênfase, além de ter sido consolidada anos mais tarde, em 1946, quando Getúlio Vargas e Gustavo Capanema já não figuravam mais como presidente do país e como ministro da Educação, respectivamente.

Deste modo, Capanema deixa o cargo sem ter promulgado a Lei Orgânica do Ensino Primário, o que veio a ocorrer em janeiro de 1946, por meio do Decreto-Lei 8.529 assinado pelo então presidente José Linhares. A referida Lei regulamentava a estruturação da Educação Primária em duas modalidades: o Ensino Primário Fundamental e o Ensino Primário Supletivo - o primeiro destinado às crianças de sete a doze anos, composto por dois cursos sucessivos: o elementar com duração de quatro anos e o curso complementar com um ano de duração; enquanto que o segundo, de dois anos, visava atender adolescentes e adultos.

A deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945 e que repercutiu na remodelação do aparato burocrático ministerial, inclusive no campo da educação, ocorreu como consequência da crise que afetou o país nos anos que se seguiram à eclosão da

Segunda Guerra Mundial, tanto nos campos econômico e social, quanto na esfera política e que, de forma conjuntural, levou à derrocada do regime ditatorial.²⁶¹

Assim, do turbilhão de acontecimentos que envolveram a deposição de Vargas, o que ficou da estrutura burocrática no campo da educação, com a saída do ministro Capanema, foi um projeto educacional vazio em seu conteúdo mobilizador, restando apenas “a parafernália de leis, instituições e rotinas que haviam sido montadas nos anos anteriores (...)”.²⁶²

A constatação de que a reforma educacional implementada por Gustavo Capanema foi substituída oficialmente apenas com a aprovação da LDBEN, em 1961, não deixa dúvidas de que durante todo esse período o sistema educacional esteve regido pelo aparato burocrático herdado da gestão Capanema.

Nesse sentido, é oportuno investigar como o ensino da Educação Física foi projetado na política educacional do ministro Capanema, tendo como foco os dados oriundos da documentação oficial em diálogo com as experiências dos entrevistados enquanto alunos na escola primária e secundária, as quais possibilitam, inclusive, elucidar até que ponto tal projeto se materializou no cotidiano escolar ao longo dos anos e em uma conjuntura histórica, política e social distinta desta em que foi engendrado.

2.2 O Ministério Capanema e a consolidação da Educação Física, Cívica e Patriótica na escola

As aulas de Educação Física, por eu gostar da coisa era, vamos dizer assim, era uma expectativa, a gente adorava a aula de Educação Física, eu sempre digo isso, quer dizer, quando faltava o professor de matemática, por exemplo, “Ô, faltou o professor de matemática, que bom!” (risos). “Ah, Pô... faltou o professor de Educação Física” (risos).²⁶³

O empenho do ministro Capanema com a efetivação da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, já vinha sendo esboçada antes da promulgação da

²⁶¹ A derrocada da economia e a conseqüente elevação do custo de vida promoveram um contexto de insatisfação social generalizado, acentuando o descrédito do governo, o qual experimentou um processo de enfraquecimento do poder centralizador com as constantes cisões intragovernamentais verificados no pós-guerra. A manutenção do regime autoritário se viu duplamente comprometida, pois de um lado, o descontrole dos órgãos de censura, culminou na perda de um dos canais de opressão mais poderosos e de outro as articulações para derrubada de Vargas levada a cabo por Dutra e Góis Monteiro, dois de seus maiores aliados na esfera militar, representou forte abalo em um dos seus mais poderosos sustentáculos. Para maiores esclarecimentos, cf: FAUSTO, Boris, op. cit; CARONE, Edgard, op. cit

²⁶² SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit., p.280.

²⁶³ Trecho da fala do Sr. Walter Giro Giordano em entrevista realizada pela autora em 26 de outubro de 2005.

Lei Orgânica do Ensino Secundário (LOE), uma vez que não foram poucas as circulares²⁶⁴ que tramitaram no ano de 1938 reiterando orientações para a execução regular das aulas dessa disciplina nos estabelecimentos de ensino secundário, previstas na então vigente Reforma Campos. Uma dessas orientações consta de um telegrama assinado pelo major Barbosa Leite, diretor da Divisão de Educação Física, com anuência e em nome do diretor geral do Departamento Nacional de Educação e solicita aos inspetores do ensino secundário “(...) providenciar fiel observância das medidas relativas à Educação Física (...) apurando pessoalmente sua rigorosa execução”.²⁶⁵

No ano seguinte, um minucioso inquérito foi solicitado, de forma incisiva, pelo Departamento Nacional de Educação aos inspetores dos estabelecimentos de ensino secundário, cuja omissão no encaminhamento das informações acarretava, inclusive, a perda de um mês de vencimentos.²⁶⁶ A “Ficha de Informações Estabelecimentos de Ensino Secundário”²⁶⁷ era inteiro dedicado à Educação Física, contendo perguntas pormenorizadas a respeito da execução ou não das aulas, do método de ensino empregado, da existência de professores especializados, das instalações, entre outras, demonstrando nitidamente a preocupação da esfera governamental com a efetivação da Educação Física na escola secundária.²⁶⁸

As constantes intervenções surtiram efeito, como sinaliza um dos entrevistados, Sr. Fernando, que, ao fazer alusão ao momento em que percebe que as aulas esporádicas de Educação Física nomeadas por ele como “atividades físicas” assumem um lugar diferenciado na escola secundária, pontua que: “Quando foi 40... começo de 40 as atividades... estas atividades físicas foram incorporadas às demais, ao currículo. E passaram a ser matérias obrigatórias”.

A obrigatoriedade foi materializada em uma das proposições que considero de maior impacto na reforma do ensino secundário promovida por Capanema, na qual

²⁶⁴ Circulares nº. 2, de 13 de janeiro de 1938 e de nº. 3, de abril de 1938 solicitam respectivamente que: “(...) o ensino de educação física seja conduzido rigorosamente (...)” e que “A Educação Física deve ser posta em prática (...) convindo verifiqueis se são realizadas as aulas marcadas no horário aprovado.” In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.492.

²⁶⁵ Telegrama circular nº. 2.496, de 29 de abril de 1938, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação aos Inspectores do Ensino Secundário. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.493.

²⁶⁶ Circular nº. 14, de 26 de outubro de 1939 do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação aos Inspectores do Ensino Secundário. Tal orientação foi reiterada pela Circular nº. 1, de 04 de abril de 1940. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.522 e 544.

²⁶⁷ Modelo em anexo (Anexo A).

²⁶⁸ Circular nº. 14, de 26 de outubro de 1939. In: BICUDO, Antonio Joaquim de Campos, op. cit, p. 522/523.

determina que “A educação física constituirá uma prática educativa obrigatória para todos os alunos de curso diurno, até a idade de vinte e um anos”.²⁶⁹

Diferentemente da Reforma Campos, que instituiu a Educação Física na escola a referenciando como “exercícios”, Capanema faz uma abordagem diferenciada que demarca um lugar de maior destaque e amplitude para a Educação Física Escolar, ao estipular sua obrigatoriedade enquanto “prática educativa”.

È possível também notar a intenção do ministro Capanema em atender ao disposto na Constituição de 1937, estendendo a obrigatoriedade da Educação Física a todos os alunos com faixa etária até 21 anos; em outras palavras, significava ampliá-la aos outros níveis de ensino, o que não havia sido contemplado na Reforma anterior já que o ministro Campos havia circunscrito a obrigatoriedade dos “exercícios de educação física” ao ensino secundário.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário no capítulo que trata da Educação Física, estabeleceu que ela “(...) será ministrada segundo programas organizados e expedidos na forma do artigo anterior, nos próprios estabelecimentos, ou em centros especializados, que para esse fim se constituam”, ou seja, “organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais designadas pelo Ministério da Educação, que os expedirá”.²⁷⁰

De fato, tal comissão foi designada pelo ministro alguns dias depois, da qual participaram os diretores do Departamento Nacional de Educação e das Divisões do Ensino Secundário e de Educação Física²⁷¹. No entanto, não foram encontradas diretrizes concisas esboçadas no formato do programa implementado pelo ministro Campos através da Portaria nº. 70, mas sim, um conjunto de orientações e disposições prescritas por meio de Portarias Ministeriais e Circulares que reiteraram as disposições ali implementadas, complementando-as.

A partir de 1943, uma portaria expedida pelo diretor do Departamento Nacional de Educação complementa a LOE traçando diretrizes específicas para o direcionamento da Educação Física na escola. O documento é inteiro dedicado à fixação de normas e instruções a respeito abordadas em nove itens temáticos intitulados respectivamente de: “Da obrigatoriedade”, “Da frequência”, “Da assistência médica”, “Dos horários”, “Das

²⁶⁹ Lei Orgânica do Ensino Secundário regulamentada pelo Decreto 4.244 de 9 de abril de 1942. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit. p.316. (Grifos da Autora).

²⁷⁰ Lei Orgânica do Ensino Secundário regulamentada pelo Decreto 4.244 de 9 de abril de 1942. In: Id. Ibid., p.316.

²⁷¹ Portaria Ministerial nº. 101, de 27 de abril de 1942. Id. Ibid.

provas práticas”, “Dos certificados de educação física”, “Das transferências”, “Orientação e fiscalização” e “Dos modelos adotados pela Divisão de Educação Física”.

O primeiro item reitera a determinação da Lei Orgânica do Ensino Secundário acerca da Educação Física desenvolvida nos estabelecimentos de ensino se constituir de forma “obrigatória a todos os alunos menores de 21 anos, matriculados em qualquer série ou ciclo”,²⁷² especificando a extensão da obrigatoriedade a todos, independentemente do nível ou grau de ensino em que se encontra.

No entanto, o mesmo documento revela a incongruência das proposições de Capanema, uma vez que no mesmo item em que expande a obrigatoriedade da frequência para todos os níveis de ensino, ao se referir à formação dos grupos de alunos, retoma as orientações prescritas na Portaria nº. 70 de 1931, persistindo a idade mínima de 11 anos²⁷³.

Essas proposições indicam que a Educação Física Escolar não teve a ampliação propalada pelo ministro Capanema concretizada, pois, tendo suas diretrizes formuladas para atender alunos a partir de onze anos, desconsiderou aqueles de idade compatível com os de ensino primário.

Tais inferências são corroboradas pelos relatos dos entrevistados, cujas experiências, quando cursavam o ensino primário, trazem elementos preciosos que possibilitam desvelar o alcance das determinações da Reforma Capanema para a Educação Física neste nível de ensino.

O entusiasmo em rememorar os tempos da infância e da adolescência percorre suas falas, acentuando-se especialmente quando se referiam às lembranças das aulas de Educação Física, ou Ginástica, denominação remanescente do período que antecedeu o início dos governos Vargas, e que é expressa por alguns entrevistados, dentre eles, o Sr. Hudson, cuja fala traduz este sentimento quando comenta alegremente um episódio vivenciado por ele na escola primária:

(...) no segundo ano primário eh... não sei porque motivo, mas é que foi muito engraçado. O meu professor primário ele resolveu dar aula de Educação Física. De ginástica, né? E... ele tinha um problema de cifose, então quando ele dizia: “sentido!”, ele ficava naquela posição característica, né? Com cabeça pra frente e os alunos por brincadeira também todos ficaram (risos), então quer dizer e ele

²⁷² Portaria Ministerial nº. 467, de 16 de julho de 1943 que “Consolida as disposições em vigor sobre a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino fiscalizados pelo Ministério da Educação e Saúde e baixa novas instruções.”. In: Id. Ibid.

²⁷³ As Portarias Ministeriais de números 70, de 30 de junho de 1931 e 467, de 16 de julho de 1943 prevêem a seguinte distribuição dos alunos: 1ª classe de 11 aos 13 anos; 2ª classe, dos 13 aos 16 anos; 3ª classe dos 16 aos 18 anos e 4ª classe, maiores de 18 anos.

tentava lá fazer uma ginástica e ele de roupa tal normal e nós também com o uniforme nosso do colégio. Isso foi muito interessante.

Vale ressaltar a natureza caracteristicamente militar da atividade vivenciada pelo entrevistado, quando ele faz menção à expressão: “sentido!”, utilizada pelo seu professor aos alunos ao ministrar a “ginástica”, fazendo alusão à voz de comando comumente utilizada por instrutores nas instituições e corporações militares solicitando a postura ereta e de prontidão, que antecede a execução de alguma ordem ou tarefa.

Outro aspecto que destaco como bastante elucidativo neste trecho do relato corresponde à eventualidade das aulas de Educação Física expressa pela ausência de um professor habilitado e contratado especificamente para ministrar tais aulas, as quais ficavam sujeitas à casual disponibilidade ou, em outras palavras, à vontade do professor normalista em fazer esta função, como pode se inferir pelos relatos de três entrevistados, do Sr. Hudson quando diz: “(...) O meu professor primário ele resolveu dar aula de Educação Física”, da Sr^a. Cleide ao dizer: “A gente tinha muito pouca atividade no pátio porque a professora não gostava (...)” bem como da Sr^a. Loyde ao comentar que no ensino primário “(...) a professora às vezes dava brincadeira pra gente”.

Ao contar suas experiências com a Educação Física, a Sr^a. Loyde não se detém muito no ensino primário, privilegiando as lembranças de sua atuação profissional na escola, o que sugere que tal vivência tem maior significado para ela. Portanto, as poucas palavras concernentes ao tema, são dedicadas a comentar as brincadeiras realizadas, destacando o recreio como o momento em que isso era concretizado: “(...) a gente brincava muito, era fanática pra brincar no recreio com bola, na época a gente jogava barrabol²⁷⁴ e eu era uma das fanáticas. (...)”.

A problemática da Educação Física no ensino primário foi motivo de discussão na área, figurando como tema de debates no Primeiro Congresso Paulista de Educação Física, organizado e promovido pela Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo em 1940. Um dos proponentes do debate, apesar de enaltecer as tentativas governamentais de solucionar o problema da demanda de estabelecimentos de ensino primário em relação ao número reduzido de profissionais habilitados na área, denunciava que “(...) atualmente recebem aulas de Educação Física perto de 8 mil escolares, uma vez por semana. Este

²⁷⁴ Nas palavras da Sr^a. Loyde, o jogo se desenvolve da seguinte forma: “Barrabol, são dois times, como Queimada mais ou menos, um time de cada lado e a gente joga a bola pro adversário e ele não pode pegar na mão, se ele pegar na mão, passa uma de lá pra cá pra atrapalhar a gente, pra gente não pegar a bola na mão; se pegasse a bola na mão, passa uma, até passar todas, quem passasse mais até o fim ganhava o jogo (...)”. Entrevista realizada pela autora em 26 de setembro de 2007.

número é mínimo em relação ao 450 mil alunos dos cursos de ensino primário do Estado”²⁷⁵.

A falta do professor especializado para conduzir as aulas de Educação Física e o despreparo do professor primário que, na ausência daquele, era obrigado a ministrá-las, suscitou proposições favoráveis à intervenção na formação dos professores egressos dos cursos normais, como chega a proclamar o docente de uma Instituição de Ensino do Curso Normal:

Proponho que o 1º. Congresso Paulista de Educação Física providencie, pelos meios a seu alcance, junto aos poderes administrativos, que seja instituída a cadeira de Educação Física no curso de formação profissional do professor primário das Escolas Normais Oficiais ou Livres.²⁷⁶

Referendando esse posicionamento, o inspetor geral do Departamento de Educação Física de São Paulo admitiu, no entanto, que tal medida não teria efeito imediato posto que “(...) a renovação completa do professorado dessas classes só se processaria remotamente com o ingresso de normalistas já habilitados em educação física”. Para sanar o problema aludido, chegou a propor que, em caráter emergencial, os professores primários “(...) recebessem ensinamentos técnicos para imediatamente ministrarem Educação Física. Para isso, o Estado criaria (*sic*) nas 21 sedes de Região Escolar, um curso abreviado de 15 de janeiro a 15 de fevereiro”.²⁷⁷

Além disso, o inspetor registrou ainda o problema da adequação de instalações nos estabelecimentos de ensino primário para o desenvolvimento da disciplina e concluiu que:

A fim de tornar possível a prática da Educação Física em todas as escolas primárias do Estado, seria feito um levantamento geral dos locais destinados aos exercícios físicos, adaptando-os e melhorando-os; seria criada (*sic*) nos cursos de formação profissional das Escolas Normais, uma cadeira de pedagogia da Educação Física que habilitasse os professores primários, mediante orientação, ministrar aulas dessa disciplina; (...) Visando maior eficiência no ensino da Educação Física, nos Grupos Escolares, seriam nomeados para os mesmos, professores especializados.²⁷⁸

²⁷⁵ RIBEIRO, Alaor Pacheco. Plano para organização do serviço de educação física no ensino primário do Estado. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.112.

²⁷⁶ SALVO, Arlindo de. A educação física no curso de formação profissional do professor primário das Escolas Normais. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.110.

²⁷⁷ RIBEIRO, Alaor Pacheco, op. cit., p.113.

²⁷⁸ Id. Ibid., p.116/117.

No entanto, tais medidas não parecem terem surtido o efeito esperado, uma vez que prevalece, nas falas dos entrevistados, a maneira incipiente de essas atividades serem conduzidas no ensino primário, como demonstra o Sr. Hudson, ao lembrar de um jogo de basquete realizado com alunos de outra escola:

Porque na minha escola tinha duas tabelas de basquete, eram tabelas baixas adequadas pra criança de... sete a dez anos e daí tinha uma outra escola primária em Tietê que foi convidada para um jogo de basquete, com uma regra que foi criada e inventada não me lembro quem tomou conta dessa equipe da minha escola com a outra escola, mas foi muito engraçado porque eles escolheram por altura e o mais alto, que eu me lembro era o Bili. O Bili ficou praticamente como um defensor do cesto pra não deixar nenhuma bola cair na cesta (risos) então ele ficou o goleiro do basquetebol. E o Bili foi tão preciso e seguro que ele saiu carregado pela garotada no fim do jogo. O jogo terminou em torno de 8 a 2, porque o Bili defendeu todas.

Sua fala revela o modo improvisado de como a atividade foi conduzida, expressa pela falta de uma intervenção didática, o que, de certa maneira, também se faz notar em seu relato ao expressar a falta de conhecimentos e de uma compreensão prévia dos elementos do jogo, sinalizando para a desarticulação pedagógica da atividade:

(...) Naquela época, Denise, nós não tínhamos informações como hoje, então a gente tinha idéia que a bola tinha que entrar no cesto, mas como seria o jogo ninguém tinha idéia disso. Então, Denise, eu achei importante isso daí porque dentro daquela realidade, aquilo aconteceu e depois nós continuamos treinando e daquele jeito, alguém pra defender e outro pra tentar burlar, a vigilância do goleiro do cesto (...) Os meios de comunicação eram limitados. O jornal em Tietê ele chegava às 11 horas da noite, com o ônibus que vinha daqui de São Paulo e deixava em Tietê o jornal de hoje pra quem queria comprar era um dia atrasado o jornal. No cinema aparecia muito raramente alguma coisa de basquete. Então a gente tinha idéia relativa.

Em compasso com esses apontamentos, o Sr. Walter é ainda mais enfático ao relatar sobre a inexistência das aulas de Educação Física quando cursou o ensino primário:

Eu fiz o meu primário, que naquela época era primário. Eu fiz num colégio de padres (...) Não havia Educação Física, nessa escola primária na época que eu fiz, foi... no comecinho da década de quarenta, no finzinho da década de trinta e começo da década de quarenta. Não tinha... não tinha (...) Nós tínhamos um campo de futebol de terra, os padres eram fanáticos por futebol e jogavam muito bem e jogavam de batina isso é... fica gravado é... pegava a batina e corria e ia pro gol e tal. Então essa era atividade física que a gente fazia preponderantemente era... o jogo de futebol.

Para a Sr^a. Loyde a Educação Física Escolar se concretizou no curso ginásial: “Bom, quando acabou o primário eu entrei... meu pai me pôs no Mackenzie pra fazer o ginásio (...) E lá havia a Educação Física séria (...)”.

Esta constatação é compartilhada pelo Sr. Hudson quando diz que: “Depois eu fui para a 2^a fase do fundamental, naquele tempo era o antigo ginásio e lá é que eu comecei a ter aula de Educação Física”. A presença de professores específicos para ministrar as aulas também é assinalada pelo Sr. Hudson como um elemento marcante quando do seu ingresso no ensino secundário:

Então eu tive três professores nessa fase, dois deles eu não me lembro muito bem devido ao curto período de convivência com eles. Na sexta série, conheci um professor de Educação Física que me marcou, me levou até fazer Educação Física, foi o professor Eduardo Mezacapa Filho. (...)

A fala da Sr^a. Cleide é reveladora desta situação, quando diz: “(...) eu fui fazer o ginásio (...) lá eu tive minha primeira professora de Educação Física (...)”. Ao contar as recordações envolvendo as aulas de Educação Física na escola, as quais também são permeadas por inúmeras histórias divertidas, o relato da Sr^a. Cleide caminha na direção das reflexões promovidas pelos relatos do Sr. Hudson, particularmente quanto a condução dessas aulas, no ensino primário, ficarem a cargo de professores normalistas:

Então quando eu entrei no curso primário do... da Escola Normal Álvaro Guião, eu... sempre me destacava na atividade física, que não tinha esse nome, nem me lembro, acho que era só ginástica mesmo que a professora falava (...) No primeiro ano era uma professora muito alegre, Dona Francisca e ela dava muita música, muita música pra gente cantar e com essa música ela fazia atividade. A gente corria, pulava (...) e muita roda cantada. Isso é importante. E quase todo dia nós tínhamos essa benta roda cantada. Então era muito de acordo com o comportamento da classe. (...) No segundo ano a gente tinha muito pouca atividade no pátio porque a professora não gostava, mas ela fazia brincadeiras na classe, brincadeiras de estátua (...) Na terceira série (...) era Dona Iaiá que dava aula. Era uma mulher muito enérgica, eu nem me lembro de fazer atividade na classe. Na quarta série já foi uma classe mista e a gente não tinha mais atividade no pátio também, aí nós tínhamos trabalhos manuais. Podia acho que optar por trabalhos manuais e ou atividade no pátio. E a professora Dona Anésia era muito enérgica também. A Dona Anésia preferia que a gente fizesse trabalhos manuais.

Sua fala impressiona pela riqueza dos detalhes, especialmente por esmiuçar os acontecimentos em cada série, fazendo menção a cada professora que passou por esta fase de sua vida escolar, destacando, inclusive, aspectos da personalidade delas. O relato é valioso também porque sua experiência no ensino primário é situada entre os anos de 1948 e 1951, ou seja, mais tardiamente que os demais entrevistados, porém embora traga

elementos novos quanto ao conteúdo das atividades desenvolvidas, também aponta para aspectos coincidentes com as respectivas experiências.

Com relação ao primeiro item, as atividades que a Sr^a. Cleide cita ter vivenciado nos momentos destinados à “ginástica”, diferentemente do Sr. Hudson, não têm correlação com práticas de natureza militar; pelo contrário, os brinquedos e brincadeiras mencionadas remetem à esfera lúdica, enquanto que a manifestada pelo Sr. Hudson, embora dotada de ludicidade pelas crianças e por ele próprio enquanto uma delas, a atividade em si não privilegiava esta dimensão.

No entanto, essas reflexões devem levar em consideração dois fatores: um deles se refere à peculiaridade de a entrevistada ter cursado o ensino primário em classes exclusivamente femininas, cuja orientação quanto aos objetivos, métodos e conteúdos era completamente diversa daquela que os alunos do sexo masculino deveriam receber. O outro fator diz respeito ao contexto histórico e político de cada vivência, pois, enquanto o Sr. Hudson cursa o ensino primário em pleno regime ditatorial do Estado Novo, a Sr^a. Cleide ingressa três anos depois da queda do regime, quando Getúlio Vargas não estava mais poder e a intervenção dos militares no meio educacional já se encontrava bastante atenuada.

Independentemente dos elementos díspares, os relatos apresentam pontos concordantes entre si. É interessante notar que, embora identifiquem, nas atividades ministradas pelos seus respectivos professores primários, elementos que associam como pertencentes ao universo da Educação Física, como: exercícios, esporte, jogos e brincadeiras, os três entrevistados não as reconhecem enquanto aulas da disciplina, as quais passam a se consolidar para eles apenas quando contam suas experiências no ensino secundário.

Esse panorama se mostrou condizente com as premissas delineadas pelas Reformas Educacionais de Vargas, especialmente a levada a cabo por Gustavo Capanema, que, ao direcionar suas ações para juventude, cujos objetivos estavam canalizados para defesa da nação e para o ideal patriótico, preocupou-se em garantir que a Educação Física fosse desenvolvida de forma efetiva e sistemática na educação secundária.

Estabelecida a obrigatoriedade das aulas, era preciso garantir que fossem tão efetivas quanto eficazes, ou seja, não bastava determinar sua obrigatoriedade, era preciso que tal determinação resultasse no propósito almejado de preparar fisicamente a juventude tendo em mira o ideal máximo de defesa da nação.

O delineamento da Educação Física Escolar nesta vertente pode ser constatado, de início, pela maneira incisiva com que Capanema tratou as questões concernentes à organização e classificação dos alunos para realização dessas aulas, bem como pelo caráter eminentemente prático que as revestiu quando da especificação das atividades a serem ministradas.

Com relação ao primeiro aspecto, Francisco Campos já havia previsto no Programa do Curso Fundamental do Ensino Secundário que os alunos deveriam ser submetidos a “exames fisiológicos e práticos” como procedimentos para a sua distribuição “(...) segundo grupos homogêneos, de necessidades orgânicas equivalentes, para que se realize uma criteriosa adaptação do trabalho, de acordo com a constituição média de cada um, cujos resultados devem ser apreciados periodicamente”.²⁷⁹

Embora o Programa tivesse considerado válida a divisão dos alunos tendo em vista a faixa etária, seguindo, portanto, uma subdivisão cronológica, a orientação era que a distribuição dos grupos devesse “(...) obedecer mais ao desenvolvimento físico do que à idade”.²⁸⁰ Tais diretrizes já sinalizavam o que na gestão de Capanema foi retomado com maior precisão e de forma incisiva: a utilização desse instrumento como forma de classificar os alunos em termos de desenvolvimento físico.

Tais orientações oficializadas pelo Ministério da Educação estavam em total conformidade com as diretrizes constantes no Documento Oficial de Divulgação do Método Francês, as quais prescreviam que as turmas de alunos e alunas seriam organizadas tendo em vista o “valor fisiológico”, o qual era “determinado, a princípio, por um exame médico minucioso” indicado aos alunos de 4 a 13 anos, “entre os quais a destreza e, principalmente a força não devem ser solicitadas”, enquanto que no caso dos alunos maiores de 13 anos: “As informações dadas pelo médico são completadas (...) pelos exames físicos periódicos que indicam o valor prático dos indivíduos. Êsses exames físicos são comprovados pelo certificado de educação física.”²⁸¹

Neste sentido, a classificação dos alunos deveria obedecer aos resultados de dois tipos de instrumentos: o “exame médico”, ora referenciado nos documentos como “exame fisiológico” ou “exame clínico”, o qual determinava o “valor fisiológico” dos alunos e que, posteriormente, foi acrescido do “exame biométrico”, enquanto que o “valor prático” era

²⁷⁹ Portaria Ministerial nº. 70, de 30 de junho de 1931. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.190.

²⁸⁰ Id. Ibid., p.190.

²⁸¹ BRASIL, op. cit., p.25.

determinado pelas provas práticas também nomeadas “exames físicos” ou “exames práticos”.

A realização dos exames fisiológicos foi considerada premente ainda na gestão de Francisco Campos prevendo-se que, para o pleno desenvolvimento da Educação Física, os estabelecimentos de ensino deveriam dispor “(...) além do concurso periódico do médico e permanente do instrutor” de “(...) um pequeno gabinete destinado aos exames fisiológicos indispensáveis à organização das fichas e de observações de ordem estatística e biotipológicas”.²⁸² As salas equipadas e destinadas exclusivamente para a realização de tais procedimentos podem ser observadas nos registros iconográficos reproduzidos a seguir (fotos 1, 2 e 3).

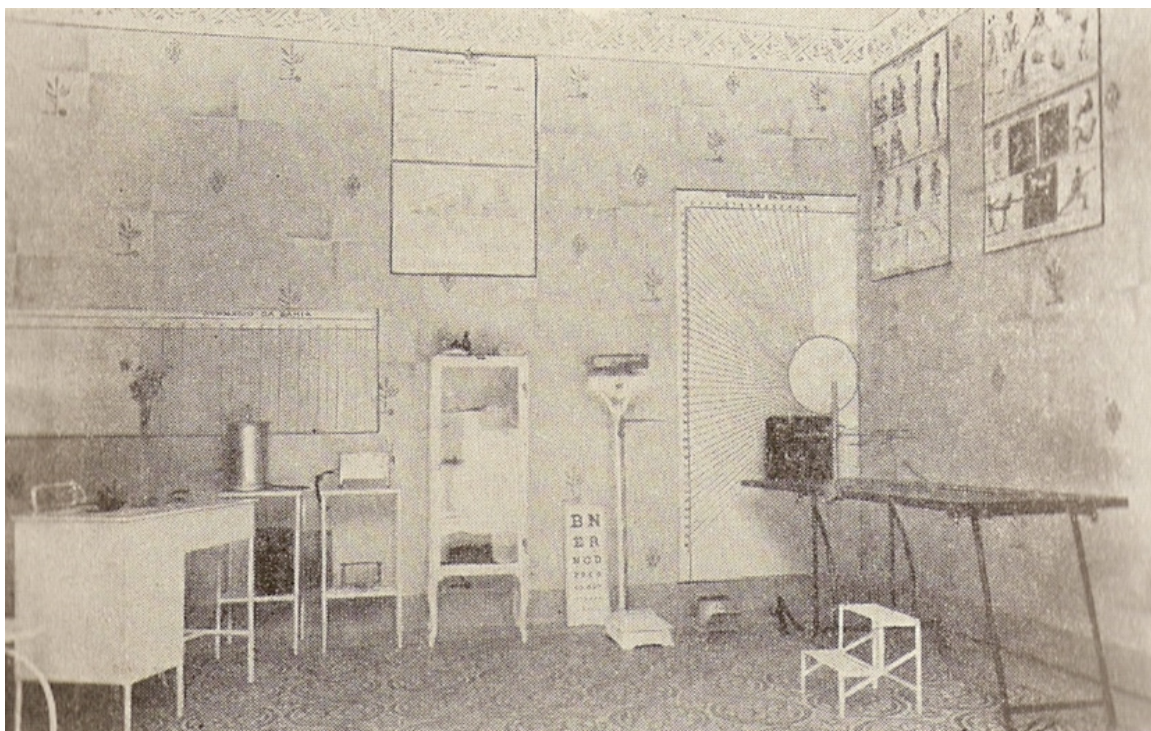


Foto 1: “A exigência, por parte da Divisão de Educação Física, de assistência médica à educação física é outra medida de grande alcance. A fotografia nos apresenta o gabinete médico-biométrico do Instituto Baiano de Ensino, na cidade de Salvador, no Estado da Baía.”. A legenda original das imagens (Fotos 1, 2, 3, 4 e 5) extraídas da obra de Inezil Penna Marinho, não trazem especificações relativas à data, porém as indicações de outras imagens existentes na obra, bem como o ano de sua publicação permitem inferir tratar-se do período entre as décadas de 1930 e 1940.

Fonte: MARINHO, Inezil Penna. Contribuição para a história da educação física no Brasil – Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República. (Documentação). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Em maio de 1939, o Departamento Nacional de Educação na gestão do ministro Capanema, baixa instruções minuciosas para a realização dos exames fisiológicos: “A fim

²⁸² Portaria Ministerial nº 70 de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit., p.191.

de garantir a regularidade do serviço médico de educação física nos estabelecimentos de ensino e a homogeneidade na colheita dos dados que compõem a ficha de educação física”.²⁸³

O documento trouxe especificações precisas sobre o procedimento do “médico de educação física dos estabelecimentos de ensino”, o qual era responsável por realizar um exame prévio “(...) para separar os educandos perfeitamente normais, do ponto de vista da higidês (*sic*), dos que apresentem qualquer desvio da normalidade, daí resultando dois grandes grupos: normais e deficientes”²⁸⁴. A subdivisão de cada um desses dois grupos deveria levar em conta primordialmente o critério fisiológico, pois “(...) a idade cronológica entra como fator secundário, levando-se em conta, antes, a idade fisiológica”.²⁸⁵ Orientação que, se foi apenas sugerida pela Portaria de 1931, é assumida neste dispositivo de modo mais enfático.

Posteriormente, a Portaria Ministerial nº. 467 estabeleceu que “Os alunos serão submetidos a dois exames médico-biométricos anuais, de 15 a 30 de Março, para discriminação dos deficientes ou defeituosos, e de 1 a 15 de Novembro para verificação do efeito dos exercícios”²⁸⁶.

A presença do médico nos procedimentos tanto para o exame fisiológico quanto para o prático, embora não mencionada por nenhum entrevistado, é enfaticamente solicitada pelo Ministério da Educação, pelo Departamento Nacional de Educação, bem como prescrita pelo Método Francês, o qual, inclusive explicita o grau de autonomia que este profissional usufruía, ao mencionar que “(...) o médico pode classificar, por sua própria conta, em um grau inferior, todo aluno que ele julgar retardatário ou que deva ser poupado durante um determinado tempo”.²⁸⁷

A foto 2 reproduzida na página seguinte mostra, à esquerda, os três homens sentados fazendo anotações, cujas roupas mais sóbrias com o uso de gravata sugerem tratar-se dos médicos, os quais se distinguem daqueles que estão realizando as medidas, como o sujeito em pé na parte central, que veste calça e camiseta.

²⁸³ “O ministro de Estado resolve aprovar as instruções para o serviço médico de educação física nos estabelecimentos de ensino que vão assinadas pelo diretor do Departamento Nacional de Educação”. Portaria Ministerial nº. 161, de 11 de maio de 1939. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit., p.361.

²⁸⁴ Id. Ibid., p. 362.

²⁸⁵ O documento estipulou a seguinte distribuição dos alunos “normais” observando-se o desenvolvimento fisiológico: Pré-Pubertário ou Ciclo elementar subdividido em 4 graus (de 4 a 6 anos; 6 a 9 anos; 9 a 11 anos e 11 a 13 anos); Pubertário ou Post-Pubertário ou Ciclo secundário subdividido em 2 graus (13 a 16 anos e 16 a 18 anos) e Adultos ou Ciclo superior (acima de 18 anos). Id. Ibid., p.362.

²⁸⁶ Portaria Ministerial nº. 467, de 16 de julho de 1943. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit., p.378.

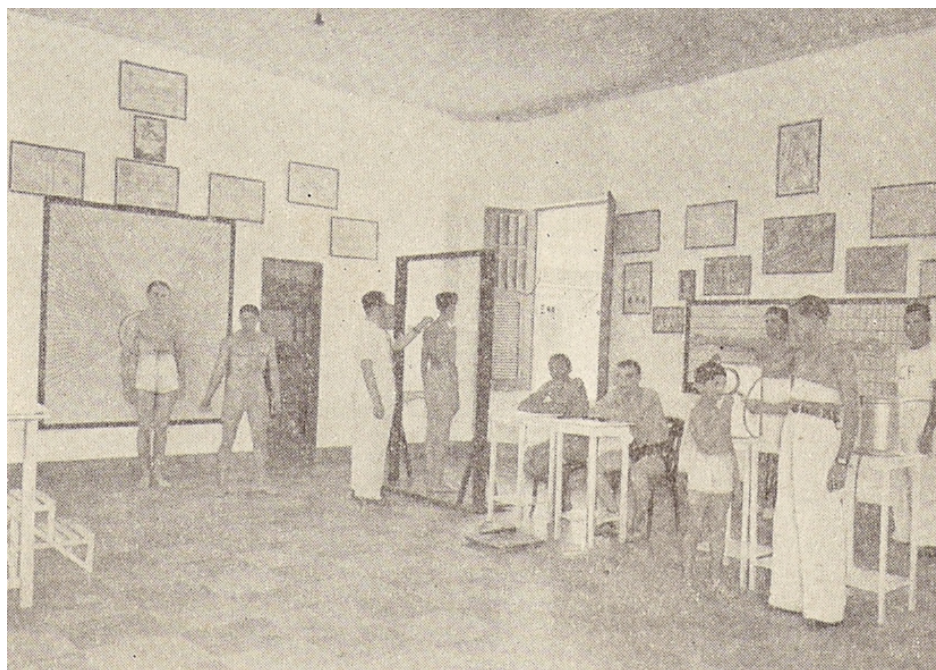
²⁸⁷ BRASIL, op. cit., p. 25.

Outro ponto que chama a atenção nas imagens, inclusive se observarmos as fotos 2 e 3, diz respeito ao aspecto interno das salas que indicam organização e cuidado, além de estarem plenamente providas de materiais e equipamentos de aferição variados.



Foto 2: “Aspectos do gabinete médico-biométrico do Colégio Floriano, em Fortaleza, Estado do Ceará.”.

Fonte: MARINHO, Inezil Penna, op. cit.



Fotos 3: “Aspectos do gabinete médico-biométrico do Colégio Floriano, em Fortaleza, Estado do Ceará.”.

Fonte: MARINHO, Inezil Penna, op. cit.

No entanto, os registros fotográficos das salas de exame biométrico, bem como os textos originais que os acompanham, contrastam com as alegações feitas pelo inspetor geral do DEF que, de posse de um levantamento feito entre os professores de Educação Física do Estado de São Paulo sobre as dificuldades em atender aos dispositivos legais, constatou que a “impossibilidade de realização dos exames biométricos” era uma das queixas manifestadas por eles, cuja “principal, sinão a única causa”, era a ausência de instalações adequadas. De posse do inquérito promovido nos estabelecimentos de ensino secundário, o inspetor denunciava que dentre 16 estabelecimentos de ensino paulistas, apenas um possuía as instalações para a realização dos exames biométricos.²⁸⁸

Tal situação também foi exposta por uma professora de educação física por ocasião do Primeiro Congresso Paulista da área, ao relatar que:

Por observação pessoal em muitas das nossas escolas, quer primárias, quer secundárias, notei, regra geral, um verdadeiro descaso ao exame clínico dos alunos. Assim sendo, as aulas de educação física não podem atingir a finalidade desejada. (...) Ao iniciar-se o ano escolar recebemos as nossas turmas, as nossas cadernetas de chamada e ordem para obrigarmos os alunos aos exercícios. E do exame, do fichamento, não se cogita tão cedo...”²⁸⁹

O fichamento a que a citação acima faz referência foi motivo de constantes recomendações da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação. Os resultados dos exames clínico e biométrico, realizados pelo médico, e os resultados das provas práticas conduzidas pelo professor de Educação Física de cada aluno eram registrados individualmente nas chamadas fichas médico-biométricas²⁹⁰, as quais deveriam ser encaminhadas ao final de cada ano letivo “para a realização de trabalhos estatísticos baseados em dados colhidos em todo o Brasil”. E, especificamente no caso dos exames práticos “para que se possa verificar se as ‘performances’ adotadas correspondem ou não ao valor físico dos nossos jovens”.²⁹¹

Tal determinação também coaduna com as diretrizes do Método Francês, o qual previa ainda um controle dos registros das avaliações médicas e dos resultados obtidos nos

²⁸⁸ ROSA, Mario Miranda. Ensino Secundário Oficial no Estado de São Paulo. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.62.

²⁸⁹ PINTO, Maria Lucia Sampaio. A Educação Física no Ensino. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.27/28.

²⁹⁰ As Fichas médico-biométricas específicas para cada ciclo que acompanham a regulamentação do serviço médico em Educação Física (Anexos B, C, D e E), continham espaços destinados aos exames biométrico e clínico, às anotações sobre dados etnológicos e uma parte correspondente ao exame prático, esta última a partir do 4º grau do ciclo elementar. Portaria Ministerial nº. 161, de 11 de maio de 1939. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit.

²⁹¹ Circular nº. 3 da Divisão de Educação Física de 23 de outubro de 1939. Id. Ibid., p.550.

exames, dedicando, inclusive, um item denominado “Verificação Periódica”, que tratava de instruções acerca deste procedimento: “A verificação médica (...) é efetuada duas vezes por ano (...) Os alunos são submetidos a um exame (...) cujos resultados devem figurar na caderneta escolar que acompanha a criança até a idade adulta”.²⁹²

Mauro Betti ressalta que os gabinetes e as fichas de avaliação médica eram as manifestações concretas do discurso eugênico no cotidiano da Educação Física Escolar. Tal discurso, entretanto, foi logo posto em questão, uma vez que as discussões que se seguiram em torno da Educação Física como prática eugênica apontaram sua fragilidade.²⁹³

Vale destacar que em 1946, por ocasião da realização da “Semana de Exposição de Métodos”, as críticas tecidas por um dos proponentes das palestras revelam o descontentamento com a adoção das diretrizes do Método Francês pelos estabelecimentos de ensino e, de início, apontam as falhas e a pouca aplicabilidade das práticas preceituadas pelo regulamento, dentre as quais, o controle médico biométrico, que, para o autor da fala, se resumia em um “trabalho de gabinete, sem utilidade prática”.²⁹⁴

A argumentação do então professor e inspetor regional do DEF se centrava no exagero das fichas a serem preenchidas, com inúmeros dados e medidas que demandavam uma sobrecarga de trabalho ao professor de Educação Física “(...) roubando-lhe, em quase todo o primeiro semestre, um tempo útil que poderia ser aplicado praticamente em proveito dos próprios alunos”. Isso porque, como ele próprio constatou na condição de inspetor de Educação Física de um órgão oficial: “Ficaram os professores dentro desse dilema. Sacrifício das aulas para cumprimento honesto das determinações legais, ou sacrifício das determinações legais para não prejudicar a parte mais importante, as aulas.”.²⁹⁵

Entre os entrevistados, apenas a Sr^a. Cleide, a qual cursou o ensino secundário mais tardiamente, em meados da década de 1950, fez menção a esses procedimentos ao contar que “Desde o ginásio até o colegial a gente tinha exame biométrico duas vezes por ano”. Assim, pode-se inferir que o quadro problemático descrito anteriormente acabou por comprometer a efetivação imediata das determinações do Ministério da Educação e Saúde quanto aos exames médico-biométricos no contexto da Educação Física Escolar.

Situação diferente pode ser observada com relação às provas práticas, as quais foram relatadas por três entrevistados, dentre eles, o Sr. Hudson, o Sr. Edson e a Sr^a.

²⁹² BRASIL, op. cit. p.35.

²⁹³ BETTI, Mauro, op. cit.

²⁹⁴ MUSA, Oscar da Silva. Método Esportivo. SEMANA DE EXPOSIÇÃO DE MÉTODOS, 1946, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1946. p.46.

²⁹⁵ Id. Ibid., p.46.

Cleide, cujos relatos são reveladores da existência das provas práticas no cotidiano das aulas de Educação Física.

No ano de 1940, o Departamento Nacional de Educação não apenas retoma as proposições de Campos sobre este tema como as aborda de forma mais minuciosa, definindo que os exames práticos de Educação Física “serão dirigidos pelo professor de educação física, assistidos pelo médico e fiscalizados pelo inspetor de ensino”, e realizados uma vez por ano “nas proximidades e antes do início da última prova parcial ou dos exames de promoção”.²⁹⁶

Assim como a normatização anterior de Campos, é notória a reprodução das diretrizes do Método Francês, particularmente acerca da restrição aos alunos menores de treze anos à execução dos exames práticos. O Departamento Nacional de Educação tratou de definir, no dispositivo legal, que “Participarão dos exames práticos, como executantes, os alunos que, no exame fisiológico, tenham sido julgados em condições de realizar todas as provas correspondentes aos seus ciclos e graus, exceto os menores de 12 anos e meio.”²⁹⁷

Interessante observar que, ao mencionar as provas práticas, o Sr. Hudson faz clara referência ao Método Francês, identificando-o como a base do trabalho de seu professor:

Quanto à metodologia do professor Mezacapa, a base era o método francês antigo (...). Os testes práticos eles eram feitos com muita seriedade, eram testes de avaliação quantitativa, por exemplo: subida em pórticos, uma corrida de 30 metros transportando um saco de areia com 10 kg com tempo cronometrado (...)

Ao comentar a respeito das avaliações conduzidas pelo seu professor de Educação Física, o Sr. Edson lembra que “Haviam provas práticas de corrida, salto e lançamento de peso (bola de borracha ou de meia) (...)”.

As atividades realizadas por ocasião do exame prático mencionadas no relato do Sr. Hudson, bem como na fala do Sr. Edson, constam da regulamentação no item dedicado à “Execução das provas”, na qual são elencadas oito provas: corridas de velocidade (30, 50, 60 e 100 metros), corridas de resistência (400, 800 e 1000 metros), salto em altura com impulso, salto em distância com impulso, arremesso da bola, arremesso do peso, exercício de equilíbrio sobre a trave, flexionamentos combinados, sendo um deles realizado sobre a

²⁹⁶ “O Diretor Geral resolve aprovar as instruções para os exames práticos de educação física nos estabelecimentos de ensino, que vão assinadas pelo diretor da Divisão de Educação Física.” Portaria nº. 7, de 9 de janeiro de 1940. BICUDO, Joaquim de Campos. op. cit, p.419/420.

²⁹⁷ Id. Ibid., p.419.

trave de equilíbrio. Tais provas variavam quanto ao nível de intensidade e de dificuldade²⁹⁸ conforme o ciclo e o sexo dos alunos e segundo orientação do documento, elas eram “(...) estritamente individuais, sem o mais leve espírito de competição nem preocupação de maiores resultados”.²⁹⁹

A descrição do Sr. Hudson acerca do pórtico como “(...) um aparelho parecido com uma barra fixa de madeira, com aproximadamente 5 metros de altura, com cordas e madeiras torneadas dependuradas que servia para exercícios em suspensão”, sugere tratar-se do que o documento denomina “subida nas cordas duplas” e “subida na corda simples”, enquanto que a outra atividade citada pelo entrevistado pode se referir à “prova de transporte de peso” ou “transporte do fardo”.

As imagens reproduzidas a seguir (fotos 4 e 5) possibilitam visualizar a caracterização feita pelo Sr. Hudson e oferecem o registro da utilização concreta do Pórtico nos estabelecimentos de ensino secundário.

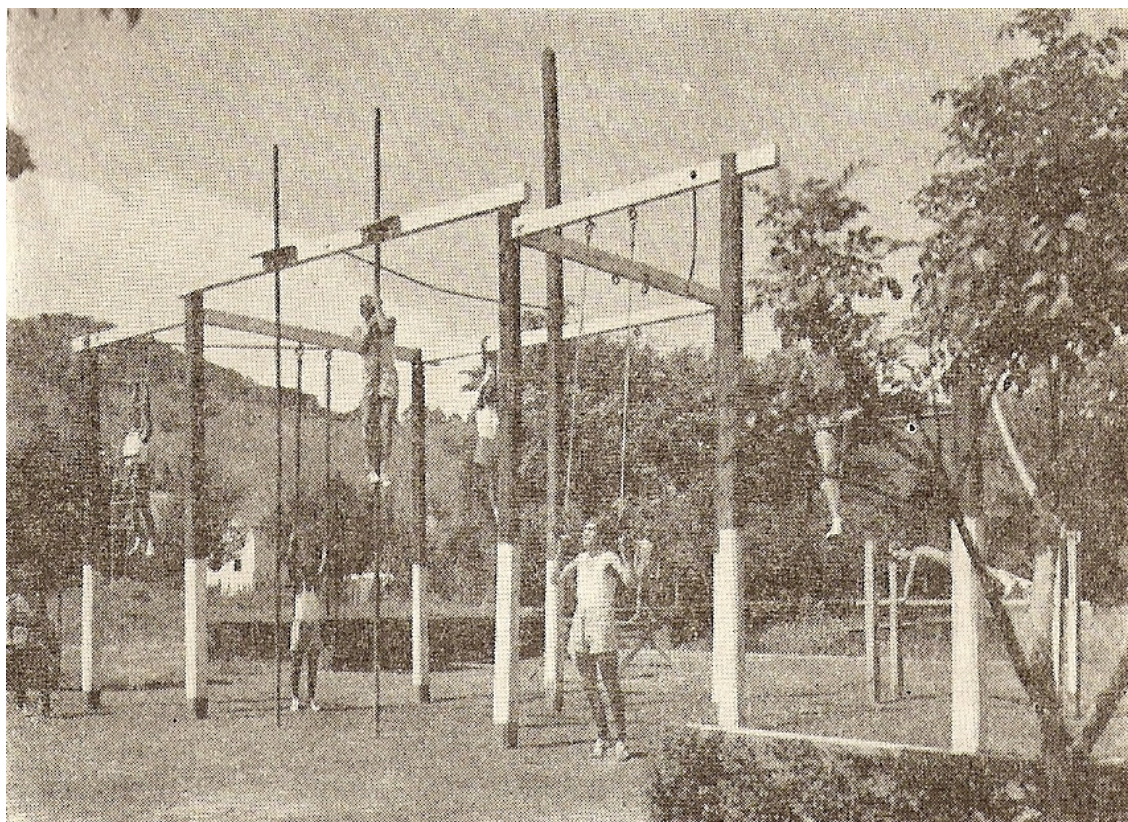


Foto 4: A legenda original traz a inscrição “Pórtico” e o nome do estabelecimento de ensino localizado no Estado de Minas Gerais “Ginásio Itajubá”.

Fonte: MARINHO, Inezil Penna, op. cit.

²⁹⁸ Nas Fichas médico-biométricas na parte correspondente ao exame prático (Anexos C, D e E), têm-se as indicações dos limites mínimos a serem alcançados em cada prova para cada ciclo e diferenciados para os meninos e para as meninas. Portaria nº. 161, de 11 de maio de 1939. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit.

²⁹⁹ Portaria nº. 7, de 9 de janeiro de 1940, p.421/422. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit.



Foto 5: A legenda original traz somente a indicação “Alunos em exercícios físicos” e o nome do estabelecimento de ensino “Ginásio Nossa Senhora do Rosário no estado do Rio Grande do Sul”. Observem-se as inscrições “Tudo pela Pátria” no patamar superior central e “Mens Sana in Corpore Sano” no patamar inferior à direita.
Fonte: MARINHO, Inezil Penna, op. cit.

A foto 4 traduz mais fielmente as características delineadas pelo entrevistado do que a segunda, na qual não se observa o uso das cordas, porém o fundamento da atividade é similar, ou seja, os movimentos realizados para a consecução do objetivo do exercício são os mesmos.

Interessante notar, na foto 5, que, logo acima das hastes pelas quais os alunos estão subindo, é possível visualizar no patamar superior e central a inscrição “Tudo Pela Pátria”, que alude ao ideal do sacrifício pela pátria, proferido por Getúlio Vargas de forma incisiva e que aparece nitidamente incutido nas aulas de Educação Física.

É oportuno destacar a inferência à expressão “*Mens Sana In Corpore Sano*”³⁰⁰ que se vê na imagem inscrita no patamar inferior à direita, difundida como máxima para a Educação Física do período, que remete a uma compreensão do ser humano, na qual “(...) o componente material, corpóreo, apresenta-se subjugado ao elemento espiritual, a ele servindo de suporte.”³⁰¹

Tal pensamento foi nitidamente exposto por Getúlio Vargas ao discursar a respeito da “melhoria das condições físicas do homem”:

(...) A educação do corpo, na mais ampla acepção da palavra, significa, também, o cultivo de nobres e excelentes atributos do espírito (...) A agilidade, a destreza, a resistência muscular, estimulam e fortalecem aptidões intelectuais e a alta ascendência no desenvolvimento harmônico da personalidade (...) também adquire a firmeza nas decisões, a segurança de ação, o hábito salutar da disciplina consciente (...) ³⁰²

É esta visão instrumental do corpo que vai balizar a crença nas virtudes da Educação Física Escolar, como expressa uma professora de educação física em um evento da área, ao dizer que: “Ora, o dever de cultivar o corpo deve ser o primeiro dos deveres a ser inculcado na mentalidade do educando. Não para que o corpo seja considerado como um fim, mas como um meio. Ensinar o educando (...) a ‘*être fort pour être utile*’”.³⁰³

³⁰⁰ Expressão latina extraída da obra *Sátira X* de Juvenal (42 – 125 a.C) com tradução livre e corrente para o idioma português como “mente sã em corpo são”.

³⁰¹ CASTELLANI FILHO, Lino. op. cit., p.49.

³⁰² Discurso proferido por Getúlio Vargas em 12 de maio de 1940. VARGAS, Getúlio, Vol. 7, op. cit, p.311/312.

³⁰³ Expressão em itálico traduzida livremente para o idioma português como “ser forte para ser útil”. PINTO, Maria Lucia Sampaio. op. cit., p.32.

Nesta perspectiva, os professores de educação física se constituíam aqueles que detinham a incumbência de “(...) zelar pelo ‘tonus’ viril da nacionalidade e pelo preparo de gerações fortes a serviço da pátria.”.³⁰⁴

As fotos revelam ainda a utilização dos equipamentos exclusivamente por alunos do sexo masculino, pois tal prova não era permitida às mulheres já que a ficha médico-biométrica a indicava de execução restrita ao sexo masculino.³⁰⁵

A rigorosidade dos exercícios a que os alunos eram submetidos por ocasião dos exames práticos aparece nos comentários do Sr. Hudson quando diz:

(...) nós não chegamos a estranhar tudo isso, esse rigor porque fisicamente nós estávamos preparados. Entende? Isso era natural. Todos nós brincávamos muito na rua, jogávamos no campinho onde íamos quase que todo dia, à noite continuávamos nossa brincadeira na rua. (...) jogava vôlei, jogava futebol, nadava no rio Tietê. Nossa condição física era excelente.

Os exames práticos são lembrados pela Sr^a. Cleide apenas no ensino colegial que cursou no início da década de 1960, demonstrando que eles figuraram durante décadas como procedimento para classificar os alunos e alunas na Educação Física Escolar. No entanto, vale destacar que seu relato acena para mudanças nos tipos de provas aplicadas:

(...) Nessa época apareceu um teste físico, teste de aptidão física chamava. Então tinha uma tabela onde havia uma pontuação que você precisava fazer flexões de perna tipo canguru, polichinelo, abdominal e a tabela era de acordo com a sua idade. (...) Então você de acordo (...) com a idade, seu peso, sua altura, você tinha que ter tantos pontos, né?

A “tabela onde havia uma pontuação”, mencionada pela Sr^a. Cleide, se refere ao instrumento de avaliação contendo os índices mínimos de desempenho físico estabelecidos para cada prova, diferenciados para alunos do sexo feminino e masculino. De acordo com o Método Francês: “O número de provas varia com o grau fisiológico do aluno. Para cada uma delas é fixado um limite inferior que o aluno deverá realizar para ser admitido no grau superior.”³⁰⁶

³⁰⁴ SANTOS, Oswaldo de Barros. A formação técnica dos professores de Educação Física. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.97.

³⁰⁵ No caso da prova em questão as fichas médico-biométricas do ciclo elementar (4º grau) e dos dois ciclos do secundário (Anexos C, D e E), indicam que tal atividade não era realizada pelas alunas, pois, enquanto que para os “Rapazes” há indicação dos índices mínimos, para as “Moças” aparece a expressão “NADA”. Portaria nº. 161, de 11 de maio de 1939. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit.

³⁰⁶ BRASIL, op. cit., p.25.

No Programa de 1931, o ministro Campos já determinava que “a passagem de uma classe a outra” estaria condicionada aos “resultados dos exames, em qualquer das épocas previstas, conferindo-se, então, ao aluno um certificado de promoção”.³⁰⁷ A regulamentação de 1940 estipulou que a aquisição do “Certificado de Educação Física”³⁰⁸ pelos alunos estava condicionada à consecução de “todas as provas do exame prático dentro dos limites estabelecidos para o seu grau e sexo”.³⁰⁹

Tal determinação foi elogiada por Alfredo Colombo, professor catedrático da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, referenciando-o como um “prêmio” no sentido de “(...) despertar nos alunos o interesse para a prática da Educação Física, incentivar a dedicação para a busca da perfeição física”³¹⁰.

As considerações tecidas acerca das provas práticas são significativas para se pensar as pretensões da Educação Física no contexto escolar, uma vez que, tendo os índices de desempenho físico dos alunos e alunas no sentido de classificá-los de acordo com o seu “valor prático”, consolidava-se, de modo evidente, sob a vertente utilitária, o que fica nítido na regulamentação de 1943, ao instituir que as provas práticas “terão caráter puramente técnico e se destinam a verificar os efeitos dos exercícios”.³¹¹ Aliás, mais do que isso, elas também poderiam servir “(...) magnificamente como estimulante para que o aluno se dedique com mais ardor ao exercício físico”³¹².

Tais instrumentos contribuíram para se criar, no interior da escola, uma dinâmica de classificação e graduação em diferentes níveis que aludem ao que Michel Foucault considera como mais um elemento do poder disciplinar manifesto nas instituições escolares:

A divisão segundo as classificações e os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa e punição.³¹³

³⁰⁷ Portaria Ministerial nº. 70 de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit., p.190.

³⁰⁸ Modelo do certificado em anexo (Anexo F).

³⁰⁹ Portaria nº. 7, de 9 de janeiro de 1940. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit.

³¹⁰ COLOMBO, Alfredo. Como deverão ser feitas as provas físicas para avaliar os resultados dos exercícios após um determinado período de atividades? Semestral ou anualmente? Os certificados de educ. física. PRIMEIRO CONGRESSO PANAMERICANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p.75.

³¹¹ Artigo 17 do item V da Portaria Ministerial nº. 467, de 16 de julho de 1943. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

³¹² COLOMBO, Alfredo, op. cit. p.75.

³¹³ FOUCAULT, Michel, op.cit. p.162.

Esses procedimentos característicos do sistema militar, dos quais, inclusive, originaram-se as instruções que balizaram a sua aplicação na escola, remetem à compreensão de Foucault sobre o que ele denomina de sanção normalizadora: “A penalidade perpétua que atravessa todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui.”.³¹⁴

Essas discussões remetem à predominância do caráter essencialmente utilitário com a finalidade de adestramento físico com que se revestiram as aulas de Educação Física Escolar, revelando sob qual vertente “educativa” o Ministério Capanema enxergou as possibilidades desta nos estabelecimentos de ensino.

A natureza eminentemente prática das aulas de Educação Física, evidente nas orientações para a distribuição dos alunos tendo como critério o desenvolvimento físico, é um outro indício desta constatação e vai se mostrar concreta na descrição dos entrevistados, a respeito das atividades ministradas.

O conteúdo a ser ministrado aparece prescrito pelo Ministério Capanema no “Programa de Educação Física”, cujo modelo reproduzido na página seguinte (figura 2), indica se tratar de uma espécie de planejamento anual, contendo as aulas previstas para serem executadas durante o ano letivo, cujo preenchimento e posterior encaminhamento à Divisão de Educação Física de responsabilidade do professor de Educação Física, deveriam ocorrer no mês de março de cada ano.³¹⁵

³¹⁴ Id. Ibid. p.163.

³¹⁵ Conforme Circular nº. 2, de 1 de julho de 1940. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.548.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE
TURMA

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês										OBSERVAÇÕES
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Total	
Sessões de estudo de educação física											
Lições de educação física											
Sessões de grandes jogos											
Sessões de desportos individuais											
Sessões de desportos coletivos											
Natação											
Excursões											
Desfiles											
Exames Médico-biométricos											
Exames práticos											
S o m a											

.....de.....de 194....

Professor

Diretor

VISTO

Inspetor

- a) Parte das sessões de Março destina-se aos exames médico-biométricos.
- b) Os exames médico-biométricos do fim do ano e os exames práticos devem realizar-se entre Outubro e Novembro.
- c) Nos dias de chuva, desde que as aulas não possam ser ministradas, deverão realizar-se palestras sobre educação física, higiene, etc..
- d) As sessões previstas neste programa referem-se a cada turma de alunos.
- e) Na coluna "Observações" deverão figurar quaisquer particularidades referentes ao estabelecimento ou os esclarecimentos julgados necessários.

Figura 2: Modelo do Programa a ser executado nas aulas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário expedido pela Divisão de Educação Física na Circular nº. 2, de 1 de julho de 1940.

Fonte: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.548.

As atividades remontam ao Programa implementado por Francisco Campos pela Portaria nº. 70, o qual, por sua vez, como já mencionado, indicava explicitamente acatar as orientações do Centro de Educação Física do Exército. Assim, é possível notar, no tocante às descrições das atividades para cada classe, uma correspondência inequívoca com o Regulamento Geral da Educação Física nº. 7 ou Método Francês. O programa previa sessões de jogos, exercícios elementares de natação, esportes individuais e coletivos, além dos flexionamentos, dos exercícios educativos e das aplicações.³¹⁶

De acordo com o Método Francês, os três últimos elementos citados compõem as Lições de Educação Física³¹⁷ e se “constituem um conjunto de exercícios, completo e suficiente para elevar o homem ao maximum de sua condição física”, uma vez que:

Os flexionamentos proporcionarão flexibilidade, vigor e harmonia de formas. Os exercícios educativos aumentarão sua força muscular e sua potência de coordenação nervosa. As aplicações aperfeiçoarão as qualidades já adquiridas e em particular, a destreza. Além disso obrigam, em face de certos atos difíceis de realizar, a pôr em ação esta virtude de ordem superior: a virilidade.³¹⁸

A finalidade utilitária também é claramente explicitada no Regulamento ao tratar dos esportes individuais e coletivos, os quais, embora tenham sua criação justificada no âmbito do “prazer físico”, também são ressaltados como “fatores importantes para o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral”, pois enquanto que os primeiros perfazem “um método indispensável de aperfeiçoamento físico”, os segundos “diferem dos esportes individuais, pois que para sobrepujar o adversário é preciso empregar qualidades físicas e morais mais variadas” constituindo, pois, “a melhor escola de virilidade”.³¹⁹

É possível observar, pelas experiências dos entrevistados acerca das atividades ministradas nas aulas de Educação Física, que a ginástica e a prática esportiva ocupam lugar de destaque em suas falas. A começar pelo Sr. Walter, que descreve o desenvolvimento das aulas: “Então a gente fazia aula de ginástica, fazia Educação Física (...) eram duas aulas uma de ginástica outra de esportes, tomava banho, depois ia pras outras aulas”.

³¹⁶ Portaria nº. 70, de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit,

³¹⁷ O documento traz uma descrição pormenorizada sobre cada um dos elementos que compõem a Lição de Educação Física: “As aplicações compreendem sete famílias distintas de exercícios: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender-se.” Os exercícios educativos são trabalhos musculares específicos que servem de base para determinada aplicação e os flexionamentos são “movimentos com efeitos corretivos e com efeitos localizados sobre cada articulação e sobre os músculos que a comandam.” BRASIL, op. cit. p. 21/22.

³¹⁸ Id. Ibid., p.22.

³¹⁹ Id. Ibid. p.23.

Apesar das duas atividades terem sido citadas por todos os entrevistados, verifica-se, no entanto, a predominância dos exercícios ginásticos como conteúdo privilegiado nas aulas de Educação Física, como indica o Sr. Hudson ao narrar suas lembranças quando aluno no ensino secundário:

De uma certa forma a intenção da escola naquela época e até demorou um pouco mais, era realmente ginástica. O conteúdo principal da aula era a ginástica. O esporte surgia às vezes em forma de recreação, sabe? Esporadicamente alguns fundamentos, mas não tinha assim um sistema de desenvolvimento esportivo.

Isso porque, como prescrito no Programa implementado pelo ministro Campos - especificamente no que tange aos conteúdos a serem ministrados em cada classe - os “exercícios de educação física”, embora avaliados como enfadonhos, eram prescritos de forma enfática:

Cabe ao professor, evitando o cansaço e o tédio dos movimentos monótonos, despertar o interesse dos alunos pela sua execução, convencendo-os da sua utilidade e animando-os com cantos apropriados e, intercaladamente, com jogos recreativos que são também de efeito benéfico e agradam mais ao temperamento dos adolescentes. Assim conduzidas, as horas de ginástica transcorrem com ordem, variedade e alegria (...)³²⁰

Enquanto os “exercícios de educação física” com a finalidade de “preparar o aluno, combatendo-lhe a sedentariedade e as más atitudes” eram colocados de forma ampla e generalizada uma vez que “(...) se constituem o mais aconselhável derivativo para os que ainda não se acham na posse integral do vigor físico”, a prática esportiva vinha acompanhada de restrições, sendo inclusive, proibida nas primeiras classes e, ainda que recomendada às demais, esta se fazia para evitar que “(...) os jovens orientando por si mesmos o desenvolvimento de suas qualidades físicas escolham esportes inadequados à sua constituição e abusem inconvenientemente das suas possibilidades”.³²¹

As considerações presentes nas lembranças do Sr. Hudson também são compartilhadas pelo Sr. Walter, que inclusive destaca a utilização do Método Francês, ao mencionar que:

(...) Fui pro colégio estadual, colégio estadual de São Paulo, na época era uma, uma referência no Estado. E fiz lá... e tive excelentes professores de Educação Física. Era aquele negócio de ginástica, era o método francês, sabe? Era ginástica quase que exclusivamente. Eram duas aulas por semana, uma era de ginástica,

³²⁰ Portaria Ministerial nº. 70 de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit, p.190.

³²¹ Id. Ibid., p.190.

ginástica mesmo um, dois, três, quatro, tal e a outra era esportes. Tinha uma quadra improvisada de basquete, uma quadra de futebol de salão, handebol era muito pouco praticado, voleibol era praticado, então a gente fazia isso.

A Sr^a. Cleide, embora tenha ingressado no ensino secundário em 1952, quando tanto o Sr. Hudson quanto o Sr. Walter já o tinham concluído, assim como eles, também faz alusão ao método francês, ao dizer que “(...) depois de formada é que eu percebi que a Dona Helena só dava aula de acordo com o Regimento nº. 7. Você sabe o que é o Regimento nº. 7? O Método Francês. Ela dava aula de ginástica.”.

Porém, a própria Sr^a. Cleide demonstra vivenciar um momento de transição entre a prevalência da ginástica nas aulas e o uso de atividades com bola, quando em uma passagem de sua entrevista, menciona que:

No ginásio eu tive a Professora Ednéia. A Dona Ednéia D’Agostini foi uma das que começou a trabalhar com bola, porque a Dona Helena não trabalhava com bola. O negócio da Dona Helena era ginástica, a Ednéia já dava a parte esportiva porque a Ednéia já tinha jogado basquete (...) Começava a dar jogos pré-desportivos, já começava a fazer brincadeiras que levavam ao esporte.

Este movimento que a Sr^a. Cleide sinaliza é apontado por Mauro Betti quando assinala que a Educação Física, a partir de meados da década de 1950, foi influenciada pelo surgimento de outros métodos, em especial do “Método Desportivo Generalizado”, o qual, em linhas gerais “(...) procura incorporar o conteúdo esportivo aos métodos da Educação Física, com ênfase no aspecto lúdico.”³²²

Quanto a esse aspecto, vale ressaltar que os jogos, embora contemplados no Programa implementado por Capanema na “Sessão de Grandes Jogos” (ver Figura 2) eram indicados pelo Método Francês associados ao prazer e à satisfação, porém considerados pouco eficientes e, portanto, “não podem constituir, por si sós, um método completo de educação física. Sua influência do ponto de vista higiênico se exerce sobre a criança em condições excelentes, seria insuficiente, porém, para o adolescente e para o adulto.”³²³

Assim, os elementos ginásticos, derivados das “Lições de Educação Física” foram introduzidos nas aulas em caráter prioritário, acompanhada ocasionalmente e sem a mesma regularidade da prática esportiva, a qual era vivenciada em tempos e espaços externos a estas e até mesmo à escola, como explicitados pela Sr^a. Cleide e pelo Sr. Hudson, respectivamente nos fragmentos reproduzidos abaixo:

³²² BETTI, Mauro, op. cit. p.97.

³²³ BRASIL, op. cit. p.20.

Nas aulas de Educação Física, a Dona Helena só dava ginástica que era o método francês direto. Depois a gente podia jogar vôlei no recreio e assim ela deixava jogar um pouquinho, ela começou a dar algumas noções de vôlei e nós que fazíamos esporte fora da escola incrementamos as modalidades. Então nós que introduzimos praticamente o esporte lá no Colégio São Carlos. E todo mundo me queria no time.

O professor Mezacapa, nos deu fundamentos esportivos mas... não era uma coisa assim regular mas com a estimulação recebida, a gente desenvolvia na rua o treinamento do fundamento, por exemplo: vôlei. Na rua a gente ficava fazendo toque de bola de vôlei com a bola de futebol. Em Tietê na época do campeonato colegial, fomos às finais de vôlei e a nossa bola estragou. Fizemos nosso treinamento de vôlei com a bola de futebol.

Nesse sentido, é possível observar que os relatos traduzem a tensão entre a tendência verificada na Educação Física em absorver as influências de outros métodos operando-se em total descompasso com a regulamentação oficial a que ela estava submetida nos estabelecimentos de ensino, cujos propósitos utilitários já não tinham mais razão de se efetivar, dado o novo contexto histórico que surgia com o fim do Estado Novo. Isso porque, como rememora a Sr^a. Cleide, ao chegar no ensino colegial: “(...) Quem dava aula era Dona Mimi, Prof. Noêmia Pasani, exigente, muito enérgica. Então ela também trabalhava com o Método Francês. As aulas também eram só... de ginástica (...)”.

Outro aspecto a destacar no “Programa de Educação Física” diz respeito à previsão de palestras (ver figura 2) a serem ministradas pelo professor “(...) afim de dar aos alunos consciência da necessidade de sua prática e a convicção de suas vantagens (...)”³²⁴; estas, porém, parecem limitadas aos dias de chuva e, ainda assim, “desde que as aulas não possam ser ministradas”³²⁵..

A aulas destinadas a tais palestras ou outras do gênero não foram relatadas por nenhum entrevistado, evidenciando a prevalência das aulas práticas, o que também se manifesta nas determinações da Portaria nº. 467, que destinou um item para regular os horários apropriados para a realização das sessões de Educação Física, as quais deveriam se efetivar “exclusivamente nas primeiras horas da manhã ou nas últimas da tarde”³²⁶, o que é corroborado por um dos entrevistados, pois, como lembra o Sr. Walter, no curso secundário durante os anos de 1946 a 1953 “(...) as aulas de Educação Física nesse colégio estadual de São Paulo eram as primeiras da manhã, sempre as primeiras da manhã.”. Além

³²⁴ Circular nº. 3.055, de 2 de junho de 1938. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.490.

³²⁵ Id. Ibid.

³²⁶ Artigo 16 do item IV da Portaria Ministerial nº. 467, de 16 de julho de 1943. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

disso, o mesmo item trata ainda de vedar “qualquer exercício físico intenso uma hora antes das refeições principais e até duas horas após.”³²⁷

Com base nesta regulamentação, é possível inferir que as aulas de Educação Física foram projetadas para serem exclusivamente práticas e desenvolvidas sob a vertente utilitária, pois eram dispensados os “alunos que, por serem militares em serviço ativo no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nas forças auxiliares, já estiverem obrigados aos exercícios físicos”, além da concessão de abono de faltas somente no caso de alunos acidentados, cuja condição física estivesse comprometida e o impedisse de frequentar as aulas. Os alunos que, “por defeito físico ou deficiência orgânica, não puderem fazer os exercícios ordinários, serão submetidos a exercícios especiais prescritos pelo médico assistente de educação física”.³²⁸

Tais orientações só se justificam se considerarmos que a Educação Física Escolar, conduzida através de aulas exclusivamente práticas, teve como premissa o desenvolvimento físico dos alunos, adotando, para isso, medidas de classificação e verificação do desempenho bem como a realização dos “exercícios ordinários” como conteúdo privilegiado das aulas, as quais eram submetidas a um efetivo regime de fiscalização.

A esse respeito, há uma abordagem pormenorizada sobre as atribuições do inspetor federal nos estabelecimentos de ensino. O documento aponta para a existência de inspetores especializados na área, porém ainda não em número suficiente, e prevê que no estabelecimento em que não houver designação de especialista, cabe ao inspetor federal daquele local realizar a fiscalização.³²⁹

O acompanhamento efetivo e periódico das aulas de Educação Física e a observância do registro do controle da frequência dos alunos estavam entre as incumbências do inspetor. Vale a pena transcrever literalmente parte do artigo que regulamenta as atribuições do inspetor federal nos estabelecimentos de ensino, como forma de ilustrar a magnitude do sistema de controle pretendido pelo governo a que a Educação Física foi submetida:

Art. 26 – Cabe ainda ao inspetor federal junto a estabelecimento de ensino:
a) verificar periodicamente o livro de frequência às sessões de educação física, não admitindo nos mesmos emendas, nem rasuras;

³²⁷ Artigo 15 do item IV. Idem. Ibidem.

³²⁸ Artigo 5 e 6 do item II. Id. Ibid.

³²⁹ Artigo 24 do item VIII. Id. Ibid.

- b) assistir, pelo menos uma vez por mês, a uma sessão de educação física de cada classe;
- c) fiscalizar a realização das provas práticas;³³⁰

No entanto, tal inspeção foi alvo de críticas pelo DEF, que assim se posicionou a respeito da inspeção federal realizada no estado de São Paulo:

Como não pode ser de outra forma, a inspeção da educação física, feita atualmente pelos inspetores do ensino secundário, sem caráter de especialização, resume-se em preencher a formalidade do envio dos relatórios mensais das secções de educação física, os quais não acusam claramente a situação anômala do ensino. No estado de São Paulo a inspeção especializada viria a resolver esses problemas (...)³³¹

A “situação anômala” do ensino da educação física, já explicitada pelo inspetor do DEF acerca das instalações médico-biométricas, foi acrescida das queixas acerca da falta de verbas para a manutenção das sessões de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, cuja consequência ele comenta da seguinte forma: “Não precisamos, pois, comentar de como vivem essas secções e como se desdobram esses professores, toda vez que necessitam de uma bola, de um medicine-bol, de uma corda, etc. para as suas aulas e lições.”.³³²

Quanto à frequência dos alunos às aulas, a ausência de uma regulamentação precisa acerca deste tema e a superficialidade com que foi tratado na Reforma Campos desencadearam a preocupação do ministro Capanema em fazer valer o dispositivo, o que pode ser constatado na constância com que o assunto foi reiterado nas comunicações internas oriundas do Departamento Nacional de Educação e da Divisão de Educação Física, algumas inclusive, destinadas aos inspetores do Ensino Secundário, alertando para a ampla divulgação da norma na comunidade escolar e para a rigorosidade na fiscalização dos boletins de frequência dos alunos.³³³

Assim, em 1940 tratou de regulamentar um tema, até então relegado, instituindo a frequência mínima obrigatória às aulas de Educação Física de “três quartos da totalidade dos mesmos exercícios realizados, em sua classe, durante o ano escolar” sob pena de os

³³⁰ Artigo 26. Id. Ibid.

³³¹ ROSA, Mário Miranda. Op.cit., p.63.

³³² Id. Ibid., p.62.

³³³ Portaria Ministerial nº. 13 de 16 de fevereiro de 1938; Circulares nº. 3 de abril de 1938, nº. 3.055 de 2 de junho de 1938 e nº. 3 de 06 de junho de 1938. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op., cit.

alunos que não atingirem este patamar serem impossibilitados de submeter-se ao exame final de qualquer disciplina.³³⁴

Posteriormente, em 1943, o ministro reiterou as disposições sobre a frequência no já mencionado dispositivo legal, e a sistemática se manteve muito semelhante à regulamentação de 1940, ou seja, continuou exigindo um percentual significativo de participação nas “sessões de educação física” como requisito para realização das provas finais, pois, para poderem prestar na primeira época, os alunos não poderiam faltar a 25% do total de aulas ministradas e no caso da prova de segunda época, a 50% deste total³³⁵.

A exigência destes requisitos no cotidiano escolar é lembrada apenas pelo Sr. Edson, que acena para a utilização desse dispositivo pelo seu professor como critério para avaliação dos alunos, pois, como ele diz: “Contava muito para o conceito a frequência do aluno”.

A exacerbação de medidas para a efetivação da Educação Física Escolar na gestão Capanema despertou críticas dos diretores de estabelecimentos de ensino secundário e comercial, as quais, dirigidas ao ministro Capanema no ano de 1944, expressam a dimensão que a Educação Física alcançou no cotidiano escolar:

Em matéria de educação física, é fácil notar que, no Brasil, passamos, rapidamente, de um abandono ou menosprêzo, bastante generalizado, a excessivas exigências e de realização, por vezes inconveniente ou até impraticável. Entende-se que a reação como sóis acontecer, tenha exagerado. Mas já é tempo de dar-se, sobre o assunto, a palavra justa, a meio caminho entre extremos opostos.³³⁶

As considerações são justificadas na tentativa de contribuir com o Ministério para que, como previsto na Lei Orgânica do Ensino Secundário, o curso secundário promova de fato a formação integral da personalidade dos adolescentes, apontando ainda que, para isso, deve-se ter como diretriz a idéia de que “a educação física é parte de um todo e como tal não deve ser nem subestimada, nem superestimada, mas estimada.”³³⁷

Pelo exposto, tem-se a percepção do exagero que as regulamentações, especialmente aquelas promulgadas na gestão de Capanema, imprimiram ao desenvolvimento da Educação Física no contexto escolar, as quais, dado o contexto bélico

³³⁴ Artigo 1º da Portaria nº. 14 de 26 de janeiro de 1940. In: Id. Ibid.

³³⁵ Item II da Portaria Ministerial nº. 467, de 16 de julho de 1943. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

³³⁶ DOCUMENTÁRIO do Primeiro Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1944. (CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS).

³³⁷ Id. Ibid.

em que foram formuladas, visaram projetá-la como o meio legítimo para, nas palavras de Cantarino Filho, “adestrar fisicamente o jovem com o objetivo de defesa nacional.”.³³⁸

Tal projeto não poderia deixar de contemplar a juventude feminina, para a qual as finalidades da Educação Física Escolar, embora também balizadas pela vertente utilitária para a constituição de um organismo forte e saudável, eram direcionadas na perspectiva de torná-la apta a gerar filhos fortes e saudáveis.

Arelados ao discurso eugênico prevalente nas décadas de 1930 e 1940, esses preceitos eram condizentes com a crença na potencialidade da Educação Física no aperfeiçoamento da raça.

As referências a esse respeito vão se fazer constantes nos governos Vargas, sobretudo durante o regime ditatorial, quando as proposições de cunho eugênico são exacerbadas e colocadas como condição premente para o “o progresso da pátria”. Tal preocupação é explicitada pelo próprio Vargas ao dizer que: “É inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações”.³³⁹

A “pronta solução” não demoraria a ser anunciada por Vargas, quando ao fazer menção à recente criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos como um dos importantes estabelecimentos que foram acrescentados à Universidade do Brasil, atribui a ela a finalidade de “(...) preparar mestres de cultura física, que, disseminados pelo país, possam desenvolver o gosto pelos cuidados do corpo e da saúde, com o fim de melhorar a resistência da raça”.³⁴⁰

A relação estabelecida entre a Educação Física para mulheres e o aperfeiçoamento da raça aparece nitidamente na citação de um texto da *Revista Educação Physica* do ano de 1942:

Quanto mais nos aprofundarmos nos estudos referentes a eugenia da raça (...) mais nos compenetrarmos da importância capital da educação física feminina (...) É que a mulher tem uma responsabilidade muito maior no destino da espécie, no melhoramento da raça, na organização de um futuro melhor para o homem (...) É em face da procriação que avulta a importância da Educação Física para a mulher (...) para dar à espécie filhos são e filhos fortes.³⁴¹

³³⁸ CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro, op. cit., p.176.

³³⁹ Id. Ibid., p.56.

³⁴⁰ “A atualidade Brasileira e a solução dos seus problemas”. In: VARGAS, Getulio, Vol. 7, p.81-82.

³⁴¹ LOYOLA citado por GOELLNER, op. cit., p.65-66.

Além do propósito eugênico, é patente também a preocupação com a iminência de um conflito bélico, diante do panorama mundial que se instalou com a II Guerra Mundial. Conjecturam-se, assim, papéis sociais de homem e de mulher extremamente definidos e diferenciados, nos quais os homens deviam receber preparação para o combate propriamente e as mulheres a preparação para a geração de filhos fortes e saudáveis, quer seja para o confronto bélico quer seja para o trabalho na nascente indústria brasileira, particularmente no estado de São Paulo.

A educação física da jovem não somente prepará-la-á para uma sadia maternidade física, mas fará dela uma mãe moralmente forte e corajosa, capaz de educar seus filhos de forma a tornarem-se moralmente fortes e corajosos. (...) A educação física faz, portanto, parte integrante da educação geral do indivíduo, contribuindo de modo eficaz e decisivo para formar com a saúde física e moral do indivíduo, a saúde física e moral da Nação³⁴²

A citação transcrita a seguir se refere ao trecho de uma conferência proferida pelo tenente coronel Ari Maurell Lobo, o qual, expondo o que se espera da mulher em um tom claramente doutrinário, revela o teor deste pensamento:

(...) Se a mulher não escreve epopéias, se não faz as obras dos homens de gênio, é porque tem uma função muito mais eminente: a de formar exatamente êsses homens de gênio. A mulher é muito mais terna, mais simpática e mais pura que o homem. Os três instintos altruísticos: amor aos iguais, veneração aos que parecem superiores, amor aos que carecem de proteção – na mulher são muito mais desenvolvidos do que no homem (...)³⁴³

Essa diferenciação de papéis entre homens e mulheres se manifesta concretamente na legislação educacional do Ministério Capanema, que, no documento que regulamenta a Reforma do Ensino Secundário de 1942, destinou um item para tratar exclusivamente do “Ensino Secundário Feminino”, determinando que este se faça preferivelmente em “estabelecimento de ensino de exclusiva frequência feminina”, ou ainda que em escolas mistas, que se providencie a formação de classes exclusivamente femininas.³⁴⁴

³⁴² FOÁ, Carlo, O ensino da fisiopatologia para professores e médicos especializados em educação física. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.221.

³⁴³ Conferência pronunciada perante a assembléia do Clube das Mulheres Jornalistas em 20 de abril de 1943 sob o título: O Brasil espera que a mulher cumpra o seu dever. In: Conferências de Doutrinação do Tenente Coronel Ari Maurell Lobo. *Estado Nacional Regime Getuliano Ditadura Republicana*. Prefácio Ministro Viriato Vargas. (CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS).

³⁴⁴ Título III do Decreto-Lei nº. 4.244, de 09 de abril de 1942. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

A normatização gerou muitas controvérsias, principalmente por acarretar a elevação dos custos com o ensino, decorrente da demanda de recursos humanos e de infraestrutura que ela gerou. As discussões tomaram um vulto cada vez maior e dividiram opiniões entre os admiradores e defensores da teoria de divisão de papéis entre homens e mulheres e as instituições de ensino privado que se sentiam prejudicados financeiramente e se posicionavam ostensivamente contra a regulamentação. O trecho de um documento citado abaixo ilustra esta situação:

É contra esta medida (...) que se articulam agora protestos de proprietários de estabelecimento de ensino. À falta de ajustes doutrinatórios, manejam com uma razão de ordem prática, ou seja, a dificuldade dos dias que passam, e o custo elevado do ensino. As classes diferenciadas aparecem assim impraticáveis, pois nem sempre há o número suficiente de alunos do mesmo sexo para enchê-las.³⁴⁵

A evolução dos protestos culmina na publicação de uma Portaria Ministerial em 27 de março de 1943, alegando serem “motivo relevante as dificuldades de natureza econômica” reivindicadas pelos diretores de estabelecimento secundário, determina que a educação das mulheres, em classes exclusivas nos estabelecimentos de frequência mista, deixe de vigorar.³⁴⁶ No entanto, ainda prevaleceu o primeiro item do artigo, que sugere como “preferível” que a educação secundária feminina seja realizada separadamente da dos homens, assim como permaneceu a crença nas virtudes desta medida.

O relato da Sr^a. Cleide a respeito do seu ingresso no curso ginásial em 1952 assinala o ideal de educação feminina postulado pela Reforma Capanema:

(...) eu fui fazer o ginásio no colégio das freiras no Colégio São Carlos (...) que tinha só meninas (...) O Colégio São Carlos era estritamente feminino, menino não entrava, não tinha menino naquela época. As meninas que moravam na região da Araraquarense, Analândia, Brotas, Itirapina, onde não tinha escola de... ginásio, (...) então elas vinham pra São Carlos estudar no colégio das freiras porque moça casadora estudava em colégio de freira, famílias que queriam que as meninas tivessem uma educação mais requintada estudavam em colégio católico, né? (...)

Tais delimitações acabaram por determinar objetivos específicos para o ensino das mulheres, que, durante a década de 1940, se conjecturou atribuírem à figura da “mulher-mãe” a função primordial de gerar filhos fortes e saudáveis e zelar pela sua formação física e moral, reservando a ela o espaço privado do lar como o lugar por excelência de

³⁴⁵ Documento de autoria desconhecida referenciado como pertencente ao Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

³⁴⁶ Portaria Ministerial nº. 222, de 27 de março de 1943. CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

concretização desta tarefa. Não sem razão, a referida reforma estabeleceu que a “orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar.”³⁴⁷

Esses apontamentos são relevantes também porque ressaltam os valores e os princípios que, de modo conjuntural, regiam o pensamento acerca do papel da mulher na sociedade neste período, cujo teor é expresso pela Sr^a. Cleide ao indicar a opção do seu grupo de amigas ao terminarem o curso ginasial: “(...) todas fizeram o curso normal e todas se casaram em seguida. Na época, até a gente chamava o curso normal de ‘espera marido’. E eu falava: ‘Eu não quero fazer espera marido’”.

Através de uma descrição minuciosa, a entrevistada esclarece do que se tratava o curso “espera marido”:

(...) Era um curso assim de cozinha, de culinária, de bordado, roupinhas de nenê. Elas faziam o curso de normalista ou no Instituto ou no Colégio São Carlos e à noite quem queria se esmerar, ser uma ótima esposa, uma ótima dona de casa, ia na Industrial fazer esse curso de “espera marido” (...) Então, isso tudo era a educação que a gente recebia (...) você não saberia tomar conta da sua casa, você não seria uma boa esposa, uma boa dona de casa se você não soubesse fazer.

Tais premissas eram disseminadas no cotidiano escolar através de textos e rotinas didáticas norteadas por instruções pedagógicas diferenciadas previstas para a educação feminina e masculina:

(...) Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria (...) Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens da nação, os heróis da vida civil e militar (...) ³⁴⁸

No entanto, o estudo de Silvana Vilodre Goellner, com base nos dados quantitativos de mulheres e homens que, tendo concluído o ensino secundário, ingressaram no ensino superior na década de 1940, constata que as ações visando estabelecer uma formação diferenciada para as mulheres não favoreceram a elas inserirem-se em processos de

³⁴⁷ Artigo 25, Título III do Decreto-Lei n°. 4.244, de 09 de abril de 1942. In: NÓBREGA, Vandick Londres, op. cit.

³⁴⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit, p. 25.

formação continuada; tampouco trouxeram reais possibilidades de “emancipação social, intelectual e econômica”, uma vez que:

A maneira como são elaborados os planos educacionais e os currículos das escolas femininas acaba por promover a prosperidade da economia nacional e a estabilidade social e política do país porque combinam ao mesmo tempo educação moral e disciplina social legitimando para as mulheres a tarefa de civilizar, elevar e redimir o mundo, não transformá-lo.³⁴⁹

Ao relembrar seus tempos de infância na escola primária, a Sr^a. Cleide traz em sua fala elementos reveladores acerca da distinção da educação feminina em relação à masculina e como a primeira foi pensada e articulada no ambiente escolar. A disposição de espaços segregados e a imposição de um conjunto de brincadeiras “apropriadas” para meninas são perceptíveis em seu relato quando diz que:

Então eu me destacava porque eu era a única menina que brincava com os meninos, né? Inclusive a Dona Inocência, que era a mulher que tomava conta lá do recreio, ela ficava sempre no meu pé: “Não pode, menina fica de um lado, menino do outro, vai brincar com as meninas”. (...) E... Era incrível. As meninas... só mesmo ficavam cantando, fazendo passa avelã, que era uma brincadeira bem típica da época. Eram coisas assim mais tranquilas, brincadeiras e atividades mais calmas.

Interessante notar, no relato da Sr^a. Cleide, que o ideal de formação diferenciada para os sexos feminino e masculino impregnadas culturalmente no meio social foi disseminado de forma generalizada no contexto escolar, fazendo-se presente inclusive no ensino primário, ainda que para este nível de ensino não houvesse a exigência legal prevista para a educação secundária pela Reforma Capanema. A distinção entre os sexos neste nível de ensino pode ser constatada nas instalações dos antigos “Grupos Escolares”, como pode ser observado pelas imagens reproduzidas a seguir, nas quais se nota na fachada de um lado a inscrição “Meninas” e no outro extremo “Meninos”.

³⁴⁹ GOELLNER, Silvana Villodre. op. cit., p.70.



Fotos 6 e 7: Fachada do Grupo Escolar “Sud Mennucci” localizado na cidade de Porto Ferreira/SP com as inscrições “Meninas” na foto 6 à esquerda e “Meninos” na foto 7 à direita.
Fonte: A Autora (2009).

A diferenciação de papéis e a delimitação de objetivos específicos para a educação feminina também se fizeram presentes na Educação Física Escolar, posto que:

Ao corpo feminino, que se quer forte e saudável porque útil à sociedade ao apresentá-la com corpos igualmente fortes e saudáveis, são atribuídas diversas privações que objetivam proteger as características de sua feminilidade e preservar-lhe a fertilidade.³⁵⁰

Tais finalidades se manifestaram concretamente nas Diretrizes do Método Francês, que, ao fazer referência ao Plano de Educação Física, trata deste tema no item “Considerações sobre a educação física feminina” e, em consonância com a determinação de Capanema, para ter em vista a “missão da mulher no lar” prevê que para o sexo feminino a “educação física deve ser essencialmente higiênica”.³⁵¹

Assim, enquanto que a Educação Física Escolar era posta com tamanha ênfase para os alunos do sexo masculino, às alunas, era considerada com ressalvas para não colocar em risco a efetivação da sua “missão”. Estas premissas aparecem nas diretrizes apontadas para a disciplina pelos diretores dos estabelecimentos de ensino secundário quando alertam que:

³⁵⁰ Id. Ibid., p.69.

³⁵¹ BRASIL, op. cit. p.15/16.

A educação física não deve esquecer o Título III da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que, de modo felicíssimo, chama a atenção para as peculiaridades da alma feminina. Seria lastimável que, nos exercícios físicos e desportos, viesse por terra o cuidado que, em tôda a lei, teve V. Excia, para salvaguardar, na formação feminina, a missão da mulher, tal como a entendem a moral cristã e o espírito das mais sagradas tradições do Brasil.³⁵²

A dimensão desta limitação aparece na fala de um dos entrevistados, o Sr. Fernando que, referindo-se à maneira de conceber as atividades corporais para homens e mulheres neste contexto histórico específico, expressa as razões para tantas precauções:

O salto triplo, vi mulher saltando salto triplo. (risos) Salto com vara, um salto difícilimo! (...) Mas é... é uma atividade... pra mulher, a gente, naquela época, achava pesada, né? Inconveniente até! (...) Porque as mulheres se resguardavam e era já natural... da época, resguardar mais as mulheres. Uma atividade (...) do homem não servia pra mulher (...) Então, o levantamento de peso, por exemplo, nunca nós poderíamos imaginar que... Era só para os homens! Para as mulheres, não. E, hoje, tanto faz, homem como mulher, toda atividade. Era próprio da época mesmo. A mulher era tida assim... com mais... Era doçura, né?

Essas considerações remetem à constatação que as aulas para as alunas do sexo feminino, embora também projetadas na vertente utilitária, ou seja, no sentido de prepará-las fisicamente para cumprirem a “missão” de gerar filhos fortes e saudáveis, implicavam em um cabedal de cuidados e precauções. Isso porque, como assinala Silvana Vilodre Goellner:

No âmbito específico das práticas corporais reafirma-se o discurso de que para conduzir uma gravidez sadia a exercitação física é fundamental porque importante para construção de um organismo forte. No entanto a densidade desse “forte” é tolerada até o ponto em que não ultrapassa aqueles limites ditados por sua natureza. Forte sem deixar de ser frágil; sem invadir territórios que são construídos e vivenciados a partir de olhares e parâmetros próprios dos corpos masculinos (...).³⁵³

A ênfase na realização de atividades leves e a condenação aos exercícios de força intensos para o sexo feminino são preconizadas pelo Método Francês e se justificam na afirmação “A mulher não é constituída para lutar, mas para procriar”, portanto “qualquer exercício que seja acompanhado de pancadas, de choque e de golpes é perigoso para o

³⁵² PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO E COMERCIAL, 1944, Rio de Janeiro. Documentário. Rio de Janeiro, 1944. (CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS).

³⁵³ GOELLNER, Silvana Vilodre, op. cit., p.71.

órgão uterino” e segue: “convém que, tratando-se dela, os exercícios contribuam para o desenvolvimento normal da bacia”.³⁵⁴

Na foto reproduzida a seguir, nota-se a presença exclusiva de meninas em uma aula de Educação Física realizada na instituição em que a Sr^a. Cleide estudou. Outro detalhe a ser observado é a natureza minimamente intensa da atividade desenvolvida pelas alunas, cujos movimentos balanceados e cadenciados esboçam delicadeza e graciosidade.



Foto 8: “Ginástica” realizada na Escola Estadual Dr. Álvaro Guião na cidade de São Carlos/SP, na década de 1950.

Fonte: Acervo Iconográfico da Biblioteca da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião.

Tais considerações acerca do corpo feminino explicitam a necessidade de circunscrever as práticas corporais da mulher a uma funcionalidade coletiva redimindo a potencialidade de tais atividades para a satisfação individual, pois a mulher tinha de manter-se saudável não para o seu próprio bem-estar, mas para ser uma boa geradora de homens fortes que representariam a pátria.

Neste sentido, Lino Castellani Filho, fazendo referência a intelectuais proponentes de atividades ginásticas distintas entre homens e mulheres e às legislações no âmbito da Educação Física e do Esporte³⁵⁵ concernentes, aponta que:

³⁵⁴ BRASIL, op. cit. p.15/16.

³⁵⁵ Dentre todas que o autor analisa, cabe neste estudo destacar o Decreto-Lei nº. 3199 de 14 de abril de 1941 cujo artigo 54 determina que: “*As mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as*

(...) além de oportunizarem aos homens, maiores possibilidades de se desenvolverem em destrezas físicas, acabaram por reforçar o pensamento dominante acerca do papel da mulher na sociedade brasileira, qual seja, aquele que, ao ventilar a urgência de prepará-la fisicamente para a maternidade, estigmatizou sua imagem, associando-a quase que somente à idéia de mãe.³⁵⁶

Embora as lembranças narradas pela Sr^a. Loyde e pela Sr^a. Cleide denotem um universo significativo de experiências envolvendo as práticas corporais, principalmente as esportivas, isso não significa que as entrevistadas, mesmo a Sr^a. Cleide que teve suas experiências com o esporte décadas depois da Sr^a. Loyde, não tenham passado por dificuldades para driblar o cenário restritivo e limitado que permeava a participação das mulheres nestas atividades.

A Sr^a. Cleide narra duas situações que ilustram tais considerações. Uma delas ocorreu na ocasião em que sua equipe foi vitoriosa em uma competição de basquetebol da qual participou na cidade de Sorocaba:

E lá em Sorocaba nós fomos fotografadas porque o time de São Carlos era muito bom, masculino e o feminino e eu saí no jornal. Você imaginou uma criança de treze anos sair no jornal. Segunda-feira eu fui pro colégio o que eu faço? Levo a minha fotografia do jornal! Quando eu estou mostrando, contando as maravilhas do campeonato para as colegas, a freira me pega: “O que você tá fazendo? O que é isso?” E pegou a fotografia, pegou meu papel de jornal, meu recorte de jornal. Rasgou, jogou fora e falou que era uma imoralidade a minha roupa. Porque eu estava de pernas de fora. Eu estava de calção.

A reação das freiras não poderia ser outra, uma vez que traduzia o posicionamento da Igreja Católica expresso nas críticas dirigidas à Divisão de Educação Física e encaminhadas para Getúlio Vargas em 1940 pelos bispos do Estado de São Paulo, os quais, segundo Horta, condenavam “(...) os trajes contrários ao pudor; as exhibições públicas de ginástica feminina com assistência de homens; os exercícios femininos de natação com qualquer assistência (...)”.³⁵⁷

Um indício dessa constatação aparece no relato da Sr^a. Loyde quando diz: “eu precisei pedir pro meu pai pra eu entrar numa piscina na rua Jaguaribe”, contando sobre a ocasião em que precisava aprender a nadar para se submeter às provas de ingresso ao curso

condições de sua natureza, devendo para este efeito o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.”. In: CASTELLANI FILHO, Lino. op. cit., p.61.

³⁵⁶ Id. Ibid., p.60.

³⁵⁷ HORTA, José Silvério Baía. op. cit., p.71.

de Educação Física, ou seja, por ser mulher só poderia participar das aulas de natação com o consentimento dos pais.

A inserção reduzida das mulheres no campo das atividades esportivas é observada quando a Sr^a. Cleide conta sua experiência como cronometrista de futebol de salão na década de 1960, como algo surpreendente e inédito:

Aí eu aprendi a jogar futebol de salão também, aprendi a jogar futebol de salão com meu irmão, então eu era a bambã do futebol de salão no clube. (...) Com essa história do futebol de salão, eu acabei eh ainda no colegial eu fui convidada pra fazer um curso porque precisava de cronometrista, precisava de árbitros e um dia entrei num curso de cronometrista de futebol de salão. Isso em sessenta e um (...) eu fui a primeira cronometrista de futebol de salão. Você vê? (...) Uma coisa assim incrível, né? (...) inédita! Bom, daí saiu na Gazeta Esportiva que era um jornal famoso na época e tinha uma revista da Gazeta Esportiva, eu saí na Gazeta Esportiva.

Silvana Vilodre Goellner menciona que, na perspectiva da mulher-mãe, configura-se a prescrição de atividades corporais “autorizadas” para a mulher (ginástica) circunscrevendo suas práticas corporais a espaços determinados (privado - lar) e a tempos previstos (entre as tarefas do lar) distanciados daqueles exclusivamente masculinos (futebol – público - rua). “Delimitam-se, pois, domínios sociais através de códigos sexuais”.³⁵⁸

Esta diferenciação de atividades corporais também se fez presente na Educação Física Escolar, pois, como lembra a Sr^a. Cleide, no ginásio “(...) só se jogava volibol, que era jogo feminino. Volibol era jogo de menina, basquete era jogo de menino”.

A existência das aulas separadas por sexo é corroborada pela forma recorrente com que aparece nas lembranças de todos os entrevistados, que, ao relatarem suas experiências, trazem à tona a dinâmica exclusivamente dicotômica das aulas, como sugere o Sr. Edson ao fazer menção às “turmas femininas” referindo-se à participação tardia das meninas em relação aos meninos nas demonstrações de ginástica, quando diz que “As turmas femininas só começaram a participar dessas demonstrações bem mais tarde”.

Um detalhe que merece atenção é destacado pela Sr^a. Cleide, que, ao se recordar de sua vivência no ensino colegial, enfatiza que em nenhuma outra aula havia separação de gêneros, portanto: “(...) só na Educação Física eram separadas, as meninas faziam de um lado, os meninos do outro”.

³⁵⁸ Id. Ibid., p.97.

Este apontamento é particularmente significativo para se pensar por que, tratando-se de uma instituição de ensino misto, a co-educação viabilizada nos demais componentes curriculares, permaneceu ignorada durante décadas na Educação Física Escolar, já que a fala da entrevistada remonta à sua vivência nos anos de 1960. Não se pode negar, portanto, que a segregação espacial e temporal entre os sexos masculino e feminino, herança desse período histórico, se perpetuou nas aulas dessa disciplina. Uma das razões talvez possa estar relacionada ao fato de seus propósitos, longe de se caracterizarem como educacionais, se consolidaram tendo como pressupostos a perspectiva utilitária.

As lembranças dos entrevistados indicam, inclusive, a designação de professores de gênero correspondente à turma de alunos, pois, como esclarece o Sr. Walter: “As professoras davam aula para as meninas e... os professores para os meninos (...) No Estado também as aulas eram separadas (...)”. Em compasso com essa afirmação, o Sr. Fernando também afirma que, quando era aluno, se recorda que “Tinha uma professora pras moças e um professor pros rapazes.”.

Tal prática era, inclusive, regulamentada pela Divisão de Educação Física, uma vez que, dentre as prescrições cuja “fiel observância” o órgão solicita dos estabelecimentos de ensino está a recomendação para que “da Educação Física feminina devem ser incumbidas, de preferência, professoras”³⁵⁹. Posteriormente, essa medida aparece como um dos requisitos que os estabelecimentos de ensino secundário deveriam atender para pleitear parecer favorável nos processos de inspeção preliminar a fim de terem seu funcionamento autorizado ou regularizado oficialmente. Essa exigência vem somada à de professores especializados em cursos superiores na área: “Os estabelecimentos masculinos possuirão professores de Educação Física; os femininos, professoras e os mixtos professores e professoras”.³⁶⁰

A vivência no ensino ginásial narrado pelo Sr. Hudson coaduna com as falas acima, pois, ao comentar acerca das aulas serem desenvolvidas separadamente para turmas masculinas e femininas, o entrevistado destaca os professores responsáveis pelas respectivas turmas:

(...) Tinha o professor Mezacapa e tinha uma professora também que foi muito minha amiga, eu gostava muito dela e as alunas também, era a professora Maria de Abreu. Maria de Abreu era uma professora modelo na cidade, e as meninas

³⁵⁹ Circular nº. 3.055, de 2 de junho de 1938. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.489.

³⁶⁰ MARINHO, Inezil Penna. Que exigências devem satisfazer, quanto a educação física, os estabelecimentos que desejam obter a inspeção preliminar? PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.78.

tinham fortes equipes, era um negócio muito forte que a gente tinha lá na parte de Educação Física.

Esta constatação encontra respaldo nos relatos de todos os entrevistados homens, enquanto que, nas experiências das mulheres, tal unanimidade é quebrada apenas pelo relato de uma das entrevistadas. A Sr^a. Loyde também menciona que as aulas de Educação Física “(...) era separado. Meninas e meninos”, porém, ao contrário do que indicam os demais entrevistados, suas aulas foram em grande parte ministradas por professores de Educação Física de sexo oposto, no caso, masculino:

E os professores eram ótimos, mesmo os homens. Uma vez, no finzinho eu tive uma (...) Rute, Rute Queiroz Teles (...) Então foi a única professora que eu tive assim como aluna no ginásio, mas por muito pouco tempo, porque o maior tempo foi sempre professor.

Um outro aspecto que se fez notar na reforma Capanema é que, apesar de a Educação Física ainda não aparecer no currículo da educação secundária enquanto disciplina, ela recebe a designação de “prática educativa”, o que denota um entendimento mais abrangente que ultrapassa sentido restrito do termo “exercícios de educação física” utilizado na reforma anterior realizada por Francisco Campos.

Isso faz pensar que, dado o formato doutrinário que Capanema imprimiu à reforma, como explicitado na “Exposição de Motivos” da Lei Orgânica do Ensino Secundário mencionados anteriormente, as finalidades da Educação Física teriam que ser no mínimo revistas, no sentido de ampliar suas ações para além da prática de exercícios com fins de adestramento. Nesse sentido, foi necessário adicionar um ingrediente a mais: dotar a Educação Física do potencial “educativo”, para funcionar como mais um agente propagador do ideário cívico-patriótico no interior das escolas.

A intenção de revesti-la do potencial educativo voltado à introjeção do ideal cívico e patriótico encontrou respaldo na área, como pode ser observado no trecho do discurso proferido pelo capitão Horácio Candido Gonçalves, representante da Escola de Educação Física do Exército, por ocasião da Sessão Solene de Inauguração do Primeiro Congresso Paulista de Educação Física:

Cuidar da educação física das novas gerações do Brasil é obra de sábia política educacional, de sadio nacionalismo e do maior patriotismo! (...) Como fator de nacionalismo a educação física oferece as melhores oportunidades para a

exaltação dos sentimentos cívicos latentes em nosso povo, que dará força e sentido à alma nacional.³⁶¹

A consagração dos ideais patrióticos postulados pelo regime ditatorial de Vargas tinha, nos constantes eventos cívicos realizados no período, seu momento apoteótico. Nesta perspectiva, durante o governo Vargas não faltaram celebrações cívicas, especialmente no Estado Novo, período no qual se verifica a exacerbação desses eventos.

No tocante às intenções governamentais subjacentes à realização sistemática dessas manifestações cívicas, o trecho de uma entrevista concedida por Getúlio Vargas, publicada no jornal alemão *Lokal Anzeiger*, é bastante elucidativa:

- Há alguns dias, vi desfilar perante V. Exa. a mocidade. Quais os sentimentos, sr. Presidente, que animam V. Exa. olhando para esses meninos e essas meninas na flor da idade, que representam, certamente, o futuro do Brasil?
- O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo (...) É necessário formar nessas crianças e nestes adolescentes a mentalidade capaz de levar o país aos seus destinos (...) com o espírito tradicional da nacionalidade (...) A essa necessidade correspondem os artigos da nova Constituição sobre a matéria educativa, orientando-a no sentido essencialmente cívico e nacionalista”³⁶²

A efetiva participação das escolas nos desfiles, inclusive com a exibição de exercícios ginásticos, também é ilustrada pelo colunista Affonso Romano de Santa’anna ao relatar uma cena protagonizada por ele no ano de 1944:

Houve um tempo em que havia esse ritual que mobilizava todas as cidades – a parada (...) Os colégios da cidade entravam numa disputa para ver quem mais brilhava com bandeiras, bicicletas, flâmulas e ginastas (...) O fato é que eu marchei diante do ditador. Perninhas finas, cabeça grande, espanto e ingenuidade nos olhos, sete aninhos, e lá vou eu de tênis e uniforme azul e branco, aluno do Grupo Escolar “Fernando Lobo” (...) marchando diante do palanque em que estava Getúlio Vargas.³⁶³

A preocupação do ministro Capanema em garantir que a Educação Física Escolar despertasse nos alunos os “sentimentos cívicos latentes” se revela na inclusão dos desfiles como uma das atividades a serem ministradas pelos professores no “Programa de Educação

³⁶¹ Discurso proferido pelo capitão Horácio Candido Gonçalves, representante da Escola de Educação Física do Exército por ocasião da Sessão Solene de Inauguração. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.18.

³⁶² Entrevista publicada em Berlim, a 20 de dezembro de 1938. In: VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil – Realizações do Estado Novo (1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939). Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 156.

³⁶³ SANT’ANNA, Afonso Romano de. Também marchei para o ditador. In: *Imagens da Era Vargas: artigos, fábulas e memórias*. São Paulo: SESC, 2004, p.27.

Física” (ver figura 2), que se mostrou o diferencial do programa implementado por Francisco Campos.

Os desfiles são lembrados pelos entrevistados por ocasião da participação nas festividades cívicas da “Semana da Pátria”, ocorrendo concomitantemente às demonstrações de ginástica e às competições esportivas estudantis, como conta a Sr^a. Loyde, quando frequentava o curso ginásial do ensino secundário em meados da década de 1940:

Todo ano, na semana da pátria, havia desfile escolar e as escolas públicas todas e do interior também vinham pro campeonato colegial e tomavam parte da demonstração, era lindo, lindo (...) no Mackenzie havia todos os anos demonstração de Educação Física e eram lindas as demonstrações, todo ano tinha no campo de futebol.

Observa-se, neste período, o empenho considerável de Vargas em decretar a instauração de datas comemorativas, dentre as quais destaca-se a “Semana da Pátria”. O registro, dia a dia, dos acontecimentos era publicado no periódico “Ilustração Brasileira”, em uma seção exclusivamente dedicada ao assunto como ilustrado nas imagens reproduzidas a seguir:



Figura 3: Reportagem “A Semana da Pátria” e a sequência de eventos comemorativos da semana da Independência realizados no Rio de Janeiro, Capital Federal, os quais contavam com a presença de Getúlio Vargas.

Fonte: Periódico *Ilustração Brasileira*. Ano XXI. nº 101, setembro de 1943.(CPDOC/FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS)



Figura 4: “A Semana da Pátria”.

Fonte: Periódico *Ilustração Brasileira*. Ano XXI. nº 101, setembro de 1943.(CPDOC/FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS)

As imagens revelam além, da numerosa quantidade de eventos que envolviam a semana, o enorme contingente de pessoas que se concentravam nas celebrações. O registro iconográfico reproduzido na página seguinte, corresponde ao chamado “Desfile da Juventude” realizado na avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, na época a capital federal, que contava com a presença do presidente Getulio Vargas, e que é revelador da magnitude dos eventos cívicos realizados comumente nas celebrações da Semana da Pátria.

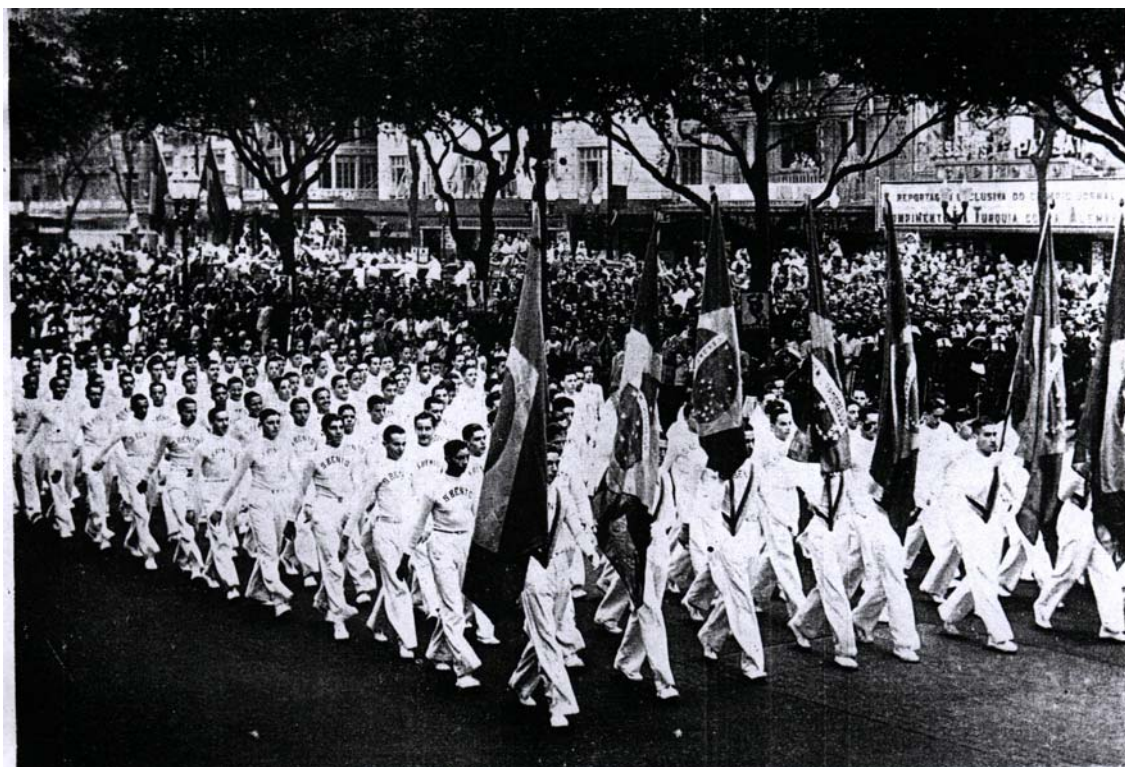


Foto 9: “O Desfile da Juventude nas comemorações da Semana da Pátria”.

Fonte: Ilustração Brasileira. Ano XXII, nº. 113, Setembro, 1944. (CPDOC/FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS)

O “Desfile da Juventude”³⁶⁴, de forte apelo nacionalista se consagrava como o momento de divulgar os princípios de disciplina e de ordem - bem como de culto aos símbolos nacionais - que emanavam dos jovens em marcha empunhando a bandeira do Brasil, seguidos pelos demais estudantes simetricamente posicionados que vinham logo atrás. No relato do periódico “Ilustração Brasileira” transcrito a seguir, é possível observar que a celebração e, particularmente, o desfile se caracterizavam como um espetáculo à população:

Nota de extrema vibração cívica, que ofereceu ao público da cidade um espetáculo imponente, foi o grande desfile da Juventude escolar perante o Presidente da República. A Avenida Rio Branco, onde a grande parada estudantil se realizou, viveu horas de agitação patriótica, tendo sido uma das mais belas comemorações da “Semana da Pátria”.³⁶⁵

³⁶⁴ A Juventude Brasileira entidade submetida aos Ministérios da Educação e Saúde e da Guerra, teve sua base organizacional estabelecida em 1942, na qual se preconizou que os alunos das escolas primárias comporiam a Ala Menor, enquanto que os jovens das escolas secundárias fariam parte da Ala Maior. Como expressão máxima do ideal nacionalista do Estado Novo, a entidade encarnava os preceitos que Vargas pretendia que fossem absorvidos por toda a população. Isto explica a razão da entidade ser exaltada nestas cerimônias cívico-nacionalistas de grandes proporções, nos quais, a ela era reservado um espaço significativo de demonstração deste ideário. SILVA, Marinete dos Santos. op. cit.

³⁶⁵ O “Desfile da Juventude nas comemorações da Semana da Pátria. *Ilustração Brasileira*. Ano XXII. nº 113, setembro de 1944. (CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS).

A expectativa dos entrevistados em torno da participação nos eventos comemorativos da “Semana da Pátria” realizados na cidade de São Paulo, que lhes rendia aventurarem-se em viagens com a turma de amigos, ocupa um espaço privilegiado no processo de rememorar as histórias da Educação Física na época em que eram alunos, como demonstra o relato da Sr^a. Cleide:

(...) Campeonato colegial foi importantíssimo para o surgimento de grandes atletas. Então as cidades eram projetadas através das Escolas e na semana da pátria ia todo mundo pra São Paulo tinha o campeonato durante o ano e... quem ia ganhando as etapas que era regional e os que se classificavam iam pra fase estadual. Lá ficavam alojados no Pacaembu, então você imagina isso nos anos cinquenta a meninada ir pra São Paulo de trem tudo pago pelo governo participar do campeonato estadual colegial. Olha que maravilha! Não é?

Em compasso com esta descrição, o Sr. Hudson narrar sua participação nestes eventos quando aluno do ensino secundário:

(...) quando eu estava na segunda série, fui convidado pelo professor Eduardo, pra vir pra São Paulo pra fazer a demonstração de ginástica no Pacaembu durante o campeonato colegial, cujas finais aconteciam na Semana da Pátria aqui em São Paulo.

O relato do Sr. Hudson é revelador da quantidade de atividades destinadas à juventude escolar que eram conjugadas nas comemorações cívicas da “Semana da Pátria”, pois, além de envolver os alunos que disputavam os campeonatos esportivos, envolviam também os alunos que participavam das demonstrações de ginástica, conforme também assinala a Sr^a. Cleide:

E... ainda tinha também, pra abertura desse campeonato que durava uma semana, uma demonstração de ginástica, então as vezes até as cidades do interior levavam um grupo pra participar da demonstração. Você treinava o roteiro da demonstração, a professora treinava as meninas na cidade, vinha com música e coreografia, quando chegava em São Paulo, juntava com os outros grupos e participavam. Meninos e meninas tinham essa oportunidade. Então era uma maravilha, isso era um incentivo pras crianças, pros jovens.

O Sr. Edson explicita detalhadamente como eram organizadas essas manifestações em sua época de estudante do ensino secundário no Ginásio Estadual de Lins:

As escolas estaduais do interior do Estado de São Paulo recebiam todos os anos, um plano de demonstração de ginástica rítmica para treinarem e se apresentarem no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, durante a semana da Pátria. Nós éramos selecionados pelo nosso professor e treinávamos durante o horário das aulas de

Educação Física o referido plano. Quando chegava na semana da Pátria, vínhamos de trem para São Paulo onde, na estação da Luz já havia um ônibus enviado pelo DEF [Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo] para levar-nos ao Estádio do Pacaembu, onde ficávamos alojados. Lá, o professor Boaventura, responsável pela demonstração determinava um aluno do terceiro ano da Escola de Educação Física para assumir a turma e, a partir dali, começávamos os treinamentos até o dia da demonstração no dia 7 de setembro.

Como destacado pelo Sr. Edson, a participação dos alunos nas festividades da “Semana da Pátria” contava com a organização do Departamento de Educação Física do Estado (DEF), cujo envolvimento em promover as demonstrações de ginástica, bem como os campeonatos esportivos remonta aos primórdios da instituição constando no regimento do órgão como uma das competências a ele atribuída.³⁶⁶

Em 1939 o então interventor federal do Estado de São Paulo Adhemar de Barros reforçando as ações do Departamento de Educação Física do Estado decretou que o mesmo: “(...) promoverá a educação física, bem como, através desta, a educação moral e cívica, de todas as crianças e adolescentes do Estado de São Paulo.”.³⁶⁷

Para a consecução imediata das ações previstas no decreto, o interventor federal solicita a colaboração de todas as organizações esportivas e culturais, instituindo, inclusive, isenção de impostos às instituições esportivas que cederem seus espaços para os trabalhos do DEF.

No ano de 1946, o DEF aparece envolvido com a realização de um destes eventos, como se observa no excerto de uma reportagem publicada no Jornal O Estado de São Paulo:

O Esporte Clube Pinheiros organizou para hoje e amanhã e dias 6 e 7 corrente sob patrocínio do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo os Jogos Abertos Colegiais comemorativos da Semana da Pátria (...) No dia 7, com a presença de altas autoridades civis e militares serão realizadas a solenidade de encerramento e a entrega dos prêmios aos vencedores.³⁶⁸

Pelo exposto acima é possível perceber a dimensão dos campeonatos esportivos escolares como um acontecimento de notoriedade na cidade de São Paulo. A reportagem

³⁶⁶ O Decreto nº 6.583, de 1 de agosto de 1934 em seu artigo 1º institui que: “Ao Departamento de Educação Física, restabelecido pelo Decreto nº. 6.440, de 16 de maio de 1934, compete: m) organizar e patrocinar provas e demonstrações de ginástica e esportes, assim como concursos de eficiência física nos estabelecimentos de ensino”. Fonte: Centro de Documentação histórica da Escola de Educação Física e Esportes da USP.

³⁶⁷ Decreto nº. 10.243, de 30 de maio de 1939. “Dispõe sobre a educação física no Estado”. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Vol.2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1939. p.338.

³⁶⁸ JOGOS abertos comemorativos da Semana da Pátria. *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1946.

indica ainda a participação de vinte colégios, entre instituições públicas e particulares, os quais inscreveram um total de 1.585 alunos.

Percebe-se o vulto que os campeonatos esportivos, bem como as demonstrações de ginástica envolvendo os escolares tomaram ao longo dos anos e faz pensar acerca das intenções subjacentes a tamanho investimento do governo estadual nestas duas atividades, principalmente na estratégia de conjugar o encerramento do Campeonato Colegial de Esportes do Estado de São Paulo às festividades cívicas da Semana da Pátria.

A imagem reproduzida a seguir mostra a formação para a demonstração de ginástica e como informa a legenda, acontece por ocasião de um campeonato esportivo realizado em âmbito regional, o que remete às considerações feitas pelos entrevistados acerca da sua efetivação atrelada a eventos esportivos.



Foto 10: “Primeiro Campeonato Inter-Colegial de Educação Física, realizado na cidade de Santos, no Estado de São Paulo.”

Fonte: MARINHO, Inezil Penna, op. cit.

Outro aspecto em comum com as falas se refere à participação exclusivamente masculina, o que corrobora as asserções sobre as demonstrações ocorrerem separadas por sexo, como a do Sr. Walter, que, ao registrar sua participação nestes eventos no ensino secundário na Escola Estadual São Paulo, ressalta que na época havia “a ginástica coletiva dos meninos, dos alunos e a ginástica coletiva das alunas, era no Pacaembu e encerrava o campeonato colegial na semana da pátria. (...)”.

É possível notar, na foto 10, a numerosa quantidade de alunos envolvidos e, considerando-se tratar-se de um evento local, tem-se a idéia da magnitude das exibições no Estádio Municipal do Pacaembu, quando ali se concentravam estudantes e professores do estado de São Paulo inteiro.

O Sr. Hudson traz informações valiosas a esse respeito, quando descreve, entusiasmado, uma das demonstrações de ginástica de que participou no ano de 1947, quando cursava o segundo ano ginásial:

(...) Então a gente vinha o grupo era de 24 alunos pra essa apresentação, os que participavam das equipes desportivas tinham também que aprender as séries de exercícios. Era uma magia sabe? Porque era uma média de 1500 rapazes e 1800 moças no Pacaembu... durante uma semana alojados. Então era uma coisa de muita ordem, os jogos, os desportos coletivos, os desportos individuais como o atletismo e a natação...

O contentamento em participar das demonstrações de ginástica expresso pelo Sr. Hudson é compartilhado pela Sr^a. Cleide que, inclusive, faz uma descrição detalhada da preparação e execução das atividades:

E era respeitadíssimo, o Pacaembu lotado, aquela meninada toda cantando o hino nacional. Mas se cantava com orgulho. No campo estavam os alunos que iam fazer demonstração e na arquibancada os alunos que iam competir nas diversas modalidades na semana da pátria. Cada um com uniforme da sua escola, com a bandeira da sua escola cantando o hino nacional ninguém piscava, ninguém se mexia. (...) E se ficava parado como se nós fôssemos soldadinhos. Era militar, uma coisa assim regime militar.

O relato acima é revelador do caráter cívico de tais atividades, principalmente quando a entrevistada faz menção à sequência de rituais e elementos simbólicos que, em seu cerne, objetivam a interiorização de sentimentos de apego e devotamento à pátria. Aliás, ao descrever o comportamento esperado dos alunos no momento de cantar o Hino Nacional, evidencia-se que mais do que interiorizar tais sentimentos, cabia aos alunos expressá-lo; para tanto “se cantava com orgulho”. No que se refere ao comportamento esperado pelos alunos na época, a fala da Sr^a. Cleide denota saudosismo em relação às condutas dos alunos de outrora, quando diz que: “Não é como hoje que você ouve o hino nacional onde ninguém canta, não sabe cantar (...)”.

Foi possível notar, nos relatos de todos os entrevistados, que o Estádio Municipal do Pacaembu se constituiu o palco dessas celebrações no Estado de São Paulo durante décadas, cumprindo a função conferida por Getúlio Vargas no discurso realizado por ocasião da inauguração do espaço em 1940:

É, ainda e sobretudo, este monumental campo de jogos desportivos obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação cívica. Agora

mesmo, acabámos de assistir o desfile de 10.000 atletas, em cujas evoluções havia a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das côres nacionais.³⁶⁹

Destaca-se a participação da Sr^a. Loyde no evento e que na ocasião representou a escola onde cursava o ensino ginásial:

(...) participei do Desfile de Inauguração do Pacaembu (...) Foi muito bonito. O major Silvio de Magalhães Padilha, ele era atleta também, ele que nos ensaiou. Ele ensinou a gente aquela marcha militar e ganhamos o troféu do desfile que ficou no Colégio Mackenzie.

A dimensão cívica de que tais atividades, desenvolvidas no universo da Educação Física Escolar, estavam imbuídas indica o quanto tal “prática educativa” contribuiu para o que dela esperava o ministro da Educação: a transmissão do ideal patriótico incutido na Reforma levado a cabo por ele.

A vinculação da Educação Física Escolar aos preceitos cívico-patrióticos encontrou eco entre os profissionais da área que se posicionaram favoráveis à orientação das aulas nessa perspectiva, chegando até mesmo a apoiarem a idéia propalada por Tarso Coimbra, assistente técnico da Divisão de Educação Física, para garantir a formação dos professores de Educação Física nesta direção acrescentando aos currículos dos cursos “(...) a cadeira de Educação Cívico-Moral afim de preparar o professor, não somente como educador do físico, como também do espírito”³⁷⁰. A apreciação dessas preleções é ainda mais contundente:

A comissão concorda “in-totum” com as conclusões do autor, principalmente com a inclusão do “Ensino Cívico-Moral no currículo das escolas de Educação Física, pois, que o professor egresso das mesmas terá com mais frequência oportunidade de incutir aos seus alunos, homens de amanhã, preceitos cívico-morais sugeridos pelos fatos em foco, conseguindo desse modo modificar o regimen excessivamente liberal a que estão os mesmos habituados, disciplinando-os em benefício da coletividade, uma das tarefas fundamentais do Estado Novo”³⁷¹.

³⁶⁹ VARGAS, Getulio, Vol. 7, op. cit. p.267.

³⁷⁰ COIMBRA, Tarso. Educação Física e a Juventude Brasileira. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.104.

³⁷¹ Parecer elaborado pela Comissão presidida pelo Prof. Alfredo Colombo, tendo como membros os professores Inezil Pena Marinho e Odete Pereira da Silva referente ao artigo “Educação Física e a Juventude Brasileira” de autoria de Tarso Coimbra submetido ao Primeiro Congresso Paulista de Educação Física. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.99.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A EXPERIÊNCIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

(...) Era tudo pra Educação Física (...) a gente era apaixonado, a gente era fanático, eu sempre fiz tudo com muito amor (...) muito gosto, não queixei, não abandonei, até aposentar.

(Sra. Loyde Del Nero Daiuto – 26 de setembro de 2007)

3.1 “Bota o retrato do velho outra vez”: o cenário político-educacional no terceiro governo de Getúlio Vargas

Bota o retrato do velho outra vez,
bota no mesmo lugar.
O retrato do velhinho
faz a gente trabalhar.³⁷²

Com o intuito de desvelar a trajetória histórica da Educação Física Escolar a partir das experiências dos entrevistados no percurso de formação e atuação docente, torna-se fundamental abordar o panorama político educacional do terceiro governo de Vargas, posto que os entrevistados tiveram suas vivências localizadas neste contexto. A única ressalva a ser feita se refere à Sr^a. Cleide, cujo período de formação profissional ocorreu mais tardiamente que os demais entrevistados, mas, ainda assim, inscrita na conjuntura histórica do período.

A frase que intitula este item e o trecho correspondente citado em seguida se referem à marchinha “Retrato do Velho”, que ecoou no carnaval de 1951 por todo o país e traduzia o sentimento popular de entusiasmo com a volta de Getúlio Vargas à frente do poder político brasileiro.

A vitória de Vargas nas eleições de 3 de outubro de 1950, demonstrou o quão fortalecida foi sua campanha, que contou com uma ampla base consensual sustentada pelos princípios nacionalistas e anticomunistas. Sob esse aspecto, Vargas teve o apoio de amplos setores da sociedade, desde empresários industriais e rurais, passando por grupos conservadores da sociedade, até o segmento militar, que, além de favorável ao modelo nacionalista de desenvolvimento econômico apregoado por Vargas, o viam “como um antídoto, como um freio à expansão de ideologias de esquerda”.³⁷³

A conjuntura favorável em torno da candidatura não significou, contudo, que a vitória de Vargas e, principalmente, o subsequente retorno à presidência do país ocorreriam tranquilamente e sem atropelos. Antes mesmo de assumir o cargo, os apelos dos opositores contra sua posse se fizeram ecoar na voz de Carlos Lacerda e nas tentativas da UDN (União Democrática Nacional) para impedi-la, todas em vão, pois:

³⁷² Marchinha de carnaval composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto e interpretada pelo cantor popular Francisco Alves. LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p.201.

³⁷³ D’ARAUJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D’ARAUJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999. p.101.

Depois de ter ocupado a Presidência por quase quinze anos, Getúlio a ela retornava pela primeira vez pelo voto popular (...) num contexto de polarização de forças a que não estava habituado, e no âmbito de um regime democrático cujas virtudes não reconhecia.³⁷⁴

Com relação a este último aspecto, Maria Celina D'Araújo acrescenta que Vargas, ao rejeitar qualquer dependência com o sistema partidário e postular o estreitamento das relações com o povo, deixava nítida sua postura apartidária ou antipartidária, o que não se encaixava nas tendências democráticas, posto que: “(...) destoava dos novos tempos de implantação de uma democracia parlamentar.”³⁷⁵

Somado a isso, Vargas assumiu a presidência do país tendo diante de si um quadro político dicotomizado em duas vertentes: em uma se encontravam aqueles favoráveis a um maior estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos; na os que se posicionavam contrariamente a esta aproximação, defendendo a política nacionalista.

Diante deste quadro de divergências, Vargas, assim como fez nos governos anteriores, buscou a saída da conciliação, abarcando em seu governo todos os partidos políticos, inclusive os opositores. Tal medida não anulou a possibilidade de conflito, uma vez que:

A oposição não deixou de crescer por conta desse arranjo nem a grande imprensa do país, que fora toda ela submetida à censura durante o Estado Novo se colocou ao lado do governo. Em outras palavras, buscando a coalizão máxima, Vargas não conseguiu formar blocos estáveis e previsíveis para seu governo.³⁷⁶

Apesar da instabilidade e da fragilidade na esfera política, no terreno da economia, da administração e do planejamento o período foi bastante promissor. A perspectiva nacionalista acabou sendo o fio condutor da política econômica neste período, a qual teve como premissa centrar-se na propulsão do desenvolvimento, que, nas palavras de Maria Celina D'Araújo, se constituiu a “palavra de ordem nos anos 50”³⁷⁷, tendo como diretriz fundamental a aceleração do setor industrial. No sentido de atender a essa demanda, especialmente no quesito infraestrutura, foi criado em fevereiro de 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).³⁷⁸

³⁷⁴ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 166.

³⁷⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. op. cit., p.102.

³⁷⁶ Id. Ibid., p. 104.

³⁷⁷ Id. Ibid., p.109.

³⁷⁸ Id. Ibid., p. 109; Fausto, Boris, op. cit., p. 170.

A criação da Petrobrás, considerada o marco simbólico da diretriz nacionalista, se transformou em um episódio polêmico e que contribuiu para o desgaste da imagem de Getúlio como a personificação do nacionalismo, isto porque, a princípio ele não propôs a estatização com monopólio, objeto de reivindicação desde o governo Dutra sob o lema “O petróleo é nosso”.³⁷⁹ Os debates em torno do tema se perpetuaram nos dois anos seguintes, até que, em outubro de 1953, diante da mobilização popular gerada pela campanha, a lei de criação da Petrobrás é sancionada pelo presidente, definindo-a “(...) como empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União (...)”, o que vale dizer que “Na prática, a lei consagrava o monopólio estatal do petróleo e excluía a participação de empresas estrangeiras.”.³⁸⁰

Os esforços para a implementação da política econômica visando o salto desenvolvimentista não vieram acompanhados do empenho governamental no campo educacional. A educação, ao contrário do que se observou nos dois governos anteriores, não sofreu intervenções e reestruturações, ficando no terceiro Governo Vargas, circunscrita ao plano dos debates e das discussões que vinham sendo travadas anos antes com a chegada do projeto embrionário da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao Congresso, em 29 de outubro de 1948, que somente viria a ser promulgada décadas depois, em 20 de dezembro de 1961.

No sentido de atender o disposto na Constituição de 1946, a qual preconizava caber à União fixar as diretrizes da Educação Nacional, o então ministro da Educação da presidência Dutra, Dr. Clemente Mariani, instaura uma comissão de educadores, dentre os quais figuravam nomes conhecidos como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, para a elaboração do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que “(...) deveria reformular a estrutura educacional do país deixada pelo Estado Novo através das Leis Orgânicas de Gustavo Capanema”³⁸¹, porém o longo período de tramitação do projeto retardou sua implementação por treze anos.

No decurso do encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional pela Comissão em 1948 sucedeu uma série de problemas, a começar pelo arquivamento um ano depois, tendo como principal articulador Gustavo Capanema, na ocasião atuando como deputado.

³⁷⁹ Esta lacuna no projeto acirrou ainda mais as dissonâncias internas, pois se, de um lado, representava a possibilidade de empresas estrangeiras deterem uma parte no empreendimento, sem que com isso afetasse o controle estatal sobre a futura empresa, por outro, despertou a ira dos setores civil e militar, bem como dos trabalhadores e dos comunistas que acusavam Getúlio de ser um “lacaio” dos imperialistas. Fausto, p. 171.

³⁸⁰ Id. Ibid., p.172.

³⁸¹ GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990. p.112.

Em 1951, teve início a tentativa de desarquivamento, que foi impedida pela alegação de extravio, exigindo a reconstituição do projeto inicial, retomando-se as discussões somente em 1957, ou seja, seis anos depois.

Neste percurso, o projeto da LDBEN se constituiu objeto de recorrentes debates, que Maria Luísa Santos Ribeiro pontua como tendo iniciado apenas no ano de 1952, posto que, nos anos anteriores, o projeto não teria ido além da análise das comissões parlamentares. Segundo a autora, o foco na questão da centralização ou descentralização da educação sobrepujou o debate prioritário em torno da criação de um instrumento legal consoante com o ideal de “democratização da educação em seus diferentes graus.”³⁸² Ainda de acordo com a autora, a discussão gerada sobre o tema e a conseqüente morosidade na obtenção de uma base consensual para aprovação da LDBEN denotam que:

(...) a tendência “nacionalista” verificada no campo econômico-político atinge paulatinamente o educacional. Como naquele campo, ela teve que enfrentar sérios obstáculos também neste último, haja vista a demora na aprovação da lei, bem como dos problemas apontados no texto aprovado em 1961.³⁸³

A interferência do ex-ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no processo de discussão das questões educacionais enquanto membro do Congresso Nacional é um aspecto a destacar no processo de tramitação da LDBN, uma vez que sua presença no parlamento:

(...) como o mais categorizado porta-voz do PSD em questões educacionais sem dúvida contribuiu para que os sucessivos governos de origem getulista ou pessedista não conseguissem ou preferissem não tocar no sistema educacional que haviam herdado (...)³⁸⁴

Assim, pode-se afirmar que o sistema educacional brasileiro, durante este período e nos anos que se seguem ao suicídio de Vargas, não sofreu reformulações e se manteve estruturado seguindo as regulamentações das Leis Orgânicas do Ensino Secundário e Primário, promulgadas respectivamente em 1942 e em 1946, resultado das reformas

³⁸² RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1982. p.135.

³⁸³ Id. Ibid., p.136.

³⁸⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro, op. cit., p.281.

educacionais elaboradas na gestão do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, cujo legado “(...) nem a lei de 1961 chegou, efetivamente, a substituir”³⁸⁵.

Nos anos que se seguiram ao fim da sua gestão até a promulgação da LDBEN na década de 1960, o tratamento dispensado à Educação Física na política educacional nem de longe pode ser comparado ao aparato legal montado pelo Ministério Capanema, pois como constatou Mauro Betti no período entre 1946 e 1968 “(...) diminuíram consideravelmente as iniciativas oficiais na área”³⁸⁶.

Nesse aspecto, saliente-se que a formação e/ou a prática docente em Educação Física Escolar de todos os entrevistados inicia e/ou transcorre sob a égide da reforma Capanema. É na qualidade de professores e professoras que os entrevistados entram em cena neste capítulo, que é dedicado a delinear suas experiências no exercício da profissão, na confluência de suas vivências no decurso da formação profissional, tanto universitária quanto aquela desenvolvida no âmbito dos cursos de atualização, considerando tais processos plenamente imbricados com a atuação profissional na escola.

Buscou-se discutir aspectos que permearam o percurso desses professores e professoras durante o período em que cursaram o ensino superior em Educação Física, bem como em outros espaços de formação de professores, na tentativa de traçar relações com a prática profissional no cotidiano escolar.

Em um primeiro momento, pretendeu-se esboçar a trajetória dos entrevistados na profissão, abordando o caminho percorrido por eles desde o momento em que escolheram seguir a carreira de professor de Educação Física e realizar o curso superior na área, passando pelo ingresso e posterior estabelecimento na carreira docente. Na segunda parte do capítulo, o foco se deslocou para a dedicação dos professores e professoras ao exercício da docência em Educação Física nos estabelecimentos de ensino, o qual é delineado na confluência de suas vivências na formação universitária.

3.2 Nas trilhas da docência em Educação Física Escolar

“Nós temos eu e o Hudson que vamos fazer 50 anos de formatura este ano, pergaminhos. Nós temos história.”³⁸⁷

³⁸⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro, op. cit., p.281.

³⁸⁶ BETTI, Mauro. op. cit., p.89.

³⁸⁷ Trecho da entrevista de Walter Giro Giordano realizada pela autora em 26 de outubro de 2005.

Os caminhos trilhados por cada um dos entrevistados, do processo de formação universitária ao ingresso na carreira docente, são aqui apresentados no sentido de compreender a dimensão do envolvimento e engajamento de cada um deles na área da Educação Física, particularmente aquela relacionada à atuação no contexto escolar.

Um aspecto que vale ser pontuado como parte da trajetória de formação em Educação Física de todos os entrevistados é o gosto pelas práticas corporais, em particular as esportivas, o que acaba por permear a escolha por esta carreira, como ressalta o Sr. Edson, ao contar as razões que o levaram a realizar o citado curso: “Eu gostava muito dos esportes e meus irmãos já praticavam basquetebol e voleibol e eu também segui o mesmo caminho”.

A fala do Sr. Walter também aponta para esta perspectiva, ressaltando inclusive as vivências que teve enquanto aluno no ensino secundário como motivação para realizar o curso de Educação Física:

E uma das coisas que motivou muito eu fazer Educação Física foram os campeonatos colegiais e principalmente a... a festa de encerramento que era feita com a ginástica coletiva. Nós tínhamos a ginástica coletiva dos meninos, dos alunos e a ginástica coletiva das alunas, era no Pacaembu e encerrava o campeonato colegial na Semana da Pátria. Professor Boaventura era quem comandava essa, essa ginástica coletiva.

As experiências com o esporte e com as práticas corporais em geral perpassam por todo o relato da Sr^a. Cleide e extrapolam o universo escolar. A predileção pela prática esportiva, que acaba conduzindo-a para o curso superior de Educação Física, como ela conta, tinha uma raiz familiar: “Eu venho de uma família de esportista, meu pai foi um grande esportista, meu pai foi jogador de futebol, ele jogou muito bem futebol (...) em São Carlos, então sempre se cultivou esporte (...) em casa”.

Esta vivência com o esporte a aproximou dos professores da Escola de Educação Física instalada na cidade, a cujas aulas assistia costumeiramente. Como ela diz:

A escola (Superior de Educação Física de São Carlos) (...) era aqui perto de casa, então nós tínhamos uma convivência muito grande. Era... um *point* na época você ir ver as aulas (...) dos alunos da Educação Física. Que era uma quadra descoberta, hoje atual São Carlos Clube (...) onde os alunos da Educação Física faziam a parte prática, esportiva. Lá eles jogavam vôlei e basquete. E a molecada aqui da região ia lá assistir as aulas e eu fazia parte desse grupo que assistia as aulas, né? Então você ficava achando bonito. Hoje você percebe que aquilo foi um estímulo nas nossas vidas e que muita gente na cidade acabou sendo professor de Educação Física em função de ver essa prática esportiva, né? (...)

A participação sistemática em jogos e campeonatos levaram-na a se inserir em núcleos de amigos e grupos sociais atrelados à esfera esportiva. E foi um desses amigos que a despertou para a possibilidade de cursar a faculdade de Educação Física:

Então eh... eu fui reprovada no vestibular do Sedes Sapientiae e um amigo disse-me: “Você joga basquete, é uma grande esportista, por que não faz Educação Física? Parei para pensar e decidi fazer o vestibular e passei em primeiro lugar. Aí tudo começou...

Para o Sr. Fernando, a opção em seguir a profissão também foi motivada pelo envolvimento dele com o universo das práticas corporais, principalmente as atividades físicas e esportivas: sua desenvoltura e habilidade, particularmente com o atletismo, o despertaram para a possibilidade de tornar-se professor de Educação Física.

(...) aqui em Araraquara nós tínhamos um Departamento Municipal de Educação Física. Isto foi criado em 1942. E nós tínhamos também, na direção, um professor muito competente que hoje está em Campinas. Chamava... Chama-se: Cid Ferrão. E eu admirava muito aquele professor (...) Então, ele criou uma aula... uma aula das seis horas da manhã (...) E eu também entrei... no meio daquela gente de vida sedentária (...) Eu era moço ainda, dezesseis, dezessete anos... E, na época, eu nem pensava em ser um professor de Educação Física (...) Ao contrário. Eu trabalhava na Companhia Telefônica e me saí muito bem! Eu trabalhei uns anos lá e, quando eu pedi demissão (...) Me prometeram muita coisa para que eu não saísse. Mas eu comecei a adquirir tanto... tanto... entusiasmo (...) E eu me redescobri! Eu não sabia que eu era bom (risos). Entendeu? Resultado: depois de dois anos, eu já era campeão de 400 metros rasos do Troféu Bandeirantes, em São Paulo. É... Com bons tempos, né? E... Era relativamente bom até em 100 metros também (...) foi assim que eu me entusiasmei e... Eu já conhecia bem São Carlos porque fiz meu colegial lá (...) Foi quando abriu a Escola de Educação Física de São Carlos. E eu fui da primeira turma! Então, fiz... o exame pra.... entrar, fui até elogiado porque me saí muito bem na parte prática e na parte teórica... E saí de lá também nos primeiros lugares.

A fala do Sr. Fernando traz para a discussão o quanto as vivências com os professores de Educação Física norteiam e acabam por influenciar a escolha pela profissão. Essa relação se mostrou fundamental para os entrevistados, pois, como o Sr. Fernando conta:

Eu gostava muito deste professor de Educação Física, o Cid Ferrão, e devo muito a ele (...) Ele tinha uma biblioteca lá no escritório dele, no Departamento, eu lia aqueles livros todos. Tudo que tinha lá sobre atividade física, eu lia. E algumas dúvidas que eu tinha, conversava com ele, que ele era excelente, muito competente... Quando eu entrei, aliás, na Escola de Educação Física em São Carlos, estas regras todas eu já conhecia.

O relato do Sr. Walter caminha nesta direção quando ressalta a relevância conferida a um dos seus professores de Educação Física enquanto incentivador na carreira:

(...) o meu professor que me inspirou mais, que foi o professor Glauco Milani (...) ele sempre me escalava pra eu fazer parte dessa turma de ginástica e eu fazia isso com muito prazer (...) Eu adorava aquilo. Eu via todos os jogos, assistia todos os jogos, e no final das contas participava como membro da ginástica (...) todo, todo assunto referente campeonato colegial, eu participava ajudando o professor Milani, então foi isso que me levou a fazer Educação Física.

É interessante observar que, embora os entrevistados tenham tido contato no decorrer do processo de escolarização com vários professores de Educação Física, eles carregam em suas lembranças a presença marcante de um professor em especial, como aponta o relato do Prof. Hudson quando diz:

Depois eu fui para o ginásio, naquele tempo era o antigo ginásio e lá é que eu comecei a ter aula de Educação Física. Então eu tive três professores nessa fase, dois deles eu não me lembro muito bem o nome porque foi um período muito curto, foi só na hoje quinta série, naquele época era primeiro ano ginásial, mas o que me marcou, me levou até fazer Educação Física foi o professor Eduardo Mezacaba Filho, falecido infelizmente (...)

A contribuição significativa deles para a escolha da profissão ao despertar é expresso também pela Sr^a. Cleide:

(...) eu fui fazer o ginásio (...) lá eu tive minha primeira professora de Educação Física, uma pessoa maravilhosa, hoje eu também analiso as aulas da Helena (...) uma pessoa assim lindíssima. (...) eu acho que foi com Dona Helena que eu comecei a achar bonito a Educação Física.

A figura do professor de Educação Física aparece de modo recorrente nas lembranças dos entrevistados, ainda que, como no caso da Sr^a. Loyde, não tenha sido associada ao elemento influenciador para a carreira ou como no caso do Sr. Edson, sua vivência com ele tenha sido marcada por experiências negativas no ensino secundário:

As aulas de Educação Física eram bem fracas. Na realidade, espelhar nas aulas... jamais teríamos escolhido a profissão de professor de Educação Física(...) Eu escolhi Educação Física porque... eu realmente gosto, né? Não é que... tenha tido influência do meu professor de Educação Física. Não tive. Então foi... eu que escolhi, ninguém da minha casa disse para eu fazer isso ou aquilo, meus pais nunca mencionaram nada disso. Então foi uma escolha minha (...)

Com exceção do Sr. Edson, prevaleceu entre os entrevistados a referência positiva do professor de Educação Física, já que a vivência com eles na escola primária ou secundária foi destacada como um elemento incentivador para a escolha da carreira.

Esse momento se configurou para alguns entrevistados de forma decisiva, como é o caso do Sr. Edson, cuja fala evidencia as escolhas que teve que fazer quando ainda cursava o primeiro ano do curso colegial:

Como pretendia fazer o curso de licenciatura de Educação Física em São Paulo, eu pensei: fazendo o curso colegial eu teria dificuldade em arrumar um emprego para minha sustentação e consequentemente fazer a faculdade. Assim, após terminar o primeiro colegial eu fiz a transferência para o curso de formação profissional de professor primário. No segundo ano do curso normal fui convocado para servir o exército. Assim sendo fui obrigado a pedir minha transferência do colégio estadual para o Instituto Americano de Lins, uma escola particular, no curso noturno, para não perder aquele ano. Como eu jogava basquetebol na seleção da cidade, o diretor do referido Instituto me convidou para estudar de graça, e assim, não perder o ano. Assim eu terminei o curso normal e fiz minha inscrição para o vestibular de Educação Física em São Paulo.

O Sr. Edson, que iniciou seus estudos na Escola Superior de Educação Física de São Paulo, em 1955, recorda a sua dedicação para a aprovação no vestibular, no ano de 1954, o que incluiu uma preparação com aulas extras de natação, cuja prova era a que ele mais temia, como ele conta:

Eu não sabia nadar até então, pois eu sempre joguei basquetebol e, uma das provas para você entrar na faculdade era nadar 25 metros em 25 segundos. Então, naquele ano mesmo de cinquenta e quatro, comecei a aprender natação com um colega da escola (...) Aí eu lhe falei: “olha, eu quero aprender a atravessar a piscina só para entrar na faculdade”. E eu aprendi assim a nadar com muita dificuldade... mas consegui. Quando vim para São Paulo, a primeira prova do vestibular foi português. Havia 50 candidatos inscritos e todas as provas eram eliminatórias. Nesta primeira prova passaram uns dezoito candidatos. Depois tivemos provas de biologia, matemática, inglês... as provas práticas, ou seja, natação foi feita antes de biologia e inglês. Quando passei na prova de natação, liguei para casa, em Lins, dizendo que havia passado no vestibular, ou seja, entrado na faculdade. Olha que absurdo... poderia ter sido reprovado em biologia e ou inglês. Mas, para mim, a prova mais difícil seria mesmo a natação.

Sua fala remonta ao contexto das provas de aptidão de caráter eliminatório a que os candidatos às vagas nos cursos superiores da área eram submetidos, cuja prática se perpetuou até meados da década de 1990, a partir de quando perdeu terreno diante das

discussões acerca de sua validade e pertinência, que já vinham sendo travadas no Brasil desde fins da década de 1970, com a chamada “crise da Educação Física”³⁸⁸.

A rigorosidade das provas de aptidão pode ser evidenciada pelo relato do Sr. Edson a respeito do resultado da prova de natação a que foi submetido em 1954, por ocasião de seu ingresso na Escola Superior de Educação Física de São Paulo:

Da turma que estava inscrita, acho que só 10 alunos passaram. Foi a menor turma da faculdade. Com os alunos que tinham trancado a matrícula ou perdido o ano por faltas... éramos 15 alunos na classe. Uma turma bem pequena, muito boa sim, bastante unida e entrosamos bem com o pessoal que já estava cursando.

Assim como descrito pelo Sr. Edson, a Sr^a. Loyde também ficou preocupada na época com a prova de aptidão em natação. Outro aspecto comum entre os dois entrevistados é que ambos não sabiam nadar, o que não impediu de levarem adiante a decisão de cursar Educação Física:

Então eu estava preparada pra fazer o vestibular teoricamente, só não na natação. Aí eu precisei pedir pro meu pai pra eu entrar numa piscina na Rua Jaguaribe e... em menos de um mês aprendi a nadar. (...) Fiz o vestibular, tiraram o exame de natação, não teve (*risos*) uma sorte pra mim. No vestibular eu passei e entrei.

Essa medida indica o perfil do profissional que as instituições de ensino superior em Educação Física delineavam para ministrar aulas nos estabelecimentos de ensino. Sob esse aspecto, a fala do Sr. Edson é reveladora, ao afirmar que na instituição que estudou:

(...) não se importavam com essa parte de você estar fazendo um curso de professor, você tem que saber como transmitir aquilo. Ali não, você tinha que, praticamente ser atleta. Então a nota era assim: se você era bom jogador de futebol... em futebol você tinha dez. Se fosse o contrário, sua nota seria bem inferior. Realmente havia muita falha nessa parte.

A valorização do “saber fazer” em detrimento do “saber ensinar”, que o Sr. Edson aponta em sua fala como ser o princípio norteador do trabalho de seus professores e que julga não ser o ideal por não priorizar a formação do educador e, sim, a do atleta, traz à tona o caráter técnico-procedimental que balizou a formação docente em Educação Física, e de certa forma delimitou a atuação deste profissional na escola condicionada ao

³⁸⁸ Para esclarecimentos cf: MEDINA, João Paulo Subirá Medina. *A educação física cuida do corpo e... “mente”*: bases para a renovação e transformação da educação física. 10 ed. Campinas: Papirus, 1992.

desempenho atlético, como demonstra o Sr. Hudson ao narrar em que situação passou a ministrar atividades esportivas no Colégio Arquidiocesano:

Aí eu já ficava assistindo o treinamento dos alunos e como eu jogava bem voleibol, faltava um aluno eu entrava numa das equipes auxiliando o Irmão regente. “Ah! Vamos bater, vamos cortar professor!”. Imagine que com esse meu tamanho eu atacava muito bem. (...) daí um irmão marista falou: “O senhor entende de voleibol?” falei: “Entendo”, “Ah! Tem um time menor que não posso atender, você começa ali”, daí veio o futebol “Faz ali”.

As provas práticas também são lembradas pelo Sr. Hudson: “(...) naquela época nós tínhamos provas escritas e orais. E práticas, aliás, nós tínhamos provas práticas até pra ingresso na faculdade.” Ele, assim como Sr. Edson, também ingressou na instituição na década de 1950, porém anos antes, em 1953 e manifestou cedo o desejo de se tornar professor de Educação Física, como faz questão de frisar:

(...) a Escola Superior de Educação Física você podia entrar desde que você tivesse já completado o curso ginásial e com idade superior a dezessete anos. Eu quando resolvi que viria pra Escola Superior de Educação Física de São Paulo eu tinha dezesseis anos.

A mesma situação se verifica na trajetória da Sr^a. Loyde, cuja decisão de cursar Educação Física e o ingresso na formação universitária se processaram precocemente, como ela recorda:

Eu queria fazer pelo menos o Normal na Praça que era de graça, não consegui. Um dia eu estava na cidade e o professor da minha irmã me perguntou o que eu estava fazendo e o que eu gostaria de fazer. Aí eu falei o que eu gostaria mesmo é Educação Física (*sorri emocionada*). Ele disse: “Então vamos lá que eu pego o programa do vestibular pra você.” (...) Tinha exame de natação pra entrar e... aí eu peguei o programa e li, li tudo, falei: “Ó tudo isso aqui eu tenho e eu sei, só não sei uma coisa: regra de três composta” e como ele era professor de matemática, me ensinou lá mesmo (...)

O relato dos dois entrevistados remete ao contexto em que a admissão aos cursos superiores de Educação Física, regulada na ocasião pelo decreto de criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, permitia o ingresso tendo apenas o curso ginásial do ensino secundário concluído.³⁸⁹

³⁸⁹ Conforme o artigo 21 do Decreto Lei nº. 1.212 de 17 de abril de 1939: “Será exigida – a) do candidato à matrícula no primeiro ano do curso superior de educação física e no curso de massagem, o certificado de licença ginásial (...)”. SÃO PAULO (Estado), op. cit, p.36.

A Sr^a. Loyde, tendo ingressado em 1943, ainda conseguiu usufruir desta concessão, a qual deixou de vigorar quando a Lei nº. 1.821, de 12 de março de 1953, passou a exigir o ensino secundário completo para ingresso em qualquer curso superior.³⁹⁰ Essa medida parece ter interferido na admissão do Sr. Hudson, pois como ele conta: “Na primeira investida eles não permitiram a minha entrada. Na minha cidade, fiz o primeiro colegial e voltei depois de ter completado e com dezessete anos ingressei na Escola de Educação Física de São Paulo.”.

No entanto, um artigo veiculado pela entidade estudantil da Escola Superior de Educação Física de São Paulo, em 1958, revela que, anos após a regulamentação, a sistemática não foi alterada nos cursos de Educação Física, que continuaram absorvendo candidatos com apenas o curso ginasial da educação secundária³⁹¹.

Implícito a essa problemática, que a princípio pode parecer tratar-se de uma questão burocrática e de âmbito legal, está a compreensão da Educação Física enquanto área desvinculada de um campo de conhecimento, sendo desnecessário, portanto, que o candidato atenda aos requisitos exigidos para os demais cursos em nível superior.

Ao narrarem suas vivências no curso superior em Educação Física, todos os entrevistados transmitem a sensação de certeza de suas escolhas, as quais, ainda que tenham se dado de forma prematura, como no caso de alguns entrevistados que ingressaram muito jovens, não se revelam, em momento algum, motivo de arrependimento.

No decorrer das falas, essa maturidade subliminar à segurança em tomar decisões ainda muito jovens, percebida, inclusive, pela convicção daqueles que deixaram suas famílias em suas respectivas cidades para estudarem na “capital”, foi imprescindível para superarem os sacrifícios e desafios com que se depararam ao ingressarem em um curso ainda em estágio inicial de consolidação, como o da antiga Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, hoje denominada Escola de Educação Física e Esportes da

³⁹⁰ De acordo com o artigo 2º: “Terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que, além de atender à exigência comum do exame vestibular e às peculiares a cada caso, houver concluído: I - o curso secundário, pelo regime da legislação anterior ao Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942”. Lei nº. 1.821 de 12 de março de 1953. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>> Acesso em: 10 nov 2008.

³⁹¹ O artigo publica o parecer favorável do Conselho Nacional de Educação homologado pelo ministro da pasta em 02 de maio de 1958, referente à reivindicação do Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Escola de Educação Física de São Paulo, que “em face do currículo do curso e da destinação dos seus diplomas – que é o magistério secundário (...)” pleiteava para que fosse “(...) exigida, para ingresso no Curso Superior de Educação Física a apresentação do certificado de conclusão de Curso Clássico ou Científica, ou seja, curso secundário completo.” Boletim O CARB – Órgão do Centro Acadêmico “Ruy Barbosa” - Ano I, Nº. 3, setembro de 1958. p.1.

Universidade de São Paulo, na qual se formaram quatro dos seis professores entrevistados: o Sr. Edson, o Sr. Hudson, a Sr^a. Loyde e o Sr. Walter.

Os outros dois professores entrevistados, a Sr^a. Cleide e o Sr. Fernando, cursaram a Escola de Educação Física de São Carlos, a primeira instalada no interior do Estado de São Paulo, fundada em 07 de maio de 1949 e reconhecida pelo governo Federal em outubro de 1952. Na década de 1970, a unidade passou a integrar a “Fundação Educacional São Carlos – (FESC)”, onde permaneceu funcionando até a década de 1990, quando, a partir de 1994 com a abertura do curso de Educação Física na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a unidade inicia processo de encerramento de suas atividades concluído em dezembro de 1997.³⁹²

A criação da Escola de Educação Física de São Paulo, datada de 27 de janeiro de 1931, a primeira de cunho civil instituída no país, já foi motivo de menção na primeira parte deste estudo. Vale a pena retomar que, da data de criação, decorreram mais de três para o ingresso da primeira turma de alunos, o que foi atribuído por Moacyr Brondi Daiuto, em parte ao contexto conflituoso gerado pela Revolução Constitucionalista de 1932 e pela inexistência de professores especializados diplomados no Brasil. Assim, o início das atividades didáticas da Escola veio a ocorrer somente em agosto de 1934, quando os professores diplomados no curso correspondente ao ciclo superior na Escola de Educação Física do Exército assumem as atividades da “Escola Superior de Educação Physica de São Paulo”.³⁹³

Ao comentar sobre o histórico da Escola, o Sr. Walter esclarece que, no período em que estudou na instituição em meados dos anos cinqüenta, “(...) ainda não era USP naquela época (...) a Escola de Educação Física (...) era subordinada ao Departamento de Esportes do Estado de São Paulo, Escola de Educação Física do Estado de São Paulo (...) só posteriormente que ela foi integrada à USP”. Isso porque, do ano de sua criação em 1931 a instituição percorreu um longo caminho até ser vinculada à Universidade de São Paulo. Após ter seu curso reconhecido pelo governo federal no início da década de quarenta, a Escola foi incorporada ao Sistema Estadual de Ensino Superior na qualidade de instituto isolado no ano de 1958³⁹⁴, configurando seu desligamento do Departamento de Educação

³⁹² TROMBELLI, Sonia Maria. *A Escola de Educação Física de São Carlos*. São Carlos: Divisão de Biblioteca e Arquivo da Fundação Educacional São Carlos (FESC), 2009. (Notas Históricas).

³⁹³ DAIUTO, Moacyr Brondi. Sexagésimo aniversário do início das atividades didáticas (1934-1994). op. cit.

³⁹⁴ Lei nº. 5.101, de 31 de dezembro de 1958: “Dispõe sobre a incorporação da Escola de Educação Física do Departamento de Educação Física e Esportes, ao sistema estadual de ensino superior e dá outras providências.” Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física da USP.

Física e Esportes do Estado. Somente anos mais tarde, “Em 1969, de acordo com o Decreto Estadual nº. 170, de 10 de dezembro, a Escola passou a integrar a Universidade de São Paulo passando a denominar-se Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo”.³⁹⁵

Todo esse processo de estruturação e de consolidação em que a Escola esteve envolta durante quase três décadas acarretou problemas de infraestrutura que, direta ou indiretamente, afetaram a organização e a sistemática das aulas, realizadas em diversos locais, fazendo uso de instalações espalhadas em distintos pontos da cidade de São Paulo, inclusive citados pelo professor Moacyr Daiuto ao comentar que:

No desenvolvimento das suas atividades didáticas não dispenho de sede própria, foi necessário recorrer a diversas entidades para poder ministrar as aulas práticas. Assim é que foram utilizadas as instalações do Parque Dom Pedro II, Escola de Educação Física da Força Pública (atualmente Polícia Militar), Clube de Regatas Tietê, Associação Atlética São Paulo, Clube Espéria, Parque da Indústria Animal, Esporte Clube Pinheiros, Estádio Municipal do Pacaembu, (...) Departamento de Educação Física (...) na Rua Germaine Bouchard e no Centro Esportivo Constâncio Vaz Guimarães, no Ibirapuera. As aulas teóricas eram ministradas à tarde no Parque Dom Pedro II³⁹⁶

Tais espaços perpassam as lembranças do Sr. Walter ao contar acerca da dinâmica das aulas quando cursou a Escola:

Porque, nós tínhamos... no terceiro ano, nós tínhamos aula em três lugares, três locais diferentes e distantes. Segundas, quartas e sextas no Ibirapuera, assistíamos as aulas teóricas, atletismo e ginástica, terças e quintas feiras nós tínhamos aula no parque da Água Branca, tinha piscina aquecida, vôlei e basquetebol, mas o uniforme tinha que carregar. E... no sábado nós tínhamos aula de ginástica infantil, num parque infantil que a professora titular da cadeira trabalhava na Lapa e depois nós tomávamos um trem pra ir até os fundos do Floresta outra vez pra fazer futebol, lá no campo de futebol.

Somado ao fato de os alunos serem obrigados a se deslocarem por pontos distantes da cidade, percorrendo longos trajetos para frequentarem as aulas, o Sr. Hudson menciona que o elevado número de disciplinas no currículo do curso implicava em uma rotina exaustiva, pois: “(...) tínhamos dez disciplinas no primeiro ano, tínhamos dezessete disciplinas no segundo ano, entre matérias práticas e teóricas, isso nos levava a um esgotamento físico tremendo”.

³⁹⁵ DAIUTO, Moacyr Brondi. op. cit. p.28.

³⁹⁶ Id. Ibid., p.7.

As dificuldades enfrentadas pelos entrevistados perpassam também pelas condições de infraestrutura dos espaços destinados à realização das aulas. O Sr. Walter faz alusão a esta situação ressaltando o uso de instalações provisórias, algumas, inclusive, funcionando de forma precária, sem constar com a infraestrutura básica:

(...) Eu fiz o primeiro ano de Escola de Educação Física no Clube Floresta, atual Espéria, a escola funcionava lá. Segundo ano ela passou, acabou o convênio com o Floresta, passou a funcionar no Tietê, e no terceiro ano nós fomos pro Ibirapuera, ginásio de esportes, poliesportivo Vaz Guimarães. Que não estava concluído, não tinha telhado ainda, tinha cúpula. (...) Nós não tínhamos água quente, nós não tínhamos lanchonete (risos), as salas de aula eram improvisadas e os locais de atividade física também eram improvisados. Nós fazíamos atletismo no miolo da pista da ciclovia, do velódromo. Nossa aula de atletismo era feita no miolo do velódromo! Perto de entulho (...)

O Sr. Edson, que, inclusive, ingressou no curso três anos depois do Sr. Walter, em 1955 também vivenciou problemas decorrentes de infraestrutura na instituição:

Nos primeiro e segundo ano da faculdade, nós só tivemos aulas teóricas de natação, devido a problemas técnicos na piscina do DEF situado na Rua Germaine Burchard, na Água Branca. Lá, nós tínhamos também aulas de basquete, voleibol. No terceiro ano de faculdade, a piscina foi consertada e começamos então as aulas práticas.

Os problemas de alocações perduraram durante décadas; a jornada, comparada pelo professor Moacyr Daiuto à “via crucis”, só teve fim quando da “(...) inauguração da ‘casa própria’, em 11 de março de 1975, no campus da Cidade Universitária ‘Armando Salles Oliveira’ (...)”.³⁹⁷

No caso da Escola de Educação Física de São Carlos, observa-se uma sistemática de desenvolvimento das aulas muito semelhante a da Escola Superior de Educação Física de São Paulo, ou seja, elas eram realizadas em locais distribuídos em vários pontos da cidade, conforme narra a Sr^a. Cleide: “(...) era uma quadra descoberta, hoje atual São Carlos Clube e tinha uma quadra lá na Vinte e Oito que era onde os alunos da Educação Física faziam a parte prática, esportiva.”

Não há menção por parte da Sr^a. Cleide e do Sr. Fernando de problemas quanto à infraestrutura, ou mesmo de dificuldades de acesso às instalações. Evidentemente que, para além das peculiaridades que envolveram a trajetória de constituição de cada um dos cursos nas referidas instituições, há que considerar a realidade distinta das respectivas cidades,

³⁹⁷ Id. Ibid., p.8.

pois o fato de São Carlos ser uma cidade de porte menor, os problemas de deslocamento e, conseqüentemente, as dificuldades decorrentes destes, não se manifestam na mesma proporção.

No entanto, os percalços decorrentes dos problemas estruturais da instituição, longe de serem motivo para lamentações, são percebidos pelos entrevistados como aprendizado, como expressa o Sr. Walter aludindo que tal experiência contribuiu, inclusive, para a superação dos desafios que foram impostos posteriormente, na ocasião do ingresso na carreira:

Mas graças a Deus, salvaram-se todos, sobrevivemos todos. E tenho impressão que essa... essa dificuldade só nos deu garra. Você tinha (...) concurso com pouquíssimas vagas e muitos candidatos, não é? Então você tinha que disputar tudo ferrenhamente pra conseguir uma vaga.

A fala do Sr. Walter traz à tona o caminho, por vezes tortuoso, do recém-formado na direção de engajar-se e estabelecer-se na profissão que escolheu, caminho este percorrido por todos os entrevistados para se inserirem nos estabelecimentos de ensino e começarem a ministrar as primeiras aulas de Educação Física.

Começo a esboçar esta trajetória pela Sr^a. Loyde, pois, de todos os entrevistados foi a única a começar a trabalhar na área, mesmo antes de ser formada, quando ainda estudava na Escola de Educação Física de São Paulo:

No segundo ano da Escola eu já tinha escolinha pra trabalhar, a própria professora me indicou e eu fui dar aula numa escolinha primária, no segundo ano da faculdade eu já dei aula. E nessa escolinha no fim do ano eu fiz uma demonstração de Educação Física, porque eu era doida por demonstração (...) Até no dia do ensaio geral que foi no Centro do Professorado Paulista, era o dia do meu exame na Escola e eu não pude ir e tive até um probleminha com outra professora que ela trocou uma criança de lugar e eu fiquei chateada, criança não se muda de lugar, no último dia de ensaio, mas deu tudo certo, fizemos a apresentação, fizemos a festa da escolinha no fim do ano de 45. Então já foi a minha primeira demonstração.

Embora tenha sua trajetória profissional situada anos depois, a Sr^a. Cleide também teve a oportunidade de começar a ministrar aulas em âmbito escolar antes mesmo de finalizar o curso na Escola de Educação Física de São Carlos, conforme descreve:

Quando ainda estava na Escola, no finalzinho do curso, chegou um ex aluno da Escola dizendo: “Quero saber quem é a primeira aluna da escola” (risos) Me indicaram. Então eu nem tinha recebido o diploma ainda, e já estava com trabalho em Barretos, onde foi a primeira escola que eu fui trabalhar. Era o Ginásio Industrial Coronel Rafael Brandão. Aí eu trabalhei durante cinco anos e

foi assim uma vivência maravilhosa porque tudo que eu queria, tudo que eu planejava esse nosso colega que era vice-diretor da escola e também era professor de Educação Física, me apoiava.

A Sr^a. Loyde, no entanto, não conseguiu se manter por muito tempo nesta primeira escola como a Sr^a. Cleide e no ano seguinte, em 1946, começou a procurar escolas para atuar. Sua fala revela os percalços para conseguir ministrar as primeiras aulas na rede pública, na condição de recém-formada:

Aí eu fui no Departamento de Educação ver se tinha vaga pra escola do governo e quando eu estava lá eles receberam um telefonema que a professora de Santo André tinha morrido. Eu falei: “Dêem o lugar pra mim, porque eu preciso” (...) Eles disseram: “Então você vai arranjar carta de político”, tinha que ser político da época. Eu fui, arranjei de um político contrário, quando eles viram: “Não, esse aqui não! Tem que ser de outro”. Eu fui atrás de outro, fiquei quatro horas no escritório de um deputado pra ele me dar uma carta de apresentação pra Santo André. Quando eu cheguei lá com a carta, eles falaram: “Ah! Bom, essa sim. Agora o lugar é seu”.

Compartilhando dos dissabores deste percurso, um outro entrevistado, Sr. Fernando, descreve o início de sua atuação docente, que começou assim que concluiu a graduação na Escola de Educação Física de São Carlos no ano de 1950, conforme ele conta:

Eu saí em 50. É, foi 50 mesmo. Aí, fiquei batendo cabeça, né? Mandava, por exemplo, cartas pro DEF, Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, dizendo que eu era um professor recém-formado e que precisava, queria trabalhar... Aonde houvesse uma vaga, qualquer cidade, eu iria. E fiquei esperando, fiquei esperando, fiquei esperando... E... Eu fiz a coisa como devia ser. Eu queria achar um lugar pra trabalhar, então, mandava pro DEF (...) que eles tinham uma relação dos colégios sem professor. Então, eu estava me candidatando. Mas fiquei ali, fiquei, fiquei, nunca ninguém escreveu nem falou nada pra mim. (risos) Até que um dia, eu encontro com uma professora, uma veterana, já falecida, né? Ela falou pra mim: “Ô, Fernando, aonde você tá lecionando?”. “Mas que lecionando? Eu tô aí escrevendo pra todo mundo. Ninguém me quer!”.

A informação valiosa chegou durante esta conversa, quando a citada professora o alertou sobre a abertura de uma escola industrial na cidade de Araraquara, onde o entrevistado residia e vive até os dias de hoje. A referida instituição era a Escola Técnica Industrial Ana de Oliveira Ferraz, na qual o Sr. Fernando começou a lecionar em 1951, pois, como ele mesmo conta, a escola “(...) estava abrindo. Tinha a parte feminina, mas faltava a masculina. E eu entrei! Como interino”.

A fala entusiasmada do Sr. Fernando ao contar que conseguiu a vaga tem sua razão de ser, pois a conquista foi precedida de peregrinações a várias instâncias do setor educacional, a começar pela própria escola que dispunha da vaga. Ao se candidatar ao diretor da instituição para pleitear as aulas, semelhante ao que ocorreu com a Sr^a. Loyde, foi orientado a recorrer ao meio político:

Ele [o diretor] me explicou: “Não, Fernando, isso aí é... isso é muito difícil porque depende muito de política.” (...) Conversando com o diretor, peguei toda a documentação política e fui direto lá pra São Paulo. (...) Fui com o diretor do Departamento de Ensino Técnico. Fui lá, ele olhou assim: “Ah, não eu não posso atender o senhor”, “Mas por que o senhor não pode?”, “Porque o senhor não tem o seu diploma registrado”. E eu falei pra ele: “Mas, professor, o senhor é uma autoridade. (...) Pra registrá-lo leva tempo. Eu tenho sim. Tenho protocolo que eu mandei registrar. Será que não serve?”. Ele disse assim: “Infelizmente, não serve”. Irônico ele.

Apesar da resposta negativa, o Sr. Fernando persistiu e decidiu prolongar a viagem para ir “(...) no Ministério da Educação (...) atrás de uma inspetora lá de Educação (...) era no Rio de Janeiro, que, naquele tempo, era a capital. E eu fui atrás desta mulher (...) mas não achei. Não sei se ela viajou. Ninguém me dava informações”. Ao contar o desfecho de tantas idas e vindas, o relato do Sr. Fernando sinaliza o quê de fato o levou a conseguir a vaga, após várias tentativas fracassadas:

Eu voltei. Voltei até de avião. Mas, quando chego em São Paulo, que eu vou pegar o trem pra Araraquara, eu pensei bem, falei: “Meu Deus do Céu, esta minha cabeça não tá funcionando!” (risos) Eu lembrei que meu avô era da maçonaria grau 33, que era o maior grau da maçonaria. (...) Eu fui atrás de um amigo do meu avô em São Paulo (...) Expliquei pra ele. Ah, na hora, ele disse: “Ah, Fernando, vamos lá com o doutor José”. Na Secretaria da Educação, menina! Chego lá. Eu entro com ele, me apresentou... mas um homem de uma coisa maravilhosa, sabe? Que homem simples, sabe, da Secretaria da Educação. Me recebeu de maneira maravilhosa. Ainda perguntou do meu avô: “Seu José Antunes, como é que vai?”, “Vai bem doutor”, “Olha, mande um abraço pra ele”. E aí, expliquei pra ele... “Não, não se preocupe. Amanhã, o senhor procure a sua nomeação” (...)

Esta é uma situação recorrente entre os entrevistados, uma vez que todos aqueles que começaram a ministrar as primeiras aulas com contrato temporário, ou interino, como diz o Sr. Fernando, se inseriram na escola por meio das “indicações”, as quais, quando não estavam condicionadas à intervenção de algum político, ocorriam através de eventuais conhecidos em cargos estratégicos no meio educacional, como diretores de departamentos, diretores de escolas e mesmo professores ou professoras. A fala do Sr. Edson abaixo também aponta para essa perspectiva quando conta sua trajetória na docência:

(...) Eu vim aqui pra São Paulo, prestei o vestibular, passei, já era professor primário, né? Eu passei a morar numa pensão só de professores. Era um casal que tinha vindo de Bauru e os filhos eram professores (...) só havia professores lá. Então eu conheci alguém de lá, que também me indicou e eu consegui uma vaga. A pensão ficava na Liberdade, no Largo da Pólvora e, aí, através desse contato consegui algumas substituições no grupo escolar, porque a filha dos donos da pensão era diretora de uma escola no Ipiranga. Quando havia alguma substituição ela me avisava e eu comecei assim.

Os relatos revelam que mais do que competência, a sistemática das indicações embora não se constituísse a única, era a principal porta de entrada do profissional de Educação Física recém-formado nos estabelecimentos de ensino da rede pública, já que a realização de concursos públicos, segundo o Sr. Fernando, não aconteciam com muita frequência:

Tinha poucos concursos, né? O Acadêmico, por exemplo, fez no comecinho... foi em 42 mais ou menos... 43! Passou pouca gente. Depois, fizeram em 49. Até esta nossa amiga, Eulália, que você conheceu, fez em 49. Eu entrei na Industrial como interino em 51, em 54 eles fizeram o concurso da Industrial. Aí, eu fiz e passei nos primeiros lugares. E... eu escolhi a própria cadeira e nunca saí de Araraquara.

Pela descrição acima, pode-se inferir um intervalo de tempo considerável entre a realização de um concurso e outro para ingresso de professores, o que é corroborado pelo relato da Sr^a. Loyde, ao fazer menção à segunda escola em que trabalhou: “Aí eu trabalhei em Santo André, quer dizer, por pouco tempo porque no final do ano tinha concurso de remoção e não tinha de ingresso ainda. Saí de lá fui pra São Caetano”. Sua fala denota a conturbada situação do professor contratado ou interino, cuja atuação na escola era imprevisível, pois, como explica o Sr. Fernando: “Naquele tempo a gente falava interino. Era um contrato que você adquiria, só que você não tinha segurança. Se amanhã aparecesse o professor lá do remoção, você tinha que entregar sua cadeira”.

Assim, as aulas eram prioritariamente destinadas ao titular de cargo e, com a chegada deste professor a cada concurso de remoção, os contratados tinham que interromper o trabalho iniciado na escola e começar novamente em outra instituição, tendo, muitas vezes, que ir para outras cidades, como, inclusive, aconteceu com a Sr^a. Loyde:

Uma professora de Sorocaba pediu licença, ligaram pra uma amiga, esta ligou pra minha casa (...) se eu queria ir pra Sorocaba substituir só a licença dela. “Ah, eu vou né?”. E fui, mas meu cunhado e minha irmã moravam lá na época, então foi fácil (...) Assim que eu fiquei lá em duas semanas minha irmã mudou pra São Paulo. Aí eles arranjaram uma pensão só de mulheres pra eu ficar e eu fiquei em

Sorocaba, gostei muito de lá, trabalhei em colégio estadual, trabalhei assim em todas as escolas de Sorocaba. Durante a licença que era só de dois meses da... da professora efetiva eu fiz uma demonstração na escola. (...) Aí abriu ginásio em São Roque (...) Fui a primeira professora de Educação Física de São Roque, mas somente por um ano porque no fim do ano tinha concurso de remoção e eu perdi de novo.

A situação descrita acima, somada à conversa que o Sr. Fernando teve com o diretor da instituição onde iniciou a carreira, na ocasião de sua contratação, reflete de maneira muito clara a instabilidade do professor na condição de contratado:

(...) iniciei na Industrial. Aí, fiquei na Industrial, surgiu um concurso, e o diretor falou pra mim: “Mas, agora, o senhor vê, uma cidade como Araraquara, bem localizada, São Carlos que tem essa Escola, são só cidades grandes, Campinas, Franca... Este pessoal quer ir pra essas cidades boas! E o Senhor precisa tomar cuidado, se o senhor não fizer concurso, o senhor... e não passar, o senhor está arriscado a perder”.

O contexto narrado pelo Sr. Walter no fragmento abaixo acerca das dificuldades para o ingresso na carreira docente, embora localizado anos depois, na década de 1970, é muito semelhante ao descrito até aqui, pois, como ele conta:

Tinha (...) concurso com pouquíssimas vagas e muitos candidatos, não é? Então você tinha que disputar tudo ferrenhamente pra conseguir uma vaga. Felizmente, graças a Deus eu consegui dar aula no Colégio Salesiano onde os padres jogavam quando eu fui aluno, de batina. Comecei dar aula lá e depois eu passei pra um colégio perto de casa, também de padres espanhóis, padres agostinianos e depois é que eu fiz o concurso e fui pras escolas da rede oficial.

Assim, é possível compreender a razão pela qual a aprovação nos concursos públicos e a conquista da tão almejada efetivação no cargo de professor de Educação Física aparecem como um marco significativo das trajetórias dos entrevistados. Com exceção da Sr^a. Cleide, que não comentou a respeito, todos fizeram menção, de forma enfática, ao momento em que ingressaram na rede pública de ensino como titulares do cargo ou da “cadeira”, como expressam, respectivamente, a Sr^a. Loyde e o Sr. Fernando ao relembrares essa passagem de suas vidas:

(...) Veio o ingresso, eu prestei, graças a Deus eu entrei, aí escolhi a minha cadeira, mas escolhi Caçapava. É a gente escolhia assim, o mais próximo e o de melhor condução pra ir, então tinha trem, então escolhi Caçapava. Era uma escola muito grande, muito boa, única na cidade e eu trabalhei bastante lá, bastante.

Mas eu tive tanta sorte que, eu não sei o que houve lá, a cadeira escapou. Não sei se não entrou na relação... Eu não sei. (...) Mas aí, eu comecei, dia e noite, dia e noite revirar os meus livrinhos, sabe? Mas passei... Em 54, passei nos primeiros lugares. Escolhi Araraquara.

No caso do Sr. Fernando, tal conquista teve um significado particular, uma vez que esteve atrelada ao universo de realizações pessoais: “Eu queria me casar, mas só depois de efetivado. Era este... Este trato eu fiz com meu sogro. ‘Mas só depois que eu for aprovado em concurso’. Ah! menina, mas quando foi maio mais ou menos, 54, saiu o Diário Oficial”.

O ingresso no quadro de professores titulares de cargo da rede pública, visto como uma oportunidade de valorização profissional e possibilidade de ascensão social, aparece na fala do Sr. Hudson, quando comenta suas aspirações ao ingressar no curso superior em Educação Física:

E naquele tempo, uma coisa muito importante, a referência eram as escolas públicas e não as escolas particulares e todo professor, mesmo nós quando ingressamos na faculdade, o nosso grande objetivo era trabalhar no colégio estadual porque ali o professor era mais valorizado, tinha melhores salários (...)

Além disso, o Sr. Hudson salienta que o professor aprovado em concurso público e, mais do que isso, atuando em escolas públicas, distinguia-se profissionalmente, ou seja, “(...) era uma referência de conhecimento e de competência técnica você estar em uma escola pública. Você era concursado, você era bom”.

O Sr. Hudson começou sua trajetória docente ministrando aulas de Educação Física no Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo, ingressando, posteriormente, como professor no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Ele conta o início da sua carreira da seguinte maneira:

Eu comecei em 1956 e... trabalhei (...) até 1986, ocasião em que passei pra equipe de assessoria técnica pedagógica onde fiquei durante 12 anos chegando ao cargo de diretor de Departamento do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo (...) trabalhei no SENAI durante onze anos com Educação Física(...) No SENAI pra minha efetivação eu tive que fazer um concurso. Foi teórico e prático. E depois eu fui pra essa comissão especial de seleção de professores. Fiquei 11 anos no SENAI.

Vale a pena destacar que, assim como o Sr. Hudson, todos os demais entrevistados não tiveram as respectivas atuações docentes circunscritas apenas na rede pública, mas também na rede de ensino privado. O Sr. Walter e o Sr. Edson, inclusive, mencionam esta

experiência ao contarem a respeito das instituições que trabalharam ministrando aulas de Educação Física:

Eu trabalhei em escola... eu, eu fiz concurso pra escola... eu cheguei dar aula neste colégio estadual de São Paulo, já em outro prédio. Eh... como contratado, depois fiz concurso ingressei em 1970 se não me engano, é 70 na rede oficial (...) Dei aula em escolas particulares de Educação Física, inclusive no Colégio Agostiniano (...)

Depois fui no grupo (...) onde havia uma substituição de uma professora que havia tirado uma licença saúde (...) Conversei com a diretora da escola e comecei a lecionar. Aí nunca mais parei: peguei outra licença saúde até prestar o concurso para professor primário e me efetivar. Mas como já era formado em Educação Física, tinha acabado de me formar, nas minhas aulas do primário eu também dava Educação Física. Depois comecei a dar aula no Grupo Escolar Deputado Silva Prado, no Jardim Popular, um bairro perto da Penha. (...) No ano de 1960 recebi um convite para dar sete aulas de Educação Física no Colégio Rio Branco (...) Depois no ano seguinte, peguei mais aulas, fiquei com vinte aulas.

A experiência em instituições particulares também é ressaltada pela Sr^a. Loyde, que chegou a trabalhar em quatro escolas além da escola estadual onde era titular de cargo:

(...) Só dava as aulas obrigatórias acho que eram doze por semana, uma coisa assim, porque eu tinha colégios particulares eu dava aula em quatro colégios ao mesmo tempo. Eu dava aula no Porto Seguro que era o melhor colégio de São Paulo, muitos anos, no Colégio Batista, no... Renascença... eram quatro escolas que eu dava aula.

A atuação profissional dos entrevistados nestes dois segmentos da área escolar trouxe contribuições significativas e possibilidades de observar o desenvolvimento da Educação Física na escola em diferentes perspectivas, pois, como menciona o Sr. Hudson, a experiência de atuar em dois universos dissonantes, como escola pública e a privada foi: “(...) um contraponto social no meu trabalho, porque ao mesmo tempo que eu trabalhava no Arquidiocesano, que era uma escola particular e com uma clientela muito rica, eu trabalhava no SENAI onde eu aprendi muitas lições de vida.”.

Em se tratando de vivências distintas, é oportuno mencionar que a Sra Loyde tem, em sua trajetória profissional, a experiência singular de ter atuado durante longo período no cargo de direção da escola em que se efetivou:

(...) a escola cresceu muito e abriram uma extensão da escola pra funcionar no Grupo Escolar e precisava de uma Diretora, um Diretor pra essa turma que ia estudar lá (...) Ligaram pra mim e disseram assim: “Olha foi feito uma reunião aqui e você foi escolhida pra ser a Diretora daquela escola”. Eu não tinha idéia nenhuma, nada, eu gostava muito de Educação Física, mas... eu fui, eu fui. (...)

eu sofri mas também tive vitórias graças a Deus (...) foi muito bom, muito bom, a experiência...

Embora exercendo outra função, a Sr^a. Loyde não abandonou o que mais gostava de fazer na escola: “Nesse tempo eu pedia uma turminha emprestada pra professora de Educação Física, pra eu dar aula, fazer demonstração, para continuar dando aula”.

3.3 O desvelar da prática docente dos professores e das professoras de Educação Física na escola

(...) pra mim, a Educação Física foi quando eu comecei (...) E dali, até minha época de aposentadoria que foi 1983, eu achei que a Educação Física sempre foi a coisa mais linda... De um progresso incalculável (...) Então, posso afirmar com convicção que a minha época foi a fase de ouro da Educação Física. Aliás, que eu guardo com muita... com muita satisfação, viu? Com muito carinho (...).³⁹⁸

A conjuntura histórica dos dois últimos governos de Getúlio Vargas delineada no capítulo anterior permitiu observar que as proposições da política educacional do ministro Capanema, incluindo aquelas concernentes ao desenvolvimento da Educação Física na escola, permaneceram vigentes no sistema escolar brasileiro durante mais de duas décadas, uma vez que, “a Reforma Capanema, iniciada em 1942 (...) vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961”.³⁹⁹

No entanto, o fato de o panorama educacional com o fim do Estado Novo não ter sido substancialmente alterado no âmbito legal, nas duas décadas seguintes, não significou que mudanças e transformações na prática educativa não tenham sido cogitadas e processadas no cotidiano escolar.

No caso da Educação Física, em particular, observa-se nos anos que se seguiram ao fim do regime ditatorial do Estado Novo, um movimento entre os profissionais da área na perspectiva de repensar a validade do método de ensino até então vigente nas aulas de Educação Física, colocando em questão a pertinência de práticas remanescentes do projeto político educacional de Capanema.

A manifestação concreta deste processo se verifica com a realização da “Semana de Exposição e Métodos”, evento promovido no ano de 1946 pela Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo (APEF). Ao mencionar que o encontro se destina a “(...) ventilar esses problemas de suma importância, no momento em que se pretende a adoção

³⁹⁸ Trecho da entrevista de Fernando de Oliveira Rocha realizada pela autora em 20/08/2008 na residência do entrevistado.

³⁹⁹ RIBEIRO, Maria Luísa Santos. op. cit., p.138.

de um método nacional”⁴⁰⁰, o Capitão Sylvio de Magalhães Padilha, na ocasião presidente da APEF, anuncia o que viria a se tornar tema recorrente na área da Educação Física Escolar nos anos que se seguem ao final da década de 1940: a proposição de métodos alternativos, em substituição ao Método Francês, que, como já assinalado nos capítulos anteriores, teve sua adoção oficializada pelas regulamentações do Ministério da Educação e Saúde nos anos trinta e quarenta, permanecendo vigente durante décadas⁴⁰¹.

No âmbito da formação universitária, o contexto narrado pelo Sr. Edson, quando ainda cursava a graduação em Educação Física em meados da década de 1950, traduz este movimento de “modernização” no ensino da área, ao mencionar que:

No segundo ano da faculdade veio um professor de ginástica sueca (...) fazer um estágio ou algo parecido, dando aula diferente das que tínhamos com o professor Boaventura (...) Durante o período em que o professor sueco esteve conosco, o professor Boaventura sempre esteve presente, pois as aulas eram dadas no seu horário.

Ao dizer que a aula se diferenciava das que havia tido até então, o entrevistado faz alusão à ainda prevalência do Método Francês, o qual, inclusive, foi tema da aula inaugural da instituição, na época Escola Superior de Educação Physica, ministrada no dia 04 de agosto de 1934, pelo professor Jarbas Salles de Figueiredo cujo título era “Atividades Físicas para crianças de 7/8 anos de Idade”, de acordo com o Método Francês”.⁴⁰²

A Sr^a. Loyde, que frequentou a graduação na instituição na década de 1940 também fez referência à predominância do Método Francês, citado como referência para seu trabalho na escola: “Eu dava no começo Método Francês que era o que a gente tinha aprendido na Escola (Escola Superior de Educação Física de São Paulo) (...)”.

Vale ressaltar que o Método Francês se constituiu uma forte referência também na formação dos entrevistados que estudaram em outra instituição, como o Sr. Fernando e a Sr^a. Cleide, que cursaram o ensino superior em Educação Física na Escola de Educação Física de São Carlos. A presença marcante desse referencial atravessou décadas, perfazendo as experiências da Sr^a. Cleide, cuja formação no ensino superior na instituição, em relação ao Sr. Fernando, tem uma distância de mais de dez anos. Nesse sentido ela

⁴⁰⁰ PADILHA, Sylvio de Magalhães. Apresentação. SEMANA DE EXPOSIÇÃO DE MÉTODOS, 1946, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1946. p.1.

⁴⁰¹ A reimpressão da publicação do Método Francês como edição de emergência pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura datada de 1960 não deixa dúvidas sobre essa constatação. BRASIL, op. cit., 1960.

⁴⁰² DAIUTO, Moacyr Brondi. op. cit., p.6.

afirma, de forma contundente: “Na Educação Física, minha formação básica na graduação foi o Método Francês, era o mais importante.”.

A dimensão desta influência se fez notar mesmo entre os entrevistados que tiveram contato na graduação com outras possibilidades, pois ainda que mencionem as experiências com outros métodos, as considerações realizadas têm como matriz de comparação o Método Francês. Ao fazer a descrição da aula com o professor visitante, o Sr. Edson destaca os atributos do novo método utilizado:

Na primeira parte da aula ele usava pequenos jogos para o aquecimento, utilizando os bancos suecos, partes do plinto, colchões de ginástica de solo, arcos, enfim um estilo completamente diferente do método francês, tornando as aulas alegres, movimentadas, os alunos se sentiam mais soltos, mais a vontade. (...) Não era aquele movimento rígido do método francês não. Era uma ginástica mais balanceada, mais gostosa. Começaram assim a introduzir o método sueco... até então eu nunca tinha ouvido falar dele.

Suas impressões colocam em evidência que as mudanças que foram ocorrendo em função desse intercâmbio com experiências desenvolvidas fora do país tinham como eixo central a busca por outros referenciais para o ensino da Educação Física diante do esgotamento das possibilidades do Método Francês, o que inclusive é explicitado por outro entrevistado o Sr. Walter, ao comentar a respeito de outros métodos que passou a conhecer e a vivenciar ao cursar o ensino superior:

Na própria Escola de Educação Física, a gente teve experiência com outros métodos. No início era só método francês realmente, então a gente assimilou essas alternativas. Estudou (...) e teve oportunidade de pôr em prática essas alternativas, então não era mais aquele... método único que... era cansativo. Até os alunos gostavam muito pouco (...)

Nessa direção, a Educação Física Escolar no estado de São Paulo experimenta, no início da década de 1950, um período profícuo de iniciativas visando a aproximação com uma diversidade de propostas metodológicas de ensino desenvolvidas em outros países.

Esse cenário é expresso pelos entrevistados cujos relatos acenam para a interação com métodos de ensino diversificados proporcionada pelo contato com as experiências de professores vindos do exterior para além do âmbito do curso universitário, perfazendo também os cursos de atualização ou capacitação docente, como pontua o Sr. Fernando:

E... Esta época para mim, depois de 50, foi realmente a época... a fase de ouro da Educação Física. (...) Quando foi mais ou menos em 51, o professor Moacyr Daiuto, que era diretor técnico do Departamento de Educação Física do Estado

de São Paulo, nos proporcionou... um curso de aperfeiçoamento sobre a Educação Física de quinze dias (...)

Na promoção de ações neste sentido, têm destaque, nas lembranças dos entrevistados, a Escola Superior de Educação Física de São Paulo (ESEF), o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF) e a Associação dos Professores de Educação Física do Estado de São Paulo (APEF), a qual, segundo a Sr^a. Cleide:

(...) teve uma participação importantíssima, na vida dos professores (...) porque nós éramos muito poucos professores, eram os professores que saíam da Escola de São Carlos e da Escola de São Paulo, todo mundo se conhecia, todo mundo sabia o nome de todo mundo, então nesses cursos (...) todo mundo se encontrava lá, então você trocava experiência, “eu fiz isso, eu fiz aquilo”, “você não quer jogar na minha cidade? É aniversário da cidade, a cidade faz aniversário”, então tinha um intercâmbio entre os professores que era uma coisa fenomenal, sabe? (...)

Tendo na presidência da APEF Sylvio de Magalhães Padilha e na direção técnica do DEF, Antonio Boaventura da Silva, professor da cadeira de ginástica da ESEF, de quem, inclusive, o Sr. Edson e o Sr. Walter mencionam que foram alunos na graduação, materializava-se a tripla parceria da qual decorre a realização de encontros, palestras e reuniões, no sentido de divulgar idéias e experiências, bem como, discutir proposições, métodos e práticas consolidadas no cotidiano da Educação Física nos estabelecimentos de ensino, como esclarece a Sr^a. Cleide:

(...) os professores da Escola de Educação Física de São Paulo, a maioria trabalhava no DEF então através do governo, através do Major Padilha que foi uma pessoa exponencial na Educação Física, eles traziam essa gente pra cá. Porque o Brasil em Educação Física era assim tão distante, que a gente ficava longe do mundo. Então o Major Padilha trazia esse pessoal de fora pra começar a dar uma modernizada.

Essa articulação foi fundamental para subsidiar e promover os cursos de atualização profissional, dentre os quais, o Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico de Educação Física, e se faz presença marcante nas recordações do Sr. Hudson, da Sr^a. Cleide e do Sr. Fernando, o qual lembra com satisfação de sua participação no primeiro ano em que o curso foi realizado: “(...) nós íamos pra Santos na Escolástica Rosa, na Ponta da Praia. E ali, a gente... Eu me lembro que devia ter mais de mil professores! Logo no primeiro curso.”.

Deste primeiro curso seguiram-se muitos outros nos anos seguintes como conta o Sr. Fernando:

Esse treinamento técnico pedagógico que nós tivemos, foram dez anos. Eles começaram, foram dez na Ponta da Praia na Escolástica Rosa. E os demais, eles fizeram no Departamento de Educação Física em São Paulo (...) durou mais de 10 anos este curso técnico. Mas foi muito, muito mesmo... bom pra todos nós. Aprendemos... Aumentamos muito os nossos conhecimentos (...)

O período prolongado de permanência do curso se torna ainda mais expressivo, se se considerar que muitas das ações envolvendo setores do poder público são interrompidas ou até mesmo desaparecem diante de um quadro de instabilidade política, como o verificado nesta época, o que não ocorreu com o citado curso, como diz a Sr^a. Cleide: “(...) eu participei em 1965 do décimo primeiro curso de Aperfeiçoamento Técnico Pedagógico em Santos (...)”.

O registro documental da primeira edição, realizada entre 15 a 30 de junho de 1951, indica que o curso era destinado a “(...) todos os professores de Educação Física, de ambos os sexos, dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário, normal e profissional”. Com uma carga horária de 118 horas e meia de atividades didáticas, distribuídas em aulas práticas no período da manhã, teóricas à tarde e à noite preenchida com hora social, palestras e projeção de filmes, o DEF visava oferecer aos professores “(...) a oportunidade de atualizar e ampliar seus conhecimentos técnicos e pedagógicos no setor da Educação Física.”⁴⁰³

Tais finalidades parecem ter sido alcançadas com êxito, como pode ser observado na fala entusiasmada do Sr. Fernando ao destacar os méritos do curso:

E embora, a gente ficasse... parte das férias (...) compensava. Eu ia pra lá e a gente aprendia! Aproveitava muito (...) nós tínhamos os três períodos: de manhã e a tarde eram as atividades e com todos aqueles professores renomados do exterior. Tinham argentinos, mas os da Europa tinham maior destaque. E a noite geralmente eram palestras Valeu muito! E aprendemos bastante! Quer dizer, pra mim, a fase de ouro da Educação Física foi esta. Porque hoje, você tem, o que você aprende é na sua faculdade, mas nós tínhamos aprendizado da vida, da prática, do dia-a-dia. Que era muito importante, né? Hoje, eu não conheço nenhum curso de aperfeiçoamento técnico pedagógico que dure quinze dias com três períodos por dia. Eu não conheço! Não sei se já houve.

Estas experiências também são destacadas pelo Sr. Hudson quando comenta que:

⁴⁰³ Artigos 1º e 2º do Regulamento do Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico de Educação Física aprovado pelo Ato nº. 43, de 05 de maio de 1951. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1951, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação/Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, 1951. p.I.

Antigamente havia um contato ou intercâmbio muito grande com a Argentina, com o Uruguai, com o Chile. Existia até um curso de atualização técnica e pedagógica que acontecia e era um evento muito importante. (...)

Para os três entrevistados, o envolvimento nos cursos de atualização aparece como relevante; eles são lembrados dado o importante papel que cumpriram no sentido de balizar suas respectivas atuações na escola. A Sr^a. Cleide e o Sr. Fernando demarcam o período como um momento crucial de suas carreiras:

Ainda em Barretos, começou uma nova fase da minha vida profissional. Passei a frequentar os cursos promovidos pela Associação dos Professores de Educação Física (...) A APEF trazia professores da Europa, e ela fazia uns cursos de férias no mês de julho na cidade de Santos ou na capital. (...) A APEF foi o elo entre a Escola de Educação Física e o trabalho do professor, atualizando-o (Sr^a. Cleide)

(...) foi uma época muito feliz porque, através destes cursos, eu fiquei conhecendo outros professores de muita capacidade também. Professores nossos e professores do exterior. Vieram professores da Argentina. Da França, por exemplo, nós tínhamos o Monsieur Listello. É! Que veio nos demonstrar... aumentar... dar conhecimentos da... ginástica esportiva generalizada. Que era muito usada, principalmente com adolescentes e crianças, né? Com crianças. E eles gostavam demais da aula! O... Johansson... Professor Johansson da Suécia. A ginástica sueca (...) era dada com movimentos balanceados. (Sr. Fernando)

O Sr. Hudson também ressalta a oportunidade que teve por ocasião da participação nos cursos:

Eu cheguei a conhecer o Prof. Listello da França, conheci o Gerard Schimdt da Áustria, o Dallo da Argentina, sabe? Conheci o Romero Brest. Romero Brest foi o que primeiro começou a falar da educação do movimento e da educação através do movimento, sabe? Foi a primeira pessoa que falou em psicomotricidade isto na década de 60. E engraçado a gente não conseguiu perceber o quê que ele estava falando, só depois de muito tempo é que eu pude ver os meus escritos e entender o que o Romero Brest falou, sabe?

A vivência dos entrevistados com diversificadas possibilidades de trabalho refletiu em suas atuações como professores, à medida que elementos e recursos provenientes destas outras propostas vão sendo incorporados nas aulas e utilizados concomitantemente com aqueles prescritos pelo método oficialmente regulamentado no Programa para o ensino da Educação Física no curso secundário.⁴⁰⁴

É importante ressaltar que, embora o contato dos professores com outros referenciais tenha colocado a soberania do Método Francês em questão, este não foi abolido das aulas de Educação Física de modo imediato e, no caso do Sr. Fernando,

⁴⁰⁴ Portaria Ministerial nº. 70, de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.191.

continuou sendo utilizado, como ele mesmo diz ao se referir aos outros métodos com que foi tendo contato, como o Método Desportivo Generalizado e o Método Sueco: “Mas é preciso ter também material pra dar muita coisa. Não é tudo que você pode improvisar, locais, etc, etc. (...) Mas o que era de mais prático mesmo era o francês, o método francês.”.

Isto porque, para além do aspecto legal que ainda mantém vigente a adoção do Método Francês, cujos propósitos, inclusive, passam a ser articulados ao aspecto esportivo como forma de assegurar sua aplicação neste cenário de mudança⁴⁰⁵, é inegável sua influência na formação destes professores, especialmente daqueles que se formaram na década de 1940, como a Sr^a. Loyde e o Sr. Fernando. Este, inclusive, o destaca como a base de seu trabalho na escola:

(...) pra mim, a base... a base mesmo sempre foi o regulamento número sete da Educação Física da França. Eu acho que, até hoje, usa muito. E o Exército também, como traduziu, eles mesmos se encarregaram de, como não era um método nacional, de ir sanando aqueles probleminhas que surgiram, né? Que eram naturais.

De qualquer modo, nota-se, sob a vertente dos exercícios ginásticos, que o Método Francês foi gradativamente perdendo terreno para outras possibilidades, como demonstra o relato da Sr^a. Loyde:

Eu dava no começo método francês que era o que a gente tinha aprendido na Escola (...) mas a gente aprendeu também dança, dança folclórica e a gente dava, aproveitava nas demonstrações e... eu dava bola ao cesto, dava vôlei, eu fiz técnico de vôlei, teatro a gente dava, aqui no Porto Seguro dei muito teatrinho (...)

Este momento de transição é sinalizado pelo Sr. Fernando:

E pelo que eu observei, foi muito o método francês, sabe? De Educação Física (...) Depois é que começamos então com a ginástica esportiva generalizada que também era da França. Mounsier Listello que era um estudioso, trouxe aqui pra gente.

⁴⁰⁵ Alfredo Colombo, diretor da Divisão de Educação Física, ao apresentar a reimpressão da edição original do Método Francês em 1960, referindo-se “à época desportiva em que vivemos”, propalava as virtudes do método, cujas características “são as mesmas que encontramos agora, como novidade, nos modernos processos de treinamento desportivo.” BRASIL, op. cit., p.3.

O Sr. Fernando, quando conta a dinâmica de suas aulas como professor de um estabelecimento de ensino da rede estadual, explicita essa condição secundária dos exercícios ginásticos balizada pelo Método Francês, os quais, apesar de continuarem existindo, se apresentam em seu relato reduzidos ao momento inicial da aula:

Nenhuma aula eu dava sem uma iniciação, por exemplo, de ginástica. Era um excelente... aquecimento. Fazia questão que os meus alunos conhecessem... Eu citava pra eles, antes do início da aula: “Vocês vão iniciar... Primeiro, vão fazer movimento de braço, depois faz de perna, depois faz de tronco”.

Nesta perspectiva, o relato do Sr. Hudson sobre o início da sua carreira como professor em uma escola da rede privada de ensino é elucidativo dessa mudança:

Iniciei meu trabalho no Colégio Arquidiocesano em 1956. Nossas aulas eram realizadas à tarde, chegávamos por volta das 14 horas e tínhamos à nossa disposição quatro turmas em cada horário, cada um ocupava um espaço onde ministrava a ginástica (...) No Arquidiocesano quando eu entrei, o professor de Educação Física só ministrava aulas de ginástica, sendo que a parte de esportes era feita pelos irmãos maristas.

O relato prossegue evidenciando que, apesar de o contexto não muito favorável ou estimulador às inovações, por se tratar de uma instituição com vínculos às tradições, o Sr. Hudson introduz um trabalho com a ginástica sob outra perspectiva: “Aí eu já comecei um trabalhinho extra classe de nada com um grupinho pra fazer ginástica de solo e aparelhos. Os irmãos não sabiam fazer isso e eu tinha feito na minha Escola Superior de Educação Física.”.

A descrição do Sr. Hudson denota sob qual vertente foi realizado este trabalho, que, inclusive, como o entrevistado conta, teve ampla aceitação na instituição:

Então, eu comecei o treinamento com rolamentos, salto sobre o banco sueco e salto sobre o plinto, pois eles tinham esse material. “Ah! Vamos aperfeiçoar mais?”. Daí teve uma festa de comemoração do aniversário do reitor eu fiz uma apresentação no meio do pátio com aqueles garotos de ginástica olímpica e o reitor aplaudiu, achou bonito, e deu total apoio ao trabalho.

A ginástica revestida de características que a aproximavam da perspectiva esportiva também figurou como possibilidade de trabalho dos professores, particularmente daqueles que trabalharam em instituições que dispunham dos equipamentos, como a Sr^a. Loyde, que diz: “Tive alunas que nas olimpíadas se destacaram muito, com ginástica, a gente dava

muita ginástica com aparelho no Porto Seguro. Então tinha já todos os aparelhos olímpicos (...).”.

Interessante notar que sua experiência com esta modalidade, diferentemente do Sr. Hudson, não ocorreu durante a formação universitária, como ela diz: “(...) a gente não aprendeu isso na Escola, teve que aprender fora, treinar um pouco (...)”. Isso implica considerar o intervalo considerável entre uma formação e outra, na medida em que o Sr. Hudson iniciou seus estudos na ESEF dez anos depois que a entrevistada.

Neste sentido, observa-se nos relatos dos entrevistados que os exercícios ginásticos gradativamente assumem um papel secundário nas aulas, dada a dimensão que outras atividades corporais como os jogos, as danças, e principalmente as modalidades esportivas, adquirem na narrativa destes professores e professoras, conforme demonstra o Sr. Fernando:

E eu delineava tudo! “Porque um dia (...) se vocês quiserem jogar um basquete, forem convidados, vocês saberão jogar basquete. Se convidar pra jogar vôlei, vocês saberão jogar vôlei. E fazer ginástica. Só não prometo isso na natação porque não temos piscina!” (risos) E não havia mesmo. Na época, não havia. Então, era uma dificuldade assim... “Só isso eu não prometo pra vocês. As demais vocês vão ter conhecimento”.

Assim, percebe-se uma tendência em que as modalidades esportivas vão ocupando espaço privilegiado na prática pedagógica dos docentes entrevistados, o que foi observado também no intenso envolvimento dos professores com os campeonatos esportivos, como relata o Sr. Fernando: “Tínhamos os jogos colegiais... Nós tínhamos os regionais aqui (...) campeonatos de... futebol de salão, de vôlei que nós levávamos o ano todo. Entre colégios! (...)”.

O relato do Sr. Walter explicita a valorização atribuída a essas atividades:

O campeonato colegial já com... com a participação das escolas particulares, incentivou muito a... a prática de atividade esportiva. A gente tinha quase que por obrigação preparar equipes pra poder fazer parte, pra mostrar serviço. Aliás até em colégios oficiais que eu trabalhei você recebia material pra trabalhar com Educação Física dependendo de... ter ou não ter turmas pra disputar campeonato colegial (...)

O direcionamento de ações para o aprimoramento do professor neste sentido é expresso pela Sr^a. Cleide:

Você tinha um curso técnico de vôlei em um ano, um curso assim bem forte, bem puxado, mas de prática, com bastante conteúdo para você ter firmeza, para você ter uma equipe competitiva. Havia curso técnico de outras modalidades,

tinha de atletismo, tinha de natação, de basquete, etc. Fazia o curso e se você quisesse partir para carreira profissional, ser técnica de basquete, aí poderia trabalhar em um clube.

No entanto, apesar de os relatos sinalizarem uma orientação para o desenvolvimento do trabalho com modalidades esportivas, visando à preparação de equipes para os campeonatos esportivos, as experiências dos entrevistados demonstram que suas respectivas práticas não foram norteadas por esta perspectiva, como explicita o Sr. Fernando:

Eu sempre fui um professor também assim... Nunca fiz muita questão de grandes resultados. O que eu queria, eu explicava pros meus alunos, principalmente na Industrial: “Eu quero que vocês aprendam (ênfase) a atividade. Que vocês aprendam a jogar um basquete. Que vocês saibam como bater uma bola, como passar, conheçam as regras” (...) “Amanhã, quando alguém convidar (...): ‘Você quer participar de um basquete?’, vocês conhecem a regra e sabem jogar basquete”.

As experiências do Sr. Edson também indicam uma postura muito similar:

(...) sempre trabalhei com a classe, com todos os alunos, nada, por exemplo, de pegar aquele porque joga basquete, outro que joga vôlei, nada disso, a aula é pra toda classe. E estimulando, incentivando mais aqueles que tinham menos habilidade. Porque a aula é a aula que ele tinha direito (...) Aquele professor (...) só dava a bola de futebol, na aula de Educação Física, porque se ele ficasse ali explicando, ensinando regras, seria ótimo, né? Mas não! Jogava lá. Então o que acontecia? Os alunos habilidosos, que gostavam, ficavam e os que não sabiam nada eles ficavam em volta ali, só esperando passar a hora pra irem embora, não participavam de nada! Eu achava um absurdo, né? Um crime. Então isso eu nunca permiti, nunca realmente fiz... Todos os alunos faziam tudo o que eu estava dando. (...) não que eu seja contra futebol, eu gosto, mas se o aluno já sabe futebol, vamos dar outras coisas é uma oportunidade dos outros também aprenderem mais coisas, desenvolverem outras habilidades. Eu sempre combati isso.

Suas convicções sobre o trabalho com modalidades esportivas nas aulas de Educação Física na escola são ainda mais esclarecedoras quando pontua de forma veemente: “Escola não é clube, né? Clube é diferente, você vai trabalhar com uma equipe, específica de vôlei, basquete. É diferente da escola.”. Ao fazer essa distinção, o Sr. Edson chama a atenção para a valorização da prática esportiva nas aulas de Educação Física como um elemento inserido em um processo significativo de ensino e de aprendizagem em detrimento de sua aplicação no contexto do treinamento visando a performance esportiva.

Esta compreensão é compartilhada pelos demais entrevistados, como o Sr. Walter, que critica, de forma contundente, a apreciação positiva de seu trabalho por se pautar no seu desempenho e, principalmente, no de seus alunos, nos campeonatos esportivos:

(...) você era avaliado pela sua produtividade com relação ao campeonato colegial e eu não acho isso muito correto porque eu posso optar por ser simplesmente um educador, não preparador físico, preparador esportivo, tá certo?

E também pelo do Sr. Fernando, cujo posicionamento é expresso na fala dirigida aos seus alunos:

Então, eu dizia pra eles: “Olha, vocês perceberam, eu não faço muita questão de campeão. Não é isso que eu quero. Não. Eu quero que vocês conheçam o esporte pra poder utilizar depois. Se são campeões hoje e, amanhã, não praticam nada, é nada. Aonde vocês estiverem, com quem tiverem, vocês vão poder jogar qualquer... praticar qualquer modalidade porque vocês vão conhecer as regras e como se deve fazer”.

Tais pressupostos se materializavam na forma como ele abordava as modalidades esportivas em suas aulas; na descrição de uma delas, inclusive, demonstra que não se limitava apenas aos esportes coletivos, como ele faz questão de salientar:

(...) eu aproveitava pra dar atletismo pros meus alunos. Entendeu? Que a maioria gosta é de jogos; eu dava também atletismo (...) O salto simples... Agora, o salto com tesoura, o salto grupado, etc... Tudo isso! Triplo eu dava muito pouco porque era muito forte. Eu achava também. O salto em altura eu dava com rolo. Ensinava... Os meus alunos saltavam. Sabiam saltar com rolo! Tanto de frente... de barriga, como de costas... Sabiam tudo isso! Sabiam correr... Mesmo estas corridas... de longa distância a gente chama no atletismo corrida de fundo, ou meio fundo (...) eu dizia sempre pros meus alunos tomar cuidado, por exemplo, com as posições dos braços... e eu vejo gente, por exemplo, com o braço e o antebraço contraídos. Então, eu dizia pra eles: “Por que vocês não podem fazer isso? Primeiro, vocês têm que deixar descontraído, tem que melhorar sua circulação. Você tá perdendo a sua circulação sanguínea ali! Então, descontraí! A inclinação do... Você tá correndo sentado. Você tá batendo a sola do pé. Não, você tem ligeiramente inclinar...”

É interessante notar que esse movimento tendente ao predomínio das práticas esportivas nas aulas de Educação Física não encontrou, nos estabelecimentos de ensino, a adequação em termos de infraestrutura, evidenciando-se nos relatos dos entrevistados a carência de equipamentos e instalações propícias para atender esta demanda, que, em grande medida, decorria dos incentivos governamentais aos campeonatos esportivos.

A dimensão desta situação é explicitada pelo Sr. Fernando:

Os maiores problemas até pouco tempo nós tínhamos: faltava uma sala de aula para o professor, que era justamente uma quadra, que seria o ideal. Então, nós tínhamos que ir pra... pra pequenos... terrenos. Onde tivesse, não é? O Departamento Municipal de Educação Física é que tinha uma quadra, mas tinha que servir a cidade toda! E tinha o Clube Araraquarense uma quadra, mas era para seus associados. De maneira que... Existia também esta dificuldade, né?

A Sr^a. Loyde faz alusão a esses problemas ao narrar as dificuldades que teve que enfrentar em um das escolas da rede pública estadual em que lecionou:

(...) foi o pior lugar que eu trabalhei porque não tinha nada, tinha um pátio com pedra eu tinha que dar aula em cima das pedras, essa pedra solta, não tinha outro lugar. (...) tinha que levar às vezes postes de vôlei qualquer coisa assim tudo carregar até o pátio (...) nunca tive uma quadra uma coisa assim e lá (...)

Em compasso com essas preleções, o Sr. Edson faz uma descrição minuciosa das improvisações que foi levado a fazer para ministrar as aulas de Educação Física, diante da limitação de espaços:

(...) eu dei aula no Campos Sales, aqui na Liberdade, não tem quadra nem nada é um pátio. Então no pátio eu consegui colocar cesta de basquete, né? Porque eu sempre joguei basquete (risos). Eu coloquei uma tabela de um lado, uma tabela de outro, riscamos uma quadra de basquete e uma de voleibol, fazíamos basquete, só que o voleibol... por causa da cobertura não dava, então a gente improvisava uma porção de regras, né?

Seu relato evidencia, ainda, a lacuna entre as cobranças feitas ao professor de Educação Física em termos de rendimento esportivo, já mencionadas anteriormente, e a oferta de subsídios para que o trabalho nesta perspectiva seja efetivado:

E... na parte de demonstrações no Pacaembu não seria justo deixarmos de participar por falta de quadra. Então eu pegava o plano do DEF, né? E treinava os alunos e eles também participavam. Do campeonato colegial também eles participavam, embora as instalações esportivas fossem precárias o que a gente fazia em aula, aplicava e tivemos sempre bons resultados em demonstrações, nas festas de encerramento das delegacias de ensino. Eu sempre dizia aos alunos que não era porque nós não tínhamos nada é que iríamos ficar marginalizados, não. Vocês vão participar também, de uma forma ou de outra, né?

A escassez de infraestrutura não era uma condição observada apenas nas escolas da rede pública, como acrescenta o Sr. Edson a respeito de sua experiência em uma escola da rede privada de ensino:

Só que eles não tinham assim... pelo tipo do colégio as instalações realmente necessárias para se dar uma boa aula. Tinha uma quadra externa, a parte do pátio que seria pro recreio e era usado também como quadra e tinha uma rampa no colégio que servia de local para as aulas de Educação Física. Eram três, quatro professores ao mesmo tempo e uma sala de aula também que servia para aulas de... ginástica de solo com colchonetes, plinto, banco sueco. Então a gente fazia rodízio, um dia eu tinha aula na rampa, outro dia na sala, outro dia na parte coberta, outro na quadra lá fora, enfim o horário era para turmas masculina e feminina, cujas aulas eram dadas pelas professoras de Educação Física. O colégio era frequentado por alunos de classe média alta, do Rotary Clube, todavia não possuía as instalações necessárias que deveriam ter, né? Acredito que hoje deva ter mudado, pois tem até faculdade, né? Mas naquela época era com muito sacrifício que a gente dava as aulas.

No entanto, o relato da Sr^a. Cleide, que iniciou a carreira docente mais tardiamente, acena para intervenções no sentido de melhoramentos em termos de instalações e de material esportivo, ao contar das iniciativas do diretor de uma das escolas onde lecionou:

(...) Na quadra não tinha tabela, ele mandou colocar tabela, colocou o aro, redinha, comprou bolas de basquete que eram de couro, de capotão, de tento. Aí um dia o professor foi para São Paulo e comprou bolas de basquete. Aí já eram bolas de válvula. Continuava de couro, pesada Um dia tomei uma bolada na orelha. Foi terrível, fiquei com o ouvido zumbindo mais de uma semana. Mas são ossos do ofício. Lá em Barretos eu consegui montar uma equipe de basquete.

O processo dinâmico que se instaurou na Educação Física Escolar com as novas possibilidades de conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas, em descompasso com o panorama de estagnação em âmbito legal, se fez notar também em outros aspectos consolidados na gestão do ministro Capanema, que, apesar de continuarem figurando na prática docente dos entrevistados, foram revestidos de outros propósitos que não exatamente aqueles que balizaram sua implementação.

Interessante observar que, nas experiências dos entrevistados, não há vestígios da realização do exame biométrico, que, como discutido no capítulo anterior, foi um dos procedimentos insistentemente cobrados dos professores pela Divisão de Educação Física. Os relatos indicam apenas a realização do exame médico, como ressalta o Sr. Fernando, que inclusive faz uma apreciação positiva de sua aplicação na escola:

E outra coisa que eu ia me esquecendo de falar pra você que eu achava fantástico naquela época. Se eu tivesse, por exemplo, aí mil alunos, estes mil alunos iam passar por exame médico (...) antes do início, vamos dizer, do próprio ano letivo (...) Primeiro, eu precisava saber se aquele aluno estava em condições físicas.

A fala do Sr. Fernando remete à adoção desta medida como um incentivo para seu trabalho e como a expressão da valorização da prática docente do professor de Educação Física pelos órgãos governamentais:

Por aí, você vê como a gente tinha que trabalhar. Havia, inclusive, até um estímulo para o professor. Diante disso, né? Você vê a vontade que tinha o Estado também... de fazer as coisas funcionarem bem, né? Que assim era o caso da Educação Física. Por muito tempo foi assim.

O Sr. Hudson também faz menção à realização dos exames médicos ao narrar um episódio que marcou o início de sua carreira como professor de Educação Física no SENAI, em meados da década de 1950:

Na nossa época tinha os exames médicos e eu naquela época era muito jovem eu comecei dar aula com 20 anos e pouco, me formei muito cedo com 20 anos eu já estava formado. E aí um detalhe assim muito interessante porque (...) nos dias frios eu intensificava mais o vigor nos exercícios. No início fazia o aquecimento com corrida e alguns exercícios de saltitamentos (...) Nisso eu olhava um garoto bem branco, loiro e ele estava pálido. “Será que eu preciso intensificar um pouquinho mais? Eu não estou atingindo o grupo?” (...) Eu olhava pro garoto, aí eu percebi, Denise, que no rosto e no peito ele tinha umas manchas escuras e que ele estava pálido. Eu olhei pro garoto e ele tentando fazer... não tive dúvida, Denise, eu falei: “Pessoal pára todo mundo!”. Coloquei o garoto nas costas e entrei pro vestiário correndo e comecei a massageá-lo intensamente. Em seguida encaminhei-o pra enfermaria da escola. O enfermeiro fez os procedimentos pertinentes e encaminhou pro atendimento médico do Sesi pra fazer exames mais minuciosos. O menino tinha uma insuficiência cardíaca.

O Sr. Hudson, ao se perceber naquela circunstância problemática, resolve pedir explicações ao médico da instituição:

(...) eu cometi o maior absurdo! Eu quis culpar o médico da escola (risos) e fui lá chamar atenção do médico! Só que aí eu entendi, pelos exames que ele fez, que realmente o médico não poderia ter percebido.

Nesse sentido, longe do propósito inicial de coleta de dados de cunho estatístico e como um instrumento para classificar os alunos, cogitado pelo ministro Capanema, os exames médicos aparecem, nos relatos, circunscritos à avaliação clínica, como indica o Sr. Fernando quando atribui a pertinência deste procedimento ao diagnóstico preventivo de eventuais problemas de saúde dos alunos: “(...) Quanto aluno eu descobri com problema no coração, com sopro, com isso, com aquilo (...)”.

No entanto, ainda como um instrumento de avaliação clínica, os entrevistados sinalizam para a limitação dos exames médicos, os quais não eram suficientes para detectar eventuais problemas de saúde dos alunos, o que levou o Sr. Hudson:

(...) a estabelecer um critério de procedimentos adequados respeitando a natureza daquela pessoa que você está trabalhando, faixa etária e manter sempre um controle da frequência cardíaca. (...) nossa profissão exige assim muito cuidado.

Da mesma maneira, o Sr. Fernando reconhecendo: “Era um exame também mais ou menos rápido, não muito minucioso porque não dava pra isso, né? Fazer exame de... um colégio... de todos alunos de um colégio, exame médico! (...)”, e compartilhando do posicionamento do Sr. Hudson a este respeito, salienta: “(...) o professor de Educação Física sempre teve de usar também de muito critério, né? Você distribuía a sua atividade assim bem dentro dos trâmites necessários para evitar dissabores (...)”.

A aplicação das provas práticas também é lembrada pelos entrevistados no cotidiano do trabalho docente, como o Sr. Fernando, que a menciona como uma ferramenta para balizar seu trabalho na escola:

Haviam provas práticas também que era pra ver a capacidade física dos alunos. Tinha umas tabelas para medir a capacidade física do aluno. Era muito importante, então você já sabia como aqueles alunos iam se portar em determinado exercício.

Compartilhando destas impressões, a Sr^a. Cleide sinaliza, em seu relato, o longo período em que este procedimento figurou nas aulas de Educação Física:

Então já começou assim uma coisa mais científica. Era muito importante e isso foi durante muitos anos, mas muitos anos. Até os anos setenta, começo dos anos setenta, porque depois eu já aplicava como professora o mesmo teste. Esse teste era básico pra todo mundo. Todo mundo fazia isso duas vezes por ano. Você fazia no começo do ano e no final do ano.

O Sr. Hudson, ao fazer referência à realização dessas provas, traz um dado valioso acerca do registro e posterior remessa dos resultados: “Quando eu comecei a trabalhar surgiram os testes do Klaus e Weber. Eram estes testes que nós fazíamos. Fazíamos e encaminhávamos relatórios destes testes para o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (...)”.

Ao prestar atenção ao seu relato, pode-se notar a indicação da remessa dos relatórios ao DEF e não mais à Divisão de Educação Física. Isso porque, o ministro da

Educação sucessor de Gustavo Capanema, Clemente Mariani, através de uma parceria com o governo do Estado de São Paulo em 1946, autoriza o DEF a:

(...) exercer no território do mesmo Estado, por intermédio do Departamento de Educação Física do Estado, todas as atribuições que cabem ou vierem caber à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde na parte relativa a aplicação das leis referentes à Educação Física no ensino secundário.⁴⁰⁶

Tal determinação implicou na suspensão das atribuições dos inspetores do ensino secundário de controle e fiscalização da Educação Física na escola secundária, ficando a cargo da Divisão de Educação Física a incumbência de “verificar sempre que lhe parecer conveniente, se a orientação dada aos estabelecimentos de ensino pelo Diretor do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo está de acôrdo com as diretrizes fixadas pela União”.⁴⁰⁷

Essa medida atendia a uma reivindicação antiga do DEF para que a orientação e fiscalização da Educação Física nos estabelecimentos de ensino fosse realizada por inspetores especializados na área, manifestada primeiramente em 1935, no evento promovido pela ABE - como mencionado no primeiro capítulo deste estudo - e reiterada anos mais tarde no Primeiro Congresso Paulista de Educação Física, realizado no ano de 1940:

Como não pode ser de outra forma, a inspeção da Educação Física, feita atualmente pelos inspetores do ensino secundário, sem caráter de especialização, resume-se em preencher a formalidade do envio dos relatórios mensais das secções de Educação Física, os quais não acusam claramente a situação anômala do ensino. No estado de São Paulo a inspeção especializada viria a resolver esses problemas, e o estabelecimento dessa inspeção especializada seria fácil, visto como já possui o Estado o seu corpo de inspetores. Bastaria apenas que esses funcionários técnicos estaduais tivessem ao seu cargo a fiscalização federal na parte de educação física.⁴⁰⁸

Ao fazer alusão à fiscalização realizada pelo DEF, o Sr. Hudson explicita que:

Eles organizavam, coordenavam, fiscalizavam e tinham o controle da Educação Física. Os inspetores do DEF tinham a função de fiscalizar todas as escolas, tanto públicas como particulares, rotineiramente todos os anos até a década de setenta.

⁴⁰⁶ Decreto-Lei nº. 9091, de 26 de março de 1946: “Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a delegar competência ao Estado de São Paulo para execução em seu território, das leis referentes ao ensino secundário, na parte relativa à educação física”. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1946vIp708/parte-76.pdf>> Acesso em 17Jul.2008.

⁴⁰⁷ Id. Ibid.

⁴⁰⁸ ROSA, Mário Miranda. op. cit., p.63.

Eles observavam principalmente os espaços e os materiais, relatando posteriormente no Termo de Visita.

O que significa dizer que a Educação Física Escolar, submetida ao rígido regime de fiscalização preceituado nas reformas Campos e Capanema, permaneceu ao longo dos anos, ainda que em outra instância, sob o acompanhamento efetivo dos órgãos governamentais.

A preocupação com a frequência dos alunos às aulas de Educação Física alvo de constantes e incisivas orientações da então Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde na gestão Capanema, e que também suscitou medidas de controle, aparece no relato do Sr. Fernando, que, inclusive, enfatiza aspectos prescritos nos documentos que regulamentaram tais orientações:

Quanto à frequência sempre... A caderneta de chamada que os demais professores das outras matérias usavam, eu usava também. Era obrigatório, então, você tinha um número de aulas que você poderia faltar. Se passasse daquilo, você ficava preso! Preso é o seguinte: de segunda época de uma determinada matéria. Isso já faz já tantos anos, mas era mais ou menos isso. Era dificilmente. Eu era tão feliz que dificilmente um aluno ficava preso por falta. Ele podia faltar, mas por necessidade. Porque tinham alguns que não tinham condições, né? Eram doentes, não podiam praticar, ou tinha um defeito físico.

Tal controle também vem à tona no relato do Sr. Edson ao recordar: “Mensalmente a escola mandava para os pais um relatório das faltas (...) Mandava os pais assinarem porque o aluno estava faltando e as aulas eram obrigatórias e eu assinava o relatório.”

A exigência quanto ao uso do uniforme para as aulas de educação física foi um outro item que constou das disposições governamentais estabelecidas, em 1938, pela Divisão do Ensino Secundário aos estabelecimentos de ensino: “os uniformes serão obrigatórios tanto para professores como para alunos (...)”.⁴⁰⁹

A Sr. Loyde e o Sr. Fernando, ao narrarem suas atuações na escola, fazem referência ao uso do uniforme como condição básica para seus alunos frequentarem as aulas, que eles próprios se encarregavam de confeccionar e adornar, como indicam os relatos abaixo:

(...) Exigia. Exigia uniforme. Em todas as escolas, todas as escolas. Uniforme completo, eu mesma mandava fazer, arranjava quem fazia, a escola comprava, vendia para os alunos, assim escolhia os modelos e... os bordados, sempre, sempre mandava fazer.

⁴⁰⁹ Circular nº. 3.055, de 2 de junho de 1938. In: BICUDO, Joaquim de Campos, op. cit. p.489.

Na nossa época, nós dávamos a aula de Educação Física, nossos alunos tinham até o... o seu uniforme! (...) tinha o seu uniforme: calção e camiseta. Eu mandava até colocar o nome da escola nas camisetas. (...) Meia e tênis branco. Eles iam assim à vontade, mas iam uniformizados. Porque eu achava que pra que as coisas funcionem bem, você precisa estar certinho também (...)

Todo este cuidado e atenção denotam a relevância deste elemento na prática pedagógica como expressa a fala do Sr. Fernando:

Toda escola; cada um com seu uniforme! E, hoje, pra tristeza minha, eu não vejo nada disso! E já procurei saber, os amigos me disseram: “Não. Vão na classe e tiram... Tantas moças, tantos rapazes”. Diz que tem moça que sai até de sapato alto, sem uniforme pra prática de Educação Física!

A fala do Sr. Fernando corrobora as indicações presentes na normatização quando salienta:

E eu também nunca dei uma aula de sapato, não. De jeito nenhum. Tinha meu tênis e minha roupa de esporte. Minha camisa esportiva ou minha camiseta, conforme a temperatura... Minha calça comprida ou meu calção. Sempre assim também.

Nota-se que o uso do uniforme emerge nos relatos dos entrevistados também durante a formação universitária, como motivo de exigência e de vigilância por parte dos professores e de preocupação dos alunos, como lembra do Sr. Walter, quando estudava na ESEF:

Eu no primeiro ano da Escola de Educação Física (...) por falta de recursos eu comprei o uniforme que um outro aluno tinha começado a fazer Escola de Educação Física e desistiu, daí eu comprei o uniforme dele (risos) mais acessível, muito bem, o uniforme que não era meu tamanho exato (risos) (...) Ninguém andava de agasalho e tênis naquela época na cidade, você não via ninguém de agasalho e tênis. Então nós íamos de roupa comum, às vezes até paletó. Com a maleta carregando o uniforme escolar.

A Sr^a. Loyde, que também estudou na instituição, porém anteriormente aos três entrevistados, também se recorda do rigor com que se cobrava a utilização do uniforme, acrescentando, inclusive, o uso de vestuário distinto para aulas práticas e teóricas, bem como específicos para cada modalidade:

(...) a Escola era muito enérgica nos uniformes, era uma Escola Superior a gente tinha uniforme pra ir, chegava lá tinha que trocar pra aula de ginástica, da aula de ginástica, tinha aula de dança, tinha que trocar de roupa, tinha aula de natação,

tinha que trocar de roupa. Depois... uniforme pra voltar (...) nós tínhamos pra tudo e eles eram muito exigentes, todos eles, pra cada matéria ter o uniforme certo, maiô, maiô inteiro, azul marinho, tudo certinho, a dança tinha saíha e na aula teórica a gente ou ia com o uniforme ou agasalho pra assistir aula teórica, não podia ir de calção. Nisso eles eram muito exigentes, muito rigorosos, muito, muito.

A exigência quanto ao uso de determinada vestimenta permeou, de modo insistente, a formação dos professores, na medida em que extrapolou o âmbito universitário fazendo-se presente também nos cursos de atualização profissional, como destaca a Sr^a. Cleide:

Na ficha de propaganda de promoção do curso tinha o item uniforme: calça comprida azul marinho, blusa branca, tênis e meia brancos. Tênis branco e entre parênteses, limpos. Cabelos presos senhoras, nós éramos chamadas de senhoras não importava a idade, ninguém de cabelo solto, era um regime militar. Então a mulherada todo mundo de roupa branca e calça comprida, custou pra você poder usar short, calção, não era short era calção. Aquele famoso calção de elástico na perna, o cóis já era de botão, tinha botão e zíper, já não era tão largo no quadril, ele já era um pouco mais apertadinho. Se fosse muito apertado, o professor que coordenava o curso que era o Prof. Antonio Boaventura da Silva, que era o diretor da Escola de Educação Física, catedrático da modalidade de ginástica, não permitia: “Não, muito, muito apertada, a senhora, por favor, ponha calça comprida”.

A dinâmica dicotômica das aulas de educação física por sexo também se revelou uma prática consolidada pelas intervenções do Ministério Capanema as quais, inclusive eram ministradas pelo professor de sexo correspondente ao da turma de alunos, como explica a Sr^a. Cleide: “Tinha o professor que dava aula para os meninos, eu dava aula só para meninas”.

Como abordado no capítulo anterior, a sistemática de desenvolvimento das aulas separadamente para homens e mulheres nos estabelecimentos de ensino, embora oficialmente regulamentada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário promulgada em 1942, foi logo posta em questão em favor do ensino misto.

No entanto, enquanto que para os demais componentes curriculares, a co-educação foi possibilitada nos estabelecimentos de ensino secundário, no caso da Educação Física, a divisão das turmas por sexo permaneceu e de maneira duradoura, como indica o Sr. Walter: “(...) Eu trabalhei durante 24 anos e 11 meses na rede oficial, na rede estadual, eu nunca dei aula pra turma mista nem pra turma feminina, sempre era o professor com os meninos, com os alunos, e a professora com as alunas.”.

Este é um dado valioso e instigador de questionamentos acerca das razões para que a sistemática do ensino dicotômico para homens e mulheres tenha se consolidado apenas

nas aulas de Educação Física, não se verificando sua permanência nos demais componentes curriculares.

É preciso considerar, no entanto, que a dinâmica de aulas separadas por sexo remonta à primeira instituição no Brasil destinada a preparar professores de Educação Física para atuarem nos estabelecimentos de ensino, cuja sistemática foi adotada já nas primeiras aulas ministradas na instituição, como demonstra o trecho de um artigo noticiando a inauguração da Escola Superior de Educação Physica: “As aulas da Escola serão diárias, divididas em dois grupos: as aulas praticas pela manhan e as theoricas a tarde, sendo o ensino pratico ministrado separadamente às moças e aos rapazes e o theorico dado em conjunto.”.⁴¹⁰

Essas questões remetem ao pensamento social dominante acerca dos distintos papéis de homem e da mulher no contexto histórico das décadas de 1930 e 1940 e, atrelados a ele, como a Educação Física foi concebida nos projetos políticos educacionais, especialmente aquela implementada pelo Ministério Capanema, que, dado o contexto bélico mundial do período, imprimiu a sua efetivação na escola um papel eminentemente utilitário.

Tais premissas são claramente explicitadas em um dos escritos de Inezil Penna Marinho, pois, ao delinear “o lugar Educação Física no plano educacional”, indica que no ensino secundário: “Os objetivos perseguidos para os alunos do sexo masculino e para os do sexo feminino não são idênticos, o que determina a diversidade de orientação e de meios a empregar”⁴¹¹. Ao longo do texto, tal distinção é explicitada quando o autor assim se posiciona:

Os desportos, quer individuais, quer coletivos, já terrestres, já aquáticos, também são excelentes formas de trabalho, explorando o espírito de competição que existe no homem. A jovem, por seu lado, traz uma acentuada preocupação estética e as atividades rítmicas são as que melhor correspondam a esse desejo. Daí, conclui-se que a orientação da Educação Física no ensino secundário deverá ser utilitária e estética para os alunos do sexo feminino e utilitária para os do sexo masculino.⁴¹²

⁴¹⁰ ESCOLA Superior de Educação Physica – sua inauguração amanha. 03 de agosto de 1934. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da USP.

⁴¹¹ MARINHO, Inezil Penna. Sugestões para o lugar da educação física num plano nacional de educação. In: GOELLNER, Silvana Vilodre. (org). *Inezil Penna Marinho: Coletânea de textos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CBCE, 2005. p.47.

⁴¹² Id. Ibid., p.47.

Embora tais preceitos tenham sido esboçados no contexto histórico da década de 1940, observa-se que se mantiveram atuais nas décadas seguintes, uma vez que aparecem materializados no programa curricular da Escola Superior de Educação Física de São Paulo, cuja regulamentação⁴¹³ do ano de 1958, indica a presença de disciplinas de participação restrita às mulheres e outras, destinadas apenas aos alunos homens. Entre as primeiras, figuram as disciplinas denominadas “Danças” e “Educação Física Geral Feminina” e, entre as segundas, estão os “Desportos Terrestres Coletivos (2ª seção)”, os “Desportos de Ataque e Defesa (2ª seção)” e “Educação Física Geral Masculina”.

O desenvolvimento das aulas de Educação Física separadamente para meninos e meninas se revela como a manifestação concreta desta distinção, uma vez que os objetivos e métodos que se conjecturou preconizar para o homem e para a mulher não se adequariam se aplicados coletivamente para meninos e meninas, como explicita o Sr. Fernando:

Nunca se misturou, por exemplo, masculino e feminino (...) Não se misturava como fazem hoje, né? (...) Não que não seja bastante agradável... Não é isso. É que não se justifica (...) Você vai dar um exercício para o homem e o mesmo exercício para a mulher... Não tem lógica, né? (...)

É inegável, portanto, a contribuição que estas instituições tiveram, na condição de formadoras de profissionais para atuarem na Educação Física no âmbito escolar, a fim de demarcar desta dinâmica de separação dos alunos por sexo como uma estratégia didática nas aulas, porém não se pode afirmar que isso, por si só, tenha garantido a perpetuação da prática durante tanto tempo, uma vez que é preciso considerar as sistematizações, decisões e normatizações correlatas às instituições de ensino que, em seu conjunto, interferem no cotidiano escolar, as quais, por sua vez, não se apresentam de modo linear nas diferentes redes e nos distintos níveis de ensino.

Nesta direção, alguns entrevistados relatam ocasiões em que desenvolveram seus trabalhos na escola com turmas do sexo oposto ao deles ou mesmo com turmas mistas, cujas experiências aparecem atreladas às respectivas atuações em outras redes de ensino, como é o caso do Sr. Walter e do Sr. Edson, cujos relatos, embora acenem para a prevalência desta sistemática nos estabelecimentos de ensino da rede estadual, descrevem vivências que destoam dessa perspectiva.

O Sr. Walter narra uma vivência diversa quando diz:

⁴¹³ Lei nº. 5.101, de 30 de dezembro de 1958. “Dispõe sobre a incorporação da Escola de Educação Física do Departamento de Educação Física e Esportes, no sistema estadual de ensino superior, e dá outras providências. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da USP.

Só tive uma experiência numa escola particular, escola comercial particular onde as turmas eram separadas também, masculino e feminino, mas eu dei aula pras turmas femininas de Educação Física, mas ainda assim eram separadas. As aulas eram separadas.

A descrição do Sr. Walter coaduna com o do Sr. Edson, o qual compartilhando com o entrevistado da vivência de ministrar aulas em distintas redes de ensino, destaca que:

No Estado também as aulas eram separadas, eu só comecei a dar aulas assim, pra turmas mistas, quando entrei na prefeitura (...) No Estado mesmo eu realmente só dei aula pra turma masculina, na prefeitura que eu dei aula pra turma mista.

Ao narrar essa vivência enquanto professor da rede municipal, o Sr. Edson destaca o trabalho com turmas mistas em outro nível de ensino:

Na prefeitura até estranhei porque pegava turmas como por exemplo: de... de 1ª a 4ª série, então eles tinham aulas de Educação Física a partir da terceira. As turmas de terceira e quarta, como eram classes mistas no primário, então também era mesma sala que saía pra Educação Física.

Em compasso com a descrição acima, a Sr^a. Loyde também faz menção às aulas mistas no ensino primário, enfatizando a separação das turmas no ensino ginásial, ao dizer que: “(...) na primeira escolinha era tudo junto era primário, né? Aí eu dei junto, mas no ginásio só meninas (...)”

Seu relato diverge daquele do Sr. Edson apenas quando se refere às aulas no ginásio, pois ele conta que: “Depois de um certo tempo no ginásio acontecia a mesma coisa. As turmas de Educação Física eram mistas e as aulas eram dadas pelo mesmo professor.”. No entanto, o entrevistado salienta que tal medida foi adotada “(...) para facilitar por causa do horário geral da Escola em relação às outras disciplinas.”.

Neste sentido, observa-se que a perspectiva de preconizar aos homens e mulheres práticas corporais distintas se consolidou nas aulas de Educação Física, nos estabelecimentos de ensino secundário, cuja sistemática de divisão das turmas de alunos por sexo se mostrou prevalente, ainda que deslocada do seu propósito inicial e em momentos históricos em que tais estratégias não faziam mais sentido, uma vez que, como relatado pelos entrevistados, o desenvolvimento das aulas com turmas mistas era possibilitado em algumas ocasiões, especialmente quando era conveniente à instituição escolar.

A imagem abaixo, mostra o Sr. Edson com seus alunos, em uma das ocasiões em que participaram do desfile escolar e das demonstrações de ginástica nas festividades cívicas da “Semana da Pátria”, as quais também eram realizadas separadamente para meninos e meninas.

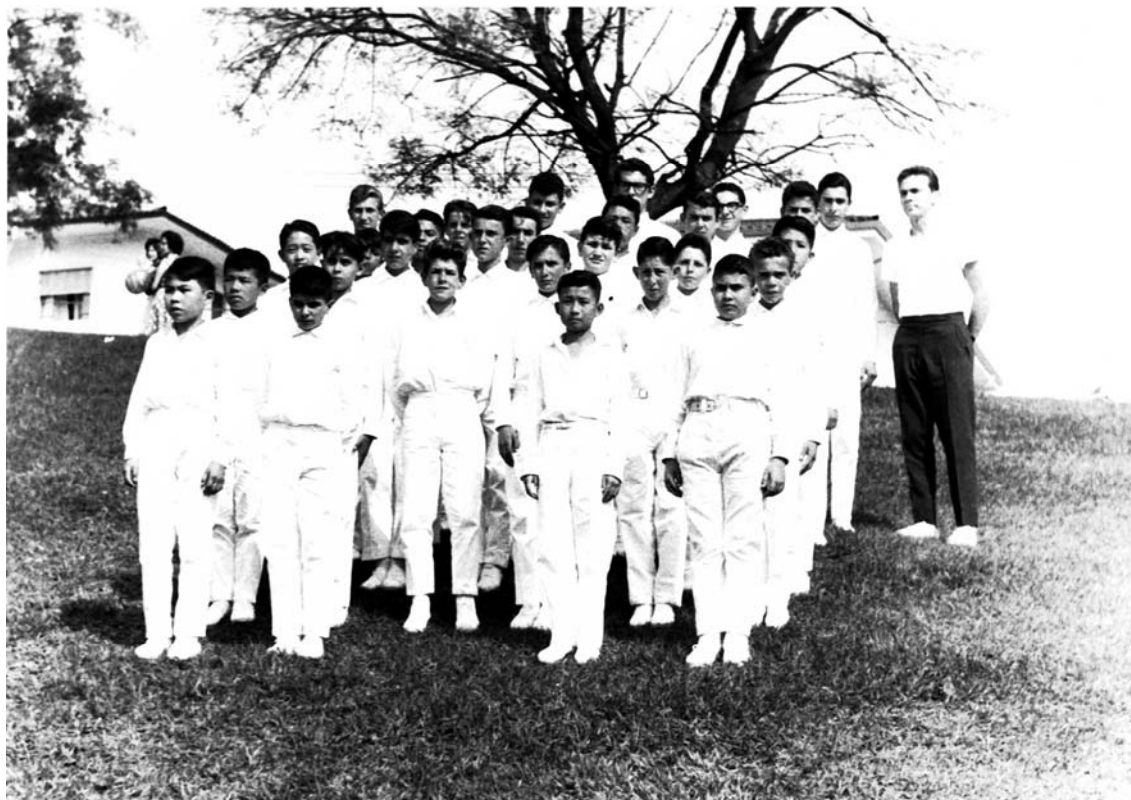


Foto 11: Sr. Edson Souto Ramos e alunos na ocasião em que participaram dos desfiles e das demonstrações de ginástica durante as festividades da “Semana da Pátria” no Estádio Municipal do Pacaembu na década de 1970.

Fonte: Arquivo particular de Edson Souto Ramos.

Os desfiles e as demonstrações de ginástica também se constituíram atividades de permanência duradoura na Educação Física Escolar, as quais se perpetuaram na atuação docente de todos os entrevistados, porém se mostraram significativas para dois deles, nas experiências do Sr. Fernando e da Sr^a. Loyde, os quais, inclusive, foram os que mais cedo iniciaram a carreira docente na Educação Física Escolar.

Como abordado no capítulo anterior, tais atividades se efetivaram como o ponto alto da semana de eventos cívicos promovidos pelo governo por ocasião da “Semana da Pátria”.

É também no contexto das celebrações cívicas que os desfiles escolares e as demonstrações de ginástica emergem na prática docente dos entrevistados no âmbito da Educação Física Escolar, como conta o Sr. Fernando: “(...) E as atividades que nós

fazíamos durante o ano, por exemplo, de comemoração das datas cívicas, da data de aniversário da cidade (...) Nós apresentávamos desfiles muito bonitos. Nós fazíamos questão! (...)”.

E como também expressa a Sr^a. Loyde:

Aquelas do Pacaembu, não é do seu tempo, acho que você não pegou nenhuma no Pacaembu Semana da Pátria. (...) as escolas públicas todas e do interior também vinham pro campeonato colegial e tomavam parte da demonstração. Antes das demonstrações os alunos desfilavam. Era o encerramento do campeonato colegial.

A imagem a seguir registra a participação do Sr. Edson, de calça em tom escuro e camiseta branca, conduzindo seus alunos no desfile, que, segundo a Sr^a. Loyde, antecedia a exibição das demonstrações de ginástica:

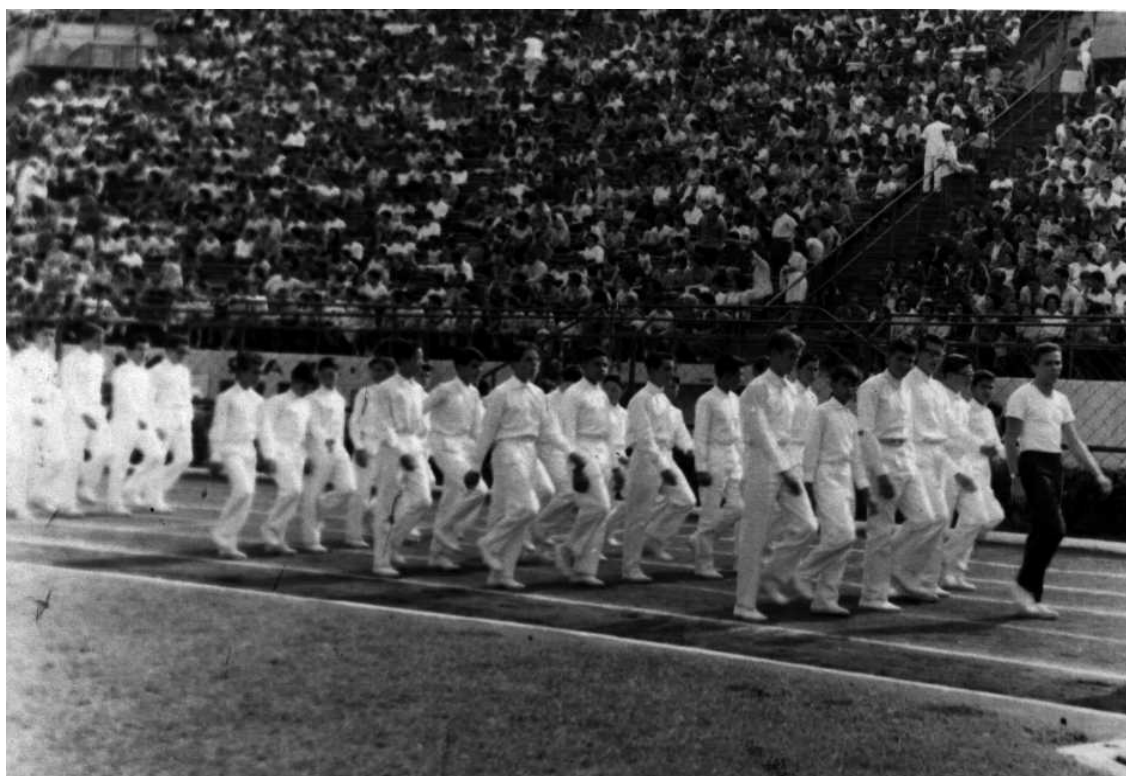


Foto 12: Sr. Edson Souto Ramos e alunos em desfile no Estádio Municipal do Pacaembu nas comemorações da “Semana da Pátria” na década de 1970.

Fonte: Arquivo particular de Edson Souto Ramos.

Além dos desfiles realizados no Estádio do Pacaembu, os entrevistados acenam para sua efetivação em vias públicas. O Sr. Fernando conta com orgulho que foi dele a iniciativa para a realização dessas manifestações na cidade de Araraquara, interior do estado de São Paulo: “Quem iniciou, por exemplo, os desfiles assim, que criou estes

desfiles, posso dizer que fui eu. Porque eu era do Ginásio São Bento também... E eles tinham mais recursos.”.

Os relatos do entrevistado indicam a evidência dos desfiles como um atrativo público; ao se referir aos eventos cívicos que organizava em sua cidade, diz: “(...) o povo gostava muito de desfile, sabe? Naquela época, gostava. E eram centenas de alunos desfilando... Os pais, então, não ficavam em casa por nada, né? (risos). Tinham que ver os filhos lá todos garbosos, né?”.

As considerações tecidas pelo Sr. Fernando são ilustradas pela imagem abaixo, que retrata a participação de escolares em um desfile cívico realizado em uma cidade do interior do estado de São Paulo. A imagem permite observar também um outro aspecto destacado pelo Sr. Fernando, que diz respeito ao vestuário dos alunos, do qual, ele mesmo se encarregava: “Então mandei que fizessem um uniforme branco. Eles usavam todos calça branca e blusa branca.”.



Foto 13: Desfile cívico realizado em 1959 na cidade de Santa Bárbara D'Oeste/SP.

Fonte: Disponível em: <<http://www.fundacaoromi.org.br/homesite/news.asp?recordando=1017>>

Acesso em: 06 Set.2008.

O local percorrido pelos alunos ao desfilar e o espaço ocupado pelas pessoas também se aproximam muito da descrição minuciosa que o entrevistado faz acerca da organização da atividade:

O desfile, por exemplo, nós fazíamos no centro da cidade, concentração num parque bastante grande. E nós tínhamos a ordem de sair. Dava um certo intervalo

de um colégio pra outro (...) Nós tínhamos o itinerário de saída. Mas o povo se concentrava às margens da... da sarjeta, das ruas e nas avenidas, né? E ficava aplaudindo, assistindo.

Um outro detalhe que chama atenção no registro iconográfico são as bandeiras do país e do estado de São Paulo que os alunos levam nas mãos, evidenciando o caráter ritualístico de culto aos simbolismos nacionais, bastante explorado durante o regime ditatorial de Vargas.

A demonstração pública de devoção à pátria envolvia, para além do uso irrestrito dos símbolos nacionais, a preparação gestual dos alunos neste sentido como pode ser observado na fala do Sr. Fernando dirigida aos seus alunos: “‘É com bastante... É com bastante orgulho, assim: cabeça levantada e seriedade’. E eles faziam tudo aquilo que a gente repetia pra eles, viu? (risos). Valeu, foi uma fase que valeu muito, valeu a pena.”

As experiências da Sr^a. Loyde com os desfiles escolares são condizentes com as do Sr. Fernando em muitos aspectos, incluindo a realização por ocasião das comemorações cívicas do Dia da Independência, pois, como afirma a Sr^a. Loyde: “Todo ano na semana da pátria havia desfile escolar”.

O Vale do Anhangabaú, no centro da cidade de São Paulo, é o local descrito pela Sr^a. Loyde para a realização dos desfiles escolares em vias públicas. Embora o seu relato esteja inserido no contexto da década de 1960, percebe-se que os desfiles escolares no Vale do Anhangabaú remontam à década de 1940, como indica uma reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” do ano de 1946, que dedicou páginas inteiras a “Semana da Pátria”, noticiando os eventos a serem realizados, dentre eles os desfiles escolares: “No próximo dia 6, pela manhã, no Vale do Anhangabaú, sob o patrocínio do Departamento de Educação Física do Estado, realiza-se o desfile dos estabelecimentos de ensino secundário, escolas normais e profissionais”.⁴¹⁴

A publicação também trazia as “Instruções para o Desfile Escolar”, indicando, além do horário, local para concentração dos alunos e itinerário, informações a respeito do vestuário e da disposição dos alunos de cada escola:

(...) a formatura de cada estabelecimento para o desfile deverá obedecer a disposição de colunas (...) Os alunos deverão desfilar com o uniforme dos respectivos colégios facultando-se também o uso de trajes esportivos, isto é, calça comprida, camisa esporte e tênis, não será permitido o desfile com calção.⁴¹⁵

⁴¹⁴ SEMANA da Pátria - As comemorações de 7 de setembro nesta capital. O Estado de São Paulo, 04 de setembro de 1946.

⁴¹⁵ Id. Ibid.

Como se pode observar, os desfiles contavam com ampla divulgação em jornais de grande circulação, o que garantia notoriedade e a presença maciça da população. Tal característica se manteve ao longo dos anos, pois a capacidade de estes eventos reunirem grande concentração de pessoas é um aspecto comum nas falas da Sr^a. Loyde e do Sr. Fernando, além de ser constatado no registro iconográfico abaixo, referente a um dos desfiles que a Sr^a. Loyde realizou no Vale do Anhangabaú. Nota-se, além da numerosa quantidade de espectadores posicionados à margem das sarjetas, a multidão aglomerada sobre o Viaduto do Chá.



Foto 14: Desfile de estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro organizado pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto em 1967 no Vale do Anhangabaú – São Paulo/SP.
Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

Um momento desse desfile, registrado na imagem a seguir, mostra a utilização de adereços como painéis, que como a Sr^a. Loyde descreve, eram criados e confeccionados por ela: “Esse aqui foi um desfile (...) alunas do Porto Seguro, o desfile do Anhangabaú. Eu peguei (...) o isopor e pintamos todos os esportes que ia ter na Olimpíada, uma parte do desfile. (...)”.



Foto 15: Os jogos olímpicos. Parte do desfile de estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro organizado pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto em 1967 no Vale do Anhangabaú – São Paulo/SP.
Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

Além desses, os dois entrevistados fazem referência a outros elementos decorativos incorporados aos desfiles, denotando a dimensão espetacular de tais eventos, como explicita o Sr. Fernando quando diz: “(...) nós fazíamos carros alegóricos muito bonitos, sabe? E nós enfeitávamos demais os desfiles...”.

A utilização de carros alegóricos nos desfiles também é mencionada pela Sr^a. Loyde, cuja descrição traduz a magnitude que esses eventos alcançaram:

(...) no desfile eu fiz a bandeira, mas não podia fazer essa bandeira em lugar nenhum, eu tive que fazer na rua e soltar, não pude. Então os meninos foram de branco fazendo a bandeira olímpica, as meninas de vestido e sapatinho da cor dos aros, desfilaram como bandeira, mas muito difícil. Abri com carro alegórico (...) da Grécia e fechei com o carro do México porque foi no ano que teve Olimpíada no México (...)

Essa descrição remete à constatação do caráter ornamental que os desfiles assumiram, os quais trazendo temas diversos, como as Olimpíadas, citados pela Sr^a. Loyde, relegavam a um plano secundário o objetivo maior desta atividade: a disseminação do ideal

cívico-patriótico. Tal vertente dos desfiles despertou a preocupação de um dos professores da ESEF, Antonio Boaventura da Silva, que em seus escritos publicados na década de 1970 alertou:

Compreendemos que os desfiles escolares somente se justificam quando se constituam realmente em motivo de orgulho e alegria para alunos e professores e em magnífica oportunidade para aprimorar os sentimentos de ordem cívica e social, cujos objetivos, essencialmente educacionais, jamais devem ser deturpados ou desvirtuados.⁴¹⁶

Percebe-se, nitidamente, o esforço em manter os desfiles escolares, enquanto função a ser desempenhada pelos professores de Educação Física, atrelados aos princípios da educação cívico-patriótica, e, mais do que isso, como um instrumento dela.

Essa preocupação também se revela em um artigo publicado no periódico de uma entidade representativa dos professores, o Centro do Professorado Paulista (CPP), quando o autor denuncia:

(...) um verdadeiro indiferentismo para com a moral e o civismo em prejuízo da Pátria. Os elementos essenciais da mocidade, o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência das responsabilidades desapareceram da escola onde a subversão encontrou livre trânsito.⁴¹⁷

Embora o autor do artigo defendesse a idéia de que o aprimoramento dos “princípios da moralidade e do civismo, tão necessários à formação da juventude” era tarefa de todos os professores da escola, dedicou todo o texto a tecer elogios à Educação Física e à sua importância nos estabelecimentos de ensino, cujo título, inclusive, a traz conjugada aos preceitos da educação moral e cívica.⁴¹⁸

Sob esse aspecto, os desfiles escolares preconizados no Programa de ensino para a Educação Física expedido ainda na década de 1940, tendo, portanto, sua organização e condução consolidadas como incumbência dos professores de Educação Física, conferiam a essa disciplina escolar a prerrogativa de ser aquela que melhor cumpriria a tarefa para a introjeção dos valores cívico-patrióticos no contexto escolar, como demonstra o Sr. Fernando, cujo relato expressa o seu empenho, bem como dos outros colegas de profissão,

⁴¹⁶ SILVA, Antonio Boaventura da. *Comandos em geral*. Escola de Educação Física. Universidade de São Paulo – USP, 1978. p.28. Originalmente a obra foi publicada em 1941 sob o título “Vozes de Comando”.

⁴¹⁷ FLORENTINO, Rosalvo. Escola contemporânea – Educação Moral, Cívica e Física. *Jornal O Professor*, Ano IV, Nº. 56, 2ª. Quinzena de setembro de 1973.

⁴¹⁸ Id. Ibid.

para o sucesso do evento, uma vez que dele dependia a apreciação positiva do seu trabalho, e, conseqüentemente, o engrandecimento da profissão:

E eu via naquilo uma maneira de colaboração. Da gente... elevar ainda mais a nossa profissão (...) Os outros colegas acharam interessante, naquele espírito de colaboração, começaram a por seus alunos também e fizeram de Araraquara, nestas fases assim cívicas como sete de setembro, o dia da Independência que eram datas muito importantes e de aniversário da cidade, grandes festas, né? (...) Toda escola... Uma ficava com ciúmes da outra (...)

Interessante notar que os desfiles escolares também se constituíram como ocasiões em que a conduta disciplinar era exigida aos alunos. Tal conduta implicava na condenação de determinadas atitudes por ocasião do ato de desfilar, como evidencia as orientações dadas aos alunos pelo Sr. Fernando:

A gente procurava fazer tudo pra agradar, pra fazer certo. Então, ensinava-se o aluno: “Não. Nada de conversa, mascar chiclete durante o desfile. Não!” (...) E a disciplina dos alunos, entende? Porque eles seguiam a risca! Nem conversando, nem mascando chiclete, não.

As orientações quanto ao comportamento esperado pelos alunos vinham acompanhadas de indicações sobre como se posicionarem e se deslocarem. A postura ereta e a precisa execução dos movimentos durante o desfile eram motivo de exigência, como ressalta o Sr. Fernando: “A gente exigia do aluno os movimentos de braço, de perna. E eles faziam. Acertar o passo...”.

A simetria e precisão dos movimentos compassados de braços e pernas exigidos, pelo Sr. Fernando, dos alunos por ocasião dos desfiles são descritas por ele como: “Esta parte de marcha, ordem unida que eles chamam, isso aí eu dava também fora de hora pra eles (...)”.

A utilização das evoluções e dos exercícios de ordem unida, expressa pelo Sr. Fernando, se mostrou um outro elemento da esfera disciplinar inserido na Educação Física Escolar.

A vinculação dos exercícios de ordem unida à disciplina é expressa nas considerações tecidas em um artigo publicado no periódico “A Defesa Nacional”, cujo autor propala a conveniente aplicação dos exercícios de ordem unida na vertente disciplinar:

(...) os exercícios em ordem unida são muito úteis; eles produzem disciplina, coesão e absoluta e instantanea obediencia às ordens do chefe. Estes exercícios permitem que a tropa execute movimentos com ordem e rapidez e de acordo com o desejo do seu Cmt. (Comandante), a despeito dos perigos, dificuldades e privações.⁴¹⁹

Embora a aplicação dos exercícios de ordem unida tenha sido mencionada pelo Sr. Fernando circunscrita ao universo dos desfiles escolares, seus elementos constam prescritos em uma obra de autoria de Antonio Boaventura da Silva, composta de orientações didáticas no sentido de balizar o trabalho dos professores de Educação Física no contexto escolar. A obra contém explicações detalhadas sobre cada fundamento e a correspondente instrução verbal ou “voz de comando”, recomendados para serem “ensinados paulatinamente e à medida que seu conhecimento se faça necessário para facilitar ao professor o manejo satisfatório da classe e, aos alunos, a compreensão e a aprendizagem dos exercícios e atividades”.⁴²⁰

Assim, dada a acentuada conotação disciplinar dos exercícios de ordem unida, faz todo sentido sua utilização por ocasião dos desfiles escolares, uma vez que eles, segundo Boaventura, se constituíam “(...) magnífica oportunidade para aprimorar os sentimentos de ordem cívica e social (...)”.⁴²¹

As impressões do citado autor sobre a questão disciplinar são explicitadas na referida publicação:

Permitam-nos externar a nossa convicção de que os “Comandos em Geral”, oportuna e conscientemente utilizados, poderão se constituir num dos melhores elementos capazes de associar a compreensão de disciplina às necessidades primordiais de formação social dos jovens desde que concordem conosco em que “ser disciplinado, é aceitar, de maneira consciente e sem restrição, a necessidade de uma lei comum que regule e coordene os esforços de todos”.⁴²²

Convém lembrar que o trecho da citação em aspas foi motivo de menção no primeiro capítulo deste estudo, com o intuito de demonstrar os princípios disciplinares, incutidos pela doutrina militar no âmbito educacional, e pelos quais o autor da obra acreditava que se devia conduzir a “formação social dos jovens”.

Saliente-se que a questão disciplinar também se manifesta nos relatos dos entrevistados no percurso de formação profissional, centralizado na figura de um professor

⁴¹⁹ FACÓ apud FERREIRA NETO, Amarílio, op. cit., p.22.

⁴²⁰ SILVA, Antonio Boaventura da. op. cit., p.27.

⁴²¹ Id. Ibid., p.28.

⁴²² Id. Ibid., p.29.

em especial, o autor citado nos parágrafos anteriores, Antonio Boaventura da Silva, ou professor Boaventura, como preferem chamá-lo. Trata-se de uma pessoa emblemática na área, dado seu indubitável engajamento a favor do desenvolvimento da Educação Física, que, na qualidade de professor catedrático da ESEF e diretor técnico do DEF, se constituiu forte referência para a atuação docente de todos os entrevistados, fazendo-se notar, de forma proeminente nas narrativas, mesmo daqueles que não estudaram na ESEF, como a Sr^a. Cleide e o Sr. Fernando.

Ao rememorem suas vivências na ESEF, o Sr. Edson, o Sr. Hudson e o Sr. Walter descrevem situações vivenciadas com o professor Boaventura que remetem ao rigor disciplinar a que eram submetidos. Dentre essas, duas - uma descrita pelo Sr. Walter e outra pelo Sr. Edson - transcritas respectivamente abaixo, se inscrevem no âmbito da ideia preconizada pelo professor sobre o que é “ser disciplinado”:

(...) o professor Boaventura trouxe para nos dar aula um professor estrangeiro, o professor Listello, ele falava muito bem, razoavelmente bem, e esse professor (...) começou a falar coisa tão importante, sabe? Que eu julguei tão importante que eu... tava sentado aqui, minhas coisas estavam lá na arquibancada. Levantei fui buscar meu fichário voltei abaixado, sentei. Ele fez assim (apontou a porta), me botou pra fora da sala (risos), me botou pra fora da sala! E eu saí, não tinha como discutir. Quando acabou a aula eu fui perguntar por que, né? Nem ousava tomar satisfação, não era tomar satisfação, era perguntar porque... Ele falou “Porque aqui tem disciplina, o senhor precisa pedir licença pra sair do lugar”.

(...) o Boaventura, por exemplo, que era assim... ele não admitia, por exemplo, vamos supor que sua aula começasse às sete horas, e, você chegava sete horas e um segundo. Ele não deixava você entrar de jeito nenhum como não admitia qualquer explicação sobre seu atraso.

A fala do Sr. Walter, dirigida ao professor após o episódio, manifesta um sentimento de resignação diante da injustificada repreensão: “‘Professor, eu perdi a aula e perdi o que eu ia anotar’. Sabe? Me conformei, já sei que não posso mais me mexer.”

Esse acontecimento ainda teve outros desdobramentos quando, ao encontrar casualmente com o professor Boaventura, o Sr. Walter o lembrou do ocorrido:

Muitos anos depois nós tivemos a oportunidade de participar de um evento e almocei com o professor Boaventura no restaurante. E eu falei: “Professor o senhor se lembra por acaso desse episódio assim...”, ele falou: “eu fiz isso?” e eu: “fez professor”. Ele não falou mais nada, quer dizer, ele mesmo com o passar do tempo, reconheceu que havia um certo exagero, embora como eu disse pra você, naquela ocasião era preciso que alguém tivesse pulso, porque senão a coisa podia degingolar.

A rigorosidade disciplinar também é expressa sob o aspecto do cerceamento de comportamentos julgados inadequados, como explicita o Sr. Walter: “Ai de quem fosse apanhado fumando dentro da escola e ele fumava, ai de quem fosse apanhado fumando de uniforme. Então era um extremo rigor (...)”.

O Sr. Hudson demonstra em seu relato que os alunos - e ele próprio, como um deles - tinham a dimensão do exagero da cobrança disciplinar a que eram submetidos em algumas situações, ao dizer que: “Na época a gente até relutava com alguns, alguns, como eu vou dizer, com alguma coisa que a gente achava exorbitante, algumas coisas na disciplina”.

Ele indica ainda que o aprendizado decorrente dessas vivências possibilitou, quando já estava atuando profissionalmente, discernir entre o exagero e a aplicabilidade da disciplina no contexto escolar:

(...) Mas depois que nós fomos pras escolas e começamos a trabalhar, então nós vimos que não precisava tanto, mas tinha que ter... aonde a disciplina tem que ser colocada, senão você não consegue desenvolver nenhum trabalho (...) E... eu sempre procurei me vigiar muito nisso, não chegar no exagero.

É interessante notar que tais experiências refletiram na prática pedagógica dos entrevistados que estudaram na ESEF, como a Sr^a. Loyde, que, avaliando sua atuação na condição de professora de Educação Física na escola, diz ter sido: “(...) muito exigente e... só dava dispensa se as meninas precisassem mesmo e não tive problemas com as meninas.”.

A fala do Sr. Edson também contribui para pensar no quanto a vivência com esses pressupostos disciplinares na graduação balizou sua posterior atuação profissional na escola, como ele mesmo reflete:

Mas eu sei que... como professor eu sempre fui um pouco... rigoroso, não sei se... por conta da formação acadêmica exigida na faculdade também, mas eu exigia participação, disciplina, respeito e postura dos alunos (...) Eu sempre exigi disciplina, participação e aluno educado, sabe? (...) Mas não era bravo, era muito amigo dos alunos, defendia os alunos, né? Por que... Valorizava o trabalho deles.

A postura rigorosa do professor Boaventura também é lembrada em universos externos ao âmbito universitário, por ocasião dos cursos de atualização profissional que ele, enquanto diretor técnico do DEF, promovia, como destaca a Sr^a. Cleide: “(...) ele

muitas vezes mandou professor embora do curso por mau comportamento. Então a coisa era rígida, jogo duro.”.

É importante ressaltar que as ações do professor Boaventura, embora mencionadas pelos entrevistados pela vertente da rigorosidade e pelo enfoque disciplinador, aparecem vinculadas à seriedade na condução das aulas, como sinaliza o Sr. Walter, ao justificar suas posturas e atitudes dizendo que “naquela ocasião era preciso que alguém tivesse pulso, porque senão a coisa podia degradingolar (...)”.

Além disso, tendo sua atuação associada à competência e ao compromisso, ele não deixou de ser lembrado pelo Sr. Edson como:

(...) um excelente professor. Tudo que ele dava ele executava antes, principalmente na ginástica de solo. Ele passava uma segurança e confiança muito grande para os alunos. Eu, particularmente, gostava muito dele. Era realmente muito bom professor!

A figura do professor Antonio Boaventura da Silva também é lembrada pelos entrevistados ao fazerem menção às demonstrações de ginástica, cujo envolvimento com esta atividade o levou a propagá-la entre professores de outras cidades, como revela o relato do Sr. Fernando:

(...) o professor Julio Mazei que também era uma autoridade (...) Ele tinha muita amizade com um professor de São Paulo, professor Boaventura, que era do Departamento de Educação Física de São Paulo. O Mazei trouxe pra cá este professor Boaventura. Nós ficamos conhecendo. Aí, é que tivemos a ideia; começamos a preparar nossos alunos com ginástica rítmica. Cada professor dos colégios, né? E... foi quando grupamos, então, estes três mil alunos ou mais no estádio da Ferroviária... E saiu uma demonstração de ginástica rítmica linda, linda, linda. O estádio ficava apinhado de gente como se fosse uma partida muito importante de futebol. (risos)

O entrevistado, inclusive, o destaca como o grande incentivador desta atividade na cidade de Araraquara: “(...) Nós tivemos a felicidade (...) de contar com a colaboração do professor Boaventura que era um fanático pela ginástica. Se você pedisse pra ele ir lá no Rio de Janeiro pra demonstrar alguma coisinha, ele ia. Então, a gente ganhava muito, né?”

O professor Boaventura também foi responsável por promovê-la entre os alunos da ESEF onde lecionou e onde quatro dos seis entrevistados estudaram, o que o coloca na posição de precursor e importante divulgador dessa atividade no Estado de São Paulo.

Tal constatação possibilita compreender as razões pelas quais as demonstrações de ginástica se consolidaram na Educação Física Escolar por décadas, aparecendo de forma

recorrente nos relatos dos entrevistados, em especial do Sr. Fernando e da Sr^a. Loyde, a qual, inclusive, começa a contar sua experiência docente, tomando como ponto de partida seu envolvimento nesta atividade:

(...) No fim do ano eu fiz uma demonstração de Educação Física, porque eu era doida por demonstração e eu estava acostumada no Mackenzie, sempre fazer e eu fiz. (...) fizemos a festa da escolinha no fim do ano de 45. Então já foi a minha primeira demonstração (...)

O envolvimento do Sr. Edson nesses eventos, quando estudante do ensino secundário, também permeou sua experiência docente, conforme ele diz: “Como professor de Educação Física eu também continuei participando com meus alunos dessas demonstrações de ginástica coletiva no Pacaembu.”.

A imagem a seguir registra a participação do Sr. Edson com seus alunos em uma dessas ocasiões:



Foto 16: Sr. Edson de calça escura e camisa branca à esquerda e à direita outro professor de educação física, ambos segurando a bandeira do Estado de São Paulo, seguido pelos alunos posicionados atrás deles, todos uniformizados de branco. “Semana da Pátria” no Estádio Municipal do Pacaembu.
Fonte: Arquivo particular de Edson Souto Ramos.

Interessante notar que os alunos se apresentam uniformizados de maneira idêntica à descrição feita pelo Sr. Fernando a respeito de uma das demonstrações que realizou em sua cidade:

(...) todos uniformizados. De branco, por exemplo. Masculino e feminino, né? Tanto blusa e calça (...). E aqueles movimentos... da ginástica, balanceados... Aquilo com música ficava muito bonito... ficava lindo! Levávamos uma multidão lá pro estádio, né?

No caso do Sr. Fernando, as demonstrações também são lembradas no contexto das competições esportivas:

Tínhamos os jogos colegiais... Nós tínhamos os regionais aqui (...) Entre colégios! E depois o coroamento, no final do ano, era feito por exemplo, com demonstração de ginástica rítmica. Então, nós tínhamos a festa da ginástica. Todo segundo semestre que era um... coroamento das... atividades. E nós juntávamos no Estádio da Ferroviária, que era um estádio grande, nós juntávamos ali três mil alunos! E cada professor com a sua colaboração, preparando os seus alunos (...)

A experiência docente da Sr^a. Loyde permite constatar que as demonstrações de ginástica figuraram no cotidiano da Educação Física Escolar atravessando décadas, perpetuando-se por aproximadamente quarenta anos, conforme demonstram as experiências da Sr^a. Loyde como professora em início de carreira na década de quarenta e, posteriormente, já aposentada, nos anos de 1980:

(...) no fim eu acabei fazendo as demonstrações três anos, os três anos últimos eu fui convidada, com uma turma eram quatro professoras, três trabalhavam lá, elas me convidaram e nós fizemos um grupinho e fizemos três anos a demonstração no Pacaembu.

As demonstrações de ginástica feminina que a Sr^a. Loyde foi convidada a coordenar ocorreram no início da década de 1980 e, pela sua fala, foram as últimas realizadas. O registro de uma delas reproduzido na página seguinte, realizada no ano de 1982, traz informações preciosas a respeito da programação, número de escolas, e bem como, professores e alunos envolvidos:

PROGRAMAÇÃO

Dia 4 de setembro de 1982 — 16 horas

Narrador: — Convidado Especial: Blota Júnior

ABERTURA DA SOLENIDADE — Entrada da Banda Marcial do Batalhão de Guardas do Comando do II Exército.

Apresentação, pela Sociedade da Nitiren Shoshu do Brasil — letras humanas.

Entrada dos Pavilhões: — Nacional, Paulista, conduzidos pelos alunos da Escola de Educação Física.

Entrada das Delegações representativas das Escolas de Educação Física da Grande São Paulo.

Apresentação da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais.

Apresentação do Coral de Dez Mil Vozes, da rede escolar de São Paulo, interpretando "Amo-te Brasil" — letra: Yolanda Gama, música: Fabiano Lozano.

Hasteamento do Pavilhão Nacional, Paulista e da cidade de São Paulo ao som do Hino Nacional Brasileiro, cantado por Agnaldo Rayol, acompanhado pelo Coral ARS ANTIQUA e todos os presentes.

Entrada da Tocha Olímpica conduzida pelo atleta Campeão Colegial.

Apresentação do Coral na canção "Cantar para Viver", letra: Sílvio Salema, música: Heitor Villa Lobos.

Revoada de Pombos, pela Federação Paulista de Columbofilia.

Demonstração de Ginástica Rítmica Feminina com 1.600 participantes alunas da rede escolar do Estado de São Paulo, acompanhadas pela Musiorquestra com arranjos e regência do maestro Mário Valério Zaccaro.

Apresentação do Coral na canção "Saudação a São Paulo", letra: Joaquim Cruz, música: Sérgio Ferreira.

Entrada e apresentação da Ginástica Rítmica Masculina com 1.600 alunos da rede escolar do Estado de São Paulo, acompanhada pela Musiorquestra com arranjos e regência do maestro Mário Valério Zaccaro.

Apresentação do Coral na canção "Prelúdio para Ninar Gente Grande", letra e música de Luiz Vieira.

Apresentação do Show Pírotécnico (queima de fogos).

Encerramento da solenidade

Figura 5. Programação do evento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, denominado "Festividades Cívicas, Culturais, Educacionais e Esportivas da Semana da Pátria" realizado em 1982.

Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

FESTIVIDADES CÍVICAS, CULTURAIS, EDUCACIONAIS E ESPORTIVAS DA SEMANA DA PÁTRIA — 1982

Coordenação Geral:

- Secretaria de Esportes e Turismo
 - Prof. José Astolphi
 - Prof. Tito Livio Buono Ferreira
- Secretaria da Educação
 - Profa. Nilda Goraib Florio
- Secretaria da Cultura
 - Sra. Neide Rodrigues Gomes

DEMONSTRAÇÃO DE GINÁSTICA

Ginástica Feminina:

- Organizadoras: Profa. Lucy Godoy Bizzocchi
 Profa. Loide Del Nero
 Profa. Mathilde Alice Geribello
 Profa. Nair Alves Loesch

Ginástica Masculina:

- Organizadores: Prof. Tito Livio Buono Ferreira
 Prof. Luiz Ricardo Passos
 Prof. Paulo Peloggia Primo
 Prof. Santo Baldacim Neto

Coral e Orquestra:

- Regência: Maestro — Mário Valério Zaccaro

Letras Humanas:

Executadas pela Nitiren Shoshu do Brasil

- Comando: Carlos N. Uno
 Itsto Uno

Figura 6. Parte do documento que relaciona as pessoas envolvidas na organização do evento, bem como na coordenação das atividades, dentre elas as demonstrações de ginástica masculina e feminina, na qual se visualiza o nome da Sr^a. Loyde como uma das organizadoras.
 Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

Vale destacar, na relação de escolas e dos respectivos professores que estiveram presentes no evento, a indicação da participação do Sr. Edson, como destacado na sequência:

**RELAÇÃO DOS COLÉGIOS PARTICIPANTES
DA DEMONSTRAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA
PARA O DIA 4 DE SETEMBRO DE 1982**

- | | |
|---|--|
| 1. E.E.P.G. "ALMEIRA RODRIGUES DE MELLO"
Prof. ^a Célia Fátima Bertolli | 17. E.M.P.G. "COMANDANTE GARCIA D'AVELA"
Prof. Wanderley da Silva Mursa |
| 2. E.E.P.G. "AIRES DE MOURA"
Prof. Miguel Antonio César | 18. E.E.P.G. "COMENDADOR MÁRIO REIS"
Prof. José Pires de Almeida |
| 3. E.E.P.S.G. "AUGUSTO RIBEIRO DE CARVALHO"
Prof. ^a Maria Aparecida Castelli | 19. E.E.S.G. "CASEMIRO DE ABREU"
Prof. ^a Maria Othechar |
| 4. E.E.P.S.G. "AUGUSTO GRACCO DA SILVEIRA"
Prof. ^a Elenir Tossi da Silva | 20. E.E.S.G. "CARLOS DE CAMPOS"
Prof. ^a Nancy Fedosi |
| 5. E.E.S.G. "AUGUSTO MEIRELLES REIS FILHO"
Prof. ^a Maria Helena Souza Lima | 21. E.E.P.G. "CLEMENTE QUAGLIO"
Prof. ^a Wilma Francisca Roasa |
| 6. E.E.P.G. "ALBERTO SCHUWEITEZER"
Prof. Otto Kunsberg | 22. COLÉGIO MOEMA
Prof. Nemesio Pivetta Baccan |
| 7. E.E.P.G. "ANA ROSA DE ARAÚJO"
Prof. Lourival Faria | 23. E.E.P.S.G. "CONSELHEIRO RUY BARBOSA"
Prof. Wanderley da Silva Mursa
Prof. Yacy F. Ribeiro de Carvalho |
| 8. E.E.P.S.G. "ARACY DA VEIGA RAVACHE"
Prof. Reinaldo Luiz Vieira | 24. E.E.P.G. "CÉSAR MARENGO"
Prof. Douglas Severo |
| 9. E.E.P.G. "APARECIDA RAHAL"
Prof. Carlos Taiga Matsuo | 25. COLÉGIO EMILE DE VILLENEUVE
Prof. ^a Elouise Davis H. Corsi |
| 10. E.E.P.G. "ARTUR WOLF NETO"
Prof. Hélio Hashida | 26. E.E.P.S.G. "D. PEDRO I"
Prof. Seko Otashima
Prof. ^a Dagmar Dunke |
| 11. E.E.P.G. "BEATRIZ BASSI ASTORINO"
Prof. ^a Vera Lúcia Lugli | 27. E.E.P.S.G. "DOMINGOS FAUSTINO SARMIENTO"
Prof. ^a Deise E. Magalhães
Prof. Antônio Luiz Lino |
| 12. E.M.P.G. "BRIGADEIRO CORREIA DE MELLO"
Prof. ^a Celina Mazzini | 28. E.M.P.G. "DESEMBARGADOR EUCLIDES DA SILVEIRA"
Prof. ^a Dalva Ungler César |
| 13. E.E.P.G. "BRASÍLIO MACHADO"
Prof. ^a Sônia M. Vieira Guto | 29. E.E.P.G. "DOM JOÃO MARIA OGNO"
Prof. João Carlos Ferraz |
| 14. E.E.S.G. "CARLOS DE LAET"
Prof. ^a Maria Neuza F. Passos
Prof. José Roberto Pallone | 30. E.E.P.G. "ERASMO BRAGA"
Prof. Oscar Bartieri |
| → * 15. E.E.P.G. "CAMPOS SALLES"
Prof. Edson Souto Ramos | 31. E.E.P.G. "ELISA RAQUEL M. SOUZA"
Prof. Ademir Lopes de Souza |
| 16. E.E.P.S.G. "CIDADE DE HIROSHIMA"
Prof. Fernando Cordeiro Sátiro | 32. E.E.P.S.G. "FRANCISCO ANTUNES FILHO"
Prof. ^a Marielda Tognetta |

Figura 7. Parte do documento que descreve a relação de escolas e os respectivos professores participantes do evento. Destaca-se que o Sr. Edson aparece representando a Escola Estadual Campos Salles, onde atuava como professor efetivo na ocasião.

Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

As demonstrações de ginástica consagraram-se como uma das possibilidades de trabalho dos professores de Educação Física de prestígio na escola, pois, utilizadas preponderantemente por ocasião dos eventos esportivos que culminavam na Semana da Pátria, passaram a figurar também em outras celebrações e eventos festivos escolares, como lembra a Sr^a. Loyde: “(...) inauguramos uma quadra na escola e eu fiz uma demonstração com lenços verde e amarelo.”.

O vulto que as demonstrações de ginástica tomaram no contexto escolar é evidenciado pela Sr^a. Loyde, ao narrar um evento ocorrido anualmente em uma das instituições em que atuou, o qual tinha a ginástica como tema central:

O Porto Seguro fazia todo ano uma Festa da Ginástica e... então a primeira vez que nós fomos lá no ginásio no Ibirapuera pra ver se a gente podia fazer uma festa lá, estávamos os professores e o Diretor, (...) então nós entramos no ginásio e pra ver assim, estudar: “Vamos fazer uma demonstração aqui? Cada professor faz a sua, né?”. Todos os alunos iam desfilar, aí nós já tivemos a idéia direitinho como nós íamos fazer. Os alunos todos de branco descendo pelas escadas, juntavam e formavam o distintivo da escola.

Enquanto descrevia os detalhes dos exercícios, a Sr^a. Loyde mostrava o convite que foi distribuído aos pais e aos alunos por ocasião do evento que, como pode ser visualizado abaixo e na página seguinte, contou com uma ampla gama de atividades:



Figura 8: Registro da “Festa da Educação Física” realizada no ano de 1961, na instituição de ensino particular da cidade de São Paulo que a Sr^a. Loyde atuou.
Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

CONVITE

O Colégio Visconde de Porto Seguro tem o prazer de convidar V. Sa. e Exma. Família para a "Festa da Educação Física" a realizar-se no dia 11 de junho de 1961, às 9 horas, no Ginásio do Ibirapuera - Rua Manuel da Nobrega, 1361.



PROGRAMA

1 - Abertura

Entrada dos alunos

Hino Nacional - Banda da Guarda Civil

Hasteamento da Bandeira pelo Presidente da Fundação, Dr. Erico J. S. Stickel.

Demonstração dos alunos do Prof. Saulo Ferraz de Campos

Demonstração das alunas do 2.º ano primário - Prof. Isolda Tabor.

Exercícios em paralelas pelos alunos das 2.ª e 3.ª séries ginásticas - Prof. E. Freundt.

Exercícios em paralelas pelas alunas das 3.ª séries ginásticas - Prof.ª Elisabeth Kraus-Debus.

Demonstração de defesa pessoal e luta-livre, por instrutores e alunos da Divisão Escolar da Guarda Civil de São Paulo, sob a direção do Inspetor José Guersi:

- Defesa pessoal em conjunto por um grupo de alunos estagiários, sob a orientação do Subinspetor Pedro Claudio da Silva;

II - Demonstração de Defesa Pessoal com armas pelo "Corpo de Instrutores" da Divisão Escolar.

III - Demonstração de luta-livre "Vale Tudo" e "Australiana" por Instrutores da Divisão Escolar (BRUTUS - PANTERA - DIONISIO - GUNGA-DIM).

7 - Ginástica com medicine-bal pelas alunas das 4.ª séries ginásticas - Prof.ª Elisabeth Kraus-Debus.

8 - Exercícios com cordas pelas alunas do Curso Primário - Prof.ª Loyde del Nero.

9 - Dança - "Schwabenliesel dreh dich rum und tanz a bisse!" Dedicada ao Diretor Dr. Turelli pelas alunas do curso colegial.

10 - Ginástica de conjunto pelos alunos das 4.ª séries ginásticas, 1.ª e 2.ª séries colegiais - Prof. Armando Ruedt.

11 - Formação de encerramento.



Figura 9: Convite e Programa da "Festa da Educação Física". Note-se a indicação da Sr.ª. Loyde como responsável pela condução de um das atividades.

Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

A fala da Sr.ª. Loyde é enriquecida pelo documento que traz valiosas informações sobre a data, o local e o programa das atividades realizadas; inclusive, notam-se a execução do hino nacional e o hasteamento da bandeira precedendo as atividades, o que permite constatar que os rituais de culto ao país se faziam constantes nos eventos oriundos da Educação Física Escolar, mesmo que, como é o caso deste, não fossem realizados por ocasião das celebrações de datas cívicas.

Nota-se também, no documento, o registro da participação da Sr.ª. Loyde que ela menciona apontando as três fotos reproduzidas nas páginas seguintes: "(...) aqui é no Ibirapuera... ginástica com corda, ginástica com bola. (...) Veio uma professora (...) dar ginástica com corda, nós não tínhamos tido isto ainda e logo eu fiz uma demonstração com ginástica de corda".



Foto 17: Aspecto do ensaio para demonstração de ginástica com corda realizada pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto no Ginásio do Ibirapuera na década de 1960.

Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.



Foto 18: Aspecto do ensaio para demonstração de ginástica com corda realizada pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto no Ginásio do Ibirapuera na década de 1960.

Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.



Foto 19: Preparação para demonstração de ginástica com bola realizada pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto no Ginásio do Ibirapuera na década de 1960.
Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

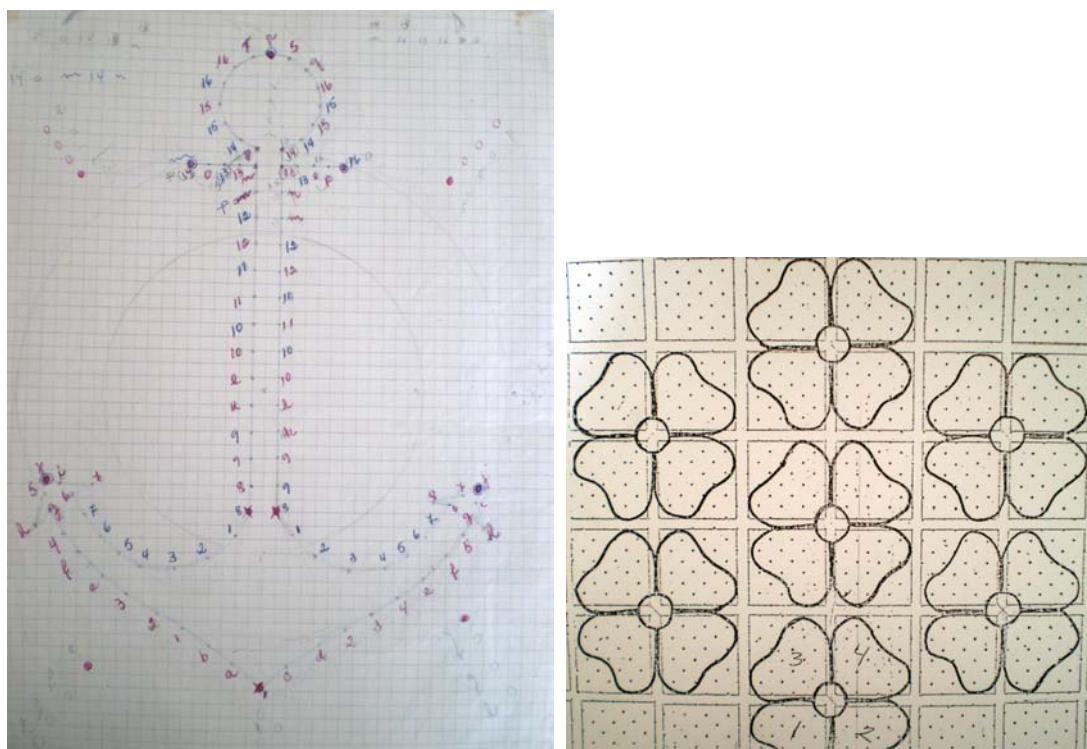
A “Festa da Ginástica” também fez parte das experiências do Sr. Fernando como professor de Educação Física Escolar. O entrevistado descreve detalhadamente como conduzia e organizava as atividades no Estádio da Ferroviária na cidade de Araraquara:

(...) a Festa da Ginástica, conforme já diz o nome, nós pedíamos até a concentração dos alunos já no estádio. Eles se endereçavam pra lá, já tinham os seus lugarzinhos exatos pra se colocarem... Todos enfileirados. Já cada um sabia seu lugarzinho certinho. Depois disso... Os alunos distribuídos ali em colunas, um ao lado do outro. Isso nós fazíamos nos ensaios. Aí, com um apito, por exemplo, lá, com microfone o... a gente dava uma ordem, eles corriam, se localizavam no lugar... pra o início da demonstração de ginástica. E dali nós tínhamos, por exemplo, um palanque, nós tínhamos sempre um guia. Então, dávamos uma ordem, o guia que era um aluno já... que já tinha sido escolhido, corria pro palanque e se postava lá. Eu, por exemplo, ou o Mazei ou outro que dava o início e, ali, o exercício 1 eles já sabiam de cor, né? Davam aquele balanceamento. Dávamos, por exemplo, dez exercícios e o povo aplaudia muito. Porque ficava muito bonito. E era com música pra dar os compassos certos, né?

A música é destacada pelos entrevistados de forma recorrente, demonstrando que esta se constituía um elemento fundamental e, por isso, trabalhado cuidadosamente e com muito esmero nas demonstrações, como se recorda a Sra Loyde:

Quando formaram as flores, nós pusemos “Estão chegando as flores”, as músicas eram todas assim. Quando fizeram o coração, eh... “Carinhoso”, quase tudo do Roberto Carlos” (...) Minha irmã me ajudava a musicar os exercícios, eu fazia os exercícios com ela no piano, depois passava pro Zácara, o Zácara que tocava.”.

As formações realizadas pelas alunas citadas pela Sr^a. Loyde eram idealizadas e cuidadosamente confeccionadas pela entrevistada, como ela assinala: “eu posso te mostrar porque isso tudo aqui, os desenhos fui eu que fiz, desculpe falar, mas eh... eu mostro, eu tenho os desenhos (...) formando estrela, coração, flores... eu tenho todos os desenhos”, dentre os quais, dois podem ser apreciados pelas imagens a seguir:



Figuras 10 e 11: Representação gráfica das demonstrações de ginástica elaboradas pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto. À esquerda, observa-se o desenho no formato de uma âncora e à direita, uma composição no formato de flores. Os números se referem à identificação de cada escola participante.

Fonte: Arquivo Particular de Loyde Del Nero Daiuto

As evoluções elaboradas graficamente pela Sr^a. Loyde compunham o chamado “Plano de Demonstração”, preparado previamente para cada escola, cujo processo de elaboração e concretização pode ser observado no relato da entrevistada, que, na qualidade

de uma das coordenadoras, conta com muita propriedade todo o processo de preparação das demonstrações realizadas no Pacaembu, nos anos de 1980:

Então nós éramos quatro colegas e... uma escrevia, outra fazia exercício e nós fizemos tudo, todos os planos, todos os exercícios na minha casa. (...) Um dia o secretário me chamou na sala: “Escuta, vocês acham que vai sair demonstração?” Por que ele não via a gente fazer nada. Aí nós dissemos: “Não sei sim, pode deixar que nós já fizemos tudo na minha casa”. Aí quando acabou a demonstração. Nossa! Ele veio abraçar a gente (...)

O resultado de todo esse trabalho pode ser conferido pelas imagens reproduzidas a seguir, que, inclusive, revelam o número elevado de alunos participantes:



Foto 20: Aspectos da demonstração de ginástica no campo, idealizada e organizada pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto e do painel (arquibancada) realizado por Nitiren Shoshu do Brasil, realizada no Estádio Municipal do Pacaembu por ocasião das comemorações da “Semana da Pátria” em setembro de 1982.
Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.



Fotos 21: Demonstração de Ginástica idealizada e organizada pela Sr^a. Loyde Del Nero Daiuto, realizada no Estádio Municipal do Pacaembu por ocasião das comemorações da “Semana da Pátria” em setembro de 1982.
Fonte: Arquivo particular de Loyde Del Nero Daiuto.

A complexidade do trabalho que envolvia a transformação da projeção gráfica de cada formação em exhibições grandiosas, evidenciada pelos desenhos reproduzidos e pelos registros iconográficos, se torna ainda mais proeminente, se se considerar a numerosa quantidade de escolas e alunos e alunas envolvidos como evidencia o relato da Sr^a. Loyde:

(...) nós fizemos o plano escrito demos pras escolas, eram trinta e duas escolas (...) depois nós fomos em todas as escolas, todas as escolas pra corrigir, pra ver se tava bom (...) a gente formava e ia em cada escola. Você vai fazer esse pedacinho, outra escola fazia aquele outro pedacinho, quando juntou no Pacaembu (...) 1532 meninas, 1500.

O Sr. Fernando também registra a numerosa quantidade de alunos envolvidos nestas atividades ao dizer: “Nós juntamos três mil alunos ali no estádio”.

Ao descrever o processo de preparação dos alunos para a “Festa da Ginástica”, o Sr. Fernando, que, assim como a Sr^a. Loyde, também teve a experiência de coordená-las, faz questão de enfatizar que se tratava de um trabalho bastante minucioso e que exigia muita dedicação dos professores:

E era trabalhoso! Você já pensou? Eu preparava todos os alunos que tinham na escola, independente de idade, desde o maior até o menor. Nós separávamos

depois lá. Os outros professores a mesma coisa. E, depois, cada professor respondia por todos na festa. Aliás, vamos dizer assim, administrava a demonstração de ginástica. Nós fazíamos todo ano. Eu tive a oportunidade também, né? De dirigir. E, assim, nós revezávamos. E era masculino e feminino. Foi uma fase muito bonita também. E, como eu disse a você, é bastante trabalhoso.

Vale a pena destacar que tamanho devotamento dos professores de Educação Física na realização das demonstrações de ginástica, perceptível em suas experiências, tem sua razão de ser, uma vez que tais atividades são reconhecidas pelos entrevistados como uma parte de seu trabalho de muito valor, como manifesta o Sr. Fernando:

Isso tudo é trabalho, não é verdade? Não está escrito em nenhum manual, mas nós fazíamos. E fazíamos com disposição. Eu não digo só eu não, porque eu percebia meus companheiros também. Se doavam muito. E a gente tinha orgulho! Tinha orgulho disso!

Aliás, devotamento, dedicação e comprometimento com a prática docente em Educação Física Escolar permearam as experiências de todos os professores entrevistados, sem exceção, os quais, de uma forma ou de outra, transmitiram a sensação do “orgulho de missão cumprida” como enuncia a Sr^a. Cleide, cujo significado pode ser traduzido nas palavras Sr. Edson e do Sr. Fernando, transcritas respectivamente a seguir:

“(...) Eu, assim, me sinto realizado como profissional.”

“Eu me orgulho de ter sido professor de Educação Física.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estava sempre começando,
a certeza de que era preciso continuar e
a certeza de que seria interrompido antes de terminar.
(Fernando Pessoa)

No caminho percorrido nesta pesquisa, o qual perpassa os três governos de Getúlio Vargas, foi possível perceber a configuração da Educação Física no contexto escolar na confluência de processos que, se de um lado a demarcaram como uma prática legalmente instituída, determinando seus propósitos, meios e finalidades, de outro imprimiram à sua trajetória uma dinâmica própria em compasso com as mudanças que se processaram no contexto histórico, político, social e educacional.

Nos dois primeiros governos Vargas, observa-se um movimento propulsor visando a legitimação da Educação Física na escola assentado nos interesses convergentes do Estado e do Exército. Enquanto o Estado, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, se ocupou em fornecer o amparo legal, as instituições militares se encarregaram de montar o aparato técnico e procedimental, de um lado fornecendo as diretrizes para sua sistematização, e, de outro, recrutando o quadro de profissionais; no caso do Estado de São Paulo, atuando diretamente na preparação dos primeiros agentes formadores de professores de Educação Física civis.

As primeiras investidas neste sentido foram observadas no início do Governo Provisório com a reforma educacional do então ministro Francisco Campos, em 1931, constituindo-se a primeira ação governamental em âmbito federal no século XX a garantir a inserção obrigatória da Educação Física e a fixar diretrizes para sua efetivação nos estabelecimentos de ensino de todo país, as quais, inclusive seguiam as orientações do Centro Militar de Educação Física.

Emergindo no bojo do projeto de reconstrução nacional que marcou o início dos Governos Vargas, a reforma incorporou o discurso que preconizava o progresso da nação atrelado à formação do homem e da sociedade física e moralmente sadia. Nesse sentido, concebeu a Educação Física Escolar como um dos instrumentos para a consecução deste propósito.

Notou-se que esse discurso foi, no decorrer dos anos trinta, agregado ao tema da “Segurança Nacional” e à ideia da “Pátria em perigo”, que apareceram de forma recorrente nos discursos veiculados por Getúlio Vargas, em estreita conexão com o sistema educacional, principalmente aquele que abrangia a juventude. Não foram poucos os

discursos em que Vargas procurou exaltar o Exército como uma importante entidade educativa.

Nesse contexto, os preceitos da disciplina em prol da ordem exaltados no período, foram utilizados convenientemente para, de um lado, justificar as medidas repressivas aos grupos de oposição que ameaçavam a consolidação do regime autoritário e, de outro, fornecer respaldo aos militares para interferir diretamente na escola. Nessa conjuntura, a Educação Física tendo seu ensino sistematizado pelos militares, se mostrava um instrumento disciplinador eficaz e legítimo no contexto escolar.

Sob esse aspecto, é pertinente pontuar que as lembranças de um dos entrevistados, o Sr. Fernando, acerca da vivência com Educação Física Escolar no final dos anos trinta trazem à tona a figura de um oficial militar ministrando as atividades. Seu relato revela também que, apesar das investidas do governo federal, especialmente do ministro Campos, a Educação Física não foi efetivada com a regularidade e a obrigatoriedade pretendida pelas regulamentações, sendo conduzida ocasionalmente e sem a sistematização preceituada nas diretrizes para o ensino secundário.

O Sr. Fernando ressalta perceber uma modificação nesse cenário somente a partir da década de 1940 demarcando o período como o momento em que a Educação Física passa a ser incorporada de forma obrigatória no currículo escolar, o que indica se tratar do resultado de um movimento iniciado em 1938, no qual se nota a preocupação exacerbada do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com a concreta efetivação das diretrizes estabelecidas para o ensino da Educação Física na escola, dentre as quais, foram reiteradas de forma incisiva as orientações para com a frequência dos alunos às aulas e com a aplicação dos exames médico-biométricos e práticos.

No contexto histórico do segundo Governo Vargas, os discursos em torno da “Segurança Nacional” e da “Pátria em perigo” adquirem ressonância diante do conflito bélico mundial que se instalou no período e da iminência de o país envolver-se no confronto. Nesse sentido, observou-se que esses discursos se materializaram na reforma educacional implementada por Gustavo Capanema, sendo notória a ênfase à educação patriótica que ela imprimiu à escola primária e secundária, em especial a esta última, contemplada em caráter prioritário com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942, a qual traçou as diretrizes que iriam reger a política educacional até o ano de 1961.

O delineamento da política educacional prioritariamente para a juventude também se manifestou nas ações da esfera governamental para o desenvolvimento da Educação

Física, cujas intervenções no ensino secundário não se fizeram sentir na mesma proporção nas escolas primárias, pois as experiências dos entrevistados sinalizaram para sua efetivação sistemática apenas quando adentram o primeiro ano do ensino ginásial. Vale ressaltar que mesmo com a obrigatoriedade prevista na Lei Orgânica do Ensino Primário promulgada em 1946, as experiências de uma das entrevistadas, a Sra. Cleide, anos depois, revelaram que a Educação Física neste nível de ensino, apesar de contemplada na política educacional, permaneceu alijada dos investimentos governamentais e desenvolvida de forma incipiente nas escolas.

As intenções subjacentes a tamanho empenho para a sua efetivação na escola secundária aparecem no teor utilitário das prescrições para sua sistematização e dado o contexto histórico em que foram formuladas, pressupõe-se que o ensino desta disciplina foi concebido no sentido de preparar fisicamente a juventude, especialmente a masculina, na perspectiva da defesa da pátria.

No caso das mulheres, a Educação Física Escolar, embora também projetada na vertente utilitária da defesa nacional, foi canalizada para propósitos distintos, que formulados no bojo do discurso eugênico e do pensamento social dominante acerca do papel da mulher circunscrito ao de mãe, visaram atribuir à sua prática a garantia de uma maternidade saudável na perspectiva de assegurar um contingente de homens fortes predestinados a defender a Nação.

Tais premissas revestiram de cuidados e precauções o ensino desta disciplina para as alunas do sexo feminino, determinando seu desenvolvimento separadamente do sexo masculino, procedimento que acabou por delimitar práticas corporais distintas para homens e mulheres no contexto escolar. A permanência duradoura dessa sistemática foi corroborada pelas experiências dos entrevistados durante a formação universitária, além de figurar na posterior atuação docente.

Além do caráter utilitário, percebeu-se que a Educação Física Escolar foi projetada pelo ministro Capanema como um agente propagador dos ideais cívico-patrióticos na escola, ao acrescentar os desfiles cívicos dentre as atividades a serem ministradas pelos professores da área. Não sem propósitos, ela foi referenciada na reforma implementada por Gustavo Capanema como “prática educativa”, o que remete à intenção da esfera governamental em sedimentá-la na escola como um dos instrumentos da educação patriótica.

Notou-se que os elementos da educação cívico-patriótica, os rituais de culto à nação e os preceitos de ordem e disciplina vêm à tona nos relatos dos entrevistados, seja na

condição de alunos e principalmente como professores, agregados à preparação dos alunos para participação nos desfiles escolares. Além disso, as prescrições disciplinares, bem como as orientações de natureza cívica, longe de serem alvo de uma apreciação negativa, foram lembradas pelos entrevistados de forma saudosa como hábitos que se perderam com o tempo e que não se cultivam mais no ambiente escolar.

Os desfiles escolares apareceram nas experiências dos entrevistados atrelados aos eventos comemorativos de datas cívicas, realizados no Estádio Municipal do Pacaembu bem como em vias públicas, como ruas e avenidas, os quais foram narrados por dois entrevistados, o Sr. Fernando e a Sra. Loyde na condição de professores. Os relatos, analisados em conjunto com os registros fotográficos, revelaram o caráter ornamental que os desfiles assumiram ao longo dos anos, o que também se fez notar na preocupação explicitada por representantes do meio educacional e da área com a necessidade de mantê-los atrelados aos propósitos cívico-patrióticos.

Outros dois eventos foram mencionados pelos entrevistados ocorrendo por ocasião das comemorações cívicas: as demonstrações de ginástica e os campeonatos esportivos com destaque para o Campeonato Colegial do Estado de São Paulo promovido pelo DEF, cujo encerramento culminava com as celebrações da “Semana da Pátria” que ocorriam no Estádio Municipal do Pacaembu. As duas atividades se mostraram dotadas de significado para os entrevistados, tanto como alunos quanto na posterior formação e atuação docente, sendo, inclusive, destacadas por um deles, no caso o Sr. Walter, como motivação para realizar o curso de Educação Física.

Os relatos da Sra. Loyde e do Sr. Fernando indicaram a realização das demonstrações, ou, como eles se referiram, da “Festa da Ginástica”, para além das celebrações cívicas, ocorrendo em ocasiões festivas diversas na escola ou, particularmente no caso do Sr. Fernando, no encerramento dos jogos escolares da sua cidade, realizadas no Estádio da Ferroviária em Araraquara, na qual, assim como na cidade de São Paulo, ficou patente nos relatos dos entrevistados a numerosa quantidade alunos participantes e a potencialidade de tais eventos reunirem grande concentração de expectadores.

Observou-se também que as demonstrações de ginástica apareceram nas lembranças dos entrevistados, tanto como alunos quanto como professores, atreladas à presença marcante de Antonio Boaventura da Silva, destacado pelo Sr. Fernando como o incentivador destas atividades na cidade de Araraquara.

Essas atividades ganham vulto e dimensão nos relatos, especialmente quando se observa na Educação Física Escolar uma tendência em que a prevalência da ginástica

prevista como conteúdo central das aulas prevista no programa de ensino das décadas de 1930 e 1950 foi cedendo espaço para as atividades esportivas.

Esse processo indica que, passado o período turbulento, com o fim do regime autoritário do Estado Novo e, conseqüentemente, com a presença menos ostensiva dos militares, a Educação Física Escolar, em um contexto político e social tendente à abertura democrática do Terceiro Governo Vargas, e vinda de um processo permeado por críticas quanto ao método de ensino oficialmente empregado, experimenta, principalmente a partir de 1950, tentativas de diversificação de sua prática.

Os entrevistados ressaltam a aproximação com experiências pedagógicas diversificadas desenvolvidas em outros países, tanto durante o processo de formação universitária, quanto no envolvimento nos cursos de atualização profissional, promovidos de forma conjunta por profissionais ligados ao DEF, à APEF e à ESEF, com destaque para o Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico de Educação Física. Dentre os professores do exterior que vieram ao Brasil ministrar cursos de atualização profissional, os entrevistados destacam principalmente três: o francês Auguste Listello, com a proposta da “Ginástica Desportiva Generalizada”; Curt Johansson, com a “Ginástica Sueca”; e o professor austríaco Gerard Schimidt.

No entanto, essa perspectiva de mudança não se traduziu de forma imediata em uma transformação na prática docente dos entrevistados, na medida em que se observou na atuação dos professores, particularmente do Sr. Fernando, da Sra. Loyde e da Sra. Cleide, as referências à utilização do Método Francês ainda que em correlação às outras propostas. É inegável a influência do método de ensino vigente nas décadas de 1930, 1940 e no período posterior à década de 1950 na formação escolar e profissional, bem como na atuação desses professores. Outro aspecto observado foi a permanência de procedimentos e práticas legitimadas na política educacional dos Governos Vargas, os quais, embora localizados em contextos históricos distintos e deslocados de seu propósito originário, continuaram figurando no cotidiano da Educação Física Escolar por décadas, sendo visíveis os resquícios até mesmo na atualidade.

Tornou-se nítida a dimensão da contribuição dos “velhos professores” - expressa na fala do Sr. Walter ao dizer “nós temos história” - cujas experiências possibilitaram compreender a Educação Física Escolar, durante os Governos Vargas, como uma construção dialética imersa nas tensões, impasses e ambiguidades inerentes à sua constituição enquanto um fenômeno histórico social.

I – FONTES

1.1 Documentação Escrita

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo Provisório (1930-1931). Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1931.

_____. *A nova política do Brasil*. O ano de 1932 e a Revolução e o Norte 1933. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1933.

_____. *A nova política do Brasil*. Retorno à terra natal/Confraternização sul-americana/A revolução comunista. (novembro de 1934 a julho de 1937). Vol.4. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

_____. *A nova política do Brasil*. O Estado Novo. (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938). Vol.5. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

_____. *A nova política do Brasil*. Realizações do Estado Novo. (1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939). Vol.6. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. No limiar de uma nova era. (20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940). Vol. 7. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

_____. *Diário*. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. II (1937 – 1942), 1995.

1.1.1 Documentos Oficiais

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Educação Física - Método Francês*. Edição de Emergência, 1960. (Campanha Nacional de Educação Física).

BRASIL (Presidente). *Mensagens Presidenciais 1927-1930* – Washington Luís. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

BRASIL (Presidente). *Mensagens presidenciais 1933-1937* - Getúlio Vargas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

1.1.2 Jornais de pequena e grande circulação

ESCOLA Superior de Educação Physica – sua inauguração amanha. 03 de agosto de 1934.

JOGOS abertos comemorativos da Semana da Pátria. *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1946.

FLORENTINO, Rosalvo. Escola contemporânea – Educação Moral, Cívica e Física. *Jornal O Professor*, Ano IV, Nº. 56, 2ª. Quinzena de setembro de 1973.
O CARB – Órgão do Centro Acadêmico “Ruy Barbosa” - Ano I, Nº. 3, setembro de 1958.

SEMANA da Pátria - As comemorações de 7 de setembro nesta capital. *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1946.

1.1.3 Legislação

BRASIL (Presidente). *O Estado Forte* – a nova estrutura do governo dos Estados Unidos do Brasil – discursos, actos, proclamações, conferências – Artigos - Decretos – Entrevistas. Vol. I (10/11/1937 a 28/12/1937).

BRASIL. (Presidente). Decreto-Lei nº. 9091, de 26 de março de 1946. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1946vI p708/parte-76.pdf>> Acesso em: 17Jul.2008.

BRASIL. (Presidente). Lei nº. 1.821 de 12 de março de 1953. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>> Acesso em: 10 Nov. 2008.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Decreto nº 10.402, de 14 de novembro de 1930. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Exposição de Motivos Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº. 70, de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº. 13, de 16 de fevereiro de 1938. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação Física. *Legislação Básica* (Federal e Estadual). Organização e compilação de Leslie Maria José da Silva Rama e José Álvaro Pereira dos Santos. São Paulo, SE/CENP, 1985. v.1.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº 14 de 26 de janeiro de 1940. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº. 101, de 27 de abril de 1942. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº. 222 de 27 de março de 1943. CPDOC-FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 467 de 16 de julho de 1943. NÓBREGA, Vandick Londres. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Decreto-Lei nº 5.975, de 9 de novembro de 1943. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação Física. *Legislação Básica* (Federal e Estadual). Organização e compilação de Leslie Maria José da Silva Rama e José Álvaro Pereira dos Santos. São Paulo, SE/CENP, 1985. v.1.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Decreto-Lei nº 6.936, de 6 de outubro de 1944. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação Física. *Legislação Básica* (Federal e Estadual). Organização e compilação de Leslie Maria José da Silva Rama e José Álvaro Pereira dos Santos. São Paulo, SE/CENP, 1985. v.1.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Circular nº. 2.496, de 29 de abril de 1938. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Portaria nº. 161, de 11 de maio de 1939. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Circular nº. 14, de 26 de outubro de 1939. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Circular nº. 1, de 04 de abril de 1940. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Portaria nº. 7, de 9 de janeiro de 1940. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Divisão de Educação Física. Circular nº. 2, de 13 de janeiro de 1938. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Divisão de Educação Física. Circular nº. 3, de abril de 1938. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Circular Nº. 3.055, de 2 de junho de 1938. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Divisão de Educação Física. Circular nº. 3, de 06 de junho de 1938. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Divisão de Educação Física. Circular nº. 3, de 23 de outubro de 1939. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BRASIL. Divisão de Educação Física. Circular nº. 2, de 1 de julho de 1940. BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Decreto nº. 4.855, de 27 de janeiro de 1931. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo – USP.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Decreto nº. 6.440, de 16 de maio de 1934. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo – USP.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Decreto nº 6.583, de 1 de agosto de 1934. Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo – USP.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. Decreto nº. 10.243, de 30 de maio de 1939. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Vol.2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios do Governo. Lei nº. 5.101, de 31 de dezembro de 1958: Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física da USP.

1.1.4 Periódicos

A SEMANA da Pátria. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº. 101, set. 1943.

O “DESFILÉ da Juventude” nas comemorações da Semana da Pátria. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano XXII, nº. 113, setembro de 1944.

UM reconhecimento aos ilustres Mestres da Educação Física, Revista *CONFEEF*, São Paulo, III, nº. 10, p. 4-14, dez. 2003.

1.2 Documentação Iconográfica

Foto 1. Gabinete médico-biométrico do Instituto Baiano de Ensino, na cidade de Salvador, no Estado da Baía.”.

Foto 2. Gabinete médico-biométrico do Colégio Floriano, em Fortaleza, Estado do Ceará

Foto 3. Gabinete médico-biométrico do Colégio Floriano, em Fortaleza, Estado do Ceará

Foto 4. “Pórtico” - “Ginásio Itajubá” no Estado de Minas Gerais.

Foto 5: “Alunos em exercícios físicos” no “Ginásio Nossa Senhora do Rosário” no Estado do Rio Grande do Sul.

Foto 6. Fachada com a inscrição “Meninas” do Grupo Escolar “Sud Mennucci” localizado na cidade de Porto Ferreira/SP.

Foto 7. Fachada com a inscrição “Meninos” do Grupo Escolar “Sud Mennucci” localizado na cidade de Porto Ferreira/SP.

Foto 8. “Ginástica” realizada na Escola Estadual Dr. Álvaro Guião na cidade de São Carlos/SP.

Foto 9. “O Desfile da Juventude nas comemorações da Semana da Pátria” em setembro de 1944 no Rio de Janeiro.

Foto 10. “Primeiro Campeonato Inter-Colegial de Educação Física, realizado na cidade de Santos, no Estado de São Paulo.”

Foto 11. Sr. Edson Souto Ramos e alunos na ocasião em que participaram dos desfiles e das demonstrações de ginástica durante as festividades da “Semana da Pátria” no Estádio Municipal do Pacaembu.

Foto 12. Sr. Edson Souto Ramos e alunos em desfile no Estádio Municipal do Pacaembu nas comemorações da Semana da Pátria.

Foto 13. Desfile cívico realizado em 1959 na cidade de Santa Bárbara D’Oeste/SP.

Foto 14. Desfile de estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro organizado pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto em 1967 no Vale do Anhangabaú – São Paulo/SP.

Foto 15. Os jogos olímpicos. Parte do desfile de estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro organizado pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto em 1967 no Vale do Anhangabaú – São Paulo/SP.

Foto 16: Sr. Edson e alunos nas festividades da. “Semana da Pátria” no Estádio Municipal do Pacaembu.

Foto 17. Aspecto do ensaio para demonstração de ginástica com corda realizada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto no Ginásio do Ibirapuera na década de 1960.

Foto 18: Aspecto do ensaio para demonstração de ginástica com corda realizada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto no Ginásio do Ibirapuera na década de 1960.

Foto 19: Preparação para demonstração de ginástica com bola realizada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto no Ginásio do Ibirapuera na década de 1960.

Foto 20. Demonstração de ginástica no campo, idealizada e realizada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto e exibição de painel (arquibancada) realizado por Nitiren Shoshu do Brasil, no Estádio Municipal do Pacaembu por ocasião das comemorações da “Semana da Pátria” em setembro de 1982.

Fotos 21. Demonstração de Ginástica idealizada e organizada pela Sra. Loyde Del Nero Daiuto, realizada no Estádio Municipal do Pacaembu por ocasião das comemorações da “Semana da Pátria” em setembro de 1982.

1.3 Documentação Oral

DAIUTO, Loyde Del Nero. Entrevista realizada em 26 de setembro de 2007.

GIORDANO, Walter Giro. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2005.

PATRIZI, Maria Cleide. Entrevista realizada em 29 de março de 2007.

RAMOS, Edson Souto. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2005.

ROCHA, Fernando de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de agosto de 2008.

TEIXEIRA, Hudson Ventura. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2005.

II- REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO Física nos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABE, 1935. p.66-67.

AMARO, Cuíca de Santo. Deus no céu e Getúlio na terra. In: Brasil História (texto e consulta 4). *Era de Vargas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

BARROSO, Alfredo. *Getulio Vargas para os Escolares*. Imprensa Nacional – DIP. Biblioteca Pátria Volume Especial, 1940. (Ilustrado por Fernando Dias da Silva).

BETTI, Mauro. *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. *Educação Física no Estado Novo: história e doutrina*. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

CAPANEMA, Gustavo. Sessão Inaugural. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1935, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABE, 1935. p.17-18.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. (1924-1931)*. 1986. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997

COIMBRA, Tarso. *Educação Física e a Juventude Brasileira*. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.99-104.

COLOMBO, Alfredo. Como deverão ser feitas as provas físicas para avaliar os resultados dos exercícios após um determinado período de atividades? Semestral ou anualmente? Os certificados de educ. física. PRIMEIRO CONGRESSO PANAMERICANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p.73-80.

CORREIA, Denise Aparecida. *Domingo no parque: a (sobre)vivência do lazer nos parques públicos municipais da Zona Leste da cidade de São Paulo (1970-2002)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

CRESPIGNY, Anthony de, CRONIN, Jeremy. *Ideologias políticas*. Trad. de Sérgio Duarte, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político).

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1951, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação/Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, 1951. 375 p.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas*. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

DAIUTO, Moacyr Brondi. *Sexagésimo aniversário do início das atividades didáticas (1934-1994)*. Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, 1994.

DESCARTES, René. Discurso do método. In: *René Descartes*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: FACHA, 1999.

FOÁ, Carlo, O ensino da fisiopatologia para professores e médicos especializados em educação física. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.215-221.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GALLIAN, Dante M. Claramonte. *Pedaços da guerra: experiências com história oral de vida de Tobarrenhos*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. (Mimeo).

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990. p.112.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

_____. *Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003.

GONÇALVES, Horácio Candido. Sessão Solene de Inauguração. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.18-19.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz; RAMOS, Glaucio Nunes Souto. *A educação física escolar e a questão do gênero no Brasil e em Portugal*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRIFI, Giampiero. *História da educação física e do esporte*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KOLYNIK FILHO, Carol. *Educação Física: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LOBO, Ari Maurell. *Estado Nacional Regime Getuliano Ditadura Republicana*. In: CONFERÊNCIAS. (s/d), Rio de Janeiro.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p.201.

MARINHO, Inezil Penna. Que exigências devem satisfazer, quanto a educação física, os estabelecimentos que desejam obter a inspeção preliminar? PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.71-82.

_____. *Contribuição para a história da educação física no Brasil – Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República*. (Documentação). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

_____. *Sistemas e métodos de educação física*. Rio de Janeiro: DEF/MES, 1953

_____. Sugestões para o lugar da educação física num plano nacional de educação. In: GOELLNER, Silvana Vilodre. (org). *Inezil Penna Marinho: Coletânea de textos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CBCE, 2005. p.47.

MEDINA, João Paulo Subirá Medina. *A educação física cuida do corpo e... “mente”*: bases para a renovação e transformação da educação física. 10. ed. Campinas: Papyrus, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e memória ou simplesmente história oral? In: ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL, 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FA/Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID, 1994. p.5-17.

_____. HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade 'sportiva': o turf e o remo no Rio de Janeiro (1849-1903)*. 1999. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Memória e história: desafios da contemporaneidade. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL, 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília – UnB/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FA/Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID, 1994. p.12-17.

MORAIS, Fernando. *Olga*. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUSA, Oscar da Silva. Método Esportivo. SEMANA DE EXPOSIÇÃO DE MÉTODOS, 1946, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1946. p.44-57.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PADILHA, Sylvio de Magalhães. Apresentação. SEMANA DE EXPOSIÇÃO DE MÉTODOS, 1946, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1946. p.1.

PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo: educação e transformação. São Paulo: Perspectiva, 1987.

PINTO, Maria Lucia Sampaio. A Educação Física no Ensino. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.27-34.

PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p.9-36, 2001.

PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO E COMERCIAL, 1944, Rio de Janeiro. Documentário. Rio de Janeiro, 1944.

RAMOS, Jair Jordão. *Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias*. São Paulo: IBRASA, 1982.

RIBEIRO, Alaor Pacheco. Plano para organização do serviço de educação física no ensino primário do Estado. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p. 111-117

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986

ROSA, Mario Miranda. Ensino Secundário Oficial no Estado de São Paulo. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.61-65.

SALVO, Arlindo de. A educação física no curso de formação profissional do professor primário das Escolas Normais. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.105-110.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. Também marchei para o ditador. In: *Imagens da Era Vargas*: artigos, fábulas e memórias. São Paulo: SESC, 2004.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Londrina: UEL/Departamento de Documentação e Pesquisa Histórica, 2007. 11p. (Notas de Aula). Disponível em: <<http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>>. Acesso em: 20 Mar.2008.

SANTOS, Oswaldo de Barros. A formação técnica dos professores de Educação Física. PRIMEIRO CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, São Paulo. *Anais...* São Paulo: APEF, 1942. p.93-98.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000.

SILVA, Antonio Boaventura da. *Comandos em geral*. Escola de Educação Física. Universidade de São Paulo – USP, 1978.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária (perspectiva histórica e teoria)*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. São Paulo: Livramento, 1981.

SKIDMORE, Thomas E, *Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, Hudson Ventura. *Educação física e desportos*. 4. ed. Saraiva: São Paulo, 1999.

TROMBELLI, Sonia Maria. *A Escola de Educação Física de São Carlos*. São Carlos: Divisão de Biblioteca e Arquivo da Fundação Educacional São Carlos (FESC), 2009. (notas históricas).

ANEXO A - Modelo da Ficha de Informações expedida pelo Departamento Nacional de Educação aos Inspectores do Ensino Secundário.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
S. E. — Departamento Nacional de Educação
— Divisão de Educação Física

FICHA DE INFORMAÇÕES
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO

.....sito à
(nome do estabelecimento) (nome da rua)
N.º Estado de
(cidade)
Internato, semi-internato ou externato? (*) Quantos turnos? manhã (*)
..... tarde

O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL 523

Número de alunos: 11 a 13 anos — 13 a 16 — 16 a 18 — mais de 18 — Total
Masculinos
Femininos
SOMA
A educação física é praticada no estabelecimento? Desde que ano?
Por que Método?

Quantas sessões por semana para cada turma? Qual o horário? (1)
Quem dirige as do sexo masculino? Desde quando?
É especializado? Por onde?
Qual a natureza do diploma? Qual a remuneração?
É registrado como professor de educação física? Qual o n. do registro?
Quem dirige as do sexo feminino? Desde quando?
É especializada? Por onde?
Qual a natureza do diploma? Qual a remuneração?
É registrada como professora de educação física? Qual o n. do registro?
Têm auxiliares? Quantos? (2) Mantém assistência médica à ed física?
Nome do médico? É especializado em ed. física?
Por onde? Quais os honorários?
Realiza o exame médico? E o exame biométrico? (3) Em que épocas?
..... Os alunos são grupados por turmas de educação física? Como é
feito esse grupamento?
Os exames práticos são realizados? Em que época?

Possue área livre e descoberta apropriada aos exercícios? Quais as suas
dimensões? (4) — Possui? (*) Quais as suas dimensões?
Ginásio
Galpão
E piscina? Quais as suas dimensões?
Qual o processo de tratamento da água?
Está situado próximo do mar ou do rio? A que distância? Aproveita-o?
Possue vestiário? Qual a sua capacidade? E chuveiros? Quantos?
Dispõe de material fixo para os exercícios? (5) — E móvel? (6)
Dispõe de instalações e material médico biométrico? (7)
Qual o uniforme de educação física?
Ha no estabelecimento alguma agremiação desportiva? Qual a denominação?
..... Distintivos? Uniforme?
Mantém alguma publicação? Qual o título? Periodicidade?

VISTO
.....
Inspector Diretor

(1) - Juntar o quadro do horário das diferentes turmas de educação física.
(2) - Relacioná-los à parte preenchendo os mesmos quesitos formulados para o dirigente.
(3) - Juntar os modelos das fichas adotadas.
(4) - Juntar planta, no caso do terreno ser irregular, e se ainda não a tiver remetido a esta Divisão.
(5, 6 e 7) - Relacioná-los à parte e juntar a documentação fotográfica que possuir.
(*) - Riscar as palavras que não interessarem.

NOTA — Os dados variáveis devem ser referidos ao ano letivo de 1940. Todos os quesitos exigem resposta, mesmo quando negativa.

ANEXO B - Modelo da ficha médico-biométrica correspondente ao Ciclo Elementar (1º, 2º e 3º graus).

CICLO ELEMENTAR (... GRAU)				FICHA N.º
ALUNO	Sexo	Nasc.	Curso	Série
NOME DO ESTABELECIMENTO		Município	Estado	ANO DE 194
EXAME BIOMÉTRICO		1.º	2.º	EXAME CLÍNICO
Dadas				DATA
Idade				
Perímetro torácico	Xifóideo (Meninos) Repouso	1		
	Inspiração	2		
	Axilar (Meninas) Expiração	3		
Elasticidade torácica		4		INDICAÇÃO DO EXERCÍCIO
Peso		5		APROVEITAMENTO DO EXERCÍCIO
Estatura		6		OBSERVAÇÕES
Capacidade vital		7		

DADOS ETNOLÓGICOS

Nacionalidade própria	{	País 1 Estado 2 Município 3	}
Nacionalidade de	{	Pai 4 Mãe 5 Avô paterno 6 Avó paterna 7 Avô materno 8 Avó materna 9	}
Côr da pele (classificação Roquette Pinto)			10
Tipo do cabelo			11
Nariz	{	Largura 12 Altura 13	{ Índice nasal 17
Crânio	{	Largura 14 Altura 15 Comprimento 16	{ Índice cefálico 18

ANEXO F - Modelo do "Certificado de Educação Física".



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
S.E. — DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CERTIFICADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

.....
(Nome do colégio)

CICLO..... GRAU N.º.....

Certificamos que
filho de
e de
natural de Estado d.....
nascido em..... de..... de.....
satisfez a todas as provas do exame prático do
grau do ciclo realizadas
nos dias e de de

.....
O Inspetor

2\$000

\$200

.....
Professor

.....
Diretor